

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

**PROGRAMA OPERACIONAL  
DA REGIÃO CENTRO  
PO CENTRO**

**Relatório de Execução  
2005**



# Índice

|   |           |
|---|-----------|
| <b>I Região Centro: contexto socio-económico e evolução das condições gerais do PO Regional .....</b>                                       | <b>7</b>  |
| 1. Demografia e povoamento.....   | 11        |
| 2. Competitividade económica, valorização e promoção territorial .....  | 16        |
| 3. Recursos humanos qualificados e igualdade de oportunidades .....   | 17        |
| 4. Acessibilidades transportes e provisão de bens públicos .....  | 19        |
| 5. Ambiente de qualidade .....  | 21        |
| <b>II PO Centro: síntese global da execução.....</b>  | <b>25</b> |
| 1. PO Centro: enquadramento e síntese da execução .....   | 27        |
| 2. Transferências da Comissão Europeia e pagamentos aos beneficiários.....  | 32        |
| 3. Domínios de intervenção: aprovações e execução .....   | 33        |
| 4. Sectores apoiados: aprovações e respectiva execução .....  | 34        |
| 5. Indicadores de acompanhamento .....  | 36        |
| 6. Grandes projectos.....   | 37        |
| <b>III Eixo Prioritário I Apoio ao Investimento de Interesse Municipal e Intermunicipal .....</b>   | <b>38</b> |
| 1. Eixo I – Enquadramento e síntese da Execução .....   | 39        |
| 2. Medida I.1 - Equipamento e infra-estruturas locais .....   | 47        |
| 3. Medida I.2 – Ambiente e recursos naturais .....  | 52        |
| 4. Medida I.3 – Acessibilidades.....  | 55        |
| 5. Medida I.4 - Qualificação dos aglomerados urbanos e das estruturas de povoamento .....   | 58        |
| 6. Medida I.5 - Apoio às actividades económicas, actividades de desenvolvimento territorial e apoio à eficácia das políticas públicas ..... | 61        |
| 7. Medida I.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos .....  | 64        |
| 8. Medida I.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial .....   | 67        |
| 9. Medida I.8 - Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico .....  | 70        |
| 10. Medida I.9 – Saneamento básico .....  | 74        |
| <b>IV Eixo Prioritário II Acções Integradas de Base Territorial .....</b>   | <b>77</b> |
| 1. Eixo II – Enquadramento e síntese de execução.....   | 79        |
| 2. Medida II.1 - Acção integrada para a qualificação e competitividade das cidades - Componente territorial (FEDER) .....                   | 90        |
| 3. Medida II.3 – Acção inovadoras de Dinamização das Aldeias .....  | 95        |
| 4. Medida II.4 - Acção Integrada “Turismo e Património do Vale do Côa” .....  | 105       |
| 5. Medida II.5 - Acção Integrada de Base Territorial da “Serra da Estrela” .....  | 111       |
| 6. Medida II.6 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior - Componente FEDER .....  | 118       |
| 7. Medida II.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEOGA) .....   | 125       |
| 8. Medida II.8 - Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social.....  | 132       |

|   |  |            |
|---|--|------------|
| <b>V Eixo Prioritário III</b>   | <b>Intervenções da Administração Central Regionalmente</b> | <b>141</b> |
| Desconcentradas .....   |  | <b>141</b> |
| 1. Eixo III - Enquadramento e síntese da execução .....   |  | 143        |
| 2. Medida III.1 - Educação - Infra-estruturas da educação Pré-escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários ..... |  | 152        |
| 3. Medida III.2 - Educação - Ensino profissional.....   |  | 156        |
| 4. Medida III.3 - Promoção da Empregabilidade e do Emprego a Nível Local .....                                  |  | 160        |
| 5. Medida III.4 - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local .....  |  | 169        |
| 6. Medida III.5 - Ciência, Tecnologia e Inovação .....  |  | 172        |
| 7. Medida III.6 - Sociedade da Informação - Portugal Digital .....  |  | 173        |
| 8. Medida III.7 - Sociedade da Informação: criar competências para o desenvolvimento de Portugal Digital.....   |  | 175        |
| 9. Medida III.8 - Saúde: Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (SLS).....                                  |  | 176        |
| 10. Medida III.9 - Cultura .....  |  | 178        |
| 11. Medida III.10 - Desporto: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos .....                                 |  | 181        |
| 12. Medida III.11 - Economia .....  |  | 183        |
| 13. Medida III.12 - Acessibilidades e Transportes .....   |  | 188        |
| 14. Medida III.13 - Ambiente .....  |  | 191        |
| 15. Medida III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural .....   |  | 194        |
| 16. Medida III.15 - Pescas - Infra-estruturas de Portos .....   |  | 209        |
| 17. Medida III.16 - Pescas: Equipamentos de Transformação .....   |  | 210        |
| <b>VI Procentro: administração, gestão e respeito pelas políticas comunitárias .....</b>                        | <b>212</b>   |            |
| I - Gestão e Administração .....  | 213  |            |
| 1. Comissão de Acompanhamento .....   | 213  |            |
| 2. Sistema de Informação .....  | 213  |            |
| 3. Utilização da Assistência Técnica .....  | 215  |            |
| 4. Controlo .....   | 216  |            |
| 5. Actualização da avaliação intercalar .....   | 225  |            |
| 6. Divulgação, Informação e Publicidade .....   | 228  |            |
| II. Respeito pelas políticas comunitárias .....   | 230  |            |
| <b>VII Anexos .....</b>   | <b>239</b>   |            |
| <b>Anexo 1</b> Programação, Aprovações e Execução em 31.12.2005 por Eixo e por Medida .....                     | <b>241</b>   |            |
| <b>Anexo 2</b> Fluxos financeiros com a Comissão Europeia .....   | <b>243</b>   |            |
| <b>Anexo 3</b> Execução por domínios de intervenção.....  | <b>245</b>   |            |
| <b>Anexo 4</b> Indicadores de realização física e de resultado .....  | <b>247</b>   |            |
| <b>Anexo 5</b> Eixo I - Projectos aprovados em 31.12.2005, por medida, localização e nível de execução.....     | <b>249</b>   |            |
| <b>Anexo 6</b> Eixo II - Projectos aprovados em 31.12.2005, por medida, localização e nível de execução.....    | <b>251</b>   |            |



**Anexo 7** Eixo III – Projectos aprovados em 31.12.2005, por medida, localização e nível de execução ..... **253**

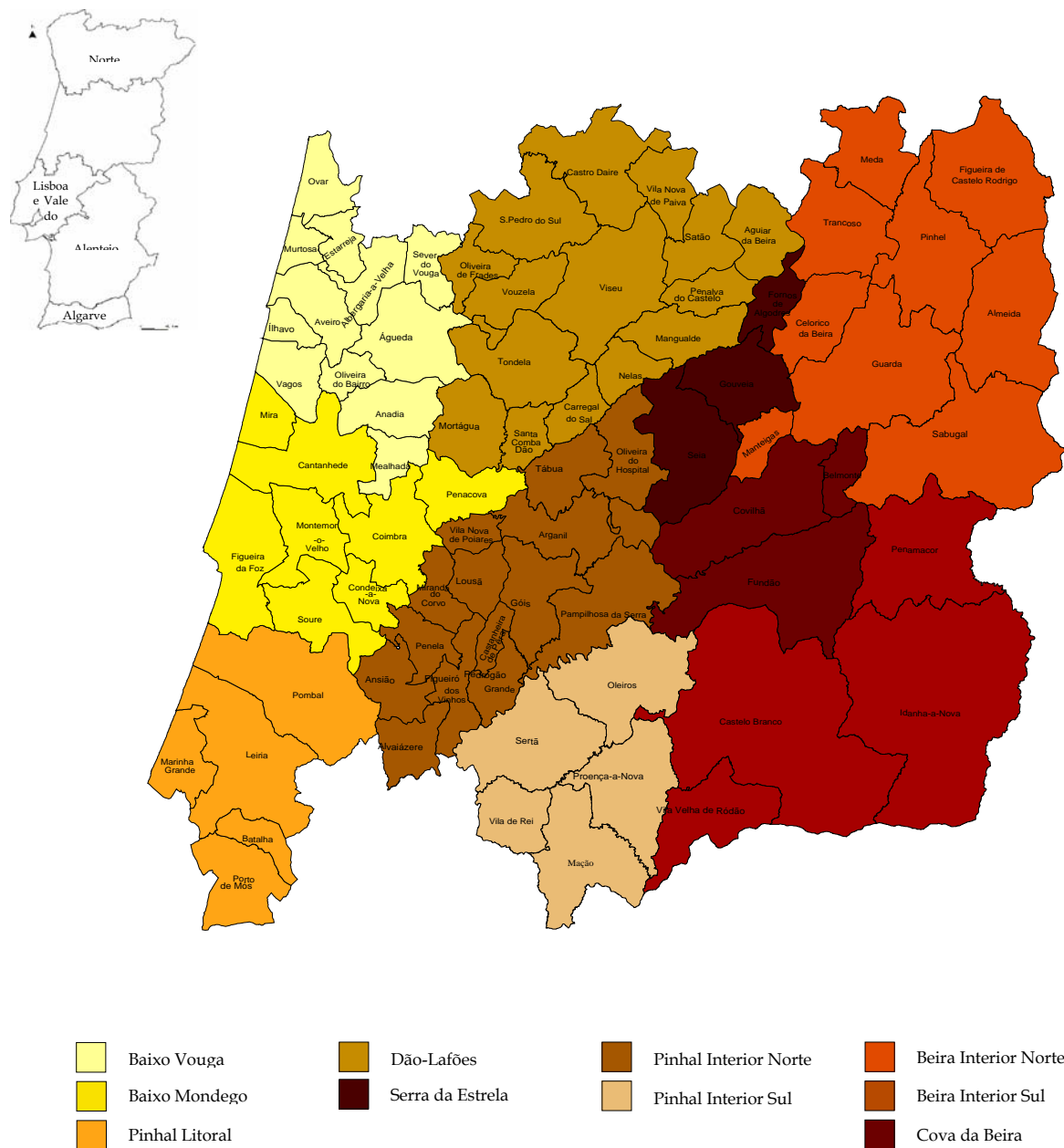
**Anexo 8** Medidas 2.7 e 3.14 – Aprovações e execução por linha de acção e domínio. **255**



**Região Centro: contexto socio-económico  
e evolução das condições gerais do PO Regional**



**Região Centro: NUT III e concelhos**  
**A área de intervenção do Programa Operacional Regional da Região Centro**





A mudança governamental ocorrida em 2005 proporcionou novas iniciativas, designadamente o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008 (PNACE), definindo novas metas e intervenções prioritárias. Ao rever a Estratégia de Lisboa, esta iniciativa pretende valorizar medidas como “Racionalizar e alargar a Rede do pré-escolar”, “Iniciativa Novas Oportunidades”, “Promover a formação e certificação de competências em TIC” e “Intervenção para desempregados com qualificação superior”, acabando por interferir, directa ou indirectamente, com a implementação do PO Centro. Embora o seu nível de compromisso actual seja elevado, não permitindo portanto uma influência muito significativa, é de realçar o contributo de algumas Medidas e acções do Programa para aqueles objectivos, através de projectos já aprovados no âmbito desta Intervenção Operacional ou das candidaturas a apoiar no decurso de 2006.

Por outro lado, a Região Centro foi palco de mudanças, de âmbito conjuntural, nos últimos anos, influenciadas pelas transformações internacionais ou por reorientações de carácter nacional, relacionadas com alterações e realinhamentos nas orientações das políticas públicas a nível nacional, regional e local. Com o intuito de esboçar o pano de fundo em que decorreu a actuação do Programa, apresentamos as dinâmicas verificadas na Região Centro em cinco vectores principais.

## **1. Demografia e povoamento**

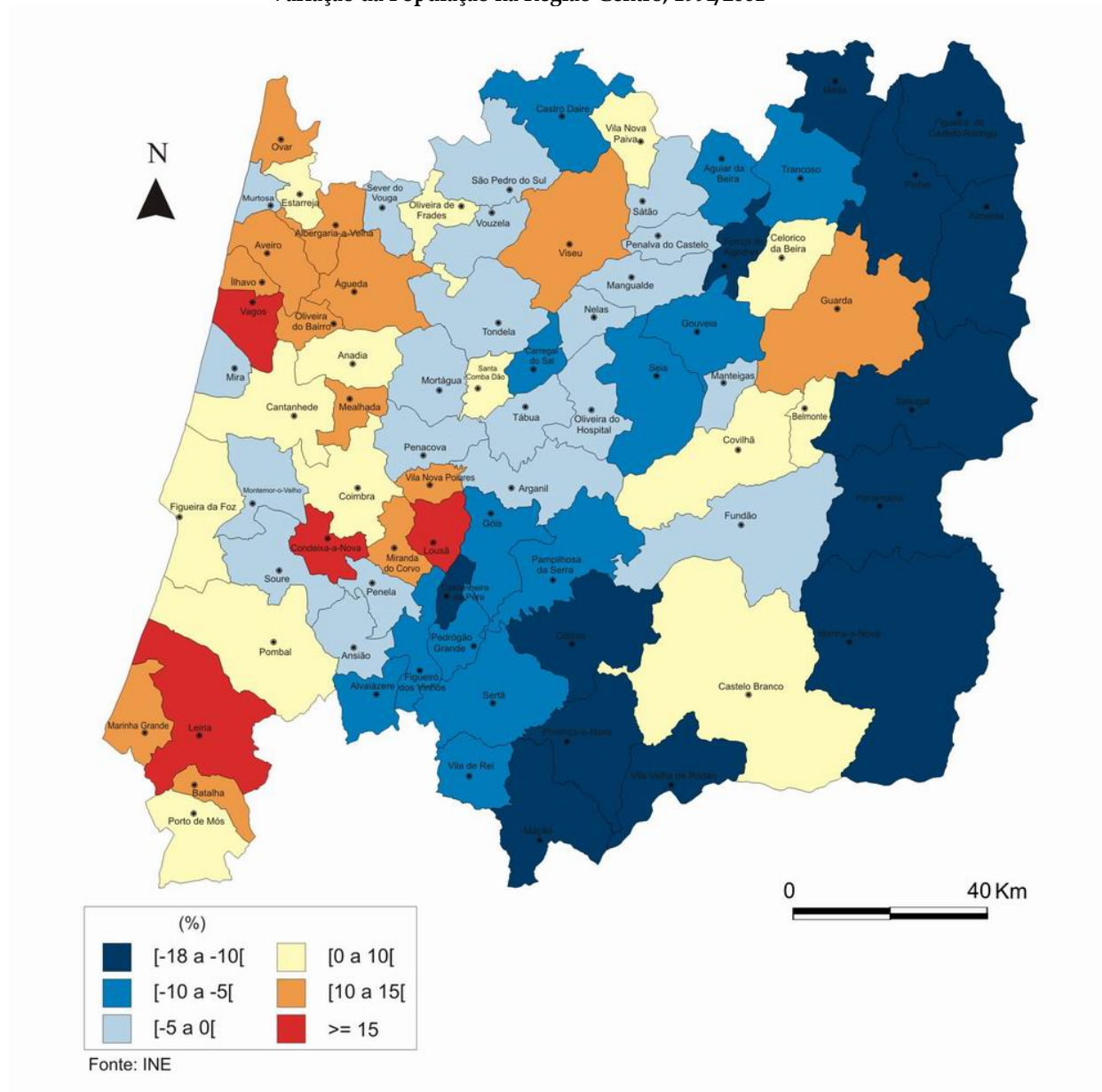
Nos últimos anos, a evolução demográfica da Região Centro acompanhou a tendência nacional de envelhecimento da estrutura demográfica e de declínio dos ritmos de crescimento natural. Estes aspectos são parcialmente compensados pelo forte aumento do fluxo de imigração que assim explica a dinâmica positiva de crescimento populacional que caracterizou, em termos médios, a Região Centro (1991-2001, variação de 3,6%).

No entanto, existem claras diferenças entre os territórios que se alinham de norte para sul ao longo do litoral (Baixo Vouga, Baixo Mondego e Pinhal Litoral) e no eixo de penetração para o interior sustentado ao longo do IP5 (do Baixo Vouga a Dão-Lafões), que continuam a registar um crescimento populacional (em particular o Baixo Vouga e o Pinhal Litoral, cuja variação da população entre 1991 e 2001, ultrapassou os 10%) e o interior, que continuou a perder população. Na última década, acentuaram-se as dificuldades dos territórios geograficamente “intermédios” como o Pinhal Interior Sul e a Serra da Estrela, que registaram decréscimos populacionais superiores aos verificados nos territórios raianos alinhados ao longo do eixo urbano Castelo Branco-Fundão-Covilhã-Guarda.

Há contudo que sublinhar, que qualquer um dos vectores condutores da evolução demográfica da Região (crescimento natural e saldo migratório), apresenta valores mais desfavoráveis que os nacionais, prospectivando-se o reforço de algumas das fragilidades e ameaças da Região, nomeadamente, as directamente relacionadas com a evolução dos activos e do emprego, e outros aspectos relacionados com a viabilidade económica na prestação de serviços públicos e privados, domínios estes que se relacionam com as necessidades estratégicas de promover a equidade e a coesão económica e social na Região.

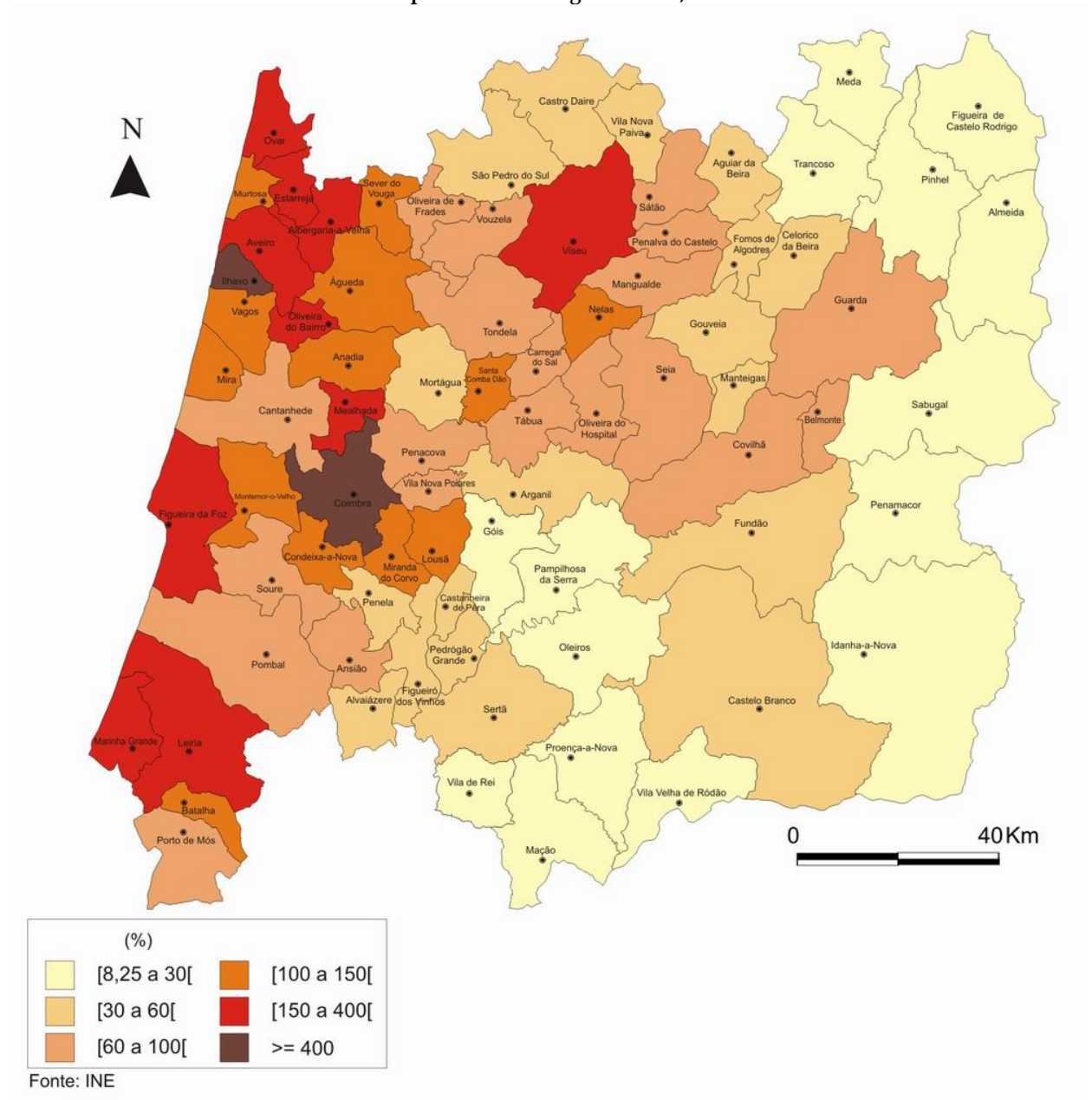
Relacionadas com as mudanças populacionais estão as alterações verificadas no sistema urbano, nomeadamente o reforço das cidades de média dimensão, cuja reorganização e qualificação constitui uma pedra basilar da estratégia de desenvolvimento da Região Centro.

**Variação da População na Região Centro, 1991/2001**





Densidade Populacional na Região Centro, 2001



**Quadro 1 - Alguns Indicadores Demográficos da Região Centro**

|                                       | Ano       | Unidade   | Região Centro* | Região Plano | Portugal   |
|---------------------------------------|-----------|-----------|----------------|--------------|------------|
| População residente                   | 1997      | Nº        | 1.710.390      | 1.744.170    | 9.957.270  |
|                                       | 2001      | N.º       | 1.783.596      | 1.817.428    | 10.356.117 |
| Tx. de variação da população          | 1991/2001 | %         | 3,6            | 3,3          | 5,0        |
| Tx. de variação da população          | 1997/2001 | %         | 4,3            | 4,2          | 4,0        |
| Densidade populacional (hab. por km²) | 1997      | (Hab/Km²) | 72,3           | 68,2         | 108        |
|                                       | 2001      | %         | 75,4           | 71,1         | 112        |
| Índice de envelhecimento              | 1997      | %         | 113,4          | 114,5        | 88,5       |
|                                       | 1998      |           | 115,9          | 117,1        | 90,3       |
|                                       | 2001      |           | 130,8          | 132,3        | 102,0      |
| Índice de dependência total           | 2001      |           | 52,7           | 52,9         | 32,0       |
| Saldo migratório                      | 1991/2001 | Milhares  | 88,2           | 87,9         | 361,1      |
| Taxa de crescimento natural           | 2000      | ‰         | -1,4           | -1,6         | 1,4        |
|                                       |           |           |                |              |            |
|                                       |           |           |                |              |            |

\* Integra os concelhos que à data compunham a NUTE II Centro.

Fonte: INE

As cidades da Região reforçaram a sua posição nos sistemas urbanos regionais, tanto no litoral, como no interior. Aveiro, Leiria ou Marinha Grande, no litoral, Castelo Branco ou Guarda no interior, são exemplos desta situação. Simultaneamente, um conjunto de aglomerações de menor dimensão como Pombal, Águeda, Seia, Ovar, Ílhavo, Estarreja, Cantanhede, Mealhada, Mangualde ou Fundão, registaram um forte dinamismo populacional na última década, contribuindo para a consolidação do sistema urbano da Região Centro.

De facto, em 2001, mais de 50% da população vive em aglomerações (freguesias) com cariz urbano, sendo que no litoral esses valores ultrapassam os 60% (casos do Baixo Mondego e Pinhal Litoral) e aproximam-se dos 80% no caso do Baixo Vouga.

**Quadro 2 - Distribuição da População Residente, em 2001, segundo a Tipologia das Áreas Urbanas**

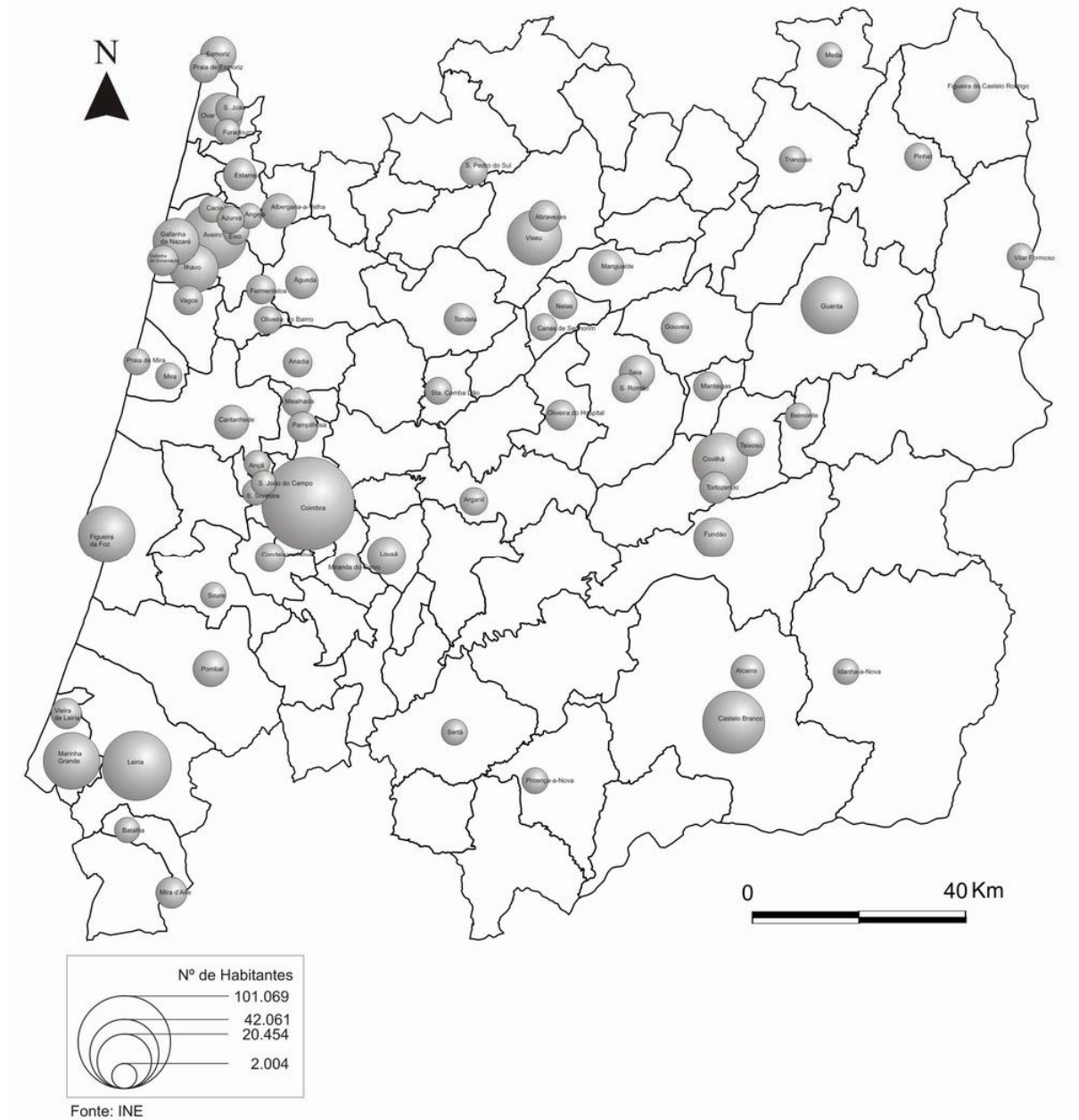
| NUTE III              | População Total | Áreas Predominantemente Urbanas (%) | Áreas Medianamente Urbanas (%) | Áreas Predominantemente Rurais (%) |
|-----------------------|-----------------|-------------------------------------|--------------------------------|------------------------------------|
| Baixo Vouga           | 385.724         | 77,3                                | 15,4                           | 7,3                                |
| Baixo Mondego         | 340.309         | 67,7                                | 17,4                           | 14,9                               |
| Pinhal Litoral        | 250.990         | 64,2                                | 16,7                           | 19,2                               |
| Dão-Lafões            | 286.313         | 34,0                                | 25,9                           | 40,2                               |
| Serra da Estrela      | 49.895          | 13,9                                | 37,9                           | 48,3                               |
| Pinhal Interior Norte | 138.535         | 18,2                                | 35,0                           | 46,8                               |
| Pinhal Interior Sul   | 44.803          | 12,3                                | 26,6                           | 61,1                               |
| Beira Interior Norte  | 115.325         | 22,4                                | 21,2                           | 56,4                               |
| Cova da Beira         | 93.579          | 43,0                                | 13,3                           | 43,6                               |
| Beira Interior Sul    | 78.123          | 40,0                                | 17,6                           | 42,5                               |
| Região Centro         | 1.783.596       | 51,9                                | 21,7                           | 26,4                               |
| Continente            | 9.869.343       | 70,4                                | 16,1                           | 13,5                               |

Fonte: INE, Censos 2001; INE, DGOTDU, *Deliberação sobre a Tipologia das Áreas Urbanas*.

Outra característica da Região é a existência de 5 sub-sistemas urbanos que definem um quadro de complementaridades ao nível do emprego e da base económica. São eles: Coimbra-Figueira da Foz, Aveiro-Ílhavo-Águeda-Ovar, Leiria-Marinha Grande, Dão-Lafões, Guarda-Covilhã-

Fundão-Castelo Branco e ainda, um sexto sub-sistema, Oliveira do Hospital-Seia-Gouveia, este último mais pequeno mas em franco processo de afirmação.

**População por Lugares com mais de 2.000 Habitantes, 2001**



## 2. Competitividade económica, valorização e promoção territorial

Na última década a Região Centro reforçou a sua base industrial e terciária, muito embora sejam claras as diferenças entre os territórios do Litoral Centro e seu prolongamento por Dão-Lafões, e o interior, que se estende desde o Pinhal Interior até à Raia, onde o sector primário persiste como uma actividade que ocupa mais de 30% da população activa.

Nos últimos anos, consolidaram-se especializações produtivas vocacionadas para os mercados nacional e internacional (cerâmicas, metalomecânicas, vestuário, calçado) e reestruturaram-se outros ramos como o vidro e os lanifícios, o que contribuiu para que as taxas de actividade (masculina e feminina) registassem valores superiores à média nacional e para valores de desemprego inferiores aos do País. Entre 1996 e 1999, o valor das exportações da Região Centro cresceu 26%, valor superior ao crescimento de 21,6% registado no País, sendo que no caso dos concelhos do litoral, bem como naqueles que compõem a NUTE Dão-Lafões, o acréscimo foi muito superior.

**Quadro 3 - Emprego e VAB por Sector de Actividade (%), 1998-2002**

|               |     | Emprego                            |      |      |                                       |      |      |          |      |      | VAB, 1999 |      |      |
|---------------|-----|------------------------------------|------|------|---------------------------------------|------|------|----------|------|------|-----------|------|------|
|               |     | Agricultura, Silvicultura e Pescas |      |      | Indústria, Construção, Energia e Água |      |      | Serviços |      |      |           |      |      |
|               |     | 1998                               | 2001 | 2002 | 1998                                  | 2001 | 2002 | 1998     | 2001 | 2002 | I         | II   | III  |
| Região Centro | H/M | 26,4                               | 27,0 | 26,7 | 32,7                                  | 35,8 | 31,1 | 40,9     | 41,7 | 42,2 | 5,5       | 38,1 | 56,4 |
|               | M   | 15,6                               | 15,4 | -    | 9,2                                   | 6,7  | -    | 22,1     | 21,9 | -    | -         | -    | -    |
| País          | H/M | 13,5                               | 12,6 | 12,5 | 31,3                                  | 31,3 | 34,0 | 50,7     | 53,0 | 53,5 | 4,3       | 30,0 | 65,7 |
|               | M   | 6,7                                | 6,4  | -    | 9,4                                   | 9,4  | -    | 26,8     | 28,5 | -    | -         | -    | -    |

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Centro*.

Contudo, nos últimos anos, verificaram-se mudanças à escala nacional e internacional que têm vindo a alterar as condições de competitividade da Região Centro. O desaceleramento do Investimento Directo Estrangeiro e do investimento nacional, reforçado pela deslocalização de algumas grandes unidades de produção para outros países (caso dos Países de Leste) e por uma recessão dos mercados externo e interno, tem levado ao aumento do desemprego e a uma contracção da produção, efeitos que se fazem sentir de forma particularmente intensa no encerramento de unidades em concelhos de cariz mais rural da Beira Interior Norte e Sul, Cova da Beira, Pinhal Interior e no Baixo Vouga. Este comportamento recessivo afecta sobretudo as empresas da fileira têxtil, em particular do ramo do vestuário.

A presença de ramos cuja competitividade assenta no baixo custo do trabalho e na disponibilidade de mão-de-obra feminina (caso das confecções), explicam as crescentes taxas de actividade feminina, mas explicam igualmente os baixos níveis de produtividade e os menores ritmos de crescimento do VAB regional e do PIB *per capita* (em 1996 correspondia a 80% da média nacional, em 1998, decresceu para 78% da média nacional). Acresce ainda o facto da Região Centro permanecer como uma das regiões mais pobres da União Europeia, registando um PIB *per capita* de 54% da média europeia (2000), valor que registou um decréscimo relativamente a 1998 onde o PIB *per capita* da Região correspondia a 59% da média europeia (Relatório da Coesão, 2000).

No que diz respeito às **infra-estruturas de apoio à actividade produtiva**, tomemos como exemplo as zonas industriais. Não havendo informação estatística disponível que permita caracterizar a situação de partida da Região e a sua evolução, o investimento efectuado nos últimos anos indica ter havido uma melhoria na valorização e ordenamento das zonas industriais.

Relativamente ao desenvolvimento das telecomunicações, dados recentes mostram o atraso da Região Centro relativamente à média nacional o que, em parte, se explica pelo maior envelhecimento populacional e pelo acentuado despovoamento das regiões do interior onde estas mudanças têm menor expressão. Em 1997, o número de postos telefónicos por 100 habitantes era de 37, valor inferior aos 43/100 habitantes registados em Portugal, enquanto a percentagem de alojamentos ligados a infra-estruturas de alto débito de informação, é praticamente metade da média nacional, apesar das melhorias verificadas entre 1999 e 2002. Em 1999, 26,1% dos alojamentos tinham ligação e, em 2002, esse valor subiu para 28%, encontrando-se muito distante do valor médio nacional registado em 2002, 65% (ANACOM, 2002).

Outros domínios relacionados com a base económica local e regional são o **turismo** e o **sector das produções locais** fortemente relacionadas com a **valorização e promoção territorial**, nomeadamente dos territórios mais rurais do interior da Região.

Nos últimos anos, o sector do turismo registou algumas modificações que importa salientar: do lado da oferta, diminuiu o número de estabelecimentos e a capacidade de alojamento, enquanto do lado da procura, houve um aumento do número de dormidas, superior a 20% no caso das estadias em hotéis. Os motivos e os tipos de estadias têm-se alargado, sendo exemplo o turismo de congressos, onde se têm obtido bons níveis de produtividade associados a uma oferta que tem vindo a aumentar em qualidade.

**Quadro 4 - Alguns Indicadores de Turismo na Região Centro**

|                          | Região Centro | Portugal   | Região Centro | Portugal   | Região Centro | Portugal |
|--------------------------|---------------|------------|---------------|------------|---------------|----------|
|                          | 1997          |            | 2002          |            | 1997-2002     |          |
| Estabelecimentos         | 277           | 1.768      | 259           | 1.890      | -6,5          | 6,9      |
| Capacidade de alojamento | 20.942        | 211.315    | 20.294        | 239.903    | -3,1          | 13,5     |
| Dormidas                 |               |            |               |            |               |          |
| Hotéis                   | 1.081.264     | 13.704.128 | 1.297.618     | 16.612.845 | 20,0          | 21,2     |
| Pensões                  | 404.006       | 3.090.779  | 397.832       | 3.389.015  | -1,5          | 9,6      |
| Outros estabelecimentos  | 268.300       | 12.555.376 | 257.869       | 14.207.108 | -3,9          | 13,2     |

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Centro*, 1998, 2002.

Ao nível florestal, a alteração do contexto verificada com a devastação total pelo fogo de muitos concelhos do Pinhal interior leva claramente à necessidade de incrementar o tipo de actuação das entidades públicas na floresta, promovendo uma nova forma de ordenamento e exploração florestal.

### 3. Recursos humanos qualificados e igualdade de oportunidades

Uma característica inerente ao perfil competitivo da base económica regional é o **baixo nível de qualificação da mão-de-obra**, associado aos **reduzidos níveis de escolaridade média**. Embora a taxa de analfabetismo tenha decrescido de 14%, em 1991, para 10,9%, em 2001, os valores permanecem superiores à média nacional. Em 2001/2002, cerca de 64,8% da população com idade compreendida entre os 25 e os 29 anos tem 9 ou menos anos de escolaridade (situação muito semelhante à média nacional, 62%) e só 18,1% tem um nível superior.

Este quadro de qualificações reflecte-se na estrutura do desemprego e num desajuste entre a oferta e a procura de emprego, que aponta para um forte défice de mão-de-obra qualificada.

Em contrapartida, tem-se verificado um aumento dos desempregados com um nível de instrução elevado (licenciatura/mestrado ou doutoramento), evidenciando um claro desajustamento entre a oferta e a procura de emprego, mesmo com níveis de qualificação mais elevados. Uma das explicações para este desajuste prende-se com o lote de formações leccionadas pelas instituições

de ensino superior universitário e politécnico que, nos últimos anos, têm registado uma forte incidência nas humanidades em detrimento da componente técnica.

**Quadro 6 - Nível de Escolaridade da População Activa com Idade Compreendida entre os 25 e os 29 anos, 2001**

| Nível de Ensino                 | R. Centro |      | Portugal |      | UE15 |
|---------------------------------|-----------|------|----------|------|------|
|                                 | N.º       | %    | N.º      | %    | %    |
| Sem nível de ensino             | 1.272     | 0,7  | 8.272    | 0,7  | 34,2 |
| Ensino pré-escolar a frequentar |           |      |          |      |      |
| Ensino básico                   | 59.903    | 32,1 | 359.689  | 30,6 |      |
| - 1º Ciclo                      | 13.599    | 7,3  | 91.436   | 7,8  |      |
| - 2º Ciclo                      | 29.256    | 15,7 | 168.407  | 14,3 |      |
| - 3º Ciclo                      | 17.048    | 9,1  | 99.846   | 8,5  | 43,5 |
| Ensino secundário               | 31.758    | 17,0 | 227.684  | 19,4 |      |
| Ensino médio                    |           |      |          |      |      |
| Ensino superior                 | 33.888    | 18,1 | 219.016  | 18,6 | 22,3 |

Fonte: Inquérito ao Emprego, Relatório da Coesão.

Observando os dados relativos à taxa de conclusão no ensino básico e secundário verificamos que, além do aproveitamento permanecer baixo, os índices da Região são menos favoráveis que os do país.

**Quadro 7 - Taxa de Conclusão, segundo nível de ensino - Ano 2003/2004**

| Nível de Ensino   |                                 | R. Centro | Continente | Portugal |
|-------------------|---------------------------------|-----------|------------|----------|
| Ensino Básico     | Regular                         | 87,8      | 87,5       | 86,9     |
|                   | Profissional nível 2            | 79,5      | 89,7       | 84,8     |
|                   | CEF                             | 56,3      | 61         | 63,5     |
| Ensino Secundário | Cursos Gerais                   | 51,9      | 53,1       | 52,5     |
|                   | Cursos Tecnológicos             | 41,3      | 45,7       | 45,3     |
|                   | Cursos Profissionais de nível 3 | 62,6      | 65,5       | 66,4     |

Fonte: INE, Estatísticas da Educação

Face às recentes mudanças económicas, o acréscimo de desemprego que se verificou a partir de 2002 (de 2001 para 2005, surgiram 20.506 novos desempregados, o que correspondeu a um aumento de 46%) afigura-se preocupante, uma vez que afecta, para além do segmento feminino (59.7% do total), menos qualificado e instruído, na maioria dos casos, nos escalões etários superiores a 30 anos, um crescente número de activos do sexo masculino.

**Quadro 8 - Evolução do número de desempregados na Região Centro, 1999-2005**

| Anos | Desempregados Inscritos | Taxa de Variação em Relação ao Ano Anterior (%) |
|------|-------------------------|---|
| 1999 | 45.526                  | -   |
| 2000 | 44.999                  | -1,2  |
| 2001 | 44.161                  | -1,9  |
| 2002 | 52.410                  | 18,7  |
| 2003 | 62132                   | 18,5  |
| 2004 | 63968                   | 3,0   |
| 2005 | 64667                   | 1,1   |

Fonte: Delegação Regional Centro do IEF

Este acréscimo de desemprego tem acentuado o nível de pobreza na região, testemunhado pelo número de beneficiários do rendimento mínimo garantido que, em 2003, totalizavam 47223 pessoas (13,8% do total do Continente), com maior incidência nos grupos de mais de 55 anos de idade e em famílias nucleares sem filhos.

**Quadro 9 - Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido - 2003**

| Tipo de Beneficiário |                      | Continente | Centro | %    | %     |
|----------------------|----------------------|------------|--------|------|-------|
| Sexo                 | Homens               | 160.165    | 22.209 | 13,9 | 47,0  |
|                      | Mulheres             | 181.999    | 25.014 | 13,7 | 53,0  |
| Idade                | Menos de 24 anos     | 164.184    | 21.389 | 13,0 | 45,3  |
|                      | 25-39 anos           | 65.843     | 8.082  | 12,3 | 17,1  |
|                      | 40-54 anos           | 54.423     | 7.323  | 13,5 | 15,5  |
|                      | 55 e mais anos       | 57.714     | 10.429 | 18,1 | 22,1  |
|                      |                      |            |        |      |       |
| Tipo de Família      | Nuclear sem filhos   | 33.509     | 6.358  | 19,0 | 13,5  |
|                      | Nuclear com filhos   | 165.283    | 23.562 | 14,3 | 49,9  |
|                      | Alargada             | 20.122     | 2.033  | 10,1 | 4,3   |
|                      | Família Monoparental | 86.846     | 10.005 | 11,5 | 21,2  |
|                      | Isolada              | 36.404     | 5.265  | 14,5 | 11,1  |
| Total                |                      | 342.164    | 47.223 | 13,8 | 100,0 |

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais

Um elemento novo que tem emergido recentemente e que coloca uma nova pressão sobre o mercado de trabalho, diz respeito à imigração. Os dados de 2003 relativos aos estrangeiros que solicitaram o estatuto de residente, embora só corresponda a uma parte da realidade, indicam que este fenómeno tem menor incidência na Região do que no resto do País, sendo o Baixo Vouga e o Baixo Mondego as áreas que apresentam indicadores próximos e superiores à média nacional.

**Quadro 10 - Estrangeiros que solicitaram estatuto de residente - 2003**

|                      | Região Centro | Continente | Portugal |
|----------------------|---------------|------------|----------|
| Número por habitante | 0,08          | 0,13       | 0,13     |

Fonte: INE, Indicadores Municipais

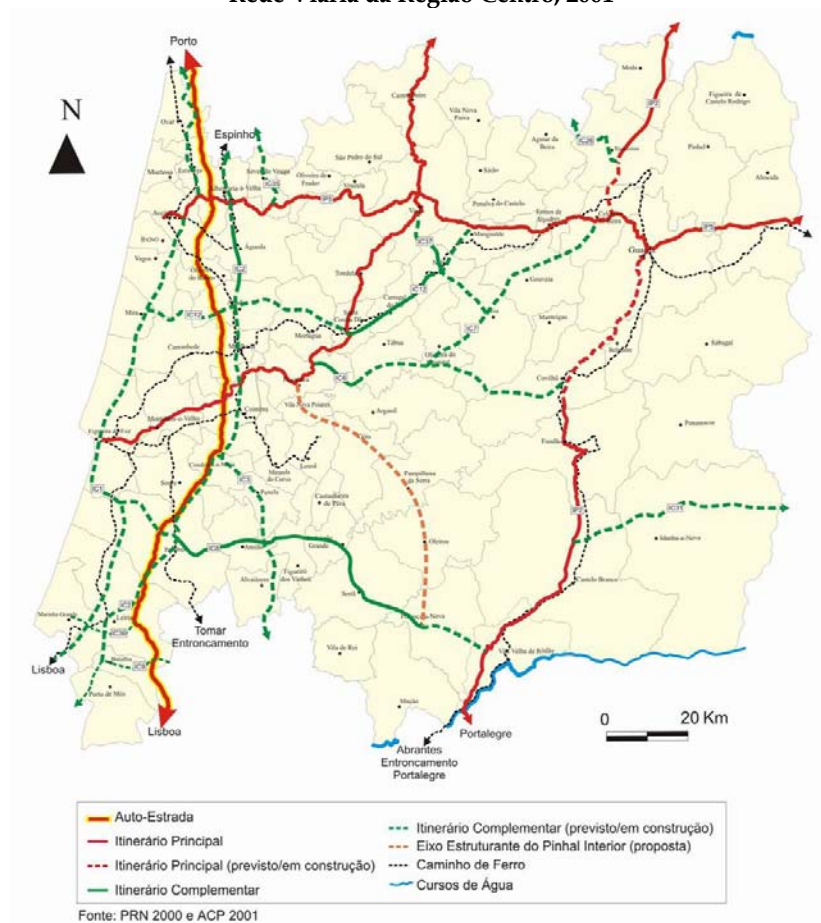
#### 4. Acessibilidades transportes e provisão de bens públicos

As **acessibilidades e transportes** constituem outro domínio fundamental para a estratégia de desenvolvimento da Região Centro. Há contudo, que separar os níveis nacional e internacional dos níveis regional e local, e a esta escala, o urbano.

Com uma posição chave na articulação do território nacional, a Região Centro e, em particular o litoral, servidos pelo IP1 (ligação a Lisboa e Porto) e a norte pelo IP5 (eixo que faz a ligação a Espanha), assim como pelos principais eixos ferroviários (Linha do Norte e a Linha da Beira Alta que permite a ligação ao exterior), conta ainda com grandes carências neste domínio, apesar das melhorias verificadas nos últimos anos. Em primeiro lugar, refira-se que estão por concluir alguns troços que permitem o “fecho” de algumas redes fundamentais para a estruturação da rede viária da Região (casos do IC8-Pombal à A1, IC8-Proença-a-Nova ao IP2 e IC37-Nelas ao IP5) para além de se terem registado atrasos na construção e na requalificação de troços da rede principal, consequência das alterações na política nacional de acessibilidades (casos do IP5 e IP6, IC1, IC3, IC6 e IC7).



### Rede Viária da Região Centro, 2001



Cabe ainda sublinhar como fundamental para o desenvolvimento e coesão territorial da Região a qualificação do eixo estruturante do Pinhal Interior, que promoveria a ligação entre Proença-a-Nova, Vila Nova de Poiares, passando por Oleiros, Pampilhosa da Serra e Góis.

Outro aspecto que merece particular atenção no domínio das acessibilidades e transportes relaciona-se com o desenvolvimento do sistema urbano e da base económica urbana-regional. A melhoria da acessibilidade e o aumento do transporte individual permitiu o reforço da mobilidade das populações das aldeias às sedes de concelho mas, também, entre concelhos ou cidades diferentes, contribuindo para a consolidação dos sistemas e dos eixos urbanos regionais.

Em suma, os investimentos realizados neste domínio nos últimos 10 anos evidenciam um significativo desfasamento, entre uma dinâmica de qualificação da rede local, resultante do esforço financeiro das autarquias, e uma incipiente intervenção na rede regional e nacional, o que limita o potencial competitivo da Região e condiciona de modo evidente as estratégias de coesão social e territorial. Esta situação é, em larga medida, produto do expressivo défice de investimento do Fundo de Coesão, à semelhança do que se verificou no domínio do ambiente.

A outro nível surgem as acessibilidades intra-regionais e de nível municipal, onde tem igualmente havido melhorias. Existem no entanto alguns problemas da maior importância para a melhoria da competitividade regional, bem como para a coesão económica e territorial: os promotores evidenciam as carências ao nível das infra-estruturas, como por exemplo, os centros coordenadores de transporte rodoviário, as plataformas inter-modais de mercadorias e nos transportes ferroviários e aéreos.



No sector da **educação**, o nível pré-escolar registou uma melhoria no número de equipamentos, que foi acompanhada por um reforço dos equipamentos de apoio à infância e juventude. Os níveis básico e secundário viram também melhoradas as condições de muitas das instalações existentes.

No domínio da **saúde**, a situação não se alterou significativamente, registando-se pequenos ganhos na renovação da rede de cuidados de saúde primária. Entre as carências mais evidentes contam-se a falta de instalações que prestem cuidados continuados, área particularmente sensível para os idosos e, como tal, com grande impacto nas áreas mais envelhecidas da Região.

No âmbito do **desporto e lazer** registaram-se progressos positivos expressos pelo incremento generalizado da oferta de equipamentos para a prática desportiva. Este facto, tributário dos Programas Operacionais anteriores e orientado por um objectivo evidente de aumento da coesão interna e de equidade territorial, gerou, no entanto, um evidente desfasamento na captação de áreas desportivas entre as áreas mais densamente povoadas (litoral e cidades médias) e os concelhos periféricos, que apresentam níveis de oferta por habitante significativamente mais elevados.

## 5. Ambiente de qualidade

O ambiente, pela sua transversabilidade (serviços prestados à população, como património a preservar e valorizar e ainda pela componente urbana), constitui um dos sectores chave do desenvolvimento da Região Centro. Nos últimos anos, globalmente, têm-se verificado certas mudanças positivas, no entanto insuficientes, face às necessidades de colmatar atrasos estruturais, particularmente no domínio do saneamento básico.

No que diz respeito às infra-estruturas de saneamento básico, nos últimos anos:

- **tem aumentado a percentagem de população com abastecimento domiciliário de água** (em 1997, 89% e em 2003, 96,6%), o que representa uma melhoria significativa do grau de cobertura da rede “em baixa”. Contudo em alguns concelhos persistem situações de atraso, que condicionam fortemente a qualidade de vida da população;

- **registou-se um acréscimo na percentagem de população servida por sistemas de tratamento de águas residuais** (1997, 36%, para 58,7% em 2003) e **por redes de drenagem de águas residuais** (1997, 54% para 70,3% em 2003);

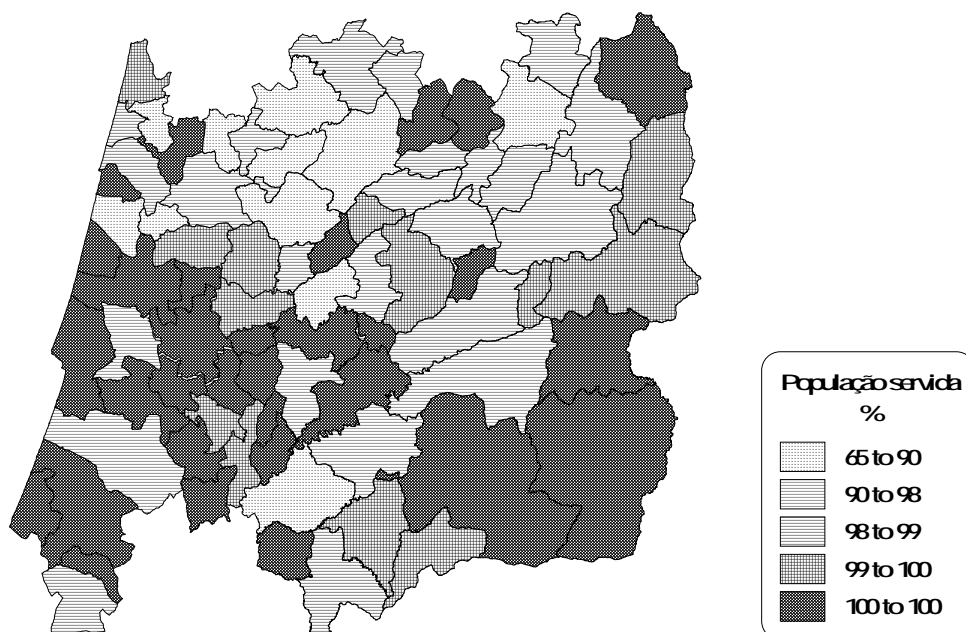
- verificou-se um **salto qualitativo na qualidade do serviço prestado** através da introdução de sistemas de monitorização da qualidade da água fornecida;

- é visível uma **melhoria na percentagem de população servida por sistemas de recolha de resíduos**, após a entrada em funcionamento de um conjunto de infra-estruturas financiadas por Quadros Comunitários anteriores. Os investimentos realizados permitiram o encerramento de várias lixeiras e a entrada em funcionamento de aterros e estações de compostagem.

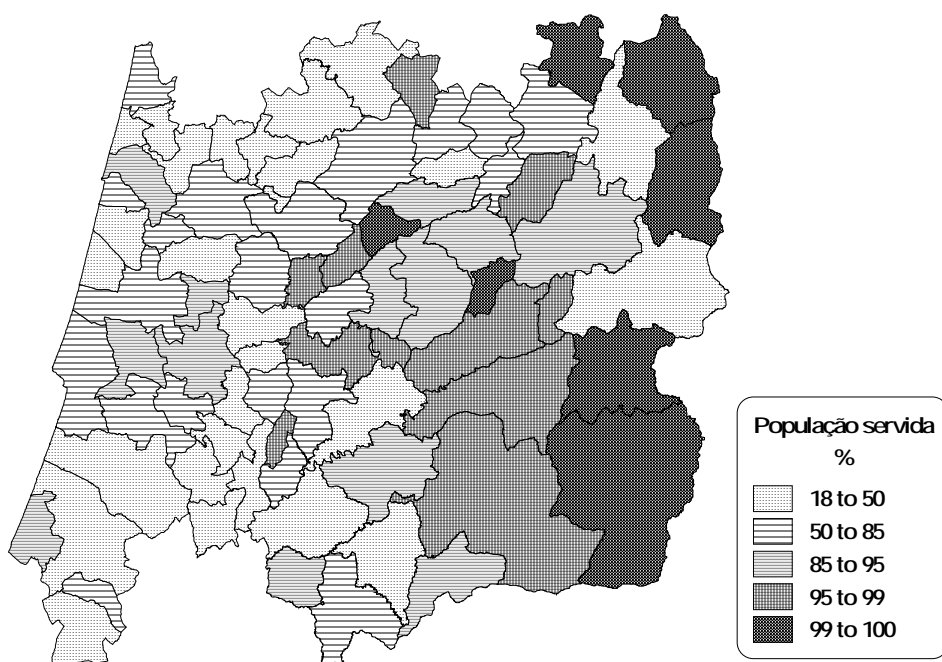
No litoral, alguns troços das bacias hidrográficas do Liz, Mondego e Vouga persistem como áreas críticas de poluição, face à pressão urbana e industrial.

No intuito de reforçar as intervenções no domínio do ambiente vêm sendo desenvolvidos esforços que permitam articular as intervenções das componentes em “alta” e em “baixa” de saneamento básico, sobretudo nos sistemas integrados que se estão a implementar naquelas bacias hidrográficas do litoral.

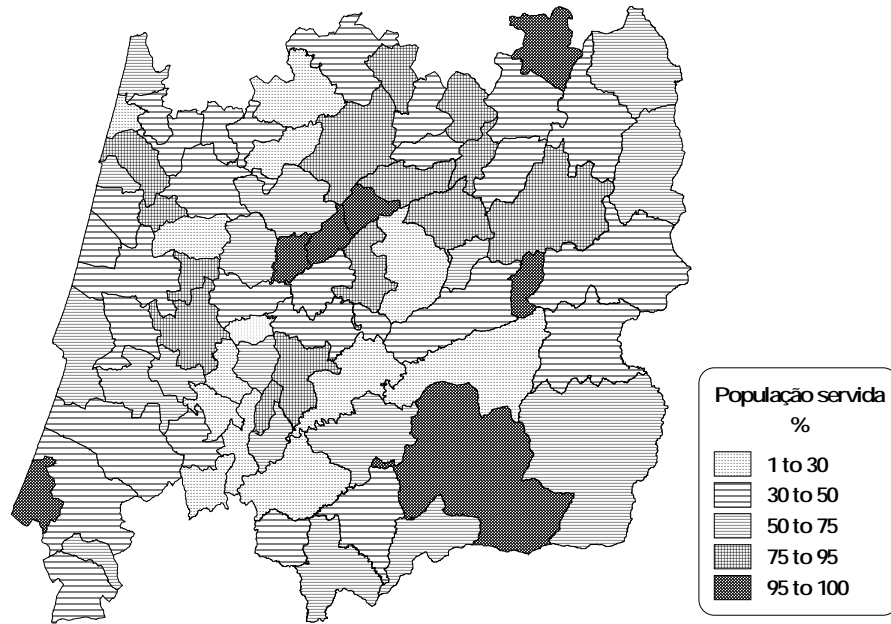
**População servida por sistemas de abastecimento de água, 2003**



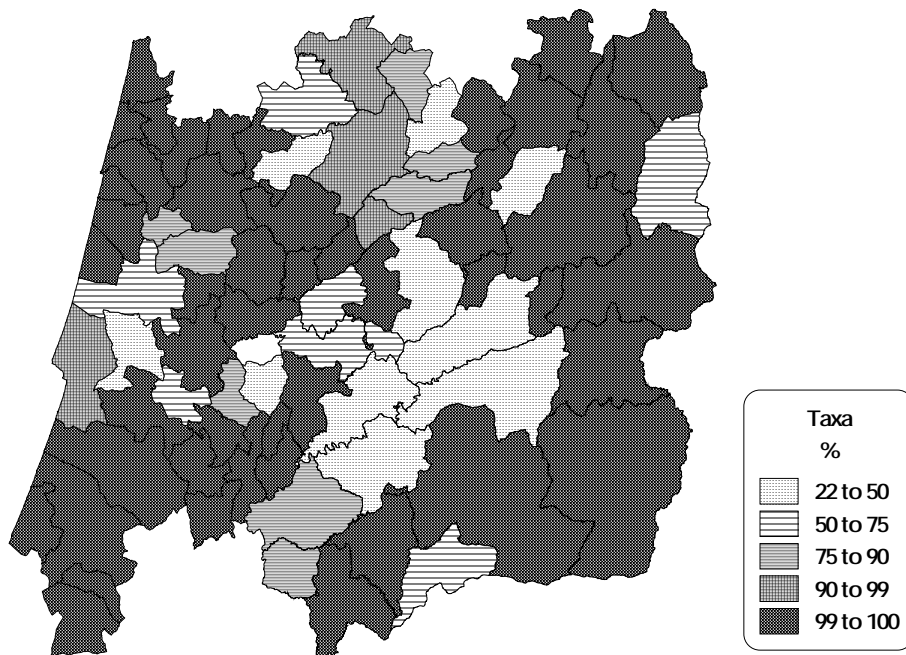
**População Servida com Sistemas de Drenagem de Águas Residuais, 2003**



População servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR), 2003



Taxa de Tratamento de Águas Residuais, 2003





## **II**

### **PO Centro: síntese global da execução**



## 1. PO Centro: enquadramento e síntese da execução

O quadro que passamos a apresentar sintetiza os valores globais da execução do PO. Centro, em que se evidencia a programação, as aprovações e a execução, enfatizando os cinco primeiros anos de vigência efectiva do Programa. É possível constatar o salto quantitativo e qualitativo que ocorreu do primeiro para os seguintes, que tanto se relaciona com o período tardio de início do programa, como com um desempenho mais regular que passou a acontecer a partir de 2001.

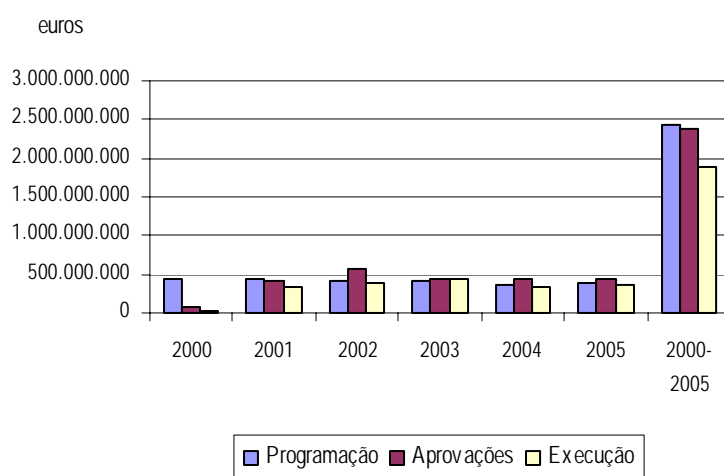
### PO Centro: programação, aprovações e execução (2000-2005)

Unidade: Euros

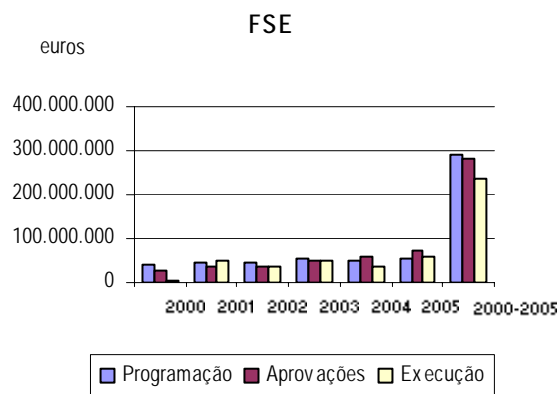
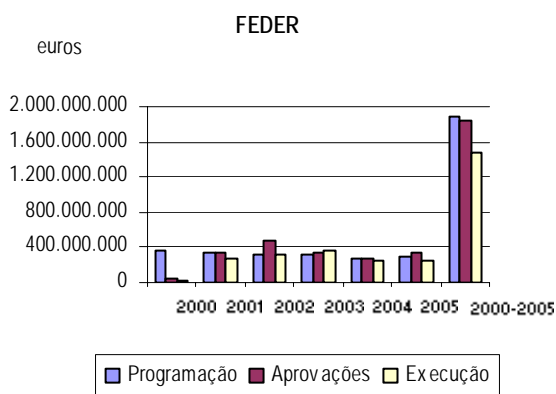
| Ano                | Fundo        | Programação          |                      | Aprovação            |                      | Execução             |                      | Taxas(%)     |              |              |
|--------------------|--------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|--------------|--------------|--------------|
|                    |              | D. Pública           | Fundo                | D. Pública           | Fundo                | D. Pública           | Fundo                | A/P          | E/P          | E/A          |
| 2000               | FEDER        | 353.917.738          | 220.153.175          | 49.549.776           | 27.849.551           | 12.862.594           | 9.389.067            | 14,0         | 3,6          | 26,0         |
|                    | FSE          | 41.129.805           | 27.156.013           | 25.396.334           | 15.723.662           | 3.021.908            | 1.737.597            | 61,7         | 7,3          | 11,9         |
|                    | FEOGA        | 39.037.977           | 27.982.839           | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0,0          | 0,0          |              |
|                    | IFOP         | 432.978              | 314.978              | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0,0          | 0,0          |              |
|                    | <b>Total</b> | <b>434.518.498</b>   | <b>275.607.005</b>   | <b>74.946.110</b>    | <b>43.573.212</b>    | <b>15.884.502</b>    | <b>11.126.664</b>    | <b>17,2</b>  | <b>3,7</b>   | <b>21,2</b>  |
| 2001               | FEDER        | 339.704.917          | 210.309.576          | 344.443.970          | 219.346.768          | 282.202.401          | 179.378.988          | 101,4        | 83,1         | 81,9         |
|                    | FSE          | 45.462.952           | 29.505.030           | 34.204.476           | 21.031.215           | 49.028.026           | 30.187.939           | 75,2         | 107,8        | 143,3        |
|                    | FEOGA        | 43.215.797           | 31.020.436           | 33.970.193           | 24.143.165           | 6.643.344            | 4.787.633            | 78,6         | 15,4         | 19,6         |
|                    | IFOP         | 357.977              | 261.977              | 16.180               | 12.135               | 4.194                | 3.145                | 4,5          | 1,2          | 25,9         |
|                    | <b>Total</b> | <b>428.741.643</b>   | <b>271.097.019</b>   | <b>412.634.818</b>   | <b>264.533.283</b>   | <b>337.877.964</b>   | <b>214.357.705</b>   | <b>96,2</b>  | <b>78,8</b>  | <b>81,9</b>  |
| 2002               | FEDER        | 314.701.613          | 197.160.665          | 472.252.289          | 292.565.402          | 321.072.840          | 207.651.133          | 150,1        | 102,0        | 68,0         |
|                    | FSE          | 46.555.996           | 29.900.751           | 37.031.256           | 22.705.949           | 37.997.119           | 23.215.363           | 79,5         | 81,6         | 102,6        |
|                    | FEOGA        | 43.664.708           | 31.356.176           | 56.035.691           | 40.850.340           | 32.516.370           | 23.669.925           | 128,3        | 74,5         | 58,0         |
|                    | IFOP         | 319.977              | 234.977              | 554.731              | 416.048              | 11.827               | 8.870                | 173,4        | 3,7          | 2,1          |
|                    | <b>Total</b> | <b>405.242.294</b>   | <b>258.652.569</b>   | <b>565.873.966</b>   | <b>356.537.740</b>   | <b>391.598.156</b>   | <b>254.545.291</b>   | <b>139,6</b> | <b>96,6</b>  | <b>69,2</b>  |
| 2003               | FEDER        | 311.970.548          | 195.568.562          | 352.053.743          | 212.062.291          | 371.766.761          | 217.918.844          | 112,8        | 119,2        | 105,6        |
|                    | FSE          | 52.662.187           | 32.929.294           | 50.564.388           | 31.328.066           | 49.179.604           | 30.061.152           | 96,0         | 93,4         | 97,3         |
|                    | FEOGA        | 40.472.347           | 29.005.487           | 40.262.199           | 28.605.847           | 27.075.434           | 19.320.562           | 99,5         | 66,9         | 67,2         |
|                    | IFOP         | 319.977              | 234.977              | 404.030              | 327.200              | 219.079              | 175.212              | 126,3        | 68,5         | 54,2         |
|                    | <b>Total</b> | <b>405.425.059</b>   | <b>257.738.320</b>   | <b>443.284.360</b>   | <b>272.323.404</b>   | <b>448.240.877</b>   | <b>267.475.770</b>   | <b>109,3</b> | <b>110,6</b> | <b>101,1</b> |
| 2004               | FEDER        | 279.386.713          | 177.407.525          | 279.793.547          | 168.514.629          | 249.775.867          | 151.054.245          | 100,1        | 89,4         | 89,3         |
|                    | FSE          | 51.927.368           | 31.705.504           | 58.822.496           | 36.869.785           | 38.521.257           | 23.617.880           | 113,3        | 74,2         | 65,5         |
|                    | FEOGA        | 37.213.105           | 27.674.951           | 94.846.933           | 64.241.644           | 42.736.201           | 29.835.511           | 254,9        | 114,8        | 45,1         |
|                    | IFOP         | 177.637              | 139.977              | 595.867              | 513.474              | 835.044              | 659.498              | 335,4        | 470,1        | 140,1        |
|                    | <b>Total</b> | <b>368.704.823</b>   | <b>236.927.957</b>   | <b>434.058.843</b>   | <b>270.139.532</b>   | <b>331.868.369</b>   | <b>205.167.133</b>   | <b>117,7</b> | <b>90,0</b>  | <b>76,5</b>  |
| 2005               | FEDER        | 291.681.201          | 187.077.422          | 343.139.712          | 200.228.198          | 248.711.069          | 148.375.967          | 117,6        | 85,3         | 72,5         |
|                    | FSE          | 54.784.049           | 33.403.772           | 74.168.398           | 46.403.564           | 60.702.181           | 37.625.403           | 135,4        | 110,8        | 81,8         |
|                    | FEOGA        | 38.399.389           | 28.630.276           | 26.473.399           | 18.587.806           | 40.716.814           | 28.244.799           | 68,9         | 106,0        | 153,8        |
|                    | IFOP         | 205.997              | 162.977              | 87.911               | 69.300               | 148.740              | 113.727              | 42,7         | 72,2         | 169,2        |
|                    | <b>Total</b> | <b>385.070.636</b>   | <b>249.274.447</b>   | <b>443.869.420</b>   | <b>265.288.869</b>   | <b>350.278.803</b>   | <b>214.359.896</b>   | <b>115,3</b> | <b>91,0</b>  | <b>78,9</b>  |
| 2000-2005          | FEDER        | 1.891.362.730        | 1.187.676.925        | 1.841.233.036        | 1.120.566.839        | 1.486.391.531        | 913.768.245          | 97,3         | 78,6         | 80,7         |
|                    | FSE          | 292.522.357          | 184.600.364          | 280.187.348          | 174.062.241          | 238.450.094          | 146.445.333          | 95,8         | 81,5         | 85,1         |
|                    | FEOGA        | 242.003.323          | 175.670.165          | 251.588.414          | 176.428.803          | 149.688.162          | 105.858.429          | 104,0        | 61,9         | 59,5         |
|                    | IFOP         | 1.814.543            | 1.349.863            | 1.658.718            | 1.338.157            | 1.218.884            | 960.453              | 91,4         | 67,2         | 73,5         |
|                    | <b>Total</b> | <b>2.427.702.953</b> | <b>1.549.297.317</b> | <b>2.374.667.517</b> | <b>1.472.396.040</b> | <b>1.875.748.671</b> | <b>1.167.032.459</b> | <b>97,8</b>  | <b>77,3</b>  | <b>79,0</b>  |
| Total<br>2000-2006 | FEDER        | 2.169.289.387        | 1.369.991.072        | 1.899.042.792        | 1.156.427.151        | 1.486.391.531        | 913.768.245          | 87,5         | 68,5         | 78,3         |
|                    | FSE          | 347.545.472          | 218.176.000          | 315.135.701          | 195.662.073          | 238.450.094          | 146.445.333          | 90,7         | 68,6         | 75,7         |
|                    | FEOGA        | 282.214.326          | 205.681.000          | 263.648.891          | 184.093.868          | 149.688.162          | 105.858.429          | 93,4         | 53,0         | 56,8         |
|                    | IFOP         | 2.049.320            | 1.537.000            | 1.700.603            | 1.369.571            | 1.218.884            | 960.453              | 83,0         | 59,5         | 71,7         |
|                    | <b>Total</b> | <b>2.801.098.505</b> | <b>1.795.385.072</b> | <b>2.479.527.987</b> | <b>1.537.552.663</b> | <b>1.875.748.671</b> | <b>1.167.032.459</b> | <b>88,5</b>  | <b>67,0</b>  | <b>75,6</b>  |

No decurso de 2005 o valor das aprovações ultrapassou o valor programado, 115%, ficando a execução na ordem dos 91%.

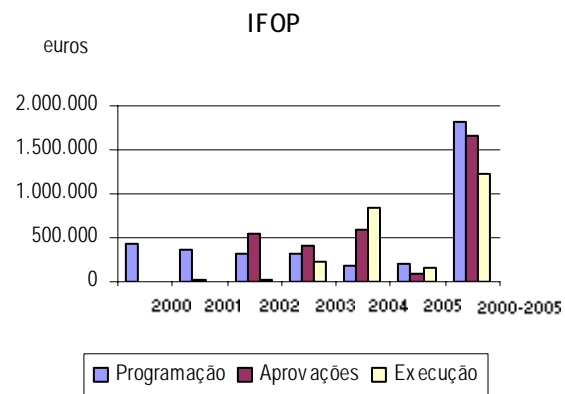
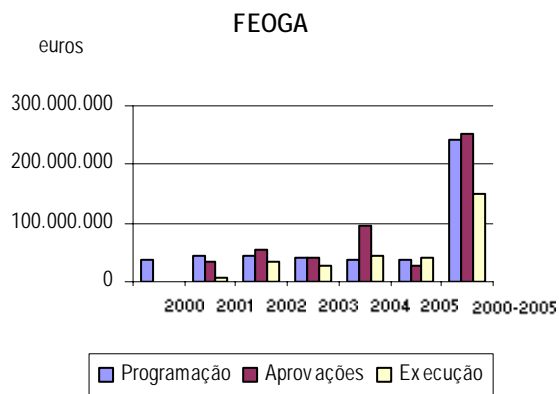
Daqui se depreende que, apesar da baixa de execução registada em 2004 e 2005, relativamente a 2003, a taxa de aprovação e de execução até final de 2005 apresenta valores razoáveis: 89% do montante total do programa, encontra-se comprometido, pois já se encontram aprovados 2.480 dos 2.802 milhões de Euros da despesa pública programada; a execução é de 67% relativamente ao programado e de 75,6% se tivermos em linha de conta o valor total aprovado. Importa referir que estas duas últimas taxas são consideravelmente distintas consoante os diferentes fundos: 68,5% e 78,3% no caso do FEDER, 68,6% e 75,7%, no do FSE, 59,5% e 71,7% no caso do IFOP e 53% e 56,8%, no do FEOGA.



Para uma apreciação mais detalhada desta situação, apresentam-se os gráficos que traduzem a evolução total verificada ao nível do Programa e de cada um dos Fundos.







Para os níveis de aprovação e de execução elevados concorrem, em grande parte, as medidas do Eixo I, quer ao nível das aprovações (98% e 112% do valor total programado e do programado até final de 2005, respectivamente) quer ao nível da execução (82% e 95% do total programado e do programado até final de 2005). Numa situação intermédia encontra-se o Eixo III e numa bastante mais desfavorável o Eixo II.

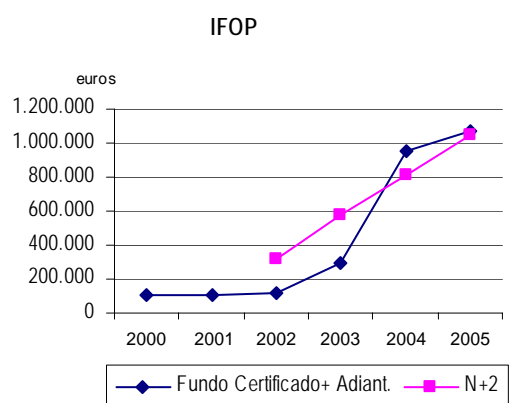
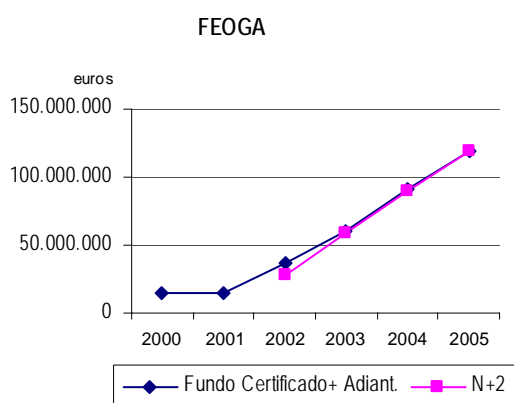
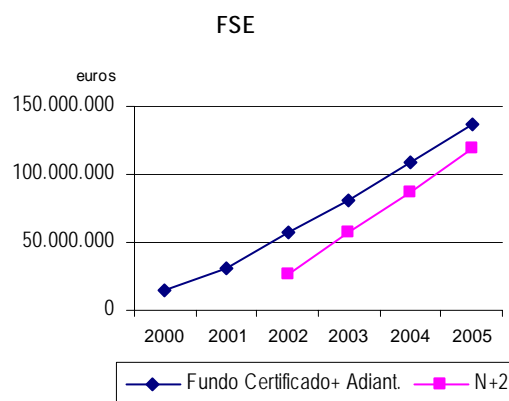
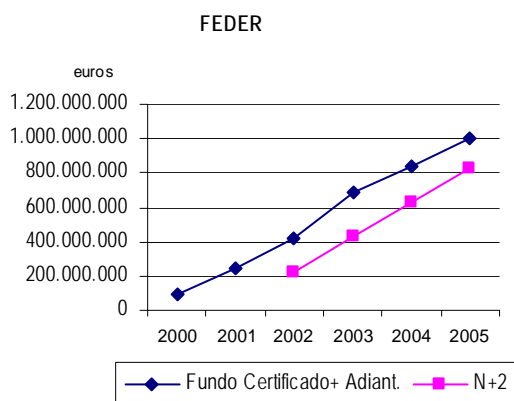
## PO Centro: síntese da execução por Medida (31.12.2005)

Unidade: euros

| Medidas  | Despesa Pública (2000-2005) |                      |                      | % (2000-2005) |             |             | % (2000-2006) |             |             |
|--|-----------------------------|----------------------|----------------------|---------------|-------------|-------------|---------------|-------------|-------------|
|  | Programada                  | Aprovada             | Executada            | A/P.          | E./P.       | E./ A .     | A/P.          | E./P.       | E./ A .     |
| <b>PO TOTAL</b>  | <b>2.427.702.953</b>        | <b>2.374.667.517</b> | <b>1.875.748.671</b> | <b>97,8</b>   | <b>77,3</b> | <b>79,0</b> | <b>88,5</b>   | <b>67,0</b> | <b>75,6</b> |
| <b>EIXO 1</b>  | <b>731.869.568</b>          | <b>820.166.985</b>   | <b>692.441.916</b>   | <b>112,1</b>  | <b>94,6</b> | <b>84,4</b> | <b>97,9</b>   | <b>81,7</b> | <b>83,5</b> |
| 1.1- Equipamento e infra-estruturas locais   | 265.057.454                 | 273.860.115          | 236.954.858          | 103,3         | 89,4        | 86,5        | 90,1          | 77,7        | 86,3        |
| 1.2 - Ambiente e recursos naturais   | 142.056.729                 | 162.425.271          | 150.775.055          | 114,3         | 106,1       | 92,8        | 100,1         | 93,0        | 92,8        |
| 1.3 - Acessibilidades  | 102.280.488                 | 118.654.344          | 110.275.413          | 116,0         | 107,8       | 92,9        | 101,6         | 94,4        | 92,9        |
| 1.4 - Qualif. dos a. urb.e das est.de povoamento                                     | 55.600.872                  | 71.663.372           | 59.794.601           | 128,9         | 107,5       | 83,4        | 106,5         | 88,3        | 82,9        |
| 1.5 - Apoio às act. ec., act. de des. territorial e apoio à eficácia das p. públicas | 37.820.851                  | 28.739.622           | 21.599.797           | 76,0          | 57,1        | 75,2        | 72,9          | 52,6        | 72,2        |
| 1.6 - Desenvolvimento dos recursos humanos   | 30.642.831                  | 21.511.740           | 8.874.918            | 70,2          | 29,0        | 41,3        | 76,1          | 29,0        | 38,1        |
| 1.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial                                  | 65.159.107                  | 80.980.419           | 69.042.164           | 124,3         | 106,0       | 85,3        | 105,3         | 89,6        | 85,2        |
| 1.8 - Bonif. de Juros em L. de Crédito ao Inv. Autárq.                               | 5.393.930                   | 1.426.926            | 1.312.179            | 26,5          | 24,3        | 92,0        | 93,7          | 21,3        | 22,7        |
| 1.9 - Saneamento Básico  | 27.857.306                  | 60.905.175           | 33.812.932           | 218,6         | 121,4       | 55,5        | 149,4         | 81,8        | 54,7        |
| <b>EIXO 2</b>  | <b>257.808.105</b>          | <b>221.648.211</b>   | <b>148.750.608</b>   | <b>86,0</b>   | <b>57,7</b> | <b>67,1</b> | <b>83,6</b>   | <b>49,6</b> | <b>59,3</b> |
| 2.1 - A. Int. p/ a Qual. e C. das Cidades - C. Territorial                           | 75.071.218                  | 76.757.412           | 45.862.545           | 102,2         | 61,1        | 59,7        | 96,0          | 51,7        | 53,9        |
| 2.3 - Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias                                   | 22.115.482                  | 20.828.119           | 18.932.852           | 94,2          | 85,6        | 90,9        | 82,6          | 75,0        | 90,8        |
| 2.4 - Acção Integrada "Turismo e Pat.no Vale do Côa"                                 | 55.281.184                  | 34.358.421           | 26.153.347           | 62,2          | 47,3        | 76,1        | 63,6          | 41,4        | 65,2        |
| 2.5 - Acção Integrada de Base T.da Serra da Estrela                                  | 27.640.681                  | 30.751.925           | 23.162.182           | 111,3         | 83,8        | 75,3        | 97,4          | 73,4        | 75,3        |
| 2.6 - Acção I. de Base T. do Pinhal Interior (FEDER)                                 | 21.397.515                  | 22.640.579           | 15.169.578           | 105,8         | 70,9        | 67,0        | 89,2          | 58,2        | 65,2        |
| 2.7 - Acção I. de Base T. do Pinhal Interior (FEOGA)                                 | 35.332.193                  | 28.032.446           | 13.933.058           | 79,3          | 39,4        | 49,7        | 95,0          | 33,2        | 34,9        |
| 2.8 - Des. rec. humanos e prom. da coesão social                                     | 20.969.832                  | 8.279.308            | 5.537.045            | 39,5          | 26,4        | 66,9        | 46,7          | 23,7        | 50,8        |
| <b>EIXO 3</b>  | <b>1.438.025.280</b>        | <b>1.332.852.322</b> | <b>1.034.556.148</b> | <b>92,7</b>   | <b>71,9</b> | <b>77,6</b> | <b>84,6</b>   | <b>62,6</b> | <b>74,0</b> |
| 3.1 -Educação- Infr. da e. pré-escolar e dos e. b. e sec.                            | 100.286.347                 | 95.104.860           | 83.253.878           | 94,8          | 83,0        | 87,5        | 88,9          | 76,5        | 86,1        |
| 3.2 - Educação - Ensino profissional   | 91.659.345                  | 96.877.349           | 88.983.582           | 105,7         | 97,1        | 91,9        | 98,1          | 77,4        | 78,9        |
| 3.3 - Promoção da Empreg. e do Emprego a Nível Local                                 | 140.677.704                 | 151.545.120          | 133.196.703          | 107,7         | 94,7        | 87,9        | 98,3          | 78,8        | 80,2        |
| 3.4 - Apoio ao Invest. no Desenvolvimento Local                                      | 25.222.280                  | 14.468.778           | 10.438.283           | 57,4          | 41,4        | 72,1        | 64,2          | 35,6        | 55,4        |
| 3.5 -Ciência, Tecnologia e Inovação  | 7.385.630                   | 3.107.937            | 1.045.454            | 42,1          | 14,2        | 33,6        | 38,9          | 13,1        | 33,6        |
| 3.6 - Sociedade da Informação  | 36.930.500                  | 12.076.401           | 8.095.378            | 32,7          | 21,9        | 67,0        | 27,9          | 18,2        | 65,2        |
| 3.7 - S. da Informação: criar comp. p/ o des. de P. D.                               | 4.298.000                   | 0                    | 0                    | 0,0           | 0,0         |             | 0,0           | 0,0         |             |
| 3.8 -Saúde: Impl. dos S. Locais de Saúde (SLS)                                       | 70.646.262                  | 57.986.620           | 46.028.149           | 82,1          | 65,2        | 79,4        | 75,7          | 56,2        | 74,2        |
| 3.9 - Cultura  | 8.629.173                   | 8.853.461            | 7.242.643            | 102,6         | 83,9        | 81,8        | 89,6          | 73,3        | 81,8        |
| 3.10 - Desporto: Des. de Equip. Desportivos  | 82.113.714                  | 95.714.718           | 73.697.310           | 116,6         | 89,8        | 77,0        | 97,1          | 74,2        | 76,5        |
| 3.11 - Economia  | 229.321.539                 | 223.620.483          | 176.191.096          | 97,5          | 76,8        | 78,8        | 92,4          | 70,0        | 75,7        |
| 3.12 - Acessibilidades e Transportes   | 357.742.232                 | 283.619.582          | 220.922.699          | 79,3          | 61,8        | 77,9        | 74,0          | 54,9        | 74,2        |
| 3.13 - Ambiente  | 45.814.849                  | 41.956.666           | 30.149.652           | 91,6          | 65,8        | 71,9        | 80,7          | 56,4        | 69,9        |
| 3.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural   | 202.516.772                 | 218.985.600          | 132.149.784          | 108,1         | 65,3        | 60,3        | 93,1          | 56,1        | 60,3        |
| 3.15 - Pescas- Infra-estruturas de Portos  | 10.394.190                  | 10.470.092           | 8.911.595            | 100,7         | 85,7        | 85,1        | 86,5          | 73,6        | 85,1        |
| 3.16 - Pescas: Equipamentos de Transformação   | 1.814.543                   | 1.658.718            | 1.218.884            | 91,4          | 67,2        | 73,5        | 83,0          | 59,5        | 71,7        |
| 3.17 - Assistência Técnica FEDER   | 14.143.197                  | 10.261.737           | 7.567.891            | 72,6          | 53,5        | 73,7        | 64,0          | 46,8        | 73,0        |
| 3.18- Assistência Técnica FSE  | 4.274.645                   | 1.973.831            | 1.857.846            | 46,2          | 43,5        | 94,1        | 39,9          | 37,5        | 94,1        |
| 3.19 - Assistência Técnica FEOGA   | 4.154.358                   | 4.570.369            | 3.605.321            | 110,0         | 86,8        | 78,9        | 94,6          | 74,6        | 78,9        |

Como se documenta nas figuras que evidenciam a evolução verificada, o Programa apresenta níveis de aprovação e de execução que o colocam numa situação confortável relativamente à regra n+2, no que respeita ao FEDER e FSE. Nestes casos, o valor mínimo a atingir em final de 2005, assinalado em cada um dos respectivos gráficos, foi claramente ultrapassado. No caso do FEDER o valor certificado já é próximo do mínimo a atingir no final de 2006 (1.000.599.523 euros) e no caso do FSE o valor mínimo do ano 2006 (151.196.592 euros) foi ultrapassado com a certificação ocorrida no início de 2006. De realçar a elevada recuperação ocorrida no IFOP, que passou de uma situação de execução muito baixa no final de 2003 para uma situação confortável no final de 2004. No ano de 2005, a despesa certificada ficou pelos mínimos necessários para o cumprimento da regra n+2.

No que respeita ao FEOGA é de realçar o acréscimo de despesa registada nos anos de 2004 e 2005, 110% do programado para estes anos, o que permitiu, ainda que no seu limite, o cumprimento da regra n+2.



## 2. Transferências da Comissão Europeia e pagamentos aos beneficiários

Os fluxos financeiros com a Comissão Europeia, que se encontram expressos no Anexo II, permitem constatar que as transferências para o Estado Membro por via do PO Centro e os créditos por satisfazer eram, no final de 2005, os seguintes:

Unidade: Mil Euros

| Fundo        | Créditos             | Pagamentos<br>CE     | Por satisfazer    |
|--------------|----------------------|----------------------|-------------------|
| FEDER        | 996.196,824          | 977.782,322          | 18.414,502        |
| FSE          | 136.223,804          | 136.223,804          | 0,000             |
| FEOGA        | 119.622,979          | 108.350,570          | 11.272,409        |
| IFOP         | 1.068,043            | 934,711              | 133,332           |
| <b>Total</b> | <b>1.253.111,649</b> | <b>1.223.291,407</b> | <b>29.820,242</b> |

As verbas remetidas para a Autoridade de Gestão foram utilizados no reembolso aos beneficiários finais e na transferência para as entidades pagadoras, cujos montantes totalizaram:

Unidade: Euros

| Fundo         | Transferências das<br>Autoridades de<br>Pagamento | Pagamentos aos Beneficiários e transferências para as<br>Entidades Pagadoras |                   |                    |                      |
|---------------|---|--|-------------------|--------------------|----------------------|
|               |   | Eixo I   | Eixo II           | Eixo III           | Total                |
| FEDER         | 935.262.876                                       | 468.420.422  | 92.688.752        | 368.776.429        | 929.885.603          |
| FSE (*)       | 133.984.353                                       | 6.629.767  | 4.026.197         | 120.696.521        | 131.352.485          |
| FEOGA<br>(**) | 90.339.385  |  |                   |                    | 90.339.385           |
| IFOP          | 934.711   |  |                   | 739.269            | 739.269              |
| <b>Total</b>  | <b>1.160.521.324</b>                              | <b>475.050.189</b>   | <b>96.714.949</b> | <b>490.212.219</b> | <b>1.152.316.741</b> |

(\*) - Inclui juros no valor de 98.735,49 euros

(\*\*) - Inclui juros no valor de 25.740,51 euros

Os pagamentos, no caso de projectos com comparticipação do FEDER, correspondem a reembolso de despesa efectuada e paga ou a adiantamentos de despesas efectuadas, mas ainda não liquidados pelos beneficiários finais, nos termos da legislação em vigor. No caso dos projectos com comparticipação do FSE e do FEOGA, foram efectuados adiantamentos, de acordo com a legislação e contratos celebrados com os beneficiários.

### 3. Domínios de intervenção: aprovações e execução

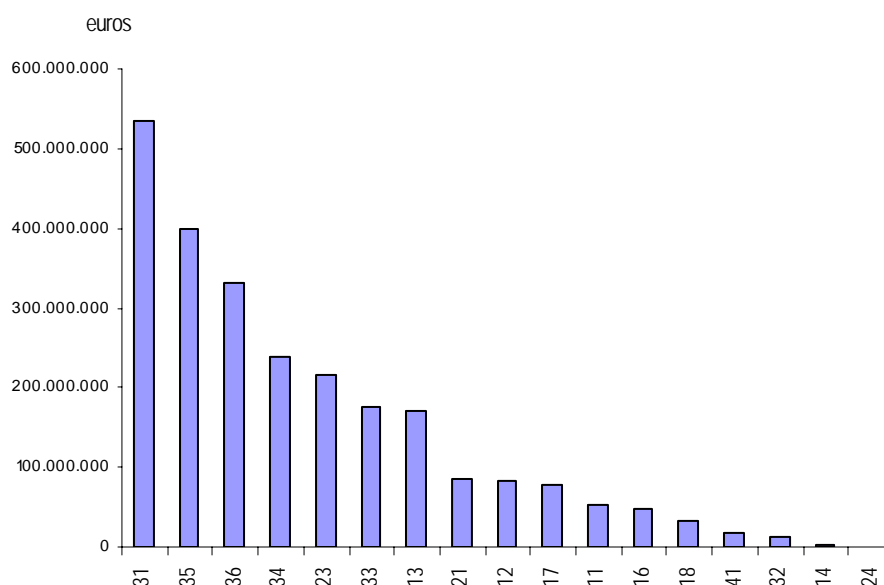
Uma breve análise da ventilação de todos os projectos apoiados até final de 2005 por domínios de intervenção permite-nos concluir que estas se concentram em oito principais sectores, representando 87% do investimento total.

| Domínios   | Unidade: %      |                    |                    |                    |
|--|-----------------|--------------------|--------------------|--------------------|
|  | Aprovações      |                    | Execução 2000-2005 |                    |
|  | Despesa Pública | Fundos Estruturais | Despesa Pública    | Fundos Estruturais |
| 11- Agricultura  | 2,1             | 2,4                | 2,6                | 2,9                |
| 12- Silvicultura   | 3,3             | 3,5                | 1,5                | 1,6                |
| 13 - Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais         | 6,9             | 8,0                | 5,7                | 6,5                |
| 14 - Pescas  | 0,1             | 0,1                | 0,1                | 0,1                |
| 16- Ajudas às PME e ao artesanato  | 1,9             | 2,0                | 1,4                | 1,5                |
| 17- Turismo  | 3,1             | 3,4                | 2,9                | 3,1                |
| 18 - Investg., desenv. e inovação tecn. (IDTI)                           | 1,4             | 1,1                | 0,3                | 0,2                |
| 21 - Políticas activas do mercado de trabalho                            | 3,5             | 3,5                | 3,5                | 3,5                |
| 23 - Des. da educação e da formação p. não ligada a um sector específico | 8,7             | 8,6                | 8,9                | 8,6                |
| 24 - Adap., espírito de empresa e inovação, n. tec. da inf e da com.     | 0,0             | 0,1                | 0,0                | 0,0                |
| 31 - Infra-estruturas de transportes                                     | 21,5            | 21,0               | 23,1               | 23,0               |
| 32- Infraestruturas de telecomunicações e s. da informação               | 0,5             | 0,6                | 0,4                | 0,5                |
| 33 - Infra-estruturas no domínio das energias                            | 7,1             | 4,5                | 8,6                | 5,5                |
| 34 - Infra-estruturas ambientais   | 9,7             | 10,4               | 10,4               | 11,6               |
| 35 - Ordenamento e requalificação  | 16,1            | 17,2               | 15,7               | 16,9               |
| 36 - Infraestruturas sociais e da saúde                                  | 13,4            | 12,8               | 14,3               | 13,6               |
| 41 - Assistência Técnica   | 0,7             | 0,8                | 0,7                | 0,8                |
| TOTAL  | 100,0           | 100,0              | 100,0              | 100,0              |

A sua leitura permite-nos destacar:

- que as infra-estruturas básicas, ao nível dos transportes (21,5% do investimento total apoiado pelo programa) e do ambiente (9,7%) predominam, evidenciando os défices estruturais que subsistem nestes domínios na Região Centro;
- os equipamentos sociais, culturais e desportivos, enquadrados no domínio das infra-estruturas sociais e da saúde (13,4%), que, associados às intervenções no domínio do ordenamento e requalificação urbana (16,1%), são responsáveis pela melhoria da qualidade de vida e do ambiente urbano;
- a importância pesada e estruturante que tem os projectos no domínio das energias (7,1%);
- a importância das políticas activas do mercado de trabalho (3,5%) e da educação e da formação (8,7%);
- o número relativamente importante que têm os projectos de promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais (6,9%) e de apoio à silvicultura (3,3%) .

### PO Centro: despesa pública aprovada por domínio de intervenção



|  |  |
|--|--|
| 31 - Infra-estruturas de transportes                                     | 17- Turismo  |
| 35 - Ordenamento e requalificação  | 11- Agricultura  |
| 36 - Infraestruturas sociais e da saúde                                  | 16- Ajudas às PME e ao artesanato                                    |
| 34 - Infra-estruturas ambientais   | 18 - Investg., desenv. e inovação tecn (IDTI)                        |
| 23 - Des. da educação e da formação p. não ligada a um sector específico | 41 - Assistência Técnica   |
| 33 - Infra-estruturas no domínio das energias                            | 32- Infraes-estruturas de telecomunicações e s. da informação        |
| 13 - Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais         | 14 - Pescas  |
| 21 - Políticas activas do mercado de trabalho                            | 24 - Adap., espírito de empresa e inovação, n. tec. da inf e da com. |
| 12- Silvicultura   |  |

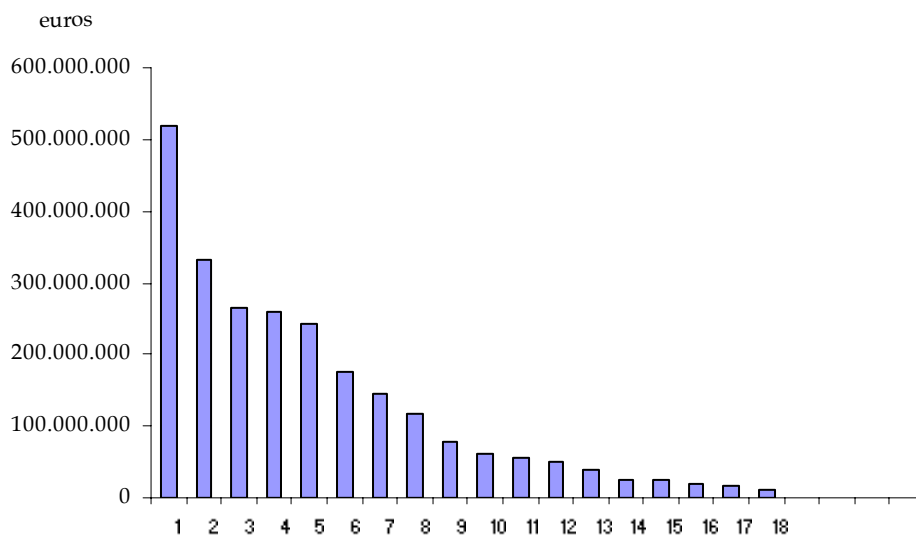
## 4. Sectores apoiados: aprovações e respectiva execução

O quadro que passamos a apresentar destaca os projectos que foram apoiados segundo o respectivo sector reproduzindo, de alguma forma, as conclusões do ponto anterior, destacando-se os transportes (21%), o ambiente (10,7%), agricultura (10,5%), formação e o emprego (13,4 revitalização urbana (9.8%) e a energia (7,1%).

Unidade: euros

| Sector                            | Aprovações    |                      |              |                      | Execução (2000-2005) |              |                      |
|-----------------------------------|---------------|----------------------|--------------|----------------------|----------------------|--------------|----------------------|
|                                   | Nº Proj.      | D. Pública           | %            | Fundo                | D. Pública           | %            | Fundo                |
| AGRICULTURA                       | 9.536         | 259.706.683          | 10,5         | 181.059.061          | 146.700.485          | 7,8          | 103.541.245          |
| AMBIENTE - Abast. de Água         | 100           | 44.827.089           | 1,8          | 31.292.566           | 39.014.191           | 2,1          | 27.574.180           |
| AMBIENTE- Águas Residuais         | 290           | 183.519.722          | 7,4          | 120.605.831          | 146.174.453          | 7,8          | 100.728.134          |
| AMBIENTE - Protecção Amb.         | 146           | 28.864.565           | 1,2          | 21.427.663           | 20.716.090           | 1,1          | 15.456.662           |
| AMBIENTE - Resíduos Sólidos       | 10            | 8.964.307            | 0,4          | 6.697.968            | 8.807.126            | 0,5          | 6.585.057            |
| AMBIENTE - Outros                 | 2             | 93.242               | 0,0          | 63.960               | 71.822               | 0,0          | 50.037               |
| Total Ambiente                    | 548           | 266.268.925          | 10,7         | 180.087.989          | 214.783.682          | 11,5         | 150.394.070          |
| APOIO AO DES. REGIONAL            | 123           | 51.090.574           | 2,1          | 33.305.776           | 40.409.466           | 2,2          | 27.177.598           |
| ASSISTÊNCIA TÉCNICA               | 53            | 16.907.937           | 0,7          | 12.505.044           | 13.031.059           | 0,7          | 9.603.117            |
| CIÊNCIA E TECNOLOGIA              | 5             | 3.127.298            | 0,1          | 1.567.521            | 1.064.815            | 0,1          | 536.280              |
| COMÉRCIO                          | 10            | 20.920.893           | 0,8          | 8.903.345            | 14.374.407           | 0,8          | 6.279.872            |
| CULTURA                           | 102           | 77.858.139           | 3,1          | 51.140.224           | 68.405.961           | 3,6          | 45.329.748           |
| DESPORTO                          | 67            | 145.572.200          | 5,9          | 62.225.886           | 116.645.273          | 6,2          | 49.758.302           |
| RECREIO E LAZER                   | 30            | 24.970.560           | 1,0          | 15.875.291           | 19.804.029           | 1,1          | 12.823.671           |
| EDUCAÇÃO                          | 213           | 117.569.004          | 4,7          | 84.496.475           | 102.887.050          | 5,5          | 74.121.955           |
| INTEGRAÇÃO SOCIAL                 | 6             | 2.200.547            | 0,1          | 1.440.511            | 1.420.327            | 0,1          | 933.367              |
| ENERGIA                           | 22            | 176.459.590          | 7,1          | 69.872.522           | 161.921.290          | 8,6          | 64.207.249           |
| F. PROF. E EMPREGO                | 1.604         | 332.000.648          | 13,4         | 205.660.875          | 247.030.530          | 13,2         | 151.485.094          |
| INDÚSTRIA                         | 41            | 56.717.679           | 2,3          | 30.556.105           | 21.122.147           | 1,1          | 11.509.510           |
| PESCAS                            | 21            | 12.170.695           | 0,5          | 9.222.139            | 10.130.478           | 0,5          | 7.644.149            |
| QUALI. DA AD. PÚBLICA             | 3             | 4.640.911            | 0,2          | 3.404.268            | 3.223.697            | 0,2          | 2.417.773            |
| REVITALIZAÇÃO URBANA              | 445           | 244.083.878          | 9,8          | 168.751.419          | 168.638.749          | 9,0          | 117.358.000          |
| SAÚDE                             | 45            | 62.239.395           | 2,5          | 46.500.522           | 46.267.477           | 2,5          | 34.521.584           |
| SOC.DE INFORMAÇÃO                 | 15            | 11.253.210           | 0,5          | 7.576.202            | 7.791.749            | 0,4          | 5.302.565            |
| TRANSPORTES - Ferrov.             | 1             | 2.034.522            | 0,1          | 854.499              | 2.034.522            | 0,1          | 854.499              |
| TRANSPORTES - Portuários          | 2             | 9.334.547            | 0,4          | 4.667.273            | 9.334.547            | 0,5          | 4.667.273            |
| TRANSPORTES - rodovia             | 477           | 503.939.726          | 20,3         | 303.336.380          | 406.427.914          | 21,7         | 250.395.736          |
| TRANSPORTES - outros              | 8             | 4.714.363            | 0,2          | 2.980.318            | 3.611.980            | 0,2          | 2.414.172            |
| Total Transportes                 | 488           | 520.023.157          | 21,0         | 311.838.470          | 421.408.962          | 22,5         | 258.331.680          |
| TURISMO                           | 93            | 38.161.730           | 1,5          | 26.765.024           | 22.513.616           | 1,2          | 15.637.569           |
| PATRIMÓNIO HISTÓRICO/<br>CULTURAL | 52            | 25.744.530           | 1,0          | 17.810.655           | 22.307.952           | 1,2          | 15.475.670           |
| OUTROS                            | 179           | 9.839.802            | 0,4          | 6.987.338            | 3.865.469            | 0,2          | 2.642.390            |
| <b>TOTAL</b>                      | <b>13.701</b> | <b>2.479.527.987</b> | <b>100,0</b> | <b>1.537.552.662</b> | <b>1.875.748.671</b> | <b>100,0</b> | <b>1.167.032.459</b> |

Esta análise evidencia a importância significativa que as infra-estruturas básicas (ambiente, transportes e energia) e os equipamentos educativos, desportivos e culturais ainda têm no esforço de investimento público.

**PO Centro: despesa pública aprovada por sector**

|   |                      |    |                                   |
|---|----------------------|----|-----------------------------------|
| 1 | TRANSPORTES          | 10 | SAÚDE                             |
| 2 | F. PROF. E EMPREGO   | 11 | INDÚSTRIA                         |
| 3 | AMBIENTE             | 12 | APOIO AO DES. REGIONAL            |
| 4 | AGRICULTURA          | 13 | TURISMO                           |
| 5 | REVITALIZAÇÃO URBANA | 14 | PATRIMÓNIO HISTÓRICO/<br>CULTURAL |
| 6 | ENERGIA              | 15 | RECREIO E LAZER                   |
| 7 | DESPORTO             | 16 | COMÉRCIO                          |
| 8 | EDUCAÇÃO             | 17 | ASSISTÊNCIA TÉCNICA               |
| 9 | CULTURA              | 18 | PESCAS                            |

**5. Indicadores de acompanhamento**

Nos quadros do anexo IV é apresentada a situação dos principais indicadores de realização física, com a indicação da quantidade realizada no final do ano.

Na maioria das medidas as metas previstas foram atingidas em mais de 80% da meta 2005 (cerca de 71% dos indicadores de execução e de resultado).

| Eixo     | Nº de Indicadores    |                                  |              |                                  |
|----------|----------------------|----------------------------------|--------------|----------------------------------|
|          | De realização física |                                  | De resultado |                                  |
|          | Total                | Execução de acordo com a meta(*) | Total        | Execução de acordo com a meta(*) |
| Eixo I   | 28                   | 23                               | 4            | 4                                |
| Eixo II  | 44                   | 29                               | 2            | 2                                |
| Eixo III | 81                   | 52                               | 12           | 12                               |
| Total    | 153                  | 104                              | 18           | 18                               |

(\*) Execução em mais de 80% da meta extrapolada para 2005



## 6. Grandes projectos

Dos projectos previstos com um investimento elegível superior a 50 milhões de Euros, um na Medida de Acessibilidades e Transportes e outro na Medida Economia, foi aprovado o desta última “Armazenagem Subterrânea de Gás Natural”. Trata-se de um projecto que se integra no projecto global da Rede Portuguesa de Transporte de Gás Natural em alta Pressão e constituirá um pilar de apoio ao sistema, quer do ponto de vista operacional, quer do ponto de vista da segurança de aprovisionamento do mercado.

O projecto localiza-se na Mata do Carriço, no concelho de Pombal, e é constituído por cavernas executadas no “Domus Salino” a profundidades compreendidas entre os 1000 e 1200 m. A capacidade de armazenagem de gás natural prevista inicialmente é da ordem dos  $140 \times 10^6 \text{ m}^3$

De acordo com os artigos 25º e 26º do capítulo V do regulamento (CE) nº 1260/1999 do Conselho, de 21 de Julho, o seu financiamento é condicionado ao resultado da notificação à Comissão Europeia, notificação essa efectuada no início do ano 2001 e concluída em Julho de 2001, através da Decisão da Comissão C(2001) 2011, de 27 de Julho.

A despesa validada até finais de 2005, no valor de 79.616 mil euros representa 92,6% do seu custo elegível. A sua execução segue o seu cronograma financeiro.

Após a conclusão da lixiviação e realização dos testes de estanquidade, foram realizados os primeiros enchimentos com gás natural das Cavidades TGC-5 e TGC-3, concluídos, respectivamente, em 29-09-2005 e 23-01-2006, após a injeção de  $80 \times 10^6 \text{ m}^3$  e  $95 \times 10^6 \text{ m}^3$ .

Foi iniciada a lixiviação do Furo TGC-4, em meados do ano de 2005. Importa ainda referir que foi constituída uma Comissão de Acompanhamento Ambiental que integra representantes da Agricultura, do Ambiente e da Transgás. Foram emitidos oito relatórios sobre o acompanhamento ambiental, o último emitido em Março de 2006.

Relativamente ao outro grande projecto, previsto na Medida Acessibilidades e Transportes, na sequência da decisão de reavaliação de alguns aspectos técnicos do projecto Metro Mondego e respectiva calendarização não é expectável adjudicar a obra e iniciar a sua concretização dentro do período deste QCA.

### **III**

#### **Eixo Prioritário I** **Apoio ao Investimento de Interesse** **Municipal e Intermunicipal**

## 1. Eixo I – Enquadramento e síntese da Execução

### Síntese global da execução

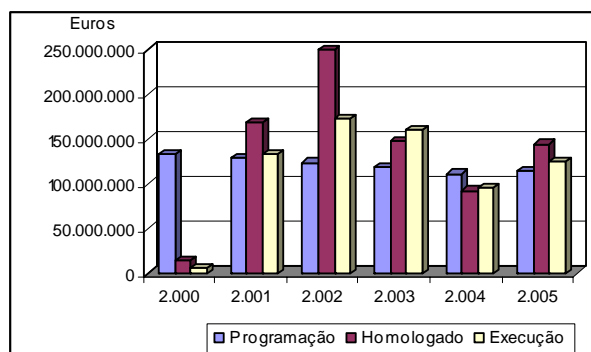
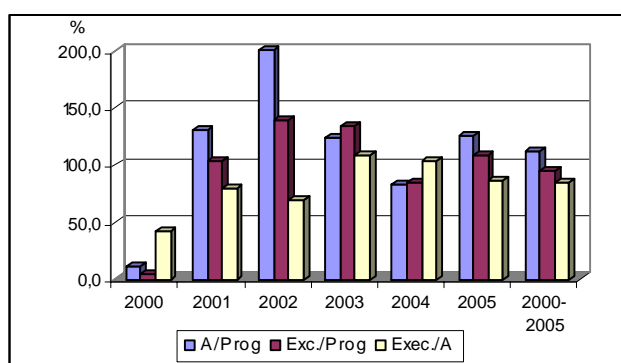
No decurso de 2005 tiveram lugar seis Unidades de Gestão da secção a) do Eixo I, onde foram aprovados 200 projectos representando um investimento elegível de 129,8 milhões de Euros. No âmbito da secção b, foram apreciados projectos das Medidas I.5 e I.6 que totalizaram, respectivamente, 29 (6,1 milhões de Euros) e 144 projectos (8,3 milhões de Euros).

O quadro que sintetiza a execução global do Eixo I ressalta que, até final de 2005, as candidaturas aprovadas totalizam 829.7 Milhões de Euros, predominando as apoiadas nas medidas enquadradas pelo Feder. Os montantes relativos à programação, aprovações e execução, alcançados em final de 2005, permitem concluir que já foram executados 81.7% do programado até 2006 e 83.5% do aprovado.

### Eixo I – Síntese da programação, aprovações e execução

Unidade: Euros

| Ano                  | Fundo        | Programação        |                    | Aprovado           |                    | Execução           |                    | Taxas (%)    |              |              |
|----------------------|--------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------|--------------|--------------|
|                      |              | D. Pública         | Fundo              | D. Pública         | Fundo              | D. Pública         | Fundo              | A/Prog       | Exc./Prog    | Exec./A      |
| 2000                 | FEDER        | 124.619.521        | 87.080.288         | 13.968.515         | 9.914.005          | 5.929.495          | 4.189.243          | 11,2         | 4,8          | 42,4         |
|                      | FSE          | 8.625.695          | 6.469.288          | 264.064            | 198.048            |                    |                    | 3,1          |              |              |
|                      | <b>Total</b> | <b>133.245.216</b> | <b>93.549.576</b>  | <b>14.232.579</b>  | <b>10.112.053</b>  | <b>5.929.495</b>   | <b>4.189.243</b>   | <b>10,7</b>  | <b>4,5</b>   | <b>41,7</b>  |
| 2001                 | FEDER        | 120.406.782        | 84.130.204         | 167.085.455        | 119.671.823        | 133.395.753        | 95.132.791         | 138,8        | 110,8        | 79,8         |
|                      | FSE          | 8.335.927          | 6.251.961          | 1.689.735          | 1.261.961          | 432.339            | 301.778            | 20,3         | 5,2          | 25,6         |
|                      | <b>Total</b> | <b>128.742.709</b> | <b>90.382.165</b>  | <b>168.775.189</b> | <b>120.933.784</b> | <b>133.828.092</b> | <b>95.434.569</b>  | <b>131,1</b> | <b>104,0</b> | <b>79,3</b>  |
| 2002                 | FEDER        | 116.124.870        | 81.141.180         | 250.759.142        | 175.679.700        | 171.637.996        | 120.924.593        | 215,9        | 147,8        | 68,4         |
|                      | FSE          | 8.038.678          | 6.029.023          | 1.772.366          | 1.329.274          | 1.240.923          | 908.116            | 22,0         | 15,4         | 70,0         |
|                      | <b>Total</b> | <b>124.163.548</b> | <b>87.170.203</b>  | <b>252.531.508</b> | <b>177.008.974</b> | <b>172.878.919</b> | <b>121.832.709</b> | <b>203,4</b> | <b>139,2</b> | <b>68,5</b>  |
| 2003                 | FEDER        | 113.426.198        | 79.255.507         | 143.777.230        | 99.032.819         | 158.220.042        | 109.285.664        | 126,8        | 139,5        | 110,0        |
|                      | FSE          | 5.642.531          | 4.231.912          | 3.528.015          | 2.646.012          | 1.334.650          | 1.045.495          | 62,5         | 23,7         | 37,8         |
|                      | <b>Total</b> | <b>119.068.729</b> | <b>83.487.419</b>  | <b>147.305.245</b> | <b>101.678.831</b> | <b>159.554.692</b> | <b>110.331.159</b> | <b>123,7</b> | <b>134,0</b> | <b>108,3</b> |
| 2004                 | FEDER        | 111.661.703        | 78.756.703         | 86.895.203         | 56.643.312         | 92.982.554         | 64.201.888         | 77,8         | 83,3         | 107,0        |
|                      | FSE          |                    |                    | 5.921.350          | 4.441.013          | 2.424.223          | 1.818.712          |              |              | 40,9         |
|                      | <b>Total</b> | <b>111.661.703</b> | <b>78.756.703</b>  | <b>92.816.553</b>  | <b>61.084.325</b>  | <b>95.406.777</b>  | <b>66.020.601</b>  | <b>83,1</b>  | <b>85,4</b>  | <b>102,8</b> |
| 2005                 | FEDER        | 114.987.663        | 81.107.230         | 136.169.700        | 70.477.513         | 121.401.159        | 69.804.240         | 118,4        | 105,6        | 89,2         |
|                      | FSE          |                    |                    | 8.336.210          | 6.252.158          | 3.442.782          | 2.582.087          |              |              | 41,3         |
|                      | <b>Total</b> | <b>114.987.663</b> | <b>81.107.230</b>  | <b>144.505.910</b> | <b>76.729.671</b>  | <b>124.843.941</b> | <b>72.386.327</b>  | <b>125,7</b> | <b>108,6</b> | <b>86,4</b>  |
| 2000-2005            | FEDER        | 701.226.737        | 491.471.112        | 798.655.245        | 531.419.174        | 683.566.998        | 463.538.419        | 113,9        | 97,5         | 85,6         |
|                      | FSE          | 30.642.831         | 22.982.184         | 21.511.740         | 16.128.465         | 8.874.918          | 6.656.188          | 70,2         | 29,0         | 41,3         |
|                      | <b>Total</b> | <b>731.869.568</b> | <b>514.453.296</b> | <b>820.166.985</b> | <b>547.547.639</b> | <b>692.441.916</b> | <b>470.194.607</b> | <b>112,1</b> | <b>94,6</b>  | <b>84,4</b>  |
| Total<br>(2000-2006) | FEDER        | 817.139.118        | 573.189.667        | 806.413.664        | 536.686.038        | 683.566.998        | 463.538.419        | 98,7         | 83,7         | 84,8         |
|                      | FSE          | 30.642.831         | 22.982.184         | 23.316.189         | 17.481.801         | 8.874.918          | 6.656.188          | 76,1         | 29,0         | 38,1         |
|                      | <b>Total</b> | <b>847.781.949</b> | <b>596.171.851</b> | <b>829.729.853</b> | <b>554.167.839</b> | <b>692.441.916</b> | <b>470.194.607</b> | <b>97,9</b>  | <b>81,7</b>  | <b>83,5</b>  |

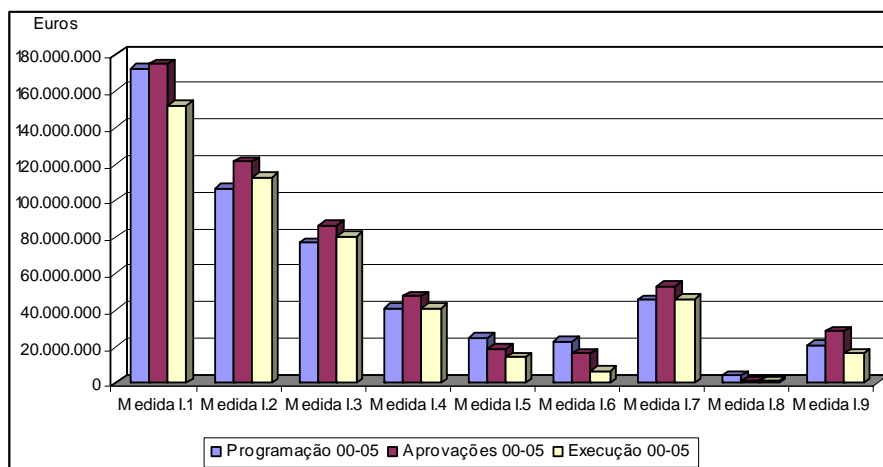
**Eixo I - Programação, aprovações e execução: evolução global da despesa****Eixo I - Evolução das taxas de execução****Eixo I - Síntese da execução por Medida (Fundo)**

| Medida       | Nº Proj      | Programação        |                    | Aprovações         |                    | Execução           | Taxa (%) 2000-2005 |             |             | Taxa (%) 2000-2006 |             |             |
|--------------|--------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------|-------------|--------------------|-------------|-------------|
|              |              | 2000-2005          | 2000-2006          | 2000-2005          | 2000-2006          | 2000-2005          | A/Prog.            | Exec./Prog  | Exec./A     | A/P                | E/P         | E/A         |
| Medida I.1   | 477          | 172.287.345        | 198.168.635        | 174.747.455        | 175.270.626        | 151.854.740        | 101,4              | 88,1        | 86,9        | 88,4               | 76,6        | 86,6        |
| Medida I.2   | 266          | 106.542.509        | 121.651.648        | 121.310.328        | 121.311.022        | 112.584.475        | 113,9              | 105,7       | 92,8        | 99,7               | 92,5        | 92,8        |
| Medida I.3   | 115          | 76.710.365         | 87.588.911         | 86.637.732         | 86.637.732         | 80.618.405         | 112,9              | 105,1       | 93,1        | 98,9               | 92,0        | 93,1        |
| Medida I.4   | 87           | 40.797.998         | 49.562.908         | 47.575.464         | 47.778.227         | 40.883.678         | 116,6              | 100,2       | 85,9        | 96,4               | 82,5        | 85,6        |
| Medida I.5   | 102          | 24.583.394         | 26.675.448         | 18.997.461         | 19.799.834         | 14.225.751         | 77,3               | 57,9        | 74,9        | 74,2               | 53,3        | 71,8        |
| Medida I.6   | 378          | 22.982.184         | 22.982.184         | 16.128.465         | 17.481.801         | 6.656.188          | 70,2               | 29,0        | 41,3        | 76,1               | 29,0        | 38,1        |
| Medida I.7   | 32           | 45.611.075         | 53.922.973         | 52.803.632         | 52.854.789         | 46.238.471         | 115,8              | 101,4       | 87,6        | 98,0               | 85,7        | 87,5        |
| Medida I.8   | 173          | 4.045.447          | 4.619.144          | 1.069.682          | 4.327.923          | 983.675            | 26,4               | 24,3        | 92,0        | 93,7               | 21,3        | 22,7        |
| Medida I.9   | 107          | 20.892.979         | 31.000.000         | 28.277.419         | 28.705.884         | 16.149.222         | 135,3              | 77,3        | 57,1        | 92,6               | 52,1        | 56,3        |
| <b>Total</b> | <b>1.737</b> | <b>514.453.296</b> | <b>596.171.851</b> | <b>547.547.639</b> | <b>554.167.839</b> | <b>470.194.607</b> | <b>106,4</b>       | <b>91,4</b> | <b>85,9</b> | <b>93,0</b>        | <b>78,9</b> | <b>84,8</b> |

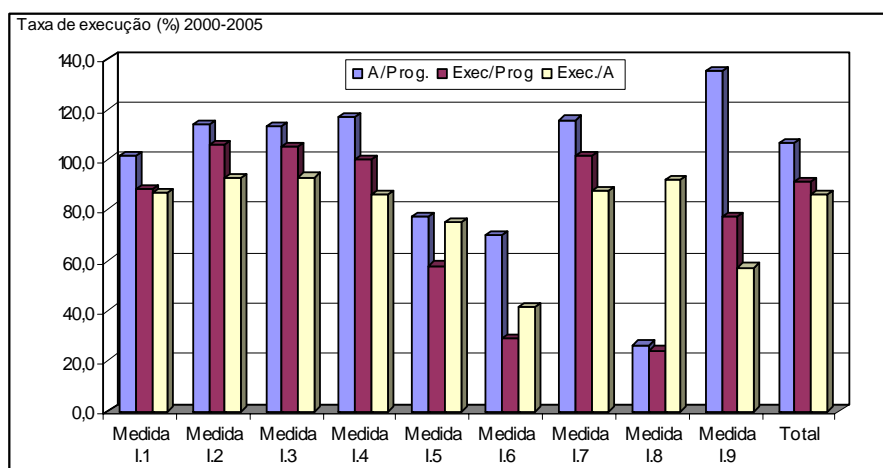
A análise do quadro anterior, onde se apresentam os valores do Fundo associado a síntese da execução, evidencia o desempenho relativamente distinto de cada uma das diferentes medidas. É de relevar os níveis alcançados pelas Medidas I.2, I.4, I.3, e I.7, cujas respectivas taxas atingiram níveis de execução, relativamente ao aprovado, superiores a 85%. Devido ao facto de registarem

uma procura mais elevada o comprometimento registado, em final de 2005, foi de 99.7% da programação, no caso da Medida I.2 (Ambiente e recursos naturais), 98.9%, no da I.3 (Acessibilidades) e 98% no da I.7 (Acções específicas de valorização territorial).

#### Eixo I - Evolução da programação, das aprovações e da execução por Medida (2000-2005)

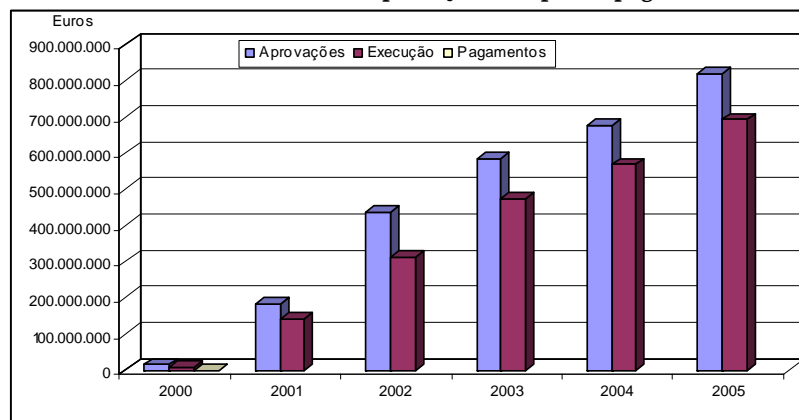


#### Eixo I - Níveis de execução das diferentes Medidas em 31.12.2005



A execução global do Eixo I tem registado uma evolução ascendente e contínua, como fica evidenciado na figura que mostra a progressão acumulada dos montantes aprovados, da despesa realizada e dos pagamentos efectuados aos promotores.

#### Eixo I: Evolução da execução (2000 - 2005): montantes acumulados de aprovações, despesa e pagamentos



*Incidência territorial do investimento aprovado*

Os 741 projectos aprovados no Litoral da Região absorvem 49,1% do investimento, destacando-se o Baixo Vouga e o Baixo Mondego como as áreas que maior volume de investimento concentraram, respectivamente 22,0% e 18,1% do montante total.

**Eixo I - Incidência geográfica do investimento aprovado**

Unidade: Euros

| NUT                   | Nº Proj.     | Despesa Pública    | FEDER              | %            | Capitação Euros/hab. | Projectos Dim. Média |
|-----------------------|--------------|--------------------|--------------------|--------------|----------------------|----------------------|
| Baixo Vouga           | 280          | 182.782.555        | 120.882.931        | 22,0         | 474                  | 652.795              |
| Baixo Mondego         | 327          | 149.916.807        | 101.952.096        | 18,1         | 441                  | 458.461              |
| Pinhal Litoral        | 134          | 74.807.106         | 49.733.144         | 9,0          | 301                  | 558.262              |
| Pinhal Interior Norte | 236          | 87.651.286         | 57.367.205         | 10,6         | 632                  | 371.404              |
| Pinhal Interior Sul   | 58           | 21.820.748         | 13.538.018         | 2,6          | 487                  | 376.220              |
| Dão Lafões            | 286          | 135.848.777        | 92.476.179         | 16,4         | 476                  | 474.996              |
| Beira Interior Norte  | 141          | 51.997.620         | 34.334.087         | 6,3          | 453                  | 368.777              |
| Beira Interior Sul    | 87           | 46.687.125         | 30.613.055         | 5,6          | 597                  | 536.634              |
| Cova da Beira         | 60           | 43.972.323         | 29.099.534         | 5,3          | 471                  | 732.872              |
| Serra da Estrela      | 76           | 25.467.700         | 17.588.235         | 3,1          | 510                  | 335.101              |
| Não Regionalizável    | 52           | 8.777.807          | 6.583.355          | 1,1          |                      | 168.804              |
| Litoral               | 741          | 407.506.468        | 272.568.170        | 49,1         | 418                  | 549.941              |
| Interior              | 944          | 413.445.578        | 275.016.313        | 49,8         | 513                  | 437.972              |
| <b>TOTAL</b>          | <b>1.737</b> | <b>829.729.853</b> | <b>554.167.839</b> | <b>100,0</b> | <b>466</b>           | <b>477.680</b>       |

**Eixo I - Equipamentos, infra-estruturas e valorização territorial**

(Secção a do Eixo I - Medidas I.1, I.2, I.3, I.4, I.7)

Unidade: Euros

| NUT                   | Nº Proj.    | Despesa Pública    | FEDER              | %            | Capitação Euros/hab. | Projectos Dim. Média |
|-----------------------|-------------|--------------------|--------------------|--------------|----------------------|----------------------|
| Baixo Vouga           | 194         | 177.786.890        | 117.483.522        | 23,1         | 461                  | 916.427              |
| Baixo Mondego         | 165         | 124.374.688        | 84.266.185         | 16,1         | 366                  | 753.786              |
| Pinhal Litoral        | 83          | 73.151.235         | 48.628.170         | 9,5          | 294                  | 783.317              |
| Pinhal Interior Norte | 160         | 85.040.573         | 55.442.286         | 11,0         | 613                  | 531.504              |
| Pinhal Interior Sul   | 40          | 20.658.672         | 12.683.480         | 2,7          | 461                  | 516.467              |
| Dão Lafões            | 193         | 129.144.995        | 87.671.291         | 16,8         | 452                  | 650.165              |
| Beira Interior Norte  | 90          | 49.507.630         | 32.613.276         | 6,4          | 431                  | 550.085              |
| Beira Interior Sul    | 60          | 44.465.081         | 29.142.403         | 5,8          | 568                  | 741.085              |
| Cova da Beira         | 50          | 42.074.222         | 27.753.026         | 5,5          | 450                  | 841.484              |
| Serra da Estrela      | 49          | 24.516.241         | 16.874.640         | 3,2          | 491                  | 500.331              |
| Não Regionalizável    |             |                    |                    |              |                      |                      |
| Litoral               | 442         | 375.312.812        | 250.377.877        | 48,7         | 385                  | 849.124              |
| Interior              | 642         | 395.407.413        | 262.180.403        | 51,3         | 491                  | 615.899              |
| <b>TOTAL</b>          | <b>1084</b> | <b>770.720.225</b> | <b>512.558.280</b> | <b>100,0</b> | <b>433</b>           | <b>710.997</b>       |

**Eixo I - Promoção do desenvolvimento regional e local**  
(Secção b do Eixo I - Medidas I.5, I.6, I.8)

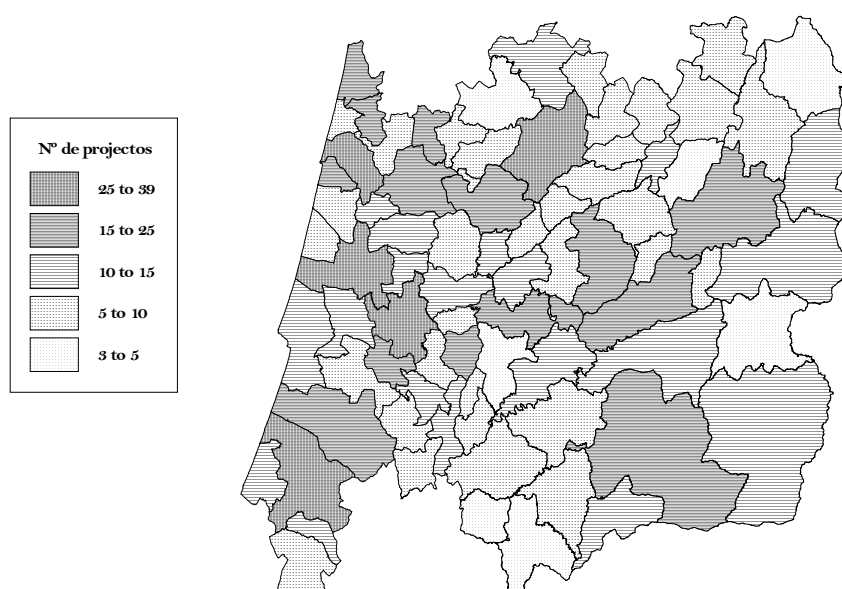
Unidade: Euros

| NUT                   | Nº Proj.   | Despesa Pública   | FEDER             | %            | Capitação Euros/hab. | Projectos Dim. Média |
|-----------------------|------------|-------------------|-------------------|--------------|----------------------|----------------------|
| Baixo Vouga           | 86         | 4.995.665         | 3.399.408         | 8,5          | 13                   | 58.089               |
| Baixo Mondego         | 162        | 25.542.120        | 17.685.911        | 43,3         | 75                   | 157.667              |
| Pinhal Litoral        | 51         | 1.655.871         | 1.104.974         | 2,8          | 7                    | 32.468               |
| Pinhal Interior Norte | 76         | 2.610.712         | 1.924.919         | 4,4          | 19                   | 34.351               |
| Pinhal Interior Sul   | 18         | 1.162.077         | 854.538           | 2,0          | 26                   | 64.560               |
| Dão Lafões            | 93         | 6.703.781         | 4.804.887         | 11,4         | 23                   | 72.084               |
| Beira Interior Norte  | 51         | 2.489.990         | 1.720.811         | 4,2          | 22                   | 48.823               |
| Beira Interior Sul    | 27         | 2.222.044         | 1.470.652         | 3,8          | 28                   | 82.298               |
| Cova da Beira         | 10         | 1.898.102         | 1.346.508         | 3,2          | 20                   | 189.810              |
| Serra da Estrela      | 27         | 951.459           | 713.595           | 1,6          | 19                   | 35.239               |
| Não Regionalizável    | 52         | 8.777.807         | 6.583.355         | 14,9         |                      | 168.804              |
| Litoral               | 299        | 32.193.656        | 22.190.293        | 54,6         | 33                   | 107.671              |
| Interior              | 302        | 18.038.165        | 12.835.910        | 30,6         | 22                   | 59.729               |
| <b>TOTAL</b>          | <b>653</b> | <b>59.009.628</b> | <b>41.609.558</b> | <b>100,0</b> | <b>33</b>            | <b>90.367</b>        |

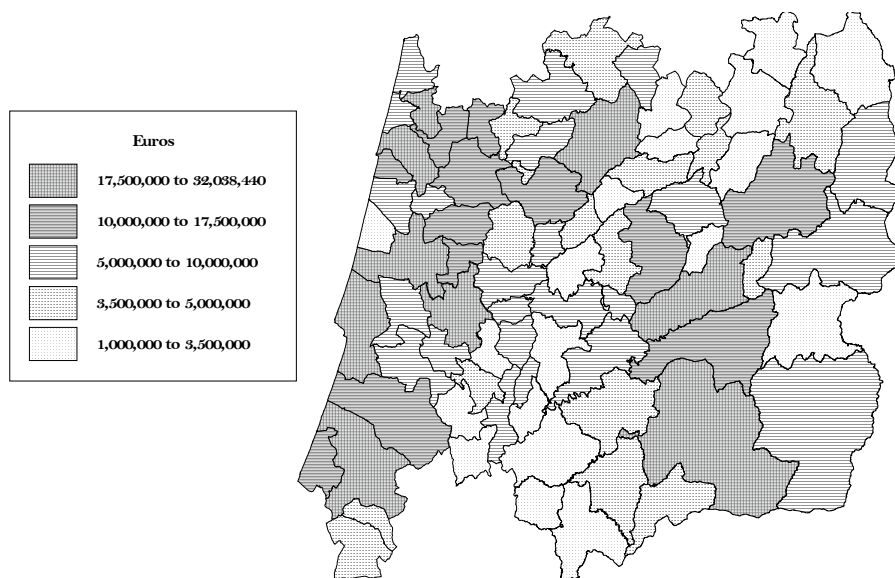
Uma análise mais detalhada da incidência do Eixo I do P. O. Centro nos concelhos da Região pode ser observada nos mapas que traduzem o número de projectos aprovados, o investimento total, o investimento por habitante e a dimensão média dos projectos. Se os dois primeiros mapas reflectem uma hierarquia que se ajusta aos concelhos que detêm os lugares de topo da rede urbana regional, os dois restantes, mas sobretudo o relativo ao investimento por habitante reflecte, como seria de esperar, uma imagem relativamente inversa.

**Equipamentos, infra-estruturas e valorização territorial**  
(Secção a do Eixo I - Medidas I.1, I.2, I.3, I.4, I.7)

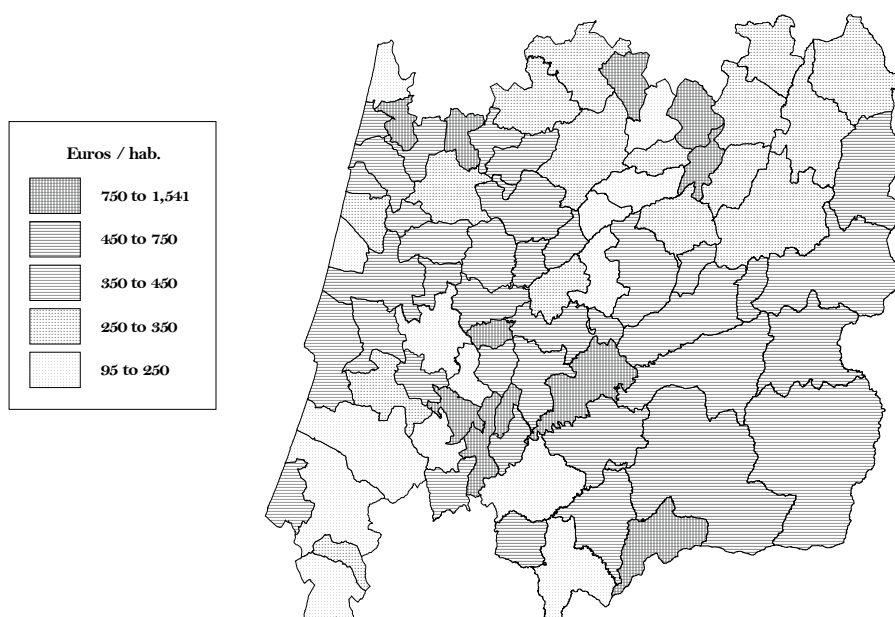
**Número de Projectos aprovados por concelho**



### Investimento total aprovado por concelho



### Investimento por habitante





### Sectores de intervenção apoiados

As candidaturas aprovadas até ao momento destacam o sector do ambiente, dos transportes e revitalização urbana como os que registaram maior investimento absorvido, correspondendo, respectivamente, a 28,5%, 26,0% e 13,1% do total aprovado. Os equipamentos, particularmente os culturais (7,0%), desportivos (5,6%) e de apoio ao desenvolvimento (5,4%) mobilizaram igualmente recursos significativos do Eixo I.

### Investimento aprovado e execução segundo os principais sectores de intervenção

| Sector                              | Nº Proj.    | Unidade: Euros          |                    |              |                      |                    |
|-------------------------------------|-------------|-------------------------|--------------------|--------------|----------------------|--------------------|
|                                     |             | Aprovações/Homologações |                    |              | Execução (2000-2005) |                    |
|                                     |             | D. Pública              | Fundo              | %            | D. Pública           | Fundo              |
| AGRICULTURA                         | 3           | 628.161                 | 392.970            | 0,1          | 617.644              | 386.807            |
| AMBIENTE                            | 395         | 236.570.211             | 158.073.032        | 28,5         | 193.462.698          | 134.502.261        |
| <i>AMBIENTE - Abast. de Água</i>    | 93          | 44.170.825              | 30.852.356         | 5,3          | 38.552.612           | 27.261.836         |
| <i>AMBIENTE- Águas Residuais</i>    | 289         | 183.432.722             | 120.544.931        | 22,1         | 146.123.649          | 100.692.571        |
| <i>AMBIENTE - Protecção Amb.</i>    | 3           | 473.625                 | 333.846            | 0,1          | 472.000              | 332.790            |
| <i>AMBIENTE - Resíduos Sólidos</i>  | 9           | 8.466.858               | 6.324.881          | 1,0          | 8.309.677            | 6.211.970          |
| <i>AMBIENTE - outros</i>            | 1           | 26.180                  | 17.017             | 0,0          | 4.760                | 3.094              |
| APOIO AO DES. REGIONAL              | 92          | 44.958.353              | 29.033.107         | 5,4          | 34.353.535           | 22.955.884         |
| COMÉRCIO                            | 7           | 6.314.348               | 3.323.488          | 0,8          | 5.772.247            | 3.052.437          |
| CULTURA                             | 52          | 57.777.379              | 37.146.009         | 7,0          | 51.376.949           | 33.427.502         |
| DESPORTO                            | 38          | 46.461.150              | 29.004.085         | 5,6          | 40.221.494           | 25.211.539         |
| RECREIO E LAZER                     | 14          | 18.446.912              | 11.354.149         | 2,2          | 15.203.669           | 9.647.292          |
| EDUCAÇÃO                            | 49          | 20.908.236              | 13.826.995         | 2,5          | 19.633.172           | 12.990.868         |
| <i>EDUCAÇÃO - ensino secundário</i> | 1           | 456.611                 | 296.797            | 0,1          | 456.611              | 296.797            |
| <i>EDUCAÇÃO - ensino básico</i>     | 43          | 17.941.837              | 11.846.338         | 2,2          | 16.769.259           | 11.081.951         |
| <i>EDUCAÇÃO - outros</i>            | 5           | 2.509.788               | 1.683.860          | 0,3          | 2.407.303            | 1.612.120          |
| ENERGIA                             | 1           | 49.787                  | 32.361             | 0,0          | 0                    | 0                  |
| F. PROF. E EMPREGO                  | 378         | 23.316.189              | 17.481.801         | 2,8          | 8.874.918            | 6.656.188          |
| INDÚSTRIA                           | 31          | 20.984.789              | 11.772.841         | 2,5          | 17.033.760           | 9.528.043          |
| INTEGRAÇÃO SOCIAL                   | 5           | 1.997.445               | 1.298.339          | 0,2          | 1.217.224            | 791.196            |
| PAT. HIST./CULTURAL                 | 6           | 5.258.210               | 3.324.166          | 0,6          | 4.970.266            | 3.137.003          |
| REVITALIZAÇÃO URBANA                | 150         | 108.702.929             | 73.403.553         | 13,1         | 91.456.242           | 62.846.506         |
| SAÚDE                               | 1           | 239.328                 | 155.563            | 0,0          | 239.328              | 155.563            |
| SOC.DE INFORMAÇÃO                   | 3           | 3.480.418               | 2.437.597          | 0,4          | 2.920.068            | 2.051.458          |
| TRANSPORTES                         | 327         | 215.830.107             | 149.579.429        | 26,0         | 195.360.269          | 136.163.056        |
| <i>TRANSPORTES - Rodov.</i>         | 320         | 211.422.625             | 146.813.927        | 25,5         | 192.055.170          | 133.963.701        |
| <i>TRANSPORTES - outros</i>         | 7           | 4.407.483               | 2.765.502          | 0,5          | 3.305.099            | 2.199.356          |
| TURISMO                             | 6           | 7.966.097               | 5.541.016          | 1,0          | 5.862.961            | 4.048.616          |
| OUTROS                              | 179         | 9.839.802               | 6.987.338          | 1,2          | 3.865.469            | 2.642.390          |
| <b>Total</b>                        | <b>1737</b> | <b>829.729.853</b>      | <b>554.167.839</b> | <b>100,0</b> | <b>692.441.916</b>   | <b>470.194.607</b> |

### Indicadores de realização física

**Eixo I – Realização física: indicadores por Medida**

| Nome Indicador  | Unidade | Previsto 2006 | Aprovado | Executado |
|---|---------|---------------|----------|-----------|
| <b>Medida I.1</b>   |         |               |          |           |
| Equipamentos educativos, desportivos,culturais, sociais e de lazer  | nº      | 70            | 121      | 111       |
| Infraestruturas de apoio à actividade económica                     | nº      | 5             | 36       | 34        |
| Infraestruturas de Transportes                                      | Km      | 670           | 1.025    | 958       |
| Infraestruturas de Saneamento Básico (Rede àgua)                    | Km      | 330           | 115      | 92        |
| Reabilitação Urbana   | nº      | 20            | 44       | 41        |
| <b>Medida I.2</b>   |         |               |          |           |
| Reservatórios Construídos/remodelados                               | nº      | 67            | 76       | 73        |
| Rede de abastecimento de água construída                            | Km      | 1.129         | 1.139    | 1.102     |
| ETAR construídas / remodeladas                                      | nº      | 32            | 33       | 28        |
| Rede de drenagem de águas residuais construída                      | Km      | 1.434         | 1.433    | 1.402     |
| Selagem de Lixeiras   | nº      | 3             | 3        | 3         |
| <b>Medida I.3</b>   |         |               |          |           |
| Circulares/ variantes construídas aos principais centros urbanos    | Km      | 33            | 22       | 22        |
| Estradas  | Km      | 200           | 647      | 631       |
| <b>Medida 4</b>   |         |               |          |           |
| Arranjos urbanísticos   | nº      | 25            | 73       | 58        |
| Recuperação de Edifícios e Monumentos                               | nº      | 10            | 9        | 9         |
| <b>Medida 5</b>   |         |               |          |           |
| Acções inovadoras de prom e valorização dos recursos                | nº      | 80            | 552      | 290       |
| Reforço das Est. Organizativas Apoio Act. Económica                 | nº      | 50            | 19       | 8         |
| Dinamização de redes e acções de cooperação interregional           | nº      | 70            | 86       | 58        |
| Reforço da eficácia das políticas públicas                          | nº      | 40            | 8        | 2         |
| <b>Medida 7</b>   |         |               |          |           |
| Equipamentos estruturantes(culturais, lazer, apoio à act. Económica | nº      | 8             | 26       | 22        |
| Edifícios de interesse patrimonial recuperados/valorizados          | nº      | 10            | 2        | 2         |
| <b>Medida 9</b>   |         |               |          |           |
| Abastecimento de Água   | Km      | 150           | 238      | 151       |
| Drenagem e tratamento de Águas Residuais                            | Km      | 460           | 692      | 476       |

## 2. Medida I.1 - Equipamento e infra-estruturas locais

### Síntese global da execução

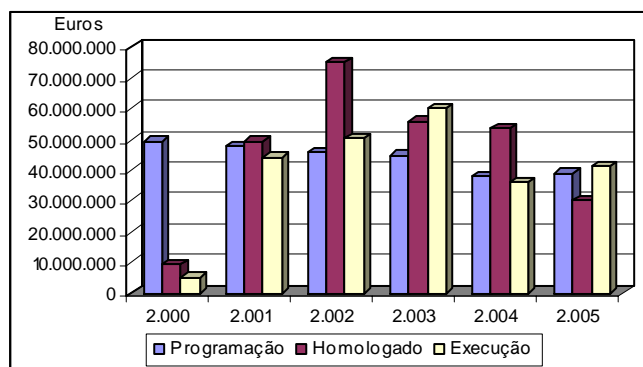
Os 477 projectos aprovados na Medida I.1 até 31.12.2005, envolvem um investimento de 274,6 milhões de Euros, representando 90.1% da programação até final da Intervenção Operacional. Tendo em consideração a programação da Medida I.1, para o período 2000-2005, a execução alcançada foi de 89.4%.

### Medida I.1 - Síntese da execução

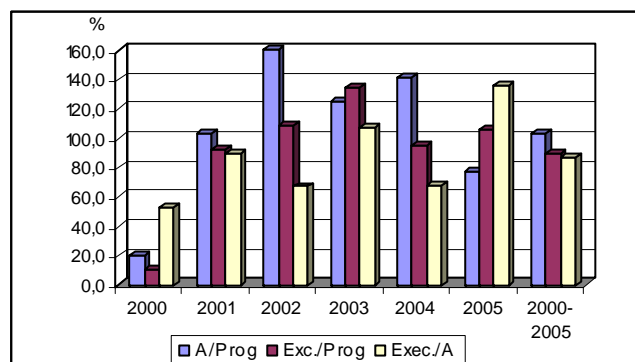
Unid: Euros

| Ano                      | Programação do PO  |                    | Aprovação          |                    | Execução           |                    | Taxas (%)   |             |             |
|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública         | Fundo              | D. Pública         | Fundo              | D. Pública         | Fundo              | A/Prog      | Exc./Prog   | Exec./A     |
| 2.000                    | 49.349.715         | 32.077.315         | 9.645.238          | 6.693.205          | 5.117.935          | 3.580.573          | 19,5        | 10,4        | 53,1        |
| 2.001                    | 47.677.858         | 30.990.608         | 49.401.115         | 33.541.040         | 44.266.855         | 30.129.878         | 103,6       | 92,8        | 89,6        |
| 2.002                    | 45.983.934         | 29.889.557         | 74.910.267         | 47.532.007         | 50.193.069         | 32.257.698         | 162,9       | 109,2       | 67,0        |
| 2.003                    | 44.915.294         | 29.194.941         | 56.038.876         | 35.474.001         | 60.179.281         | 37.956.916         | 124,8       | 134,0       | 107,4       |
| 2.004                    | 38.015.380         | 24.709.997         | 53.541.147         | 32.825.287         | 35.918.170         | 22.780.506         | 140,8       | 94,5        | 67,1        |
| 2.005                    | 39.115.273         | 25.424.927         | 30.323.472         | 18.681.916         | 41.279.547         | 25.149.169         | 77,5        | 105,5       | 136,1       |
| 2000-2005                | 265.057.454        | 172.287.345        | 273.860.115        | 174.747.455        | 236.954.858        | 151.854.740        | 103,3       | 89,4        | 86,5        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>304.874.821</b> | <b>198.168.635</b> | <b>274.664.993</b> | <b>175.270.626</b> | <b>236.954.858</b> | <b>151.854.740</b> | <b>90,1</b> | <b>77,7</b> | <b>86,3</b> |

### Medida I.1 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



### Medida I.1 - Evolução das taxas de execução



*Incidência local do investimento aprovado*

Foram aprovados 304 projectos no Interior da Região, o que corresponde a um investimento de 163.6 milhões de Euros, enquanto o Litoral, com 173 projectos, regista um investimento de 111.07 milhões de Euros. O Dão-Lafões, com 81 projectos e 47.1 milhões de Euros aprovados, detém 17.2% do investimento total efectuado no conjunto da Região Centro.

Os 53 municípios do Interior, além do número de candidaturas (304) e do investimento aprovado (58% do total), detêm um investimento por habitante (203 Euros) que supera consideravelmente o do Litoral (114 Euros).

**Medida I.1 - Incidência do investimento aprovado**

Unid: Euros

| NUT                   | N.º Proj.  | Despesa Pública    | FEDER              | Capitação Euros/hab. | Projectos Dim. Média |
|-----------------------|------------|--------------------|--------------------|----------------------|----------------------|
| Baixo Vouga           | 77         | 43.444.693         | 26.908.929         | 113                  | 564.217              |
| Baixo Mondego         | 62         | 41.331.721         | 25.922.647         | 122                  | 666.641              |
| Pinhal Litoral        | 34         | 26.294.116         | 16.557.206         | 106                  | 773.356              |
| Pinhal Interior Norte | 72         | 32.879.995         | 21.234.378         | 237                  | 456.667              |
| Pinhal Interior Sul   | 28         | 14.332.194         | 8.919.067          | 320                  | 511.864              |
| Dão Lafões            | 81         | 47.112.285         | 30.498.377         | 165                  | 581.633              |
| Beira Interior Norte  | 52         | 23.835.137         | 15.572.950         | 207                  | 458.368              |
| Beira Interior Sul    | 35         | 19.634.014         | 12.992.985         | 251                  | 560.972              |
| Cova da Beira         | 18         | 15.221.809         | 9.689.258          | 163                  | 845.656              |
| Serra da Estrela      | 18         | 10.579.027         | 6.974.828          | 212                  | 587.724              |
| Litoral               | 173        | 111.070.530        | 69.388.783         | 114                  | 642.026              |
| Interior              | 304        | 163.594.462        | 105.881.843        | 203                  | 538.140              |
| <b>TOTAL</b>          | <b>477</b> | <b>274.664.993</b> | <b>175.270.626</b> | <b>154</b>           | <b>575.818</b>       |

*Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção*

Estamos perante uma Medida generalista, aberta a um amplo conjunto de sectores. A sua característica abre-a a um amplo conjunto de sectores, embora os respectivos apoios se concentrem em três domínios fundamentais: os transportes (36.2% do investimento total), os equipamentos desportivos (16.6%) e a revitalização urbana (15.0%), respondendo aos objectivos específicos enunciados para esta medida, onde se referia a necessidade em “densificar e qualificar a rede de infra-estruturas básicas, nomeadamente no domínio das acessibilidades e do saneamento, bem como os equipamentos de uso colectivo”.

A educação (ensino básico) com 7,3% do investimento total, a cultura (6.8%) e a indústria (6,2%) são outros sectores com apoios significativos no âmbito da Medida. O facto das infra-estruturas de saneamento não terem grande expressão (4,3%), relaciona-se com o facto de existir de uma Medida específica (I.2 - Ambiente e Recursos Naturais e, a partir de 2005, a I.9 - Saneamento Básico) com essa finalidade.

**Medida I.1 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção**

Unide: Euros

| Sector de Actividade             | Proj.      | Aprovações         |              |                    | Execução           |                    |
|----------------------------------|------------|--------------------|--------------|--------------------|--------------------|--------------------|
|                                  |            | Elegível           | %            | FEDER              | Despesa            | FEDER              |
| AMBIENTE                         | 16         | 11.731.684         | 4,3          | 7.625.594          | 8.454.968          | 5.495.729          |
| AMBIENTE - abastecimento de água | 3          | 1.676.021          |              | 1.089.414          | 1.516.298          | 985.594            |
| AMBIENTE - águas residuais       | 13         | 10.055.662         |              | 6.536.181          | 6.938.670          | 4.510.136          |
| APOIO AO DESENV. REGIONAL        | 6          | 2.694.942          | 1,0          | 1.743.695          | 2.561.989          | 1.657.884          |
| COMÉRCIO                         | 6          | 3.216.577          | 1,2          | 1.774.602          | 2.973.879          | 1.653.253          |
| INDÚSTRIA                        | 28         | 17.126.320         | 6,2          | 9.781.669          | 13.964.597         | 7.932.569          |
| CULTURA                          | 25         | 18.749.291         | 6,8          | 11.491.303         | 16.947.104         | 10.442.325         |
| DESPORTO                         | 36         | 45.526.650         | 16,6         | 28.303.210         | 39.286.994         | 24.510.664         |
| RECREIO E LAZER                  | 11         | 9.396.875          | 3,4          | 5.660.149          | 7.616.763          | 4.771.392          |
| TURISMO                          | 3          | 1.696.694          | 0,6          | 921.655            | 1.422.952          | 743.722            |
| EDUCAÇÃO                         | 48         | 20.055.482         | 7,3          | 13.230.067         | 18.882.903         | 12.465.679         |
| EDUCAÇÃO - ensino básico         | 43         | 17.941.837         |              | 11.846.338         | 16.769.259         | 11.081.951         |
| EDUCAÇÃO - ensino secundário     | 1          | 456.611            |              | 296.797            | 456.611            | 296.797            |
| EDUCAÇÃO - outros                | 4          | 1.657.033          |              | 1.086.931          | 1.657.033          | 1.086.931          |
| REVITALIZAÇÃO URBANA             | 78         | 41.310.436         | 15,0         | 26.889.092         | 32.895.040         | 21.443.308         |
| PATRIMÓNIO HISTÓR. - CULTURAL    | 3          | 1.028.279          | 0,4          | 651.433            | 740.335            | 464.270            |
| TRANSPORTES                      | 210        | 99.475.281         | 36,2         | 65.542.764         | 89.331.074         | 59.125.696         |
| TRANSPORTES - outros             | 5          | 1.939.566          |              | 1.218.859          | 1.523.384          | 1.006.004          |
| TRANSPORTES - rodovia Total      | 205        | 97.535.715         |              | 64.323.905         | 87.807.690         | 58.119.693         |
| INTEGRAÇÃO SOCIAL                | 5          | 1.997.445          | 0,7          | 1.298.339          | 1.217.224          | 791.196            |
| OUTROS                           | 2          | 659.036            | 0,2          | 357.054            | 659.036            | 357.054            |
| <b>Total</b>                     | <b>477</b> | <b>274.664.993</b> | <b>100,0</b> | <b>175.270.626</b> | <b>236.954.858</b> | <b>151.854.740</b> |

**Indicadores de realização física**

Pelo que se acaba de referir, os indicadores físicos que traduzem o desempenho da Medida I.1 serão necessariamente diversificados. Os projectos apoiados, tanto em número absoluto como relativo, orientam-se para quatro áreas fundamentais: beneficiar e remodelar a rede viária municipal, estando a decorrer intervenções em 1025 Km; a construção de equipamentos educativos, desportivos, culturais e de lazer, tendo sido aprovados 121 e concluídos 111 dos 70 que se previam realizar até 2006; infra-estruturas de apoio à actividade produtiva; e finalmente, a reabilitação de alguns espaços urbanos. Deste modo, o PO Centro está a contribuir para densificar e qualificar a rede de equipamentos de utilização colectiva, condição determinante para melhorar a qualidade de vida dos residente na Região Centro.

**Medida I.1 - Indicadores de realização física**

| Indicador  | Unidade | Previsto 2006 | Aprovado | Executado |
|--|---------|---------------|----------|-----------|
| <b>Equipamentos educativos, desportivos, culturais, sociais e de lazer</b> | nº      | 70            | 121      | 111       |
| Arquivos construídos/remodelados   | nº      |               | 1        | 1         |
| Bibliotecas construídas  | nº      |               | 5        | 5         |
| Campos de jogos construídos  | nº      |               | 2        | 2         |
| Campos de jogos remodelados/ampliados                                      | nº      |               | 1        | 1         |
| Campos de ténis construídos  | nº      |               | 3        | 3         |
| Centros comunitários construídos   | nº      |               | 1        | 1         |
| Centros culturais construídos  | nº      |               | 6        | 6         |
| Centros de artes construídos   | nº      |               | 1        | 1         |
| Centros de dia construídos   | nº      |               | 2        | 2         |
| Centros escolares do 1º ciclo construídos/adaptados                        | nº      |               | 2        | 2         |
| Creches construídas  | nº      |               | 9        | 8         |
| Escolas do ensino básico construídas                                       | nº      |               | 7        | 7         |
| Escolas do ensino básico remodeladas/ampliadas                             | nº      |               | 29       | 29        |
| Escolas profissionais remodeladas/ampliadas                                | nº      |               | 1        | 1         |
| Estâncias termais apoiadas   | nº      |               | 1        | 1         |
| Grandes campos de jogos remodelados/ampliados                              | nº      |               | 4        | 4         |
| Museus recuperados/valorizados/ampliados                                   | nº      |               | 1        | 1         |
| Outros equipamentos desportivos construídos                                | nº      |               | 1        | 1         |
| Parques de campismo remodelados/ampliados                                  | nº      |               | 1        | 1         |
| Pavilhões desportivos/salas de desporto construídos                        | nº      |               | 2        | 2         |
| Piscinas cobertas construídas  | nº      |               | 15       | 13        |
| Piscinas cobertas remodeladas /ampliadas                                   | nº      |               | 1        | 1         |
| Piscinas construídas   | nº      |               | 10       | 9         |
| Piscinas remodeladas/ampliadas   | nº      |               | 1        | 1         |
| Pistas de atletismo construídas  | nº      |               | 2        | 2         |
| Polidesportivos construídos  | nº      |               | 5        | 4         |
| Teatros/cinemas/cine teatros construídos                                   | nº      |               | 1        | 1         |
| Teatros/cinemas/cine teatros recuperados/remodelados                       | nº      |               | 1        | 1         |
| Museus construídos   | nº      |               | 2        | 1         |
| Lares de terceira idade construídos  | nº      |               | 2        | 1         |
| Ações de apoio ao desenvolvimento local                                    | nº      |               | 1        | 0         |
| Área bruta de infraestruturas desportivas construídas                      | m2      |               | 43.842   | 0         |
| <b>Infraestruturas de apoio à actividade económica</b>                     | nº      | 5             | 36       | 34        |
| Área infraestruturada para acolhimento empresarial                         | m2      |               | 70.697   | 70.697    |
| Loteamentos e zonas industriais municipais construídos                     | nº      |               | 11       | 10        |
| Loteamentos e zonas industriais municipais remodelados/ampliados           | nº      |               | 19       | 18        |
| Mercados locais construídos  | nº      |               | 1        | 1         |
| Mercados locais reestruturados   | nº      |               | 4        | 4         |
| Centros de apoio à criação de empresas instalados                          | nº      |               | 1        | 1         |

| Indicador   | Unidade   | Previsto<br>2006 | Aprovado     | Executado  |
|---|-----------|------------------|--------------|------------|
| <b>Infraestruturas de Transportes</b>                                       | <b>Km</b> | <b>670</b>       | <b>1.025</b> | <b>958</b> |
| Acessos rodoviários   | km        |                  | 5            | 5          |
| Estradas construídas/requalificadas   | km        |                  | 7            | 5          |
| Estradas reparadas  | km        |                  | 58           | 30         |
| Rede viária municipal beneficiada   | km        |                  | 776          | 748        |
| Rede viária municipal construída  | km        |                  | 47           | 42         |
| Rede viária urbana beneficiada  | km        |                  | 113          | 110        |
| Rede viária urbana construída   | km        |                  | 18           | 17         |
| Arruamentos construídos   | m2        |                  | 5.810        | 5.810      |
| Arruamentos remodelados/ampliados   | m2        |                  | 54.891       | 54.891     |
| Circulares/variantes construídas aos principais centros urbanos             | nº        |                  | 1            | 1          |
| Parques de estacionamento construídos                                       | nº        |                  | 1            | 1          |
| Obras de arte beneficiadas  | nº        |                  | 2            | 2          |
| Obras de arte construídas   | nº        |                  | 7            | 7          |
| <b>Infraestruturas de Saneamento Básico (Rede água)</b>                     | <b>Km</b> | <b>330</b>       | <b>115</b>   | <b>92</b>  |
| ETAR construídas  | nº        |                  | 1            | 1          |
| Rede de abastecimento de água construída                                    | Km        |                  | 66           | 47         |
| Rede de abastecimento de água construída: distribuição                      | Km        |                  | 19           | 19         |
| Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada                           | Km        |                  | 12           | 9          |
| Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada: distribuição             | Km        |                  | 17           | 17         |
| Rede de drenagem de águas pluviais construída                               | m         |                  | 3.035        | 3.035      |
| Rede de drenagem de águas residuais construída                              | Km        |                  | 163          | 129        |
| <b>Reabilitação Urbana</b>  | <b>nº</b> | <b>20</b>        | <b>44</b>    | <b>41</b>  |
| Zonas habitacionais reabilitadas  | nº        |                  | 1            | 1          |
| Zonas urbanas degradadas recuperadas/reconvertidas                          | nº        |                  | 1            | 1          |
| Intervenções de renovação urbana  | nº        |                  | 10           | 9          |
| Intervenções de valorização do património histórico e paisagístico          | nº        |                  | 1            | 1          |
| Intervenções integradas de renovação urbana                                 | nº        |                  | 7            | 7          |
| Edifícios construídos   | nº        |                  | 2            | 2          |
| Edifícios de interesse patrimonial recuperados/valorizados                  | nº        |                  | 4            | 4          |
| Edifícios recuperados   | nº        |                  | 18           | 17         |
| Área envolvente a imóveis ou sítios históricos reabilitada ou requalificada | m2        |                  | 5.000        | 5.000      |
| Área urbana intervencionada   | m2        |                  | 139.948      | 134.636    |
| Área verde criada   | m2        |                  | 67.125       | 64.835     |
| Área de arranjos urbanísticos   | m2        |                  | 660.201      | 545.112    |

### 3. Medida 1.2 – Ambiente e recursos naturais

#### Síntese global da execução

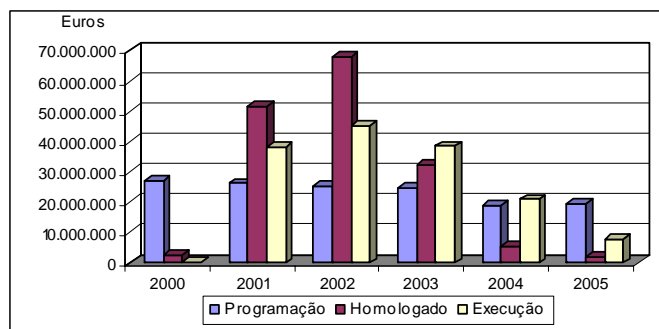
Os 266 projectos aprovados representam um investimento de 162,4 milhões de Euros, o que corresponde a 100,1% do montante total programado para esta Medida. A execução, no final do ano, situava-se em 92,8% do valor total aprovado e de 106,1% relativamente ao programado para o período 2000-2005.

#### Medida I.2 - Síntese da execução

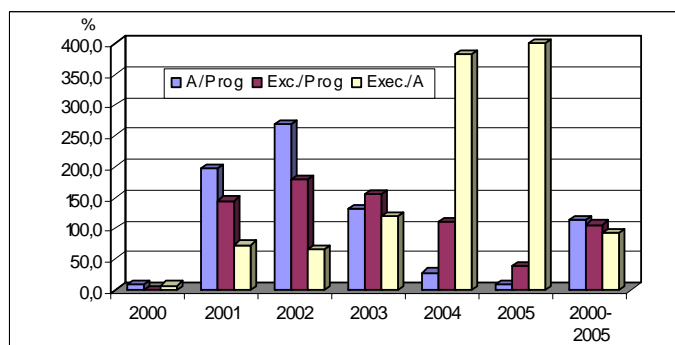
Unid: Euros

| Ano                      | Programação        |                    | Aprovação          |                    | Execução           |                    | Taxas (%)    |             |             |
|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública         | Fundo              | D. Pública         | Fundo              | D. Pública         | Fundo              | A/Prog       | Exc./Prog   | Exec./A     |
| 2.000                    | 27.115.611         | 20.336.701         | 2.752.527          | 2.064.396          | 209.617            | 157.213            | 10,2         | 0,8         | 7,6         |
| 2.001                    | 26.196.995         | 19.647.739         | 51.810.422         | 38.838.949         | 37.989.809         | 28.473.489         | 197,8        | 145,0       | 73,3        |
| 2.002                    | 25.266.254         | 18.949.684         | 68.061.199         | 50.565.512         | 45.305.437         | 33.822.131         | 269,4        | 179,3       | 66,6        |
| 2.003                    | 24.679.081         | 18.509.304         | 32.338.891         | 24.252.005         | 38.503.519         | 28.619.219         | 131,0        | 156,0       | 119,1       |
| 2.004                    | 19.128.516         | 14.346.382         | 5.525.867          | 4.139.279          | 21.038.371         | 15.737.176         | 28,9         | 110,0       | 380,7       |
| 2.005                    | 19.670.272         | 14.752.699         | 1.936.364          | 1.450.188          | 7.728.302          | 5.775.248          | 9,8          | 39,3        | 399,1       |
| 2000-2005                | 142.056.729        | 106.542.509        | 162.425.271        | 121.310.328        | 150.775.055        | 112.584.475        | 114,3        | 106,1       | 92,8        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>162.202.254</b> | <b>121.651.648</b> | <b>162.426.197</b> | <b>121.311.022</b> | <b>150.775.055</b> | <b>112.584.475</b> | <b>100,1</b> | <b>93,0</b> | <b>92,8</b> |

#### Medida I.2 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



#### Medida I.2 - Evolução das taxas de execução





As intervenções realizadas nesta Medida correspondem a redes de drenagem de águas residuais e de abastecimento de água, complementares dos diferentes sistemas multimunicipais que se estão a desenvolver na Região, e pequenos sistemas de saneamento básico para servirem aglomerados de pequena dimensão.

#### *Incidência local do investimento aprovado*

As intervenções realizadas neste âmbito predominam no Litoral da Região, onde foram apoiados 140 projectos que representam 66,8% do investimento. As Nut's do Baixo Vouga e Baixo Mondego são as que apresentam investimentos mais significativos, destacando-se no Interior a do Dão Lafões onde os 46 projectos aprovados representam 15,1% do investimento total.

#### **Medida I.2 - Incidência do investimento aprovado**

Unid: Euros

| NUT   | N.º Proj.  | Despesa Pública    | FEDER              | Capitação<br>Euros/hab. | Projectos<br>Dim.<br>Média |
|---|------------|--------------------|--------------------|-------------------------|----------------------------|
| Baixo Vouga   | 63         | 57.138.180         | 42.389.713         | 148                     | 906.955                    |
| Baixo Mondego                                       | 55         | 32.509.065         | 24.354.252         | 96                      | 591.074                    |
| Pinhal Litoral                                      | 21         | 15.491.074         | 11.602.632         | 62                      | 737.670                    |
| Pinhal Interior Norte                               | 28         | 6.500.363          | 4.875.273          | 47                      | 232.156                    |
| Pinhal Interior Sul                                 | 3          | 593.539            | 445.154            | 13                      | 197.846                    |
| Dão Lafões  | 46         | 24.314.257         | 18.235.693         | 85                      | 528.571                    |
| Beira Interior Norte                                | 11         | 4.023.114          | 3.017.335          | 35                      | 365.738                    |
| Beira Interior Sul                                  | 4          | 606.046            | 454.535            | 8                       | 151.512                    |
| Cova da Beira                                       | 8          | 3.624.684          | 2.718.513          | 39                      | 453.085                    |
| Serra da Estrela                                    | 19         | 5.679.322          | 4.258.009          | 114                     | 298.912                    |
| Associação de Municípios do<br>Planalto Beirão      | 7          | 8.214.237          | 6.160.678          |                         |                            |
| Saneamento Integrado dos<br>Municípios do Lis, S.A. | 1          | 3.732.316          | 2.799.237          |                         |                            |
| <b>TOTAL</b>  | <b>266</b> | <b>162.426.197</b> | <b>121.311.022</b> | <b>91</b>               | <b>610.625</b>             |

#### *Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção*

Os sectores apoiados nesta medida foram, predominantemente, o abastecimento de água (redes de abastecimento) e as águas residuais (redes de drenagem de águas residuais) e resíduos sólidos urbanos. A maior representação é nas águas residuais, cujo investimento representa 73,5% do investimento total aprovado, seguido do abastecimento de água, que absorve cerca de 21,2%, reflectindo os objectivos específicos da medida que visavam melhorar as necessidades de distribuição de água de qualidade e em quantidade e aumentar a taxa de cobertura da população por redes de abastecimento de água e recolha de águas residuais.

**Medida I.2 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção**

Unid: Euros

| Sector de Actividade             | Nº Proj.   | Aprovações         |              |                    | Execução           |                    |
|----------------------------------|------------|--------------------|--------------|--------------------|--------------------|--------------------|
|                                  |            | Elegível           | %            | FEDER              | Despesa            | FEDER              |
| AMBIENTE - abastecimento de água | 73         | 34.512.671         | 21,2         | 25.867.346         | 31.363.318         | 23.505.739         |
| AMBIENTE - águas residuais       | 185        | 119.439.392        | 73,5         | 89.088.076         | 111.045.042        | 82.803.717         |
| AMBIENTE - protecção ambiental   | 1          | 259.897            | 0,2          | 194.923            | 259.897            | 194.923            |
| AMBIENTE - resíduos sólidos      | 7          | 8.214.237          | 5,1          | 6.160.678          | 8.106.797          | 6.080.098          |
| <b>Total</b>                     | <b>266</b> | <b>162.426.197</b> | <b>100,0</b> | <b>121.311.022</b> | <b>150.775.055</b> | <b>112.584.475</b> |

**Indicadores de realização física**

Os indicadores físicos reflectem o tipo de acções apoiadas, que, no caso do Programa Operacional Regional, corresponde à execução de infra-estruturas em “baixa”, fundamentalmente, redes de distribuição de água e redes de drenagem de águas residuais, sendo as infra-estruturas em “alta” – captações, grandes adutoras, tratamento de água, ETAR’s e Emissários, objecto de apoio do Fundo de Coesão através dos Sistemas multi-municipais.

**Medida I.2 - Indicadores de realização física**

| Nome Indicador   | Unidade   | Previsto 2006 | Aprovado     | Executado    |
|--|-----------|---------------|--------------|--------------|
| <b>Abastecimento de Água</b>   |           |               |              |              |
| <b>Reservatórios Construídos/remodelados</b>                               | <b>nº</b> | <b>67</b>     | <b>76</b>    | <b>73</b>    |
| Reservatórios construídos  | nº        |               | 66           | 63           |
| Reservatórios remodelados/ampliados  | nº        |               | 10           | 10           |
| Rede de abastecimento de água: captação e tratamento                       | nº        |               | 5            | 4            |
| ETA construídas  | nº        |               | 3            | 3            |
| ETA remodeladas/ampliadas  | nº        |               | 2            | 2            |
| <b>Rede de abastecimento de água construída</b>                            | <b>Km</b> | <b>1129</b>   | <b>1.139</b> | <b>1.102</b> |
| Rede de abastecimento de água construída                                   | km        |               | 1.139        | 1.102        |
| Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada                          | km        |               | 100          | 97           |
| <b>Drenagem e Tratamento de Águas Residuais Domésticas</b>                 | <b>Km</b> |               |              |              |
| <b>ETAR construídas/remodeladas</b>  | <b>nº</b> | <b>32</b>     | <b>33</b>    | <b>28</b>    |
| ETAR construídas   | nº        |               | 31           | 26           |
| ETAR remodeladas/ampliadas   | n.º       |               | 2            | 2            |
| <b>Rede de drenagem de águas residuais construída</b>                      | <b>Km</b> | <b>1434</b>   | <b>1.433</b> | <b>1.402</b> |
| Rede de drenagem de águas residuais construída Total                       | km        |               | 1.433        | 1.402        |
| Rede de drenagem de águas residuais remodelada/ampliada Total              | km        |               | 44           | 40           |
| Rede de drenagem de águas pluviais construída Total                        | m         |               | 80.166       | 80.153       |
| Emissário terrestre construído   | m         |               | 3            | 3            |
| Estações elevatórias construídas   | nº        |               | 151          | 147          |
| <b>Selagem de Lixeiras</b>   | <b>nº</b> | <b>3</b>      | <b>3</b>     | <b>3</b>     |
| Lixeiras seladas   | nº        |               | 3            | 3            |
| Contentores/recipientes (incluindo os dos ecopontos) adquiridos/instalados | nº        |               | 475          | 475          |
| Equipamentos adquiridos para recolha de resíduos                           | nº        |               | 4            | 4            |
| Ecocentros criados   | n.º       |               | 4            | 4            |

#### 4. Medida I.3 – Acessibilidades

##### *Síntese global da execução*

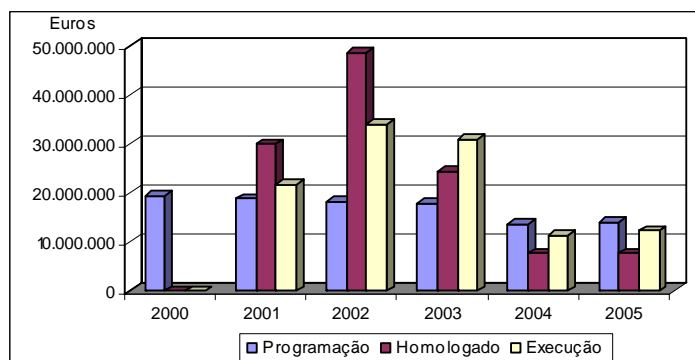
Até final de 2005 foram aprovados 115 projectos que envolvem um investimento total de 118,7 milhões de Euros, correspondendo a 101,6% do total programado para a Medida. A execução representa, em termos de despesa pública, 92,9% do montante aprovado e de 107,8% do valor programado para o período 2000-2005.

##### Medida I. 3 - Síntese da execução

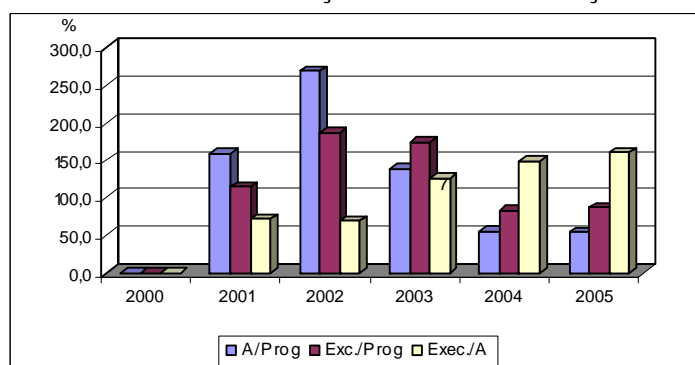
Unid: Euros

| Ano                      | Programação        |                   | Aprovação          |                   | Execução           |                   | Taxas (%) Despesa Pública |             |             |
|--------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|---------------------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública         | Fundo             | D. Pública         | Fundo             | D. Pública         | Fundo             | A/Prog                    | Exc./Prog   | Exec./A     |
| 2.000                    | 19.523.171         | 14.642.378        | 0                  | 0                 | 0                  | 0                 | 0,0                       | 0,0         | 0,0         |
| 2.001                    | 18.861.771         | 14.146.328        | 30.012.001         | 22.446.981        | 21.652.619         | 16.216.226        | 159,1                     | 114,8       | 72,1        |
| 2.002                    | 18.191.639         | 13.643.729        | 48.770.369         | 36.467.422        | 33.993.208         | 25.427.462        | 268,1                     | 186,9       | 69,7        |
| 2.003                    | 17.768.876         | 13.326.657        | 24.500.120         | 18.063.885        | 30.950.242         | 22.900.674        | 137,9                     | 174,2       | 126,3       |
| 2.004                    | 13.772.484         | 10.329.363        | 7.679.528          | 5.527.623         | 11.393.383         | 8.446.650         | 55,8                      | 82,7        | 148,4       |
| 2.005                    | 14.162.547         | 10.621.910        | 7.692.326          | 4.131.821         | 12.285.960         | 7.627.392         | 54,3                      | 86,7        | 159,7       |
| 2000-2005                | 102.280.488        | 76.710.365        | 118.654.344        | 86.637.732        | 110.275.413        | 80.618.405        | 116,0                     | 107,8       | 92,9        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>116.785.215</b> | <b>87.588.911</b> | <b>118.654.344</b> | <b>86.637.732</b> | <b>110.275.413</b> | <b>80.618.405</b> | <b>101,6</b>              | <b>94,4</b> | <b>92,9</b> |

##### Medida I.3 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



##### Medida I.3 - Evolução das taxas de execução



*Incidência local do investimento aprovado***Medida I.3 - Incidência local do investimento aprovado**

Unid: Euros

| NUT                      | N.º Proj.  | Despesa Pública    | FEDER             | Capitação<br>Euros/hab. | Projectos        |
|--------------------------|------------|--------------------|-------------------|-------------------------|------------------|
| Baixo Vouga              | 16         | 19.456.583         | 14.288.143        | 50                      | 1.216.036        |
| Baixo Mondego            | 18         | 17.662.788         | 13.106.044        | 52                      | 981.266          |
| Pinhal Litoral           | 7          | 6.650.791          | 4.988.093         | 27                      | 950.113          |
| Pinhal Interior<br>Norte | 22         | 17.819.603         | 13.139.584        | 129                     | 809.982          |
| Pinhal Interior Sul      | 1          | 420.677            | 315.508           | 9                       | 420.677          |
| Dão Lafões               | 17         | 15.362.310         | 11.161.922        | 54                      | 903.665          |
| Beira Interior<br>Norte  | 10         | 13.854.418         | 9.766.792         | 121                     | 1.385.442        |
| Beira Interior Sul       | 9          | 11.074.189         | 7.689.790         | 142                     | 1.230.465        |
| Cova da Beira            | 10         | 11.302.810         | 8.394.225         | 121                     | 1.130.281        |
| Serra da Estrela         | 5          | 5.050.175          | 3.787.631         | 101                     | 1.010.035        |
| Litoral                  | 41         | 43.770.162         | 32.382.280        | 45                      | 1.067.565        |
| Interior                 | 74         | 74.884.182         | 54.255.452        | 93                      | 1.011.948        |
| <b>TOTAL</b>             | <b>115</b> | <b>118.654.344</b> | <b>86.637.732</b> | <b>67</b>               | <b>1.031.777</b> |

Os 74 projectos apoiados no Interior coloca esta sub-região com 63% do total de aprovações, embora se registem investimentos assinaláveis no Baixo Vouga e no Baixo Mondego, onde se investiu, respectivamente, cerca de 16% e de 15% do investimento total realizado em acessibilidades ao abrigo desta Medida.

*Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção*

O volume mais expressivo de projectos aprovados correspondem a intervenções na rede viária regional, contribuindo para melhorar as acessibilidades internas e desencravar os territórios mais remotos da Região, além de se terem apoiado algumas circulares urbanas que concorrem, igualmente, para revitalização dos respectivos tecidos urbanos.

**Medida I.3 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção**

Unid: Euros

| Sector de Actividade    | Nº Proj.   | Aprovações         |              |                   | Execução           |                   |
|-------------------------|------------|--------------------|--------------|-------------------|--------------------|-------------------|
|                         |            | Elegível           | %            | FEDER             | Despesa            | FEDER             |
| TRANSPORTES             | 112        | 112.018.767        | 94,4         | 81.661.049        | 103.640.448        | 75.642.182        |
| REVITALIZAÇÃO<br>URBANA | 3          | 6.635.577          | 5,6          | 4.976.683         | 6.634.965          | 4.976.224         |
| <b>Total</b>            | <b>115</b> | <b>118.654.344</b> | <b>100,0</b> | <b>86.637.732</b> | <b>110.275.413</b> | <b>80.618.405</b> |

*Indicadores de realização física*

Os indicadores físicos reflectem os objectivos preconizados para a Medida: construção de circulares aos centros urbanos, construção ou beneficiação da rede viária municipal mais estruturante, bem como ligação a equipamentos de utilização colectiva.

**Medida I.3 - Indicadores de realização física**

| Nome Indicador   | Unidade   | Previsto<br>2006 | Aprovado   | Executado  |
|--|-----------|------------------|------------|------------|
| <b>Circulares/variantes construídas aos principais centros urbanos Total</b> | <b>Km</b> | <b>33</b>        | <b>22</b>  | <b>22</b>  |
| Circulares/variantes construídas aos principais centros urbanos              | km        |                  | 22         | 22         |
| <b>Estradas</b>  | <b>Km</b> | <b>200</b>       | <b>647</b> | <b>631</b> |
| Estradas construídas/requalificadas  | km        |                  | 2          | 1          |
| Estradas reparadas   | km        |                  | 36         | 34         |
| Rede viária municipal beneficiada  | km        |                  | 550        | 537        |
| Rede viária municipal construída   | km        |                  | 22         | 22         |
| Rede viária urbana beneficiada   | km        |                  | 26         | 26         |
| Rede viária urbana construída  | km        |                  | 5          | 5          |
| Arruamentos remodelados/ampliados  | n.º       |                  | 1          | 22         |
| Obras de arte beneficiadas Total   | n.º       |                  | 3          | 3          |
| Obras de arte construídas  | n.º       |                  | 14         | 14         |

## 5. Medida I.4 - Qualificação dos aglomerados urbanos e das estruturas de povoamento

### Síntese global da execução

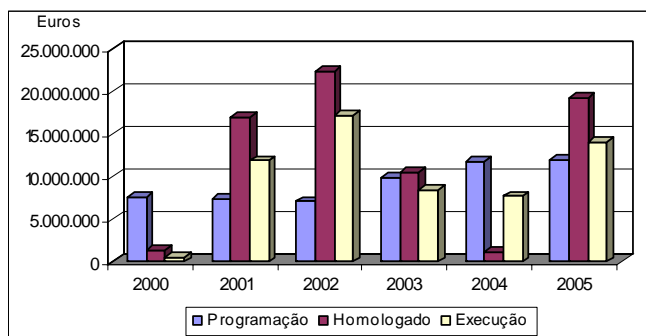
Os 87 projectos aprovados nesta Medida colocam-na com um elevado nível de comprometimento totalizando um volume de investimento superior a 72 milhões de Euros. A despesa realizada pelos projectos desta medida colocam-na com 88.3% e 82.9% de execução relativamente à programação e às aprovações, respectivamente.

### Medida I.4 - Síntese da execução

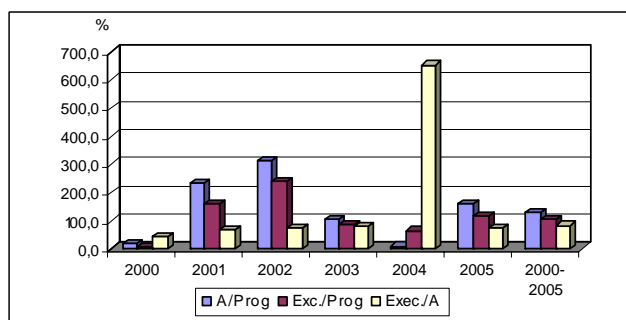
Unid: Euros

| Ano                      | Programação       |                   | Aprovação         |                   | Execução          |                   | Taxas (%)    |             |             |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | A/Prog       | Exc./Prog   | Exec./A     |
| 2.000                    | 7.592.468         | 5.694.351         | 1.354.169         | 1.015.627         | 601.943           | 451.457           | 17,8         | 7,9         | 44,5        |
| 2.001                    | 7.335.252         | 5.501.439         | 17.025.092        | 11.791.544        | 11.896.531        | 8.080.869         | 232,1        | 162,2       | 69,9        |
| 2.002                    | 7.074.641         | 5.305.981         | 22.307.592        | 16.344.288        | 17.109.309        | 12.497.407        | 315,3        | 241,8       | 76,7        |
| 2.003                    | 9.832.230         | 7.082.673         | 10.478.389        | 7.723.710         | 8.471.336         | 6.266.876         | 106,6        | 86,2        | 80,8        |
| 2.004                    | 11.734.884        | 8.496.888         | 1.179.285         | 865.360           | 7.692.898         | 5.662.174         | 10,0         | 65,6        | 652,3       |
| 2.005                    | 12.031.397        | 8.716.666         | 19.318.846        | 9.834.935         | 14.022.586        | 7.924.895         | 160,6        | 116,5       | 72,6        |
| 2000-2005                | 55.600.872        | 40.797.998        | 71.663.372        | 47.575.464        | 59.794.601        | 40.883.678        | 128,9        | 107,5       | 83,4        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>67.712.293</b> | <b>49.562.908</b> | <b>72.129.854</b> | <b>47.778.227</b> | <b>59.794.601</b> | <b>40.883.678</b> | <b>106,5</b> | <b>88,3</b> | <b>82,9</b> |

### Medida I.4 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



### Medida I.4 - Evolução das taxas de execução



*Incidência local do investimento aprovado*

A distribuição territorial reflecte um certo equilíbrio de aprovações entre Litoral e Interior, no que respeita ao investimento aprovado.

**Medida I.4 - Incidência do investimento aprovado**

Unid: Euros

| NUT                   | N.º Proj. | Despesa Pública   | FEDER             | Capitação Euros/hab. | Projectos Dim. Média |
|-----------------------|-----------|-------------------|-------------------|----------------------|----------------------|
| Baixo Vouga           | 14        | 16.743.047        | 10.537.914        | 43                   | 1.195.932            |
| Baixo Mondego         | 14        | 10.416.731        | 7.725.398         | 31                   | 744.052              |
| Pinhal Litoral        | 9         | 5.295.131         | 3.515.621         | 21                   | 588.348              |
| Pinhal Interior Norte | 19        | 15.400.234        | 10.138.919        | 111                  | 810.539              |
| Pinhal Interior Sul   | 3         | 2.162.359         | 1.081.180         | 48                   | 720.786              |
| Dão Lafões            | 13        | 11.789.116        | 8.493.513         | 41                   | 906.855              |
| Beira Interior Norte  | 6         | 4.089.772         | 2.403.605         | 36                   | 681.629              |
| Beira Interior Sul    | 3         | 1.755.556         | 1.051.751         | 22                   | 585.185              |
| Cova da Beira         | 4         | 3.476.654         | 2.079.386         | 37                   | 869.164              |
| Serra da Estrela      | 2         | 1.001.254         | 750.941           | 20                   | 500.627              |
| Litoral               | 37        | 32.454.908        | 21.778.934        | 33                   | 877.160              |
| Interior              | 50        | 39.674.945        | 25.999.294        | 49                   | 793.499              |
| <b>TOTAL</b>          | <b>87</b> | <b>72.129.854</b> | <b>47.778.227</b> | <b>41</b>            | <b>829.079</b>       |

*Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção*

As intervenções de revitalização urbana concentram 78.7% do investimento elegível que foi aprovado. Trata-se, fundamentalmente, de intervenções com vista à qualificação e melhoria da imagem das sedes de concelho e outros aglomerados de dimensão equivalente.

**Medida I.4 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção**

Unid: Euros

| Sector de Actividade              | Nº Proj.  | Aprovações        |              |                   | Execução          |                   |
|-----------------------------------|-----------|-------------------|--------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|                                   |           | Elegível          | %            | FEDER             | Despesa           | FEDER             |
| APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL | 4         | 2.279.058         | 3,2          | 1.191.988         | 1.110.303         | 605.926           |
| COMÉRCIO                          | 1         | 3.097.771         | 4,3          | 1.548.886         | 2.798.368         | 1.399.184         |
| CULTURA                           | 4         | 2.648.409         | 3,7          | 1.680.027         | 2.547.502         | 1.604.346         |
| DESPORTO                          | 2         | 934.500           | 1,3          | 700.875           | 934.500           | 700.875           |
| INDÚSTRIA                         | 1         | 247.749           | 0,3          | 185.812           | 243.571           | 182.678           |
| PATRIMÓNIO HISTÓRICO/ CULTURAL    | 1         | 536.458           | 0,7          | 402.343           | 536.458           | 402.343           |
| RECREIO E LAZER                   | 1         | 597.785           | 0,8          | 298.893           | 0                 | 0                 |
| REVITALIZAÇÃO URBANA              | 67        | 56.800.976        | 78,7         | 38.905.473        | 48.584.064        | 34.104.831        |
| SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO           | 1         | 651.088           | 0,9          | 488.316           | 651.088           | 488.316           |
| TRANSPORTES                       | 5         | 4.336.059         | 6,0          | 2.375.616         | 2.388.747         | 1.395.179         |
| <b>Total</b>                      | <b>87</b> | <b>72.129.854</b> | <b>100,0</b> | <b>47.778.227</b> | <b>59.794.601</b> | <b>40.883.678</b> |

*Indicadores de realização física*

Os indicadores físicos reflectem o tipo de acções apoiadas, que são, fundamentalmente, arranjos urbanísticos, com os quais se pretende recuperar e melhorar a imagem de centros históricos e áreas degradadas em espaços urbanos de interesse turístico, e recuperação de edifícios de interesse arquitectónico e patrimonial.

**Medida I.4 - Indicadores de realização física**

| Nome Indicador   | Unidade   | Previsto<br>2006 | Aprovado  | Executado |
|--|-----------|------------------|-----------|-----------|
| <b>Arranjos urbanísticos</b>                               | <b>nº</b> | <b>25</b>        | <b>73</b> | <b>58</b> |
| Área de arranjos urbanísticos                              | nº        |                  | 44        | 31        |
| Intervenções de renovação urbana                           | nº        |                  | 26        | 24        |
| Intervenções integradas de renovação urbana                | nº        |                  | 3         | 3         |
| <b>Recuperação de Edifícios e Monumentos</b>               | <b>nº</b> | <b>10</b>        | <b>9</b>  | <b>9</b>  |
| Edifícios de interesse patrimonial recuperados/valorizados |           |                  | 9         | 9         |
| Estâncias termais apoiadas                                 | nº        |                  | 1         | 1         |
| Campos de jogos construídos                                | nº        |                  | 1         | 1         |
| Parques de estacionamento construídos                      | nº        |                  | 2         | 1         |
| Parques/pavilhões de exposição construídos                 | nº        |                  | 1         | 1         |
| Polidesportivos remodelados/ampliados                      | nº        |                  | 1         | 1         |
| Rede viária urbana beneficiada                             | Km        |                  | 7         | 4         |



## 6. Medida I.5 - Apoio às actividades económicas, actividades de desenvolvimento territorial e apoio à eficácia das políticas públicas

### Síntese global da execução

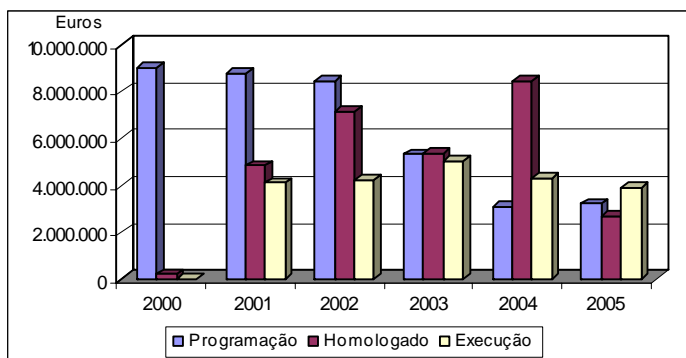
Até final de 2005 foram aprovados 102 projectos que envolvem um investimento total de 29.9 milhões de Euros, correspondendo a 72.9% do total programado para a Medida. A execução da Medida correspondia a 72.2% do montante aprovado.

### Medida I. 5 - Síntese da execução

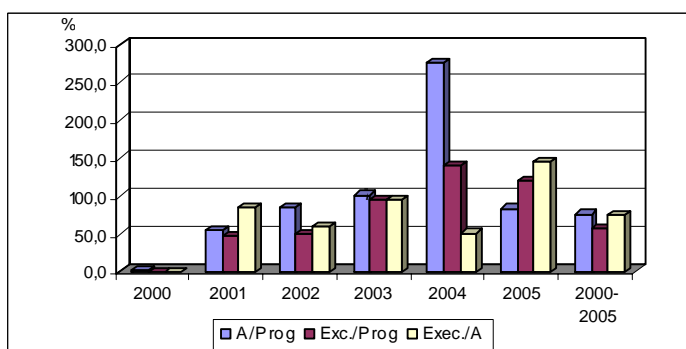
Unid: Euros

| Ano                      | Programação       |                   | Aprovação         |                   | Execução          |                   | Taxas (%)   |             |             |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | A/Prog      | Exc./Prog   | Exec./A     |
| 2.000                    | 9.041.721         | 5.880.336         | 216.581           | 140.778           | 0                 | 0                 | 2,4         | 0,0         | 0,0         |
| 2.001                    | 8.744.495         | 5.681.123         | 4.836.841         | 3.258.784         | 4.116.558         | 2.806.424         | 55,3        | 47,1        | 85,1        |
| 2.002                    | 8.429.784         | 5.479.281         | 7.159.756         | 4.402.352         | 4.228.339         | 2.567.276         | 84,9        | 50,2        | 59,1        |
| 2.003                    | 5.311.882         | 3.451.946         | 5.380.932         | 3.379.008         | 5.065.118         | 3.135.175         | 101,3       | 95,4        | 94,1        |
| 2.004                    | 3.078.199         | 2.000.969         | 8.464.413         | 6.033.900         | 4.310.856         | 3.029.300         | 275,0       | 140,0       | 50,9        |
| 2.005                    | 3.214.770         | 2.089.739         | 2.681.099         | 1.782.639         | 3.878.926         | 2.687.576         | 83,4        | 120,7       | 144,7       |
| 2000-2005                | 37.820.851        | 24.583.394        | 28.739.622        | 18.997.461        | 21.599.797        | 14.225.751        | 76,0        | 57,1        | 75,2        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>41.039.033</b> | <b>26.675.448</b> | <b>29.921.066</b> | <b>19.799.834</b> | <b>21.599.797</b> | <b>14.225.751</b> | <b>72,9</b> | <b>52,6</b> | <b>72,2</b> |

### Medida I.5 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



### Medida I.5 - Evolução das taxas de execução



*Incidência local do investimento aprovado***Medida I.5 – Incidência do investimento aprovado**

Unid: Euros

| NUT                   | Nº Proj.   | Despesa Pública   | FEDER             | Capitação<br>Euros/hab. | Projectos<br>Dim. Média |
|-----------------------|------------|-------------------|-------------------|-------------------------|-------------------------|
| Baixo Vouga           | 15         | 2.805.391         | 1.757.683         | 7                       | 187.026                 |
| Baixo Mondego         | 41         | 21.225.879        | 14.448.730        | 62                      | 517.704                 |
| Pinhal Litoral        | 12         | 974.425           | 593.889           | 4                       | 81.202                  |
| Pinhal Interior Norte | 4          | 322.953           | 211.915           | 2                       | 80.738                  |
| Pinhal Interior Sul   | 1          | 170.192           | 110.625           | 4                       | 170.192                 |
| Dão-Lafões            | 7          | 1.628.245         | 998.236           | 6                       | 232.606                 |
| Beira Interior Norte  | 7          | 891.010           | 524.478           | 8                       | 127.287                 |
| Beira Interior Sul    | 10         | 1.374.684         | 835.132           | 18                      | 137.468                 |
| Cova da Beira         | 5          | 528.287           | 319.146           | 6                       | 105.657                 |
| Serra da Estrela      |            |                   |                   |                         |                         |
| <b>Litoral</b>        | <b>68</b>  | <b>25.005.695</b> | <b>16.800.302</b> | <b>26</b>               | <b>367.731</b>          |
| <b>Interior</b>       | <b>34</b>  | <b>4.915.371</b>  | <b>2.999.532</b>  | <b>6</b>                | <b>144.570</b>          |
| <b>TOTAL</b>          | <b>102</b> | <b>29.921.066</b> | <b>19.799.834</b> | <b>17</b>               | <b>293.344</b>          |

O Baixo Mondego destaca-se no contexto regional, pelo facto de aí se localizarem os principais actores cujo âmbito de actuação coincide com o conjunto do espaço regional, concentrando o maior número de projectos e de investimento apoiado por esta Medida (71%).

*Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção*

A incidência do investimento por sectores de actividade mostra uma concentração no apoio ao desenvolvimento regional (45.1%), salientando-se ainda os sectores do turismo (21%), da cultura (14.2%) e da sociedade da informação (9.5%).

**Medida I.5 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção**

Unid: Euros

| Sector de Actividade              | Nº Proj.   | Aprovações        |            |                   | Execução          |                   |
|-----------------------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|                                   |            | Elegível          | %          | FEDER             | Despesa           | FEDER             |
| AGRICULTURA                       | 3          | 628.161           | 2,1        | 392.970           | 617.644           | 386.807           |
| AMBIENTE                          | 5          | 492.529           | 2          | 320.144           | 419.743           | 272.833           |
| protecção ambiental               | 2          | 213.728           | 0,7        | 138.923           | 212.103           | 137.867           |
| resíduos sólidos                  | 2          | 252.621           | 0,8        | 164.204           | 202.880           | 131.872           |
| outros                            | 1          | 26.180            | 0,1        | 17.017            | 4.760             | 3.094             |
| APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL | 73         | 13.494.315        | 45,1       | 8.537.694         | 10.300.929        | 6.425.854         |
| CULTURA                           | 11         | 4.247.921         | 14,2       | 2.706.769         | 2.826.819         | 1.800.535         |
| ENERGIA                           | 1          | 49.787            | 0,2        | 32.361            | 0                 | 0                 |
| SAÚDE                             | 1          | 239.328           | 0,8        | 155.563           | 239.328           | 155.563           |
| SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO           | 2          | 2.829.330         | 9,5        | 1.949.281         | 2.268.980         | 1.563.142         |
| TURISMO                           | 3          | 6.269.403         | 21,0       | 4.619.362         | 4.440.009         | 3.304.893         |
| OUTROS                            | 3          | 1.670.292         | 5,6        | 1.085.690         | 486.344           | 316.123           |
| <b>Total</b>                      | <b>102</b> | <b>29.921.066</b> | <b>100</b> | <b>19.799.834</b> | <b>21.599.797</b> | <b>14.225.751</b> |

*Indicadores de realização física*

Na sequência do ponto anterior, não é de estranhar a maior concentração de projectos se situe na linha de acção relativa às “acções inovadoras de promoção e valorização de recursos” e à “dinamização de redes e acções de cooperação interregional”.

**Medida I.5 - Indicadores de realização física**

| Nome Indicador  | Unidade   | Previsto<br>2006 | Aprovado   | Executado  |
|---|-----------|------------------|------------|------------|
| <b>Acções inovadoras de prom e valorização dos recursos</b>                     | <b>nº</b> | <b>80</b>        | <b>552</b> | <b>290</b> |
| Acções de sensibilização/divulgação   | nº        |                  | 1          | 1          |
| Edição/produção/reprodução de materiais de divulgação e informação (exemplares) | nº        |                  | 264        | 251        |
| Edições audiovisual/multimédia: exemplares                                      | nº        |                  | 2          |            |
| Edições audiovisual/multimédia: títulos   | nº        |                  | 5          | 5          |
| Iniciativas de animação e promoção turística                                    | nº        |                  | 2          | 1          |
| Iniciativas de promoção/animação cultural                                       | nº        |                  | 238        | 9          |
| Livros/publicações editados : títulos   | nº        |                  | 25         | 15         |
| Material promocional/folhetos   | nº        |                  | 3          | 3          |
| Exposições realizadas   | nº        |                  | 12         | 5          |
| <b>Reforço das Est. Organizativas Apoio Act. Económica</b>                      | <b>nº</b> | <b>50</b>        | <b>19</b>  | <b>8</b>   |
| Estruturas prestadoras de serviços de qualificação e promoção regional          | nº        |                  | 19         | 8          |
| <b>Dinamização de redes e acções de cooperação interregional</b>                | <b>nº</b> | <b>70</b>        | <b>86</b>  | <b>58</b>  |
| Congressos/seminários/workshops : organização                                   | nº        |                  | 2          | 2          |
| Congressos/seminários/workshops : participação                                  | nº        |                  | 2          |            |
| Estudos temáticos realizados  | nº        |                  | 7          | 5          |
| Estudos/projectos técnicos/diagnósticos/planos                                  | nº        |                  | 13         | 8          |
| Feiras/certames/mostras : organização   | nº        |                  | 38         | 34         |
| Feiras/certames/mostras : participação  | nº        |                  | 24         | 9          |
| <b>Reforço da eficácia das políticas públicas</b>                               | <b>nº</b> | <b>40</b>        | <b>8</b>   | <b>2</b>   |
| Sistemas de informação  | nº        |                  | 3          | 1          |
| Projectos de conteúdo diverso   | nº        |                  | 1          |            |
| Projectos estruturantes implementados   | nº        |                  | 1          |            |
| Projectos de instalação e ampliação de infraestruturas de rede informática      | nº        |                  | 2          |            |
| Aplicações informáticas/bases de dados desenvolvidas                            | nº        |                  | 1          | 1          |

## 7. Medida I.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos

### *Síntese global da execução*

Ao Poder Local tem sido crescentemente reconhecida a capacidade para enfrentar e resolver muitos dos principais problemas dos cidadãos, em consequência não só do conhecimento mais aprofundado desses problemas, que só a proximidade permite, mas também da progressiva transferência de atribuições e competências da Administração Central para a Local. Contudo, para que a resposta a esses problemas seja eficaz é necessário que haja meios humanos devidamente qualificados.

Assim, desde 2000, ano em que foi lançado o Programa de Formação para as Autarquias Locais (Programa FORAL), cofinanciado pela Medida 1.6, que se tem procurado criar mais e melhores condições para aumentar o nível de qualificação dos funcionários e agentes da Administração Local, bem como modernizar as organizações, de modo a melhorar o seu desempenho funcional em áreas como a solidariedade social, a cultura, a educação, o desporto e o ambiente e, no fundo.

A Medida 1.6 visa dar uma resposta eficaz e eficiente aos novos desafios da descentralização administrativa, aos novos desafios do desenvolvimento local e regional, da sociedade da informação e da modernização da Administração Local. Deste modo, e dada uma cada vez maior diversidade técnico-funcional dos serviços prestados no seio da Administração Local, o Programa FORAL tem procurado abranger formandos de várias áreas funcionais e com os mais variados níveis de habilitações e de competências profissionais.

Tal como nos anos anteriores, a Estrutura Técnica de Apoio ao Fundo Social Europeu (EAT/FSE) do Programa Operacional do Centro tem continuado a aplicar os normativos nacionais e comunitários e os procedimentos formais aprovados em Unidade de Gestão, a divulgar e promover os objectivos da Medida 1.6.

Em 2003, foram lançadas, no âmbito do Programa FORAL, três novas modalidades formativas: formação-acção, formação a distância e formação avançada. Contudo, até ao final de 2004 só tinham sido aprovadas duas candidaturas – uma de formação-acção e a outra de formação a distância. Em 2005 foram aprovados 22 pedidos de financiamento no âmbito da formação-acção e 4 de formação avançada.

### Medida I.6 - Síntese da execução

Unid: Euros

| Ano                      | Programação       |                   | Aprovação         |                   | Execução         |                  | Taxas (%)   |             |             |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | D. Pública       | Fundo            | A/Prog      | Exc/Prog    | Exec/A      |
| 2000                     | 8.625.695         | 6.469.288         | 264.064           | 198.048           | 0                | 0                | 3,1         | 0,0         | 0,0         |
| 2001                     | 8.335.927         | 6.251.961         | 1.689.735         | 1.261.961         | 432.339          | 301.778          | 20,3        | 5,2         | 25,6        |
| 2002                     | 8.038.678         | 6.029.023         | 1.772.366         | 1.329.274         | 1.240.923        | 908.116          | 22,0        | 15,4        | 70,0        |
| 2003                     | 5.642.531         | 4.231.912         | 3.528.015         | 2.646.011         | 1.334.650        | 1.045.495        | 62,5        | 23,7        | 37,8        |
| 2004                     | 0                 | 0                 | 5.921.350         | 4.441.013         | 2.424.223        | 1.818.712        |             |             | 40,9        |
| 2005                     | 0                 | 0                 | 8.336.210         | 6.252.158         | 3.442.782        | 2.582.087        |             |             | 41,3        |
| 2000-2005                | 30.642.831        | 22.982.184        | 21.511.740        | 16.128.465        | 8.874.918        | 6.656.188        | 70,2        | 29,0        | 41,3        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>30.642.831</b> | <b>22.982.184</b> | <b>23.316.189</b> | <b>17.481.801</b> | <b>8.874.918</b> | <b>6.656.188</b> | <b>76,1</b> | <b>29,0</b> | <b>38,1</b> |

Assim, em 2005, ou seja, no sexto ano de execução do Q.C.A. III, tinham dado entrada na EAT/FSE do P.O.Centro 454 candidaturas, das quais 378 foram aprovadas e homologadas, 45 estavam a aguardar homologação após parecer favorável na Unidade de Gestão (U.G.) de 14-12-2005, 1 tinha sido indeferida em U.G., 15 estavam em análise e houve 16 desistências (duas das quais homologadas). Em 2005 registou-se o maior número de candidaturas aprovadas (144 nas quatro Unidades de Gestão).

Para o período 2000-2006 foram aprovados 23.316.189 € (Despesa Pública), dos quais 21.511.740 € são relativos ao período 2000-2005. Os valores da "Despesa Pública" e do "Fundo Comunitário" aprovados para 2005 (respectivamente 8.336.210 € e 6.252.158 €) representam 38,5% do total aprovado para 2000-2005, o que comprova que o aumento do número de candidaturas aprovadas também teve importantes consequências do ponto de vista financeiro.

Devido ao facto de muitas das candidaturas homologadas em 2004 terem também execução física e financeira em 2005, a execução voltou a registar uma subida significativa em relação a 2004.

#### *Incidência local do investimento aprovado*

Quanto à distribuição geográfica das candidaturas, das 378 aprovadas, 95 enquadram-se no "Baixo Mondego", 56 em "Dão-Lafões" e 52 não são regionalizáveis. A par daquelas, as NUT III "Baixo Vouga", "Pinhal Interior Norte" e "Pinhal Litoral" revelam, também, uma forte incidência do Programa FORAL. De realçar que qualquer das cinco N.U.T. atrás referidas se situa ou no litoral, ou próxima deste.

Uma vez mais - pelo terceiro ano consecutivo - as candidaturas não enquadráveis em qualquer das dez N.U.T. III da Região Centro, ou seja, as "Não Regionalizáveis" representam a maior fatia ao nível das aprovações (Custo total elegível: 8.784.049 €), seguidas de Dão-Lafões (4.002.581 €) e do Baixo Mondego (2.915.489 €), que também mantêm as posições dos dois anos anteriores.

A N.U.T. "Baixo Mondego" continua a demonstrar um enorme dinamismo na apresentação de candidaturas, tendo registado uma forte subida no número de candidaturas aprovadas (21 no final de 2003; 46 no final de 2004 e 95 no final de 2005), seguida de "Dão-Lafões" (20 no final de 2003; 37 no final de 2004 e 56 no final de 2005) e do "Baixo Vouga" (17 no final de 2003; 29 no final de 2004 e 47 no final de 2005).

#### **Medida I.6 - Incidência do investimento aprovado**

Unid. Euros

| NUT III                | Nº Proj.   | Custo total       | D. Pública        | Fundo             | Incidência    |              |
|------------------------|------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------|--------------|
|                        |            |                   |                   |                   | %             | por hab.     |
| Baixo Vouga            | 47         | 1.446.466         | 1.446.466         | 1.083.869         | 6,19          | 3,75         |
| Baixo Mondego          | 95         | 2.915.489         | 2.873.584         | 2.155.188         | 12,48         | 8,58         |
| Pinhal Litoral         | 33         | 476.670           | 476.670           | 357.503           | 2,04          | 1,91         |
| Pinhal Interior Norte  | 36         | 1.715.125         | 1.715.125         | 1.284.885         | 7,34          | 12,37        |
| Dão-Lafões             | 56         | 4.002.581         | 4.002.581         | 3.001.935         | 17,13         | 14,01        |
| Pinhal Interior Sul    | 15         | 916.906           | 916.906           | 687.679           | 3,92          | 20,45        |
| Serra da Estrela       | 11         | 535.377           | 535.377           | 401.533           | 2,29          | 10,73        |
| Beira Interior Norte   | 22         | 673.970           | 673.970           | 502.576           | 2,88          | 5,87         |
| Beira Interior Sul     | 6          | 527.888           | 527.888           | 395.916           | 2,26          | 6,75         |
| Cova da Beira          | 5          | 1.369.815         | 1.369.815         | 1.027.362         | 5,86          | 14,66        |
| Não Regionalizável     | 52         | 8.784.049         | 8.777.807         | 6.583.355         | 37,60         |              |
| Litoral                | 175        | 4.838.625         | 4.796.720         | 3.596.560         | 20,71         | 4,97         |
| Interior               | 151        | 9.741.661         | 9.741.661         | 7.301.886         | 41,69         | 12,09        |
| <b>Total da Medida</b> | <b>378</b> | <b>23.364.335</b> | <b>23.316.189</b> | <b>17.481.801</b> | <b>100,00</b> | <b>13,13</b> |

*Indicadores de realização física*

| Indicador físico   |                     | Unidade | Situação de partida | Previsto   |            | Aprovações |           |            | Execução  |           |           |
|--------------------|---------------------|---------|---------------------|------------|------------|------------|-----------|------------|-----------|-----------|-----------|
|                    |                     |         |                     | 2003       | 2006       | 2000/04    | 2005      | TOTAL      | 2000/04   | 2005      | TOTAL     |
| Formandos          | Homens              | %       | 1238                | 11.085     | 25.865     | 22.021     | 12.508    | 34.529     | 11.914    | 5.451     | 17.365    |
|                    | Mulheres            |         | 1532                | 11.085     | 25.865     | 19.958     | 11.914    | 31.872     | 13.809    | 5.273     | 19.082    |
|                    | Empregados          |         | (1)                 | 22.170     | 51.730     | 41.979     | 24.422    | 66.401     | 25.723    | 10.724    | 36.447    |
|                    | Desempregados       |         | (1)                 | 0          | 0          | 0          | 0         | 0          | 0         | 0         | 0         |
|                    | Domínio do Ambiente |         | (1)                 | (1)        | (1)        | 762        | 591       | 1.353      | 423       | 79        | 502       |
|                    | Acções TIC          |         | (1)                 | (1)        | (1)        | 12.456     | 4.767     | 17.223     | 8.243     | 2.281     | 10.524    |
|                    | Acções de I/O       |         | (1)                 | (1)        | (1)        | 0          | 0         | 0          | 0         | 0         | 0         |
|                    | Total               |         | (1)                 | (1)        | (1)        | 3.486      | 1.923     | 5.409      | 2.454     | 1.058     | 3.512     |
| Acções             | Domínio do Ambiente | %       | (1)                 | (1)        | (1)        | (2)        | (2)       | (2)        | 56        | 11        | 67        |
|                    | Domínio das TIC     |         | (1)                 | (1)        | (1)        | (2)        | (2)       | (2)        | 780       | 223       | 1.003     |
|                    | Domínio da I/O      |         | (1)                 | (1)        | (1)        | 0          | 0         | 0          | 0         | 0         | 0         |
|                    | Total               |         | (1)                 | (1)        | (1)        | 3.486      | 1.923     | 5.409      | 2.454     | 1.058     | 3.512     |
| Volume de Formação |                     | horas   | (1)                 | (1)        | (1)        | 1.340.003  | 1.284.311 | 2.624.314  | 783.898   | 369.106   | 1.153.004 |
| Custo Total        |                     | euros   | (1)                 | 30.642.831 | 40.939.157 | 13.219.181 | 8.340.705 | 21.559.886 | 5.473.137 | 3.453.938 | 8.927.076 |
| Despesa Pública    |                     | euros   | (1)                 | 30.642.831 | 40.939.157 | 13.175.529 | 8.336.210 | 21.511.740 | 5.432.136 | 3.442.782 | 8.874.918 |
| FSE                |                     | euros   | (1)                 | 22.982.184 | 30.704.459 | 9.876.307  | 6.252.158 | 16.128.465 | 4.074.102 | 2.582.087 | 6.656.188 |

(1) Não previsto em complemento de programação

(2) Informação não disponível

Como tem sido habitual nos últimos anos, em valores acumulados, o número de homens é superior em termos de aprovação (34.529 num total de 66.401), mas as mulheres estão em maioria na formação realizada (19.082 num total de 36.447 formandos), como se pode ver no Quadro 3. Igualmente será conveniente referir que a formação realizada em 2005 abrangeu 10.724 formandos, ou seja 29% de um período de 6 anos.

Quanto às acções TIC e de Formação Ambiental, as primeiras continuam a superar largamente as segundas, em todos os indicadores, nomeadamente no número de formandos envolvidos (10524 e 502, respectivamente). O total de acções realizadas ascendeu a 3.512 (1.058 em 2005), enquanto que as acções TIC (223) continuam a superar as acções em Formação Ambiental (11).

No que diz respeito à formação realizada em 2005, o volume de formação (369.106) representa cerca de metade do volume de formação executado no período 2000-2004 (783.898), tendência já verificada nos anos anteriores e que se deve, também, ao facto de muitas candidaturas serem plurianuais e terem transitado de 2003 e 2004.

Em jeito de conclusão, o cada vez maior número de funcionários e agentes da Administração Local, das mais variadas origens, tanto em termos geográficos, como sócio-profissionais, que têm aderido à formação profissional, nos mais variados domínios, é revelador da importância crescente que dão à formação, tendo em vista não só o reforço e a actualização de competências para o desempenho das actuais funções, bem como a preparação para outras que possam vir a desempenhar.

## 8. Medida I.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial

### Síntese global da execução

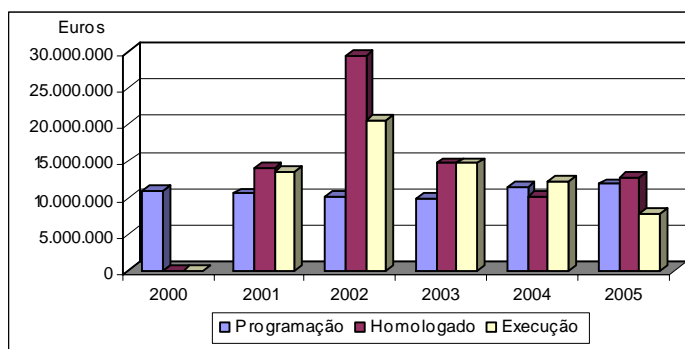
Os 32 projectos aprovados envolvem um investimento de 81.1 milhões de Euros, representando a execução 85,2% do montante aprovado e de 89,6% relativamente à programação total. Os projectos aprovados são, fundamentalmente, equipamentos estruturantes para a região, pelo que a respectiva dimensão é relativamente elevada.

### Medida I.7- Síntese da execução

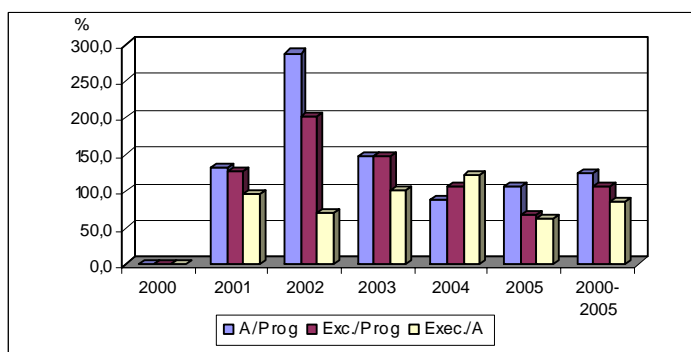
Unid: Euros

| Ano                      | Programação       |                   | Aprovações        |                   | Execução          |                   | Taxas (%) Despesa Pública |             |             |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | A/Prog                    | Exc./Prog   | Exec./A     |
| 2.000                    | 10.967.248        | 7.677.017         | 0                 | 0                 | 0                 | 0                 | 0,0                       | 0,0         | 0,0         |
| 2.001                    | 10.595.704        | 7.416.937         | 13.994.850        | 9.790.675         | 13.468.249        | 9.422.055         | 132,1                     | 127,1       | 96,2        |
| 2.002                    | 10.219.253        | 7.153.424         | 29.425.300        | 20.274.625        | 20.683.975        | 14.259.126        | 287,9                     | 202,4       | 70,3        |
| 2.003                    | 9.981.764         | 6.987.183         | 14.723.929        | 9.903.204         | 14.734.452        | 10.169.797        | 147,5                     | 147,6       | 100,1       |
| 2.004                    | 11.520.702        | 8.064.451         | 10.112.967        | 6.958.060         | 12.236.880        | 8.252.278         | 87,8                      | 106,2       | 121,0       |
| 2.005                    | 11.874.436        | 8.312.063         | 12.723.374        | 5.877.068         | 7.918.608         | 4.135.216         | 107,1                     | 66,7        | 62,2        |
| 2000-2005                | 65.159.107        | 45.611.075        | 80.980.419        | 52.803.632        | 69.042.164        | 46.238.471        | 124,3                     | 106,0       | 85,3        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>77.033.309</b> | <b>53.922.973</b> | <b>81.082.734</b> | <b>52.854.789</b> | <b>69.042.164</b> | <b>46.238.471</b> | <b>105,3</b>              | <b>89,6</b> | <b>85,2</b> |

### Medida I.7 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



### Medida I.7 - Evolução das taxas de execução



*Incidência local do investimento aprovado***Medida I.7 - Incidência do investimento aprovado**

Unid: Euros

| NUT                   | N.º Proj. | Despesa Pública   | FEDER             | Capitação<br>Euros/hab. | Projectos<br>Dim. Média |
|-----------------------|-----------|-------------------|-------------------|-------------------------|-------------------------|
| Baixo Vouga           | 8         | 23.192.662        | 16.218.007        | 60                      | 2.899.083               |
| Baixo Mondego         | 2         | 13.879.613        | 8.956.026         | 41                      | 6.939.807               |
| Pinhal Litoral        | 4         | 6.607.387         | 4.625.171         | 27                      | 1.651.847               |
| Pinhal Interior Norte | 4         | 4.612.322         | 2.245.328         | 33                      | 1.153.081               |
| Pinhal Interior Sul   | 1         | 1.738.102         | 1.216.671         | 39                      | 1.738.102               |
| Dão Lafões            | 6         | 13.726.509        | 9.027.301         | 48                      | 2.287.751               |
| Beira Interior Norte  | 0         | 0                 | 0                 |                         |                         |
| Beira Interior Sul    | 3         | 10.123.550        | 6.317.480         | 129                     | 3.374.517               |
| Cova da Beira         | 3         | 6.294.861         | 3.794.943         | 67                      | 2.098.287               |
| Serra da Estrela      | 1         | 907.727           | 453.864           | 18                      | 907.727                 |
| Litoral               | 14        | 43.679.663        | 29.799.204        | 45                      | 3.119.976               |
| Interior              | 18        | 37.403.071        | 23.055.586        | 46                      | 2.077.948               |
| <b>TOTAL</b>          | <b>32</b> | <b>81.082.734</b> | <b>52.854.789</b> | <b>46</b>               | <b>2.533.835</b>        |

Observando a incidência geográfica do investimento verificamos que as NUT III do Baixo Vouga, Baixo Mondego e Dão Lafões detêm a maior concentração de investimento, permitindo equipar e qualificar os principais aglomerados da Região, sendo de salientar a construção de equipamentos culturais estruturantes.

*Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção*

Os montantes mais significativos foram investidos na cultura (32.1 milhões de Euros, representando 39.6% do investimento total aprovado), no apoio ao desenvolvimento regional (26.5 milhões de Euros, ou seja 32.7% do investimento total aprovado), em equipamentos de recreio e lazer ou intervenções de reabilitação, quer do património local ou do tecido urbano.

**Medida I.7 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção**

Unid: Euros

| Sector de Actividade              | Nº Proj.  | Aprovações        |            |                   | Execução          |                   |
|-----------------------------------|-----------|-------------------|------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|                                   |           | Elegível          | %          | FEDER             | Despesa           | FEDER             |
| APOIO AO DES. REGIONAL            | 9         | 26.490.039        | 32,7       | 17.559.729        | 20.380.315        | 14.266.220        |
| CULTURA                           | 12        | 32.131.757        | 39,6       | 21.267.911        | 29.055.525        | 19.580.296        |
| EDUCAÇÃO                          | 1         | 852.755           | 1,1        | 596.928           | 750.269           | 525.188           |
| INDÚSTRIA                         | 2         | 3.610.720         | 4,5        | 1.805.360         | 2.825.592         | 1.412.796         |
| PATRIMÓNIO HISTÓRICO/<br>CULTURAL | 2         | 3.693.473         | 4,6        | 2.270.390         | 3.693.473         | 2.270.390         |
| RECREIO E LAZER                   | 2         | 8.452.252         | 10,4       | 5.395.107         | 7.586.906         | 4.875.900         |
| REVITALIZAÇÃO URBANA              | 3         | 4.113.637         | 5,1        | 2.742.693         | 3.342.173         | 2.322.143         |
| OUTROS                            | 1         | 1.738.102         | 2,1        | 1.216.671         | 1.407.910         | 985.537           |
| <b>Total</b>                      | <b>32</b> | <b>81.082.734</b> | <b>100</b> | <b>52.854.789</b> | <b>69.042.164</b> | <b>46.238.471</b> |



*Indicadores de realização física*

Tendo presente os sectores de intervenção e o número de intervenções aprovadas, importa destacar tanto a diversidade de equipamentos com que a Região fica dotada, como os edifícios de interesse cultural e patrimonial que foram intervencionados com o apoio desta Medida.

**Medida I.7 - Indicadores de realização física**

| Nome Indicador   | Unidade    | Previsto<br>2006 | Aprovado  | Executado |
|--|------------|------------------|-----------|-----------|
| <b>Equipamentos estruturantes(culturais, lazer, apoio à act. Económica</b> | <b>n.º</b> | <b>8</b>         | <b>26</b> | <b>22</b> |
| Auditórios e centros de conferência/congressos construídos                 | n.º        |                  | 1         | 1         |
| Bibliotecas construídas  | n.º        |                  | 1         | 1         |
| Centros culturais construídos  | n.º        |                  | 3         | 2         |
| Centros de ciência viva criados  | n.º        |                  | 1         | 1         |
| Edifícios construídos  | n.º        |                  | 1         | 1         |
| Escolas profissionais construídas  | n.º        |                  | 1         | 0         |
| Infraestruturas de apoio à actividade económica construídas                | n.º        |                  | 1         | 1         |
| Museus construídos   | n.º        |                  | 2         | 2         |
| Loteamentos e zonas industriais municipais remodelados/ampliados           | n.º        |                  | 3         | 2         |
| Parques/pavilhões de exposição construídos                                 | n.º        |                  | 4         | 4         |
| Parques/pavilhões de exposição remodelados/ampliados                       | n.º        |                  | 1         | 1         |
| Teatros/cinemas/cine teatros construídos                                   | n.º        |                  | 3         | 2         |
| Teatros/cinemas/cine teatros recuperados/remodelados                       | n.º        |                  | 3         | 3         |
| Zonas de lazer beneficiadas/recuperadas                                    | n.º        |                  | 1         | 1         |
| Área urbana intervencionada  | m2         |                  | 35.000    | 28.350    |
| Área recuperada para zonas verdes e equipamento social                     | m2         |                  | 80.100    | 68.085    |
| Área infraestruturada para acolhimento empresarial                         | m2         |                  | 138.514   | 89.203    |
| <b>Edifícios de interesse patrimonial recuperados/valorizados</b>          | <b>n.º</b> | <b>10</b>        | <b>2</b>  | <b>2</b>  |
| Edifícios de interesse patrimonial recuperados/valorizados                 | n.º        |                  | 2         | 2         |

## 9. Medida I.8 - Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico

### *Síntese global da execução*

Em 2005 foram apreciadas 17 candidaturas, das quais 16 foram aprovadas e uma recusada, tendo-se registado ainda 7 desistências. Os 173 projectos aprovados até 31.12.2005 correspondem a um valor FEDER inferior ao valor aprovado até 2004 devido à reprogramação financeira efectuada nos projectos com execução nos anos 2001 a 2004, com o objectivo de ajustar os valores programados aos executados.

Nesta Medida, os montantes das aprovações e da despesa correspondem aos valores das bonificações de juros de cada empréstimo. Mas enquanto que as aprovações são calculadas com base na taxa máxima de bonificação (3%), os pagamentos, iguais à despesa, têm sido efectuados com uma taxa de bonificação inferior. Esta situação deve-se ao facto da taxa de juro contratual (resultante da soma da taxa euribor a 6 meses com o spread) se ter situado abaixo dos 4%, e sendo o beneficiário do empréstimo obrigado a suportar uma taxa de juro mínima de 1%, a taxa de bonificação é inferior a 3%, de modo a que tal se verifique.

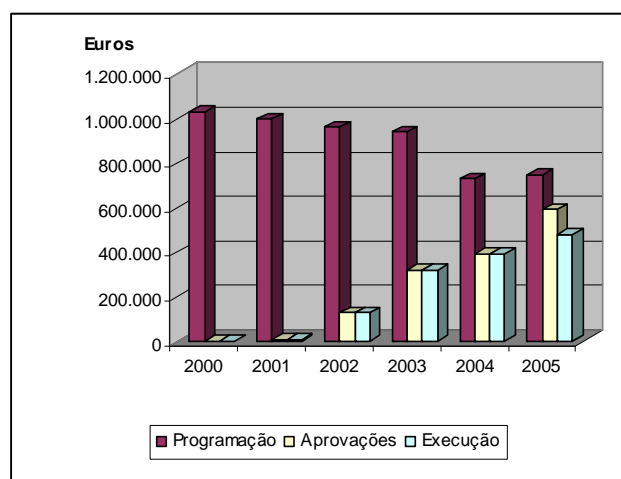
Devido a este desajustamento entre valores aprovados e executados, foram efectuadas reprogramações financeiras nos projectos com execução nos anos 2001 a 2004.

No quadro e gráfico seguintes são apresentados os valores aprovados e executados, sendo possível constatar a situação atrás referida através das taxas de 100% resultantes da relação entre a execução e as aprovações.

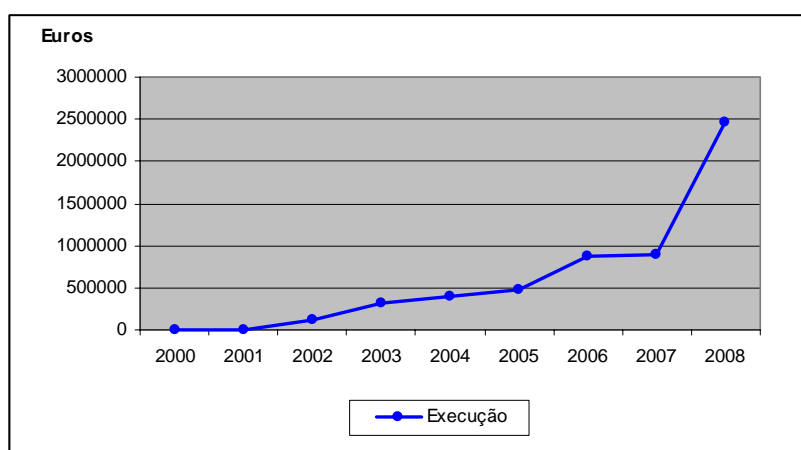
### Medida I.8 - Síntese da execução

Unid: Euros

| Ano                      | Programação      |                  | Aprovações       |                  | Execução         |                | Taxas (%)   |             |             |
|--------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|-------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública       | Fundo            | D. Pública       | Fundo            | D. Pública       | Fundo          | A/Prog      | Exc./Prog   | Exec./A     |
| 2.000                    | 1.029.587        | 772.190          | 0                | 0                | 0                | 0              | 0,0         | 0,0         | 0,0         |
| 2.001                    | 994.707          | 746.030          | 5.133            | 3.850            | 5.133            | 3.850          | 0,5         | 0,5         | 100,0       |
| 2.002                    | 959.365          | 719.524          | 124.659          | 93.494           | 124.659          | 93.494         | 13,0        | 13,0        | 100,0       |
| 2.003                    | 937.071          | 702.803          | 316.094          | 237.006          | 316.093          | 237.006        | 33,7        | 33,7        | 100,0       |
| 2.004                    | 726.315          | 544.736          | 391.996          | 293.804          | 391.996          | 293.804        | 54,0        | 54,0        | 100,0       |
| 2.005                    | 746.885          | 560.164          | 589.044          | 441.528          | 474.297          | 355.521        | 78,9        | 63,5        | 80,5        |
| 2000-2005                | 5.393.930        | 4.045.447        | 1.426.926        | 1.069.682        | 1.312.179        | 983.675        | 26,5        | 24,3        | 92,0        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>6.158.859</b> | <b>4.619.144</b> | <b>5.772.373</b> | <b>4.327.923</b> | <b>1.312.179</b> | <b>983.675</b> | <b>93,7</b> | <b>21,3</b> | <b>22,7</b> |

**Medida I.8 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução**

No gráfico seguinte são apresentados os valores da despesa executada até 2005 e a previsão da execução para os anos seguintes.

**Medida 1.8 - Evolução da despesa pública: executada até 2005 e previsão para os anos seguintes**

As bonificações são atribuídas por um período máximo de 8 anos, prolongando-se assim o período das aprovações após 2008. Como o período de programação do Programa termina em 2006, neste ano o valor aprovado da despesa pública concentra todas as bonificações de juros que se vencem nos anos seguintes, representando 75% do total aprovado para o período 2000-2006.

No que respeita à execução, a situação é semelhante, como mostra o gráfico anterior, que apresenta a despesa pública executada até 2005 e a previsão da execução para os anos 2006 a 2008. Esta previsão é efectuada com a taxa máxima de bonificação, de 3%, e tendo em consideração as utilizações e amortizações de capital efectuadas.

Constata-se que em 2008 o montante da despesa prevista é elevado, pois engloba os anos 2008 a 2013, representando 44% do total da despesa (executada até 2005 e prevista para os anos seguintes).

*Incidência local do investimento aprovado*

O quadro seguinte mostra a distribuição do investimento aprovado por NUT III.

**Medida I.8 - Incidência do investimento aprovado**

Unid: Euros

| NUT III               | Aprovações |                  |            |                  |
|-----------------------|------------|------------------|------------|------------------|
|                       | N.º proj.  | D. Pública       | %          | Feder            |
| Baixo Vouga           | 24         | 743.808          | 12,9       | 557.856          |
| Baixo Mondego         | 26         | 1.442.657        | 25,0       | 1.081.993        |
| Pinhal Litoral        | 6          | 204.776          | 3,8        | 153.582          |
| Pinhal Interior Norte | 36         | 572.634          | 9,9        | 428.119          |
| Pinhal Interior Sul   | 2          | 74.979           | 1,3        | 56.234           |
| Dão-Lafões            | 30         | 1.072.955        | 18,6       | 804.716          |
| Beira Interior Norte  | 22         | 925.010          | 16,0       | 693.757          |
| Beira Interior Sul    | 11         | 319.472          | 5,5        | 239.604          |
| Cova da Beira         | 0          | 0                | 0,0        | 0                |
| Serra da Estrela      | 16         | 416.082          | 7,2        | 312.062          |
| Litoral               | 56         | 2.391.242        | 41,4       | 1.793.431        |
| Interior              | 117        | 3.381.131        | 58,6       | 2.534.492        |
| <b>Total</b>          | <b>173</b> | <b>5.772.373</b> | <b>100</b> | <b>4.327.923</b> |

O Pinhal Interior Norte continua a ser a NUT com o maior número de projectos aprovados (36), concentrando-se no Baixo Mondego a maior percentagem de despesa pública aprovada (25%). As NUT do interior absorvem um maior nível de aprovações, tanto em número de projectos como em valor.

No que respeita à execução física, o indicador para a Medida 1.8 é o número de empréstimos contratados, um vez que se trata de linhas de crédito bonificado, correspondendo o grau de execução à mesma percentagem de execução financeira, como mostra o quadro seguinte.

Tendo esta Medida um carácter imaterial, visto tratar-se da atribuição de linhas de crédito com juros bonificados, o indicador existente para o acompanhamento da sua realização física é o número de empréstimos contratados, como mostra o quadro seguinte. Neste caso, o grau de execução física equivale à mesma percentagem da execução financeira, que é de 22,7%.

**Medida I.8 - Indicadores de realização física**

| Designação do indicador físico                       | Unidade | Aprovações | Grau de execução (%) |
|--|---------|------------|----------------------|
| Empréstimo contratados ao abrigo da linha de crédito | Número  | 173        | 22,7                 |

Relativamente à distribuição pelos Programas do QCA III dos projectos aos quais se destinam os empréstimos bonificados, pode constatar-se no quadro seguinte que 97% dos empréstimos contraídos se destinam ao financiamento complementar de projectos aprovados no P.O. Centro, absorvendo o Eixo I a grande maioria.

| P.O. / Eixo            | N.º empréstimos aprovados na Medida 1.8 | % empréstimos aprovados por P.O. | Valor dos empréstimos contratados na Medida 1.8 | Valor do capital utilizado | % capital utilizado / capital contratado | % empréstimos com utilização concluída * |
|------------------------|---|----------------------------------|---|----------------------------|--|--|
| P.O. Centro - Eixo I   | 137                                     | 79%                              | 23.882.001,91                                   | 20.358.130,38              | 85%                                      | 80%                                      |
| P.O. Centro - Eixo II  | 25                                      | 14%                              | 3.202.938,26                                    | 2.499.274,57               | 78%                                      | 70%                                      |
| P.O. Centro - Eixo III | 6                                       | 3%                               | 3.425.802,33                                    | 2.589.318,10               | 76%                                      | 83%                                      |
| P.O. Cultura           | 1                                       | 1%                               | 2.843.966,00                                    | 2.702.815,51               | 95%                                      | 0%                                       |
| P.O. Economia          | 4                                       | 2%                               | 506.187,96                                      | 402.337,04                 | 79%                                      | 50%                                      |
| <b>Total</b>           | <b>173</b>                              |                                  | <b>33.860.896,46</b>                            | <b>28.551.875,60</b>       | <b>84%</b>                               | <b>77%</b>                               |

\* Utilização de capital concluída a 100% ou numa percentagem inferior.

Do total de crédito contratado, 84% já foi utilizado pelos municípios. Salienta-se ainda o facto de 77% dos empréstimos terem concluído as utilizações de capital, na íntegra ou abaixo do valor aprovado.

## 10. Medida I.9 – Saneamento básico

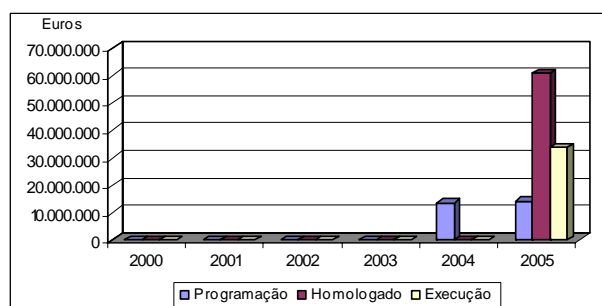
Os 107 projectos aprovados envolvem um investimento de 61.7 milhões de Euros, valor que, em termos despesa pública corresponde a 149.4% do programado para a Medida até 2006, embora em termos de fundo corresponda a 92.6%. A execução global, relativamente ao investimento total aprovado, é de 54.7% e de 81.8% relativamente valor programado.

### Medida I.8 - Síntese da execução

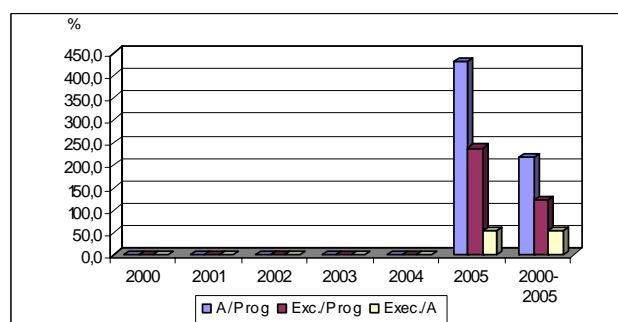
Unid: Euros

| Ano                      | Programação       |                   | Aprovações        |                   | Execução          |                   | Taxas (%)    |             |             |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | A/Prog       | Exc./Prog   | Exec/A      |
| 2.000                    |                   |                   |                   |                   |                   |                   |              |             |             |
| 2.001                    |                   |                   |                   |                   |                   |                   |              |             |             |
| 2.002                    |                   |                   |                   |                   |                   |                   |              |             |             |
| 2.003                    |                   |                   |                   |                   |                   |                   |              |             |             |
| 2.004                    | 13.685.223        | 10.263.917        |                   |                   |                   |                   |              |             |             |
| 2.005                    | 14.172.083        | 10.629.062        | 60.905.175        | 28.277.419        | 33.812.932        | 16.149.222        | 429,8        | 238,6       | 55,5        |
| 2000-2005                | 27.857.306        | 20.892.979        | 60.905.175        | 28.277.419        | 33.812.932        | 16.149.222        | 218,6        | 121,4       | 55,5        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>41.333.334</b> | <b>31.000.000</b> | <b>61.762.104</b> | <b>28.705.884</b> | <b>33.812.932</b> | <b>16.149.222</b> | <b>149,4</b> | <b>81,8</b> | <b>54,7</b> |

### Medida I.9 - Evolução da despesa pública: programação, aprovações e execução



### Medida I.9 - Evolução das taxas de execução



*Incidência local do investimento aprovado*

As Nut's do Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior e Dão Lafões são as que apresentam investimentos mais significativos, representando os 37 projectos apoiados no litoral 57.4% do investimento total aprovado.

**Medida I.9 - Incidência do investimento aprovado**

Unidade: Euro

| NUT   | N.º Proj.  | Despesa Pública   | FEDER             | Capitação<br>Euros/hab. | Projectos<br>Dim.<br>Média |
|---|------------|-------------------|-------------------|-------------------------|----------------------------|
| Baixo Vouga   | 16         | 17.811.724        | 7.140.817         | 46                      | 1.113.233                  |
| Baixo Mondego                                       | 14         | 8.574.769         | 4.201.817         | 25                      | 612.484                    |
| Pinhal Litoral                                      | 6          | 3.110.213         | 1.555.107         | 12                      | 518.369                    |
| Pinhal Interior Norte                               | 15         | 7.828.055         | 3.808.805         | 56                      | 521.870                    |
| Pinhal Interior Sul                                 | 4          | 1.411.801         | 705.900           | 31                      | 352.950                    |
| Dão Lafões  | 23         | 8.626.282         | 4.093.808         | 30                      | 375.056                    |
| Beira Interior Norte                                | 11         | 3.705.189         | 1.852.595         | 32                      | 336.835                    |
| Beira Interior Sul                                  | 6          | 1.271.725         | 635.863           | 16                      | 211.954                    |
| Cova da Beira                                       | 7          | 2.153.403         | 1.076.702         | 23                      | 307.629                    |
| Serra da Estrela                                    | 4          | 1.298.735         | 649.367           | 26                      | 324.684                    |
| Saneamento Integrado dos Municípios do Lis,<br>S.A. | 1          | 5.970.208         | 2.985.104         | 0                       | 0                          |
| <b>Litoral</b>                                      | <b>36</b>  | <b>29.496.706</b> | <b>12.897.740</b> | <b>30</b>               | <b>819.353</b>             |
| <b>Interior</b>                                     | <b>70</b>  | <b>26.295.190</b> | <b>12.823.040</b> | <b>33</b>               | <b>375.646</b>             |
| <b>TOTAL</b>  | <b>107</b> | <b>61.762.104</b> | <b>28.705.884</b> | <b>35</b>               | <b>577.216</b>             |

*Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção*

Tal como previsto especificamente para a Medida, o volume mais expressivo de projectos aprovados corresponde a projectos de redes de drenagem de águas residuais e representa 87.1% do investimento total aprovado.

**Medida I.9 - Investimento aprovado segundo os principais sectores de intervenção**

| Sector de Actividade             | Nº<br>Proj. | Aprovações        |            |                   | Execução          |                   |
|----------------------------------|-------------|-------------------|------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|                                  |             | Elegível          | %          | FEDER             | Despesa           | FEDER             |
| AMBIENTE - abastecimento de água | 17          | 7.982.134         | 12,9       | 3.895.597         | 5.672.996         | 2.770.504         |
| AMBIENTE - águas residuais       | 90          | 53.779.970        | 87,1       | 24.810.287        | 28.139.937        | 13.378.719        |
| <b>Total</b>                     | <b>107</b>  | <b>61.762.104</b> | <b>100</b> | <b>28.705.884</b> | <b>33.812.932</b> | <b>16.149.222</b> |

*Indicadores de realização física***Medida I.9 - Indicadores de realização física**

| Nome Indicador   | Unidade   | Previsto<br>2006 | Aprovado   | Executado  |
|--|-----------|------------------|------------|------------|
| <b>Abastecimento de Água</b>   | <b>Km</b> | <b>150</b>       | <b>238</b> | <b>151</b> |
| Rede de abastecimento de água construída   | Km        |                  | 14         | 12         |
| Rede de abastecimento de água construída: distribuição   | Km        |                  | 141        | 78         |
| Rede de abastecimento de água: conduta adutora   | Km        |                  | 15         | 12         |
| Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada  | Km        |                  | 68         | 48         |
| Rede de abastecimento de água remodelada/ampliada: distribuição  | Km        |                  | 34         | 30         |
| Rede de abastecimento de água: captação e tratamento   | nº        |                  | 3          | 3          |
| Reservatórios construídos  | nº        |                  | 20         | 9          |
| <b>Drenagem e tratamento de Águas Residuais</b>  | <b>Km</b> | <b>460</b>       | <b>692</b> | <b>476</b> |
| Rede de drenagem de águas residuais construída   | Km        |                  | 692        | 476        |
| Rede de drenagem de águas residuais remodelada/ampliada  | Km        |                  | 6          | 3          |
| ETAR construídas Total   | nº        |                  | 1.922      | 1.296      |
| ETAR remodeladas/ampliadas Total   | nº        |                  | 3          | 3          |
| Projectos de telegestão e monitorização de sistemas de abastecimento de água/rede de águas residuais Total | nº        |                  | 11         | 3          |



## **IV**

### **Eixo Prioritário II** **Acções Integradas de Base Territorial**



## 1. Eixo II – Enquadramento e síntese de execução

### *Enquadramento*

O Eixo Prioritário II – Acções Integradas de Base Territorial do PO Centro pretende promover uma maior concentração do investimento público em domínios estratégicos e em projectos estruturantes, ajustados a determinada especificidade temática e/ou territorial.

Trata-se de um Eixo Prioritário com alguma complexidade ao nível de gestão, não só por lidar com vários fundos estruturais, com metodologias de funcionamento muito diferentes, como também por congregar medidas com uma grande diversidade de conteúdos e considerável dispersão territorial.

Integram o Eixo Prioritário II sete medidas (a tipologia de projectos prevista para a medida 2.2 foi integrada na medida 2.8) que encontram expressão em cinco Acções Integradas que intervêm, nomeadamente, na estruturação e competitividade do território regional, no reforço da capacidade de redinamizar as estruturas de povoamento rural, na mobilização de recursos e potencialidades de espaços sub-regionais específicos e na valorização dos recursos humanos. As sete medidas estão distribuídas pelos fundos estruturais Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) e Fundo Social Europeu (FSE). Para além de lidar com diferentes fundos estruturais o Eixo II congrega medidas com uma grande diversidade de conteúdos e considerável dispersão territorial.

No decurso do ano de 2005 a gestão e acompanhamento dos projectos foram assegurados, tal como nos anos anteriores, pelos Coordenadores das diferentes Acções Integradas de Base Territorial (AIBT's) - Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades (Componente Territorial); Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias; Turismo e Património no Vale do Côa; Serra da Estrela e Pinhal Interior. Estes contaram, nas tarefas de preparação de candidaturas, acompanhamento de projectos – físico e financeiro –, com o apoio das respectivas Estruturas de Apoio Técnico. Os Gabinetes de Apoio Técnico (GAT's) também intervêm no processo, nomeadamente no acompanhamento físico dos projectos. Estas estruturas foram responsáveis pela análise das candidaturas apresentadas pelos promotores, e pelo seu acompanhamento na fase de execução, que no ano de 2005, e para o FEDER, representam 175 projectos num total de 532 aprovados desde o início do QCA III.

A gestão e acompanhamento dos projectos FEOGA-O tem sido assegurada por estrutura de apoio técnico sediada na CCDR e por estruturas de apoio das Direcções Regionais de Agricultura e do IFADAP (Beira Litoral e Beira Interior). A Unidade Técnica de Coordenação foi responsável pela análise das candidaturas às diversas linhas de acção da medida. Durante o ano de 2005, tal como já havia acontecido em 2004, a gestão e acompanhamento desta medida foi confrontada com a aplicação da regra “n+2” que, face a uma baixa execução da medida, poderia determinar a perda de montantes financeiros pelo não cumprimento da referida regra. Embora a aplicação da regra considerasse o Fundo no seu conjunto e não as medidas financiadas pelo FEOGA-O de per si, a medida 2.7 apresentava um risco maior, que as medidas do Eixo III, para atingir níveis de execução que satisfizessem o cumprimento da regra “n+2”. Tal como havia acontecido em 2004, esta situação mereceu em 2005, da parte da gestão, um esforço assinalável de envolvimento e empenho de todos os intervenientes no sistema que permitiu o cumprimento da regra “n+2”.

A estrutura e gestão dos projectos no âmbito da Medida 2.8 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social (FSE), é assegurada por EAT sediada na CCDR, tendo analisado e submetido às Unidades de Gestão 12 candidaturas das 41 aprovadas desde o início do QCA III. Doze outras candidaturas foram analisadas em 2005, tendo sido submetidas à apreciação da Unidade de Gestão já no decurso do ano de 2006.

Para o conjunto do Eixo e durante o ano de 2005, foram realizadas 14 Unidades de Gestão, repartidas pelas diferentes secções, que aprovaram um investimento em despesa pública de 41.285.226€ (16,5% do investimento aprovado desde o início do III QCA) com uma comparticipação comunitária de 28.531.372€, relativo a 253 projectos (26.5% dos aprovados ao longo dos 6 anos de execução do III QCA).

O Eixo Prioritário II viu aprovado, até Dezembro de 2005, um investimento em despesa pública de 250.896.486€, a que correspondeu uma comparticipação comunitária de 173.440.239€, referente a 955 projectos. Vinte outras candidaturas mereceram parecer favorável das respectivas Unidades de Gestão, não tendo, contudo, sido homologadas durante o ano de 2005. Se, quanto ao investimento aprovado, a maior parcela cabe ao FEDER, que representa 79.8% das aprovações, contra os 15.9% do FEOGA e 4.3% do FSE, o mesmo não se passa quanto ao número de projectos, uma vez que os valores percentuais entre o FEDER com 55.7% e o FEOGA com 40% aproximam-se, dizendo este último respeito sobretudo a pequenos projectos agrícolas.

Em termos de aprovações, para além das dificuldades da medida FSE resultantes da escassa procura tendo em linha de conta a especificidade da mesma que resulta da vinculação ao território dos projectos formativos propostos, todas as medidas apresentam taxas elevadas de aprovações face ao programado, com excepção da Medida 2.4 - AIBT "Turismo e Património no Vale do Côa". Isso resulta do atraso no arranque do Museu do Côa, um dos projectos "âncora" desta AIBT, bem como o atraso na apresentação de dois dos pólos termais previstos para este território.

Além dos procedimentos inerentes à análise e preparação das candidaturas de cada uma das medidas que integram o Eixo II, foram desenvolvidas, durante o ano de 2005, um conjunto de actividades que permitiram assegurar o acompanhamento dos projectos aprovados e a gestão e coordenação das medidas, das quais se destacam: o apuramento mensal da execução efectuado por projecto, medida e conjunto do Eixo; actualização da informação física e financeira nos sistemas de informação; verificação dos elementos de despesa relativo aos projectos aprovados e processamento dos pagamentos aos beneficiários das diferentes medidas.

#### *Candidaturas apreciadas*

Até 31 de Dezembro de 2005 foram e submetidas à apreciação das respectivas Unidades de Gestão um conjunto de 974 candidaturas. Destas 955 obtiveram parecer favorável das respectivas Unidades de Gestão, sendo 532 com financiamento FEDER, 3182 FEOGA e 41 FSE.

O quadro seguinte dá conta da situação reportada a 31/12/2005, para cada medida.

**Eixo II - Candidaturas Entradas e Apreciadas - Situação em 31/12/2005**

| Medida       | Nº de Candidaturas   |                   |  |                         |             |
|--------------|----------------------|-------------------|--|-------------------------|-------------|
|              | Decididas em UG      |                   | Apreciadas em UG e em fase de Audiência Prévia | Decididas (Homologadas) |             |
|              | Parecer Desfavorável | Parecer Favorável |  | Aprovadas               | Indeferidas |
| II.1         |                      | 24                |  | 22                      |             |
| II.3         |                      | 162               |  | 161                     |             |
| II.4         |                      | 72                |  | 72                      |             |
| II.5         | 3                    | 67                |  | 61                      | 1           |
| II.6         |                      | 218               |  | 216                     |             |
| II.7         | 48                   | 391               | 7  | 382                     | 41          |
| II.8         | 8 (*)                | 41                |  | 41                      | 5           |
| <b>TOTAL</b> | <b>59</b>            | <b>975</b>        | <b>7</b>                                       | <b>955</b>              | <b>47</b>   |

(\*) inclui 3 desistências

A quase totalidade dos indeferimentos observaram-se na medida 2.7 (FEOGA-O), registando-se apenas um caso FEDER desfavorável, na medida 2.5, e cinco no FSE.

#### Eixo II – Candidaturas Indeferidas – Situação em 31/12/2005

| Linha de Acção   | Tipo de indeferimento    | Motivos de indeferimento   | Nº de cand. |
|------------------|--------------------------|--|-------------|
| Medida II.7      | 1. Condições de acesso   | Ausência de enquadramento legal e por incorrecta formalização e inadequação técnica; ao abrigo do definido na alínea c) do artigo 5º da portaria 533D/2000 bem como contraria o ponto 1 do artigo 17º da mesma portaria. Falta de enquadramento legal, de acordo com a alínea b) do artigo 5º da portaria 488-A/2001 de 3 de Maio. | 21          |
| Acção 1          |                          |  |             |
| Acção 2          |                          | Incorrecta formalização e inadequação técnica.   | 3           |
| Acção 8          |                          | Inadequação técnica do equipamento proposto às metas produtivas propostas. Falta de documentação para a análise da candidatura.  | 14          |
| Acção 9          |                          | Ausência de enquadramento legal e por incorrecta formalização e inadequação técnica.   | 1           |
| <b>Sub total</b> |                          |  | <b>41</b>   |
| Medida II.5      | 2. Critérios de selecção |  |             |
| LA6              |                          | Regulamento Interno UG   | 1           |
| <b>Sub total</b> |                          |  | <b>1</b>    |
| Medida II.8      |                          |  |             |
| LA1              |                          | Regulamentação Específica da Medida  | 1           |
| LA2              |                          | Regulamentação Específica da Medida  | 4           |
| <b>Sub total</b> |                          |  | <b>5</b>    |
| <b>Total</b>     |                          |  | <b>47</b>   |

#### Execução

Sendo o FEDER o principal responsável pelo financiamento do Eixo II (75% do custo total programado 2000-2006, contra 7.4% do FSE e 17.6% do FEOGA), os três fundos, no seu conjunto, apresentam uma taxa de 83,6% da despesa pública aprovada face ao programado, tendo o ano de 2005 contribuído com um acréscimo de 13,8%. Contudo, comportamentos diferenciados são possíveis de verificar quando se analisa cada um dos fundos, sendo o FEOGA o que apresenta no final de 2005 maior percentagem de aprovações (95%) face ao programado e o FSE o que denota maior dificuldade nos níveis de aprovação, com apenas 46,7%.

A análise da execução financeira e respectivas taxas de cada um dos fundos estruturais assinala, a par de um contributo FEDER inferior face ao programado (55,1%), um relativamente fraco desempenho quer do FSE (23,7%) quer do FEOGA (33,2%), ainda que as diferenças se esbatam quando se consideram as taxas de execução face ao aprovado, apresentado o FEDER uma taxa de 64,6%, o FSE 50,8% e o FEOGA 34,9%.

O ano de 2005 surge como o ano de consolidação dos Sistemas de Incentivos Específicos das AIBT's, tendo todas as Acções Integradas projectos apreciados em Unidade de Gestão. Problemas com disponibilidade do PIDDAC afecto aos sistemas de incentivos motivaram atrasos na execução dos aprovados e a retenção do envio para homologação dos projectos apreciados em Unidade de Gestão, tendo esse facto comprometido uma melhor execução dos projectos no âmbito dos Sistemas de Incentivos (aplicam-se a projectos de investimento de iniciativa privada que visem as tipologias previamente definidas para cada um das áreas de intervenção).

Na componente FSE a medida 2.8 apresenta um acréscimo no desempenho da medida, nomeadamente ao nível das aprovações, com intervenções nas diferentes AIBT, o que traduz uma maior dispersão territorial do investimento resultante de uma maior procura da medida e, também, dum envolvimento mais pró-activo por parte dos Coordenadores das diferentes AIBT's. Apesar da melhoria no desempenho, os valores em termos de aprovação e execução são, contudo, considerados insuficientes atendendo aos valores programados para a Medida.

O ano de 2005 manteve, para o conjunto do Eixo II, a tendência já manifestada em 2004 para um significativo acréscimo nos montantes aprovados face ao programado, situando-se esse valor em 220% no ano de 2005.

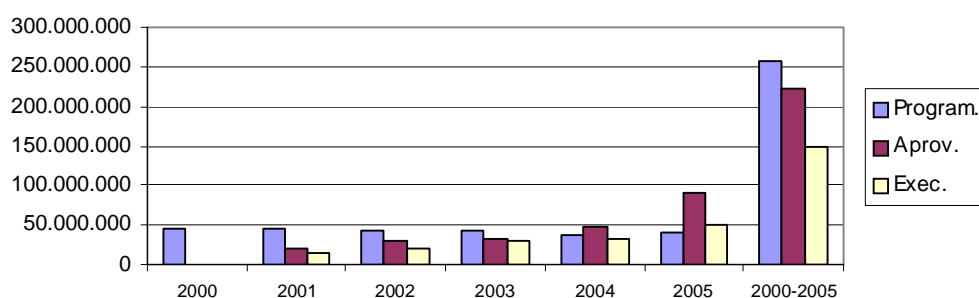
No mesmo período o valor executado relativamente à despesa pública programada situa-se nos 123%.

#### Eixo II - Aprovações e Execução Financeira – Situação a 31 de Dezembro de 2005

Unidade: euros

| Ano                          | Programação        |                    | Aprovações         |                    | Execução           |                    | Taxas(%)    |             |             |
|------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|
|                              | D. Pública         | Fundo              | D. Pública         | Fundo              | D. Pública         | Fundo              | A/Prog      | Exc./Prog   | Exec/A      |
| 2000                         | 46.210.573         | 32.040.045         | 0                  | 0                  | 0                  | 0                  | 0,0         | 0,0         | 0,0         |
| 2001                         | 45.142.098         | 31.259.238         | 21.286.906         | 14.742.535         | 15.881.424         | 10.869.317         | 47,2        | 35,2        | 74,6        |
| 2002                         | 43.716.806         | 30.258.006         | 29.382.864         | 20.596.761         | 19.051.882         | 13.362.555         | 67,2        | 43,6        | 64,8        |
| 2003                         | 42.872.370         | 29.659.924         | 32.503.856         | 22.756.778         | 29.736.875         | 20.719.888         | 75,8        | 69,4        | 91,5        |
| 2004                         | 38.779.319         | 27.719.436         | 47.982.707         | 32.998.339         | 33.544.323         | 23.382.771         | 123,7       | 86,5        | 69,9        |
| 2005                         | 41.086.939         | 29.466.358         | 90.491.878         | 62.598.052         | 50.536.105         | 34.994.670         | 220,2       | 123,0       | 55,8        |
| 2000-2005                    | 257.808.105        | 180.403.007        | 221.648.211        | 153.692.466        | 148.750.608        | 103.329.200        | 86,0        | 57,7        | 67,1        |
| <b>Total<br/>(2000-2006)</b> | <b>300.034.797</b> | <b>210.744.238</b> | <b>250.896.486</b> | <b>173.440.239</b> | <b>148.750.608</b> | <b>103.329.200</b> | <b>83,6</b> | <b>49,6</b> | <b>59,3</b> |

#### Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução - Eixo II



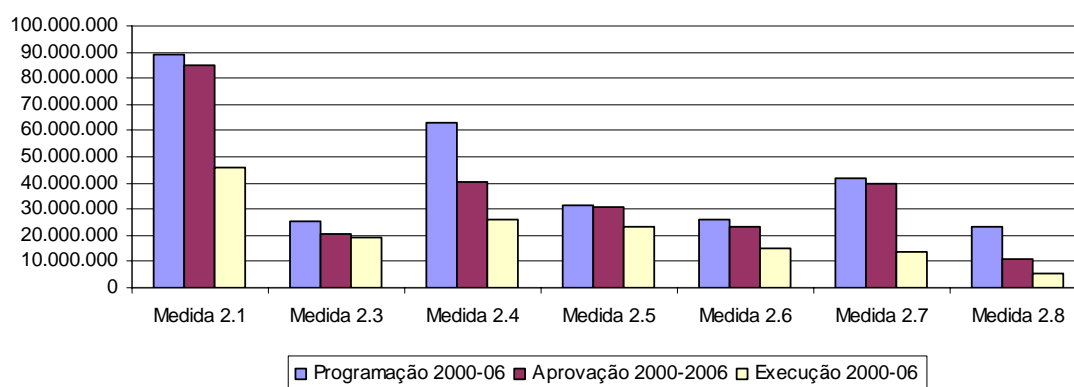
## Eixo II - Aprovações e Execução Financeira por Medida - Situação a 31 de Dezembro de 2005

Unidade: euros

| Ano                      | Programação        |                    | Aprovações         |                    | Execução           |                    | Taxas(%)    |             |             |
|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública         | Fundo              | D. Pública         | Fundo              | D. Pública         | Fundo              | A/Prog      | Exc./Prog   | Exec./A     |
| Medida 2.1               | 88.720.556         | 62.104.647         | 85.155.200         | 59.692.207         | 45.862.545         | 32.249.643         | 96,0        | 51,7        | 53,9        |
| Medida 2.3               | 25.251.751         | 17.675.724         | 20.845.741         | 14.378.486         | 18.932.852         | 13.081.461         | 82,6        | 75,0        | 90,8        |
| Medida 2.4               | 63.120.794         | 44.185.001         | 40.117.727         | 28.062.524         | 26.153.347         | 18.289.905         | 63,6        | 41,4        | 65,2        |
| Medida 2.5               | 31.560.497         | 22.092.600         | 30.751.925         | 21.042.965         | 23.162.182         | 15.730.145         | 97,4        | 73,4        | 75,3        |
| Medida 2.6               | 26.078.074         | 18.254.651         | 23.248.772         | 15.666.487         | 15.169.578         | 10.284.231         | 89,2        | 58,2        | 65,2        |
| Medida 2.7               | 41.980.900         | 28.939.937         | 39.880.147         | 26.424.840         | 13.933.058         | 9.541.030          | 95,0        | 33,2        | 34,9        |
| Medida 2.8               | 23.322.225         | 17.491.678         | 10.896.974         | 8.172.730          | 5.537.045          | 4.152.786          | 46,7        | 23,7        | 50,8        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>300.034.797</b> | <b>210.744.238</b> | <b>250.896.486</b> | <b>173.440.239</b> | <b>148.750.608</b> | <b>103.329.200</b> | <b>83,6</b> | <b>49,6</b> | <b>59,3</b> |

Da análise do quadro anterior constata-se que os níveis de execução são relativamente distintos quando comparadas as diferentes medidas que integram o eixo II. De referir que os valores considerados correspondem aos totais 2000-2006, excepção feita à execução.

## Evolução da despesa pública - programação, aprovação e execução por Medida - Eixo II



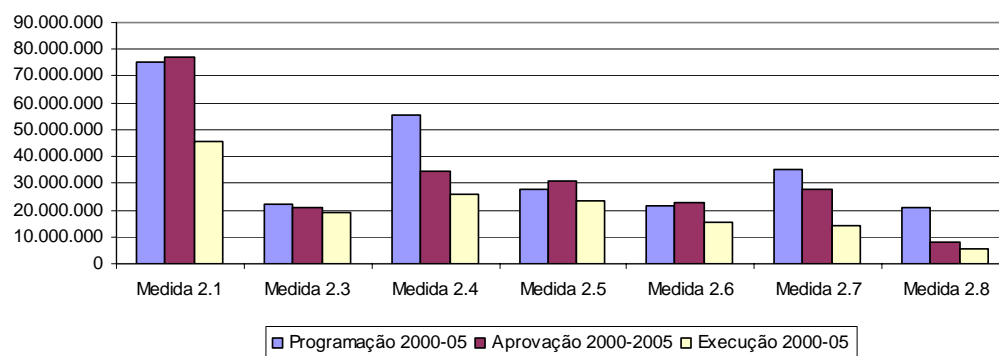
Se considerarmos os valores 2000-2005 é possível uma outra leitura dos valores apresentados.

## Eixo II - Aprovações e Execução Financeira por Medida - Situação a 31 de Dezembro de 2005

Unidade: euros

| Ano                      | Programação        |                    | Aprovações         |                    | Execução           |                    | Taxas(%)    |             |             |
|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública         | Fundo              | D. Pública         | Fundo              | D. Pública         | Fundo              | A/Prog      | Exc./Prog   | Exec./A     |
| Medida 2.1               | 75.071.218         | 52.550.078         | 76.757.412         | 53.842.809         | 45.862.545         | 32.249.643         | 102,2       | 61,1        | 59,7        |
| Medida 2.3               | 22.115.482         | 15.480.397         | 20.828.119         | 14.366.151         | 18.932.852         | 13.081.461         | 94,2        | 85,6        | 90,9        |
| Medida 2.4               | 55.281.184         | 38.697.220         | 34.358.421         | 24.031.010         | 26.153.347         | 18.289.905         | 62,2        | 47,3        | 76,1        |
| Medida 2.5               | 27.640.681         | 19.348.698         | 30.751.925         | 21.042.965         | 23.162.182         | 15.730.145         | 111,3       | 83,8        | 75,3        |
| Medida 2.6               | 21.397.515         | 14.978.260         | 22.640.579         | 15.280.694         | 15.169.578         | 10.284.231         | 105,8       | 70,9        | 67,0        |
| Medida 2.7               | 35.332.193         | 23.620.971         | 28.032.446         | 18.919.356         | 13.933.058         | 9.541.030          | 79,3        | 39,4        | 49,7        |
| Medida 2.8               | 20.969.832         | 15.727.383         | 8.279.308          | 6.209.481          | 5.537.045          | 4.152.786          | 39,5        | 26,4        | 66,9        |
| <b>Total (2000-2005)</b> | <b>257.808.105</b> | <b>180.403.007</b> | <b>221.648.211</b> | <b>153.692.466</b> | <b>148.750.608</b> | <b>103.329.200</b> | <b>86,0</b> | <b>57,7</b> | <b>67,1</b> |

## Evolução da despesa pública - programação, aprovação e execução por Medida - Eixo II



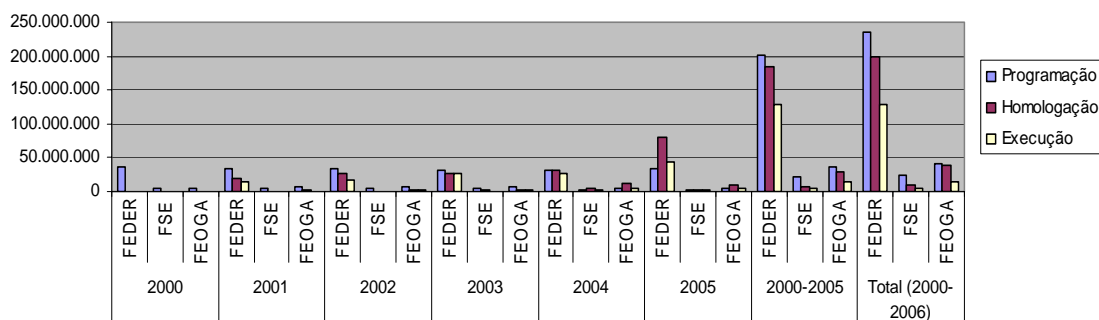
O quadro seguinte apresenta a evolução desde o início do III QCA até 31 de Dezembro de 2005, da despesa pública no que se refere à programação, aprovação e execução, por ano e para os períodos acumulados 2000-2005 e 2000-2006..

## Eixo II - Aprovações e Execução Financeira por Fundo - Situação a 31 de Dezembro de 2005

| Unidade: euros  |              |            |                    |                    |                    |                    |                    |                    |                           |              |             |
|-----------------|--------------|------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|---------------------------|--------------|-------------|
| Ano             | Fundo        | Nº proj    | Programação do PO  |                    | Aprovações         |                    | Execução           |                    | Taxas (%) Despesa Pública |              |             |
|                 |              |            | D. Pública         | Fundo              | D. Pública         | Fundo              | D. Pública         | Fundo              | Apr/ Prog                 | Exc./ Prog   | Exe/ Apr    |
| 2000            | FEDER        |            | 35.896.603         | 25.127.699         |                    |                    |                    |                    |                           |              |             |
|                 | FSE          |            | 4.316.920          | 3.237.692          |                    |                    |                    |                    |                           |              |             |
|                 | FEOGA        |            | 5.997.050          | 3.674.654          |                    |                    |                    |                    |                           |              |             |
|                 | <b>Total</b> | <b>0</b>   | <b>46.210.573</b>  | <b>32.040.045</b>  |                    |                    |                    |                    |                           |              |             |
| 2001            | FEDER        | 92         | 34.681.313         | 24.276.993         | 18.644.601         | 12.762.681         | 15.356.228         | 10.475.420         | 53,8                      | 44,3         | 82,4        |
|                 | FSE          | 0          | 4.170.770          | 3.128.079          | 0                  | 0                  | 0                  | 0                  | 0,0                       | 0,0          |             |
|                 | FEOGA        | 46         | 6.290.015          | 3.854.166          | 2.642.305          | 1.979.853          | 525.196            | 393.897            | 42,0                      | 8,3          | 19,9        |
|                 | <b>Total</b> | <b>138</b> | <b>45.142.098</b>  | <b>31.259.238</b>  | <b>21.286.906</b>  | <b>14.742.535</b>  | <b>15.881.424</b>  | <b>10.869.317</b>  | <b>47,2</b>               | <b>35,2</b>  | <b>74,6</b> |
| 2002            | FEDER        | 93         | 33.448.778         | 23.414.216         | 26.691.290         | 18.578.081         | 17.383.046         | 12.112.804         | 79,8                      | 52,0         | 65,1        |
|                 | FSE          | 5          | 4.022.547          | 3.016.911          | 659.681            | 494.761            | 323.664            | 242.748            | 16,4                      | 8,0          | 49,1        |
|                 | FEOGA        | 82         | 6.245.481          | 3.826.879          | 2.031.892          | 1.523.919          | 1.345.172          | 1.007.004          | 32,5                      | 21,5         | 66,2        |
|                 | <b>Total</b> | <b>180</b> | <b>43.716.806</b>  | <b>30.258.006</b>  | <b>29.382.864</b>  | <b>20.596.761</b>  | <b>19.051.882</b>  | <b>13.362.555</b>  | <b>67,2</b>               | <b>43,6</b>  | <b>64,8</b> |
| 2003            | FEDER        | 69         | 32.671.448         | 22.870.083         | 27.569.060         | 19.055.682         | 26.609.364         | 18.374.255         | 84,4                      | 81,4         | 96,5        |
|                 | FSE          | 7          | 3.929.064          | 2.946.800          | 1.794.969          | 1.346.227          | 738.858            | 554.144            | 45,7                      | 18,8         | 41,2        |
|                 | FEOGA        | 47         | 6.271.858          | 3.843.041          | 3.139.826          | 2.354.870          | 2.388.652          | 1.791.489          | 50,1                      | 38,1         | 76,1        |
|                 | <b>Total</b> | <b>123</b> | <b>42.872.370</b>  | <b>29.659.924</b>  | <b>32.503.856</b>  | <b>22.756.778</b>  | <b>29.736.875</b>  | <b>20.719.888</b>  | <b>75,8</b>               | <b>69,4</b>  | <b>91,5</b> |
| 2004            | FEDER        | 103        | 31.923.895         | 22.346.778         | 32.636.880         | 22.763.185         | 26.977.327         | 18.797.122         | 102,2                     | 84,5         | 82,7        |
|                 | FSE          | 17         | 2.233.636          | 1.675.228          | 3.724.417          | 2.793.313          | 1.960.842          | 1.470.631          | 166,7                     | 87,8         | 52,6        |
|                 | FEOGA        | 138        | 4.621.788          | 3.697.430          | 11.621.411         | 7.441.842          | 4.606.154          | 3.115.018          | 251,4                     | 99,7         | 39,6        |
|                 | <b>Total</b> | <b>258</b> | <b>38.779.319</b>  | <b>27.719.436</b>  | <b>47.982.707</b>  | <b>32.998.339</b>  | <b>33.544.323</b>  | <b>23.382.771</b>  | <b>123,7</b>              | <b>86,5</b>  | <b>69,9</b> |
| 2005            | FEDER        | 175        | 32.884.043         | 23.018.884         | 79.794.626         | 55.403.999         | 42.954.541         | 29.875.784         | 242,7                     | 130,6        | 53,8        |
|                 | FSE          | 12         | 2.296.895          | 1.722.673          | 2.100.241          | 1.575.180          | 2.513.681          | 1.885.263          | 91,4                      | 109,4        | 119,7       |
|                 | FEOGA        | 69         | 5.906.001          | 4.724.801          | 8.597.011          | 5.618.873          | 5.067.883          | 3.233.623          | 145,6                     | 85,8         | 58,9        |
|                 | <b>Total</b> | <b>256</b> | <b>41.086.939</b>  | <b>29.466.358</b>  | <b>90.491.878</b>  | <b>62.598.052</b>  | <b>50.536.105</b>  | <b>34.994.670</b>  | <b>220,2</b>              | <b>123,0</b> | <b>55,8</b> |
| Total 2000-2005 | FEDER        | 532        | 201.506.080        | 141.054.653        | 185.336.457        | 128.563.628        | 129.280.505        | 89.635.384         | 92,0                      | 64,2         | 69,8        |
|                 | FSE          | 41         | 20.969.832         | 15.727.383         | 8.279.308          | 6.209.481          | 5.537.045          | 4.152.786          | 39,5                      | 26,4         | 66,9        |
|                 | FEOGA        | 382        | 35.332.193         | 23.620.971         | 28.032.446         | 18.919.356         | 13.933.058         | 9.541.030          | 79,3                      | 39,4         | 49,7        |
|                 | <b>Total</b> | <b>955</b> | <b>257.808.105</b> | <b>180.403.007</b> | <b>221.648.211</b> | <b>153.692.466</b> | <b>148.750.608</b> | <b>103.329.200</b> | <b>86,0</b>               | <b>57,7</b>  | <b>67,1</b> |
| Total 2000-2006 | FEDER        | 532        | 234.731.672        | 164.312.623        | 200.119.366        | 138.842.669        | 129.280.505        | 89.635.384         | 85,3                      | 55,1         | 64,6        |
|                 | FSE          | 41         | 23.322.225         | 17.491.678         | 10.896.974         | 8.172.730          | 5.537.045          | 4.152.786          | 46,7                      | 23,7         | 50,8        |
|                 | FEOGA        | 382        | 41.980.900         | 28.939.937         | 39.880.147         | 26.424.840         | 13.933.058         | 9.541.030          | 95,0                      | 33,2         | 34,9        |
|                 | <b>Total</b> | <b>955</b> | <b>300.034.797</b> | <b>210.744.238</b> | <b>250.896.486</b> | <b>173.440.239</b> | <b>148.750.608</b> | <b>103.329.200</b> | <b>83,6</b>               | <b>49,6</b>  | <b>59,3</b> |

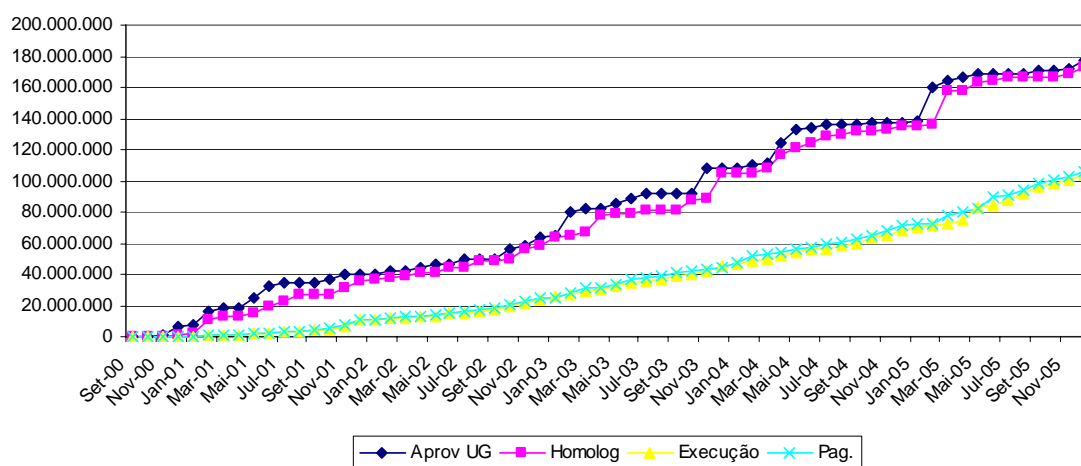


### Eixo II - Evolução da despesa pública por ano e Fundo - programação, aprovação e execução



O gráfico seguinte dá conta da evolução, por mês e para o conjunto das medidas que integram o Eixo II, das aprovações em Unidade de Gestão, homologações, execução e pagamentos desde o início do QCA III até 31 de Dezembro de 2005.

### Eixo II - Evolução da despesa pública por ano e Fundo - programação, aprovação e execução



### Incidência territorial do investimento aprovado

As áreas territoriais de intervenção das diferentes AIBT situam-se, quase em exclusivo, no interior da região Centro e em 4 municípios da região Norte, excepção feita à AIBT das Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias (Medida 2.3) que dispõe de uma linha de acção que integra territórios incluídos nas NUT do litoral – linha de acção dedicada aos Centros Rurais -, e à Medida 2.1 – Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades que incide em 3 cidades situadas nas NUT do litoral – Aveiro, Coimbra e Leiria. Significa, portanto, que sendo a NUT III a unidade territorial considerada para traduzir a incidência territorial do investimento aprovado, não seja esta a que melhor agrega e dá expressão aos territórios de intervenção das diferentes AIBT uma vez que nenhuma delas corresponde na integra a um ou mais territórios que compõem as diferentes NUT.

A distribuição dos projectos por NUT traduz isso mesmo, já que apenas 13 dos 955 projectos aprovados e homologados se situam nas NUT que integram o litoral da região centro.

A distribuição geográfica dos projectos é apresentada no quadro seguinte.

**Eixo II – Incidência do investimento aprovado**

Unidade: Euros

| NUT III                         | Projectos Aprovados |                    |                    |                    | Incidência |          |
|---------------------------------|---------------------|--------------------|--------------------|--------------------|------------|----------|
|                                 | Nº Proj.            | Custo total        | D. Pública         | Fundo              | %          | por hab. |
| Região Norte (*)                | 22                  | 18.260.521,94      | 18.260.521,94      | 12.782.365,36      |            |          |
| Baixo Vouga                     | 4,00                | 11.787.723,90      | 11.787.723,90      | 8.251.406,73       | 4,56       | 31       |
| Baixo Mondego                   | 3                   | 10.691.495         | 10.691.495         | 7.483.975          | 4,14       | 31       |
| Pinhal Litoral                  | 6                   | 8.326.911          | 8.326.911          | 5.828.472          | 3,22       | 33       |
| Pinhal Interior Norte           | 267                 | 44.008.370         | 41.939.880         | 27.831.601         | 17,04      | 317      |
| Dão-Lafões                      | 35                  | 30.677.356         | 30.677.356         | 21.523.809         | 11,88      | 107      |
| Pinhal Interior Sul             | 209                 | 19.498.537         | 15.836.858         | 11.001.529         | 7,55       | 435      |
| Serra da Estrela                | 28                  | 10.559.268         | 10.559.268         | 7.380.519          | 4,09       | 212      |
| Beira Interior Norte            | 128                 | 47.138.510         | 46.504.507         | 32.062.864         | 18,25      | 410      |
| Beira Interior Sul              | 109                 | 24.931.225         | 24.445.631         | 17.150.830         | 9,65       | 319      |
| Cova da Beira                   | 112                 | 23.984.061         | 23.476.157         | 16.044.976         | 9,29       | 257      |
| Não Regionalizável              | 32                  | 8.390.178          | 8.390.178          | 6.097.893          | 3,25       |          |
| Litoral                         | 13                  | 30.806.130         | 30.806.130         | 21.563.853         | 11,93      | 32       |
| Interior                        | 888                 | 200.797.326        | 193.439.657        | 132.996.128        | 77,75      | 249      |
| Total da Medida                 | 933                 | 239.993.633        | 232.635.964        | 160.657.874        | 92,93      | 135      |
| <b>Total da Medida c/ Norte</b> | <b>955</b>          | <b>258.254.155</b> | <b>250.896.486</b> | <b>173.440.239</b> | <b>100</b> |          |

(\*) 4 municípios

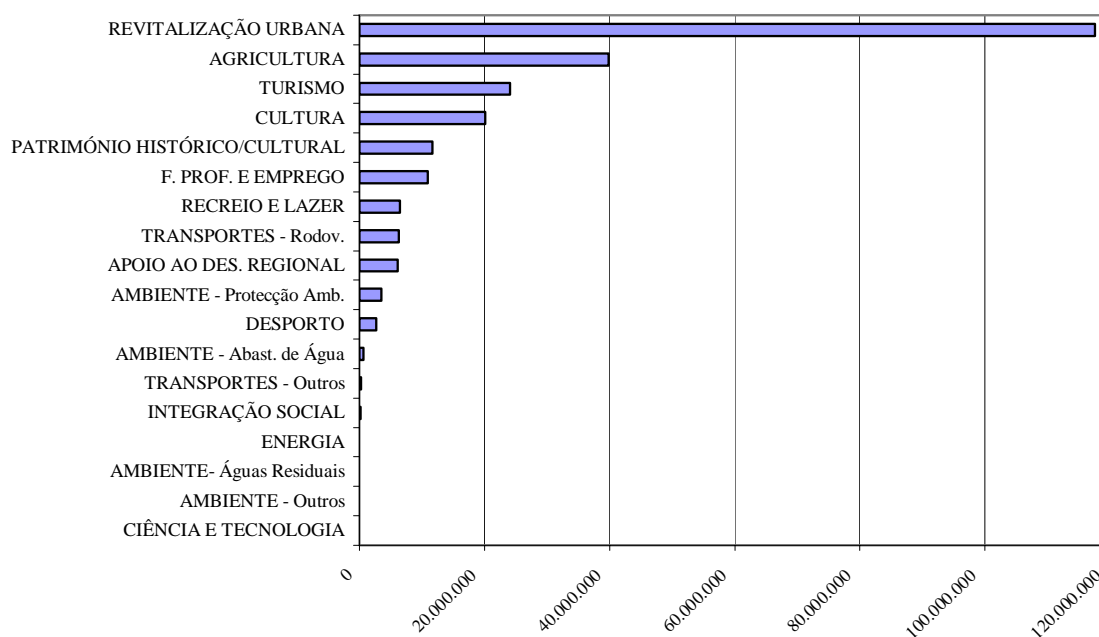
*Sectores apoiados: aprovações e execução*

A coerência dos investimentos face aos objectivos enunciados nas medidas do eixo 2, é possível ser avaliada a partir do quadro seguinte, em que sectores como o turismo, a cultura, o património histórico-cultural, a agricultura, bem como a revitalização urbana, são os que têm maior expressão em termos de número de projectos e valor do investimento, vindo no entanto este último a apresentar um forte destaque, quer em volume de investimento, quer também em número de projectos FEDER, que tenderá a crescer com o desempenho da medida 2.1.

**Eixo II – Distribuição das Aprovações e Execução**

Unidade: Euros

| Sector                         | Aprovações |                    |                    |            | Execução (2000-2004) |                    |
|--------------------------------|------------|--------------------|--------------------|------------|----------------------|--------------------|
|                                | NºProj     | D. Pública         | Fundo              | % (D.Púb.) | D. Pública           | Fundo              |
| AGRICULTURA                    | 382        | 39.880.147         | 26.424.840         | 15,9       | 13.933.058           | 9.541.030          |
| AMBIENTE - Abast. de Água      | 7          | 656.264            | 440.210            | 0,3        | 461.579              | 312.344            |
| AMBIENTE - Águas residuais     | 1          | 87.000,00          | 60.900,00          | 0,0        | 50.804               | 35.563             |
| AMBIENTE - Protecção Ambiental | 4          | 3.532.321          | 2.472.624          | 1,4        | 728.487              | 509.941            |
| AMBIENTE - Outros              | 1          | 67.062             | 46.943             | 0,0        | 67.062               | 46.943             |
| APOIO AO DES. REGIONAL         | 31         | 6.132.220          | 4.272.669          | 2,4        | 6.055.931            | 4.221.714          |
| CIÊNCIA E TECNOLOGIA           | 1          | 19.361             | 13.552             | 0,0        | 19.361               | 13.552             |
| CULTURA                        | 50         | 20.080.761         | 13.994.215         | 8,0        | 17.029.012           | 11.902.246         |
| DESPORTO                       | 4          | 2.726.468          | 1.425.145          | 1,1        | 2.726.468            | 1.425.145          |
| RECREIO E LAZER                | 16         | 6.523.648          | 4.521.142          | 2,6        | 4.600.360            | 3.176.379          |
| ENERGIA                        | 1          | 111.735            | 78.215             | 0          | 111.735              | 78.215             |
| F. PROF. E EMPREGO             | 41         | 10.896.974         | 8.172.730          | 4,3        | 5.537.045            | 4.152.786          |
| INTEGRAÇÃO SOCIAL              | 1          | 203.102            | 142.172            | 0,1        | 203.102              | 142.172            |
| PATRI. HISTÓRICO/CULTURAL      | 32         | 11.632.859         | 8.093.390          | 4,6        | 10.095.042           | 7.027.134          |
| REVITALIZAÇÃO URBANA           | 279        | 117.588.386        | 82.003.444         | 46,9       | 67.045.907           | 46.909.045         |
| TRANSPORTES - Rodovia          | 29         | 6.346.304          | 4.368.500          | 2,5        | 4.819.114            | 3.299.467          |
| TRANSPORTES - Outros           | 1          | 306.880            | 214.816            | 0,1        | 306.880              | 214.816            |
| TURISMO                        | 74         | 24.104.995         | 16.694.732         | 9,6        | 14.959.661           | 10.320.709         |
| <b>Total</b>                   | <b>955</b> | <b>250.896.486</b> | <b>173.440.239</b> | <b>100</b> | <b>148.750.608</b>   | <b>103.329.200</b> |

**Eixo II - Distribuição sectorial do Investimento Aprovado***Domínios de intervenção*

A distribuição por domínio de intervenção relaciona-se com os domínios previstos para cada AIBT, em complemento de programação.

A distribuição por domínios de intervenção é apresentada no quadro seguinte.

## Eixo II – Aprovações e Execução Financeira por Domínio de Intervenção – Situação a 31/12/2005

| Med.   | Domínio   | nº Proj.   | Aprovações<br>Total (2000-2006) |                    | Execução 2005     |                   | Total<br>(Execução 2000-2005) |                    |
|--|---|------------|---------------------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------------------|--------------------|
|  |   |            | D. Pública                      | F. Estrutural      | D. Pública        | F. Estrutural     | D. Pública                    | F. Estrutural      |
| <b>12- Silvicultura</b>  |   | <b>383</b> | <b>40.085.926</b>               | <b>26.579.174</b>  | <b>5.112.435</b>  | <b>3.267.037</b>  | <b>14.067.974</b>             | <b>9.642.218</b>   |
| II.7   | 12-Silvicultura   | 380        | 39.847.961                      | 26.400.700         | 5.060.071         | 3.227.764         | 13.925.245                    | 9.535.171          |
| II.8   | 128 - FP específica da silvicultura   | 3          | 237.965                         | 178.474            | 52.364            | 39.273            | 142.729                       | 107.047            |
| <b>13 - Promoção da adapt. e do desenv. das zonas rurais</b>   |   | <b>325</b> | <b>47.100.337</b>               | <b>32.453.754</b>  | <b>8.079.821</b>  | <b>5.595.235</b>  | <b>36.613.910</b>             | <b>25.387.958</b>  |
| II.3   | 1305 - Serviços de base para a economia rural e popul.  | 13         | 587.658                         | 411.361            | 2.589             | 1.812             | 587.658                       | 411.361            |
| II.7   | 1305 - Serviços de base para a econ. rural e popul.   | 2          | 32.186                          | 24.140             | 7.812             | 5.859             | 7.812                         | 5.859              |
| II.3   | 1306 - Renovação e desenvolvimento das aldeias e protecção e conservação do património cultural | 109        | 18.784.075                      | 12.935.320         | 2.229.861         | 1.540.087         | 16.936.068                    | 11.683.712         |
| II.4   | 1306 - Renovação e Desenv. das aldeias protecção e conservação do património cultural.          | 14         | 12.146.249                      | 8.502.375          | 955.616           | 668.931           | 10.750.456                    | 7.525.319          |
| II.5   | 1306 - Renovação e Desenv. das aldeias protecção e conservação do património cultural.          | 8          | 2.075.826                       | 1.453.078          | 607.190           | 425.033           | 1.662.070                     | 1.163.449          |
| II.6   | 1306 - Renovação e Desenv. das aldeias protecção e conservação do património cultural.          | 179        | 13.474.343                      | 9.127.481          | 4.276.753         | 2.953.512         | 6.669.846                     | 4.598.258          |
| <b>161 - Invest. corpóreos (instal. e equip., regimes de ajuda)</b>  |   | <b>17</b>  | <b>4.059.459</b>                | <b>2.841.621</b>   | <b>320.811</b>    | <b>224.568</b>    | <b>3.600.261</b>              | <b>2.520.183</b>   |
| II.3   | 161 - Investimentos corpóreos   | 6          | 309.612                         | 216.728            | 135.557           | 94.890            | 248.937                       | 174.256            |
| II.4   | 161 - Investimentos corpóreos   | 6          | 3.490.461                       | 2.443.323          | 139.325           | 97.527            | 3.305.394                     | 2.313.776          |
| II.5   | 161 - Investimentos corpóreos   | 5          | 259.386                         | 181.570            | 45.930            | 32.151            | 45.930                        | 32.151             |
| <b>167 - Formação p. específica das PME e do artesanato</b>  |   | <b>16</b>  | <b>5.143.389</b>                | <b>3.857.542</b>   | <b>1.164.032</b>  | <b>873.026</b>    | <b>3.030.048</b>              | <b>2.272.538</b>   |
| II.8   | 167 - FP específica das PME e do artesanato   | 16         | 5.143.389                       | 3.857.542          | 1.164.032         | 873.026           | 3.030.048                     | 2.272.538          |
| <b>171 - Turismo - Investimentos corpóreos (centros de acolhimento, alojamento, equipamentos, restauração)</b>   |   | <b>68</b>  | <b>39.823.988</b>               | <b>27.090.315</b>  | <b>3.675.694</b>  | <b>2.429.787</b>  | <b>27.282.889</b>             | <b>18.350.799</b>  |
| II.4   | 171 - Investimentos corpóreos   | 22         | 12.033.734                      | 8.423.614          | 246.332           | 172.433           | 5.932.382                     | 4.152.667          |
| II.5   | 171 - Investimentos corpóreos   | 21         | 19.434.703                      | 13.120.909         | 1.761.622         | 1.233.136         | 13.743.294                    | 9.136.923          |
| II.6   | 171 - Investimentos corpóreos   | 25         | 8.355.551                       | 5.545.792          | 1.667.739         | 1.024.219         | 7.607.213                     | 5.061.209          |
| <b>172 - Turismo - Investimentos incorpóreos (concepção e organização de serviços turísticos, património, actividades desportivas, culturais e de lazer)</b> |   | <b>49</b>  | <b>3.686.909</b>                | <b>2.573.454</b>   | <b>111.158</b>    | <b>77.811</b>     | <b>3.384.427</b>              | <b>2.364.000</b>   |
| II.3   | 172 - Invest. Incorpóreos   | 24         | 821.246,47                      | 574.872,55         | 595,00            | 416,50            | 821.246,44                    | 574.872,53         |
| II.4   | 172 - Invest. Incorpóreos   | 11         | 1.991.092,84                    | 1.386.382,78       | 25.170,16         | 17.619,11         | 1.918.052,49                  | 1.337.537,88       |
| II.5   | 172 - Invest. Incorpóreos   | 14         | 874.570,07                      | 612.199,05         | 85.393,21         | 59.775,25         | 645.128,11                    | 451.589,68         |
| <b>173 - Serviços comuns às empresas do sector turístico (incluindo acções de promoção...)</b>   |   | <b>23</b>  | <b>2.089.102</b>                | <b>1.449.869</b>   | <b>13.585</b>     | <b>9.509</b>      | <b>1.693.898</b>              | <b>1.173.389</b>   |
| II.3   | 173 - Serviços comuns às emp. do sector turístico   | 9          | 343.151                         | 240.205            | 0                 | 0                 | 338.943                       | 237.260            |
| II.4   | 173 - Serviços comuns às emp. do sector turístico   | 8          | 1.022.394                       | 703.173            | 0                 | 0                 | 1.019.119                     | 701.044            |
| II.5   | 173 - Serviços comuns às emp. do sector turístico   | 4          | 386.608                         | 270.626            | 0                 | 0                 | 311.788                       | 218.252            |
| II.6   | 173 - Serviços comuns às emp. do sector turístico   | 2          | 336.950                         | 235.865            | 13.585            | 9.509             | 24.047                        | 16.833             |
| <b>174 - Formação p. específica do turismo</b>   |   | <b>18</b>  | <b>4.280.461</b>                | <b>3.210.346</b>   | <b>1.126.199</b>  | <b>844.649</b>    | <b>1.953.240</b>              | <b>1.464.930</b>   |
| II.8   | 174 - Formação profissional específica do turismo   | 18         | 4.280.461                       | 3.210.346          | 1.126.199         | 844.649           | 1.953.240                     | 1.464.930          |
| <b>24 - Adaptação, espírito de empresa e inovação</b>  |   | <b>4</b>   | <b>1.235.159</b>                | <b>926.369</b>     | <b>171.086</b>    | <b>128.315</b>    | <b>411.028</b>                | <b>308.271</b>     |
| II.8   | 24 - Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação   | 4          | 1.235.159                       | 926.369            | 171.086           | 128.315           | 411.028                       | 308.271            |
| <b>312 - Estradas</b>  |   | <b>17</b>  | <b>5.345.491</b>                | <b>3.741.844</b>   | <b>280.971</b>    | <b>196.680</b>    | <b>3.818.301</b>              | <b>2.672.811</b>   |
| II.4   | 3122 - Estradas regionais/locais  | 5          | 2.295.414                       | 1.606.789          | 172.701           | 120.891           | 878.995                       | 615.296            |
| II.5   | 3121- Estradas Nacionais  | 1          | 260.753                         | 182.527            | 0                 | 0                 | 260.753                       | 182.527            |
| II.5   | 3122- Estradas regionais/locais   | 6          | 1.966.782                       | 1.376.748          | 108.271           | 75.789            | 1.856.011                     | 1.299.208          |
| II.6   | 3122 - Estradas regionais / locais  | 5          | 822.543                         | 575.780            | 0                 | 0                 | 822.542                       | 575.780            |
| <b>352 - Reabilitação de zonas urbanas</b>   |   | <b>35</b>  | <b>98.046.265</b>               | <b>68.715.953</b>  | <b>30.480.313</b> | <b>21.348.053</b> | <b>52.894.631</b>             | <b>37.172.102</b>  |
| II.1   | 352 - Reabilitação de zonas urbanas   | 22         | 85.155.200                      | 59.692.207         | 28.409.513        | 19.898.493        | 45.862.545                    | 32.249.643         |
| II.4   | 352 - Reabilitação de zonas urbanas   | 6          | 7.138.382                       | 4.996.868          | 1.443.216         | 1.010.251         | 2.348.948                     | 1.644.264          |
| II.5   | 352- Reabilitação de zonas urbanas  | 7          | 5.752.683                       | 4.026.878          | 627.585           | 439.309           | 4.683.137                     | 3.278.196          |
|  |   | <b>955</b> | <b>250.896.486</b>              | <b>173.440.239</b> | <b>50.536.105</b> | <b>34.994.670</b> | <b>148.750.608</b>            | <b>103.329.200</b> |

De uma análise sumária do quadro apresentado é possível destacar:

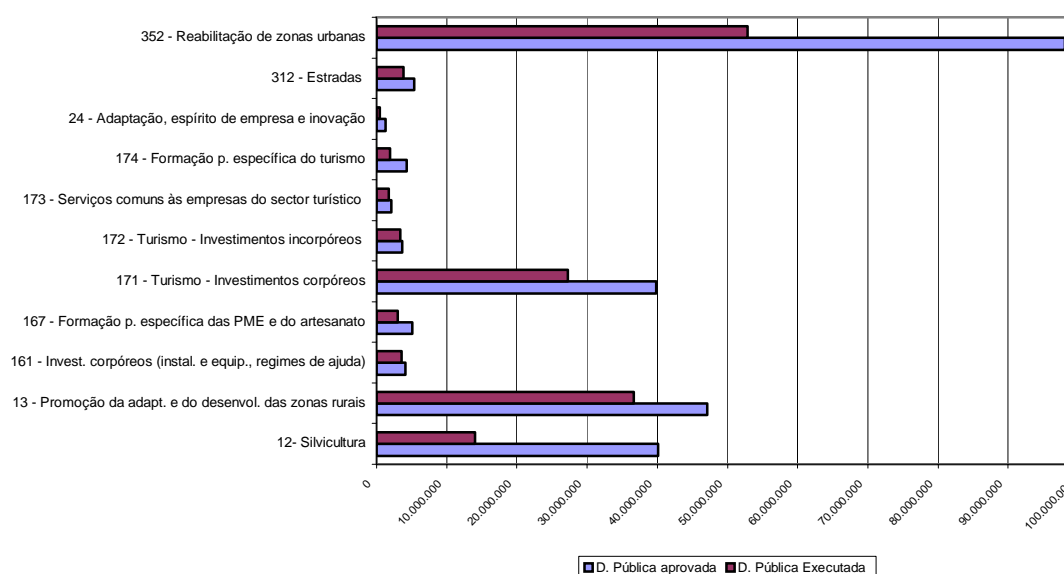
Clara predominância, em número de projectos aprovados, no domínio “Silvicultura”, projectos inseridos na AIBT do Pinhal Interior, logo seguido de projectos enquadrados no domínio “Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais” com destaque, dentro deste domínio, para o sub-domínio “Renovação e desenvolvimento das aldeias e protecção e conservação do património cultural” onde todas as AIBT financiadas pelo FEDER (excepção feita à medida 2.1) apresentam número considerável de projectos aprovados.

O domínio “Turismo”, quer na vertente corpórea quer na incorpórea apresenta, também, um número apreciável de projectos, o que reforça a especificidade temática das AIBT que integram o Eixo II, especificidade essa que torna o turismo um domínio preferencial de intervenção.

Se considerarmos os montantes executados no ano de 2005, é o domínio “Reabilitação de zonas urbanas” aquele que mostra melhor execução e, dentro deste, a Medida 2.1. O domínio “Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais” é o segundo a apresentar, em 2005, melhor execução, seguido pelo domínio “Turismo – Investimentos corpóreos e incorpóreos. Relativamente ao ano de 2004 verifica-se que, em termos de importância dos montantes executados, houve alterações na posição ocupada pelos domínios atrás mencionados. Como fora previsto no relatório anterior o domínio “Reabilitação de zonas urbanas” passou a ocupar o primeiro lugar ao nível da execução, em virtude da medida 2.1, que contribui fortemente para a execução deste domínio, apresentar nessa altura uma taxa de comprometimento de 88% o que permitiu níveis de execução significativos.

Considerando todo o período de execução do QCA III o primeiro lugar em termos de investimento vai para o domínio “Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais”, seguido do domínio “Turismo – investimentos corpóreos” e do domínio “Reabilitação de zonas urbanas.

#### Eixo II – Aprovações e Execução Financeira por Domínio de Intervenção – Situação a 31/12/2005



## **2. Medida II.1 - Acção integrada para a qualificação e competitividade das cidades - Componente territorial (FEDER)**

### *Enquadramento*

A Medida 2.1 - Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades - Componente Territorial (FEDER) do PO Centro ao estar totalmente direccionada para o Programa Polis, apresenta características que inevitavelmente servirão de suporte e proporcionam de um modo sustentável a efectivação dos desígnios para que o referido Programa aponte.

Neste sentido, e tendo em consideração que o principal objectivo do Programa Polis consiste em melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental melhorando a atractividade e competitividade de polos urbanos com um papel relevante ao nível da estruturação do sistema urbano nacional, é por demais evidente que a medida em apreço é incontestavelmente o meio mais eficaz para dar corpo à necessária revitalização do tecido urbano na Região Centro.

O Programa Polis, ao seleccionar como principais objectivos específico, entre outros, o desenvolvimento de grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental, ao apoiar acções de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes tais como frentes de rio, bem como apoiando iniciativas que visam aumentar as zonas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em determinados centros urbanos, está inequivocamente preocupado com o desenvolvimento de acções que contribuam obviamente para a requalificação e revitalização de centros urbanos e que promovam a multifuncionalidade desses centros.

A este nível o Programa de requalificação urbana e valorização ambiental das cidades, sustentado ao nível do PO Centro pela medidas 2.1, está indissociavelmente relacionado com a revitalização urbana exigida para a Região Centro, e que claramente se encontra bem patente nas intervenções sustentadas pelos projectos apresentados para as NUT em apreciação neste relatório. Na realidade qualquer das intervenções preconizadas para a Região Centro, no âmbito da Medida 2.1, se preocupa com intervenções exemplares, de escala significativa e que marcadamente têm um efeito demonstrativo no país. As intervenções em causa patenteiam alguma preocupação em “ancorar” os projectos de requalificação urbana em torno de um elemento ambiental determinante e específico de cada cidade, que pode ser valorizado e reapropriado por essa cidade. As linhas de água, a revitalização de centros históricos e das suas múltiplas valências de forma a evitar a desertificação e declínio desses centros, a requalificação de zonas industriais deprimidas, a requalificação de cidades de média dimensão com pujança económica mas com uma vida urbana de pouca qualidade, ou finalmente a valorização de cidades do interior ou raianas que podem constituir pólos de desenvolvimento regional, são exemplos de intervenções efectuadas ao nível da Região Centro que procuram objectivamente a revitalização dos respectivos centros urbanos.

### *Candidaturas apreciadas*

Até 31.12.2005, das 25 candidaturas apresentadas pelas Sociedades Polis à Medida 2.1 e que foram objecto de apreciação em sede de Unidade de Gestão, apenas 22 dessas candidaturas obtiveram parecer favorável e a posterior aprovação ministerial, tendo-se registado, por outro lado, a inviabilização de aprovação de uma daquelas candidaturas por parte da tutela face à não emissão de prévio parecer positivo do Gabinete Coordenador do Programa Polis.

Do conjunto de candidaturas aprovadas pela tutela: 4 delas foram apreciadas em Unidade de Gestão e aprovadas durante o ano de 2001, sendo que 2 delas foram objecto de reprogramação já em 2003, tendo uma dessas reprogramações sido apenas aprovada nesse ano; 4 candidaturas foram apreciadas favoravelmente durante o ano de 2002 em sede de Unidade de Gestão, sendo que 3 delas registaram reprogramações / reformulações em 2003 e/ou 2004, o que originou que a sua apreciação definitiva em Unidade de Gestão ocorresse apenas em 2004, não obstante a aprovação ministerial de todas elas não ter ultrapassado o ano de 2003; durante o ano de 2003 foram apresentadas, apreciadas e aprovadas 4 novas candidaturas. Ao longo do ano de 2004 não houve qualquer apreciação de novas candidaturas em sede de Unidade de Gestão devido à suspensão entretanto determinada superiormente face à indefinição dos montantes a disponibilizar até final das intervenções operadas por cada Sociedade Polis. Tal situação viria todavia a ser estabilizada já no final do ano de 2004, através de reprogramações / reformulações em baixa dos montantes das candidaturas apresentadas e a apresentar pelas Sociedades Polis, reajustando-os aos valores dos investimentos máximos a afectar a cada Sociedade no âmbito da Medida 2.1. Durante o ano de 2005 foram apreciadas favoravelmente 10 candidaturas (sendo que 8 em sede de Unidade de Gestão e 2 por consulta escrita) tendo todas elas obtido a necessária aprovação por parte da tutela. Ainda durante o ano de 2005 deu entrada na Estrutura de Apoio Técnico à Medida 2.1 outras 2 candidaturas objecto de apreciação por parte desta estrutura orgânica, mas que não foram objecto de apreciação em sede de Unidade de Gestão nesse ano. Poderá de alguma forma afirmar-se que no ano de 2005 se retomou a tendência verificada nos anos de 2001 a 2003, normalizando-se o número de candidaturas apresentadas pelas Sociedades Polis e a inerente apreciação e aprovação das mesmas, situação verificada após a definição e estabilização dos montantes a afectar a cada uma das Intervenções Polis ao nível dos Eixos 2 e 3 do PO Centro, bem como ao nível do POA.

Sobre toda esta problemática não será de modo algum despendendo registrar o empenho e a boa vontade demonstrados por todas as partes e responsáveis envolvidos no processo, sendo tal atitude considerada absolutamente indispensável a uma boa e sustentável execução e gestão da Medida em apreço, e cujos resultados, se espera, possam contribuir decisivamente para o normal e desejável desempenho das diversas intervenções Polis, dando desse modo corpo e objectividade aos desígnios com base nos quais foi concebido e construído todo o Programa Polis - Programa de Qualificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades, programa considerado de importância vital e estratégico, em consonância aliás do que é preconizado, e por diversas vezes, no Plano de Desenvolvimento Regional para o período 2000-2006.

### *Execução*

Relativamente à Despesa Pública, verifica-se que no período 2000-2005 o montante das Aprovações das candidaturas superou em 2,25% o valor total Programado para a Medida. Se, por outro lado, considerarmos o montante das Candidaturas Apreciadas favoravelmente em Sede de Unidade de Gestão relativamente ao montante Programado para esse mesmo período, então o rácio passará a ser de 107,40%. Tal situação foi fundamentalmente originada pelas razões anteriormente aduzidas - indefinição, em tempo útil e oportuno, dos investimentos máximos a afectar a cada Sociedade Polis- ,o que desde logo provocou o consequente desfasamento em relação à Despesa inicialmente Programada para a Medida (conforme resulta dos valores

constantes em Complemento de Programação do POR Centro) tendo em atenção os montantes associados às necessidades de financiamento preconizadas pelas diversas Sociedades Polis para dar cumprimento integral ao previamente estabelecido e espelhado nos respectivos Planos Estratégicos, documentos estes que continuam a ser a base para a emissão de pareceres vinculativos por parte do Gabinete Coordenador do Polis, e, nesse sentido, absolutamente indispensáveis, para a Apreciação e Aprovação das diferentes candidaturas.

Se em alternativa, e para o período em análise, compararmos a relação existente, por um lado, entre o Executado e o Aprovado, e, por outro, o Executado e o Programado, então as taxas correspondentes para a Despesa Pública cifrar-se-ão respectivamente, em 59,75% e 61,09%, situação que, como facilmente se poderá constatar facilmente, inverteu por completo a realidade verificada em finais de 2004., onde se verificava, para os mesmos rácios, taxas de execução muito inferiores a estas. Tal situação foi incontestavelmente um produto da estabilização conseguida em finais de 2004, quando foram definidos os “plafonds” máximos atribuídos aos investimentos a encetar por cada uma das Sociedades Polis envolvidas e enquadráveis na Medida 2.1. Na realidade, a tomada de posição que, sobre esta matéria foi alcançada, permitiu indiscutivelmente assumir o futuro com maior tranquilidade, permitindo, por um lado que o Gabinete Coordenador do Programa Polis possa emitir os necessários pareceres em tempo útil, e, dessa forma, contribuir para que as Unidades de Gestão da Medida se possam efectivar igualmente em tempo oportuno, facilitando, por outro lado, a tarefa incumbida a toda a Estrutura de Gestão da CCDR-C, que, em última instância, terá a responsabilidade de efectivar os pagamentos devidos aos promotores e executores das intervenções Polis em tempo e circunstâncias aceitáveis, contribuindo de igual forma, como tudo indica, para a integral absorção no final do III QCA dos montantes nacionais e comunitários disponibilizados e/ou a disponibilizar para a Medida.

Se em contrapartida quisermos analisar os mesmos rácios no que à componente FEDER diz respeito então poderá afirmar-se que os mesmos, ainda que situados a um nível superior, se aproximam muito daqueles que foram considerados para a Despesa Pública.

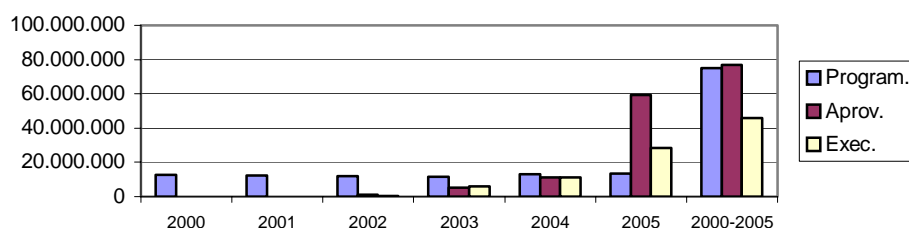
#### Medida II.1 - Aprovações e Execução Financeira – Situação a 31 de Dezembro de 2005

Unidade: euros

| Ano                          | Programação       |                   | Aprovações        |                   | Execução          |                   | Taxas(%)    |             |             |
|------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|
|                              | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | A/Prog      | Exc./Prog   | Exec/A      |
| 2000                         | 12.682.056        | 8.877.482         | 0                 | 0                 | 0                 | 0                 |             |             |             |
| 2001                         | 12.252.700        | 8.576.932         | 0                 | 0                 | 0                 | 0                 |             |             |             |
| 2002                         | 11.817.253        | 8.272.117         | 990.546           | 714.378           | 419.906           | 314.930           | 8,4         | 3,6         | 42,4        |
| 2003                         | 11.542.627        | 8.079.878         | 5.222.781         | 3.754.729         | 5.793.422         | 4.154.177         | 45,2        | 50,2        | 110,9       |
| 2004                         | 13.182.194        | 9.227.566         | 11.239.705        | 7.882.044         | 11.239.705        | 7.882.044         | 85,3        | 85,3        | 100,0       |
| 2005                         | 13.594.388        | 9.516.103         | 59.304.379        | 41.491.658        | 28.409.513        | 19.898.493        | 436,2       | 209,0       | 47,9        |
| 2000-2005                    | 75.071.218        | 52.550.078        | 76.757.412        | 53.842.809        | 45.862.545        | 32.249.643        | 102,2       | 61,1        | 59,7        |
| <b>Total<br/>(2000-2006)</b> | <b>88.720.556</b> | <b>62.104.647</b> | <b>85.155.200</b> | <b>59.692.207</b> | <b>45.862.545</b> | <b>32.249.643</b> | <b>96,0</b> | <b>51,7</b> | <b>53,9</b> |



**Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução ·  
Medida 2.1**



**DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DAS APROVAÇÕES**

Unidade: euros

| Sector               | Aprovações |                   |                   |            | Execução (2000-2005) |                   |
|----------------------|------------|-------------------|-------------------|------------|----------------------|-------------------|
|                      | Nº Proj.   | D. Pública        | Fundo             | % DP       | D. Pública           | Fundo             |
| Revitalização Urbana | 22         | 85.155.200        | 59.692.207        | 100        | 45.862.545           | 32.249.643        |
| <b>Total</b>         | <b>22</b>  | <b>85.155.200</b> | <b>59.692.207</b> | <b>100</b> | <b>45.862.545</b>    | <b>32.249.643</b> |

*Incidência territorial do investimento aprovado*

No que diz respeito à incidência geográfica dos projectos aprovados (homologados) por NUT, e num momento temporal (31.12.2005) em que já se encontra aprovado 96,12% do total a disponibilizar para a Medida 2.1, poderá referir-se o seguinte:

1º- Dão Lafões foi a NUT que apresentou até 31/12/2005 o índice percentual relativamente ao Custo Total dos projectos aprovados/homologados mais elevado (30,00%), seguida da Beira Interior Sul com 19,05%, do Baixo Vouga com 13,82% e do Baixo Mondego com 12,46%, contrastando com as outras NUT onde os índices percentuais apresentados em referência ao Custo Total se revelam significativamente mais baixos. Na realidade a Beira Interior Norte com 9,50%, o Pinhal Litoral com 9,37% e a Cova da Beira com 5,80%, foram NUT onde a incidência percentual do investimento dos projectos aprovados/homologados sobre o Custo Total ficou muito abaixo dos valores apresentados pelas NUT acima e em primeiro lugar referidas.

Em termos gerais, e de certo modo em consonância com o atrás referido, o que aliás já havia sido perspectivado no Relatório de Execução/2004, as NUT do Interior apresentaram uma incidência sobre o Custo Total dos projectos aprovados/homologados bastante superior (64,35%) às NUT do Litoral (35,65%). Tais rácios, apresentam pois, em finais de 2005, uma trajectória que se poderá considerar absolutamente normal e esperada tendo em atenção os montantes a disponibilizar no âmbito da Medida 2.1 para o conjunto das NUT em análise. Assim, no final do III QCA, e se não houver entretanto modificação das verbas preestabelecidas para cada uma das Intervenções POLIS, os rácios anteriormente referidos estabilizar-se-ão respectivamente, em 64,83% para as NUT do Interior e em 35,17% para as NUT do Litoral.

2º- Relativamente ao custo total por habitante a incidência ao nível das várias NUT revela-se de modo diverso, sendo óbvio que esse custo aumenta quando a Despesa Pública por projecto se direcciona para as regiões do Interior, o que é explicável dada a dimensão populacional, bastante mais reduzida nestas regiões, aliada aos montantes dos investimentos a elas associados, e que nos casos em apreço, se assemelham ou mesmo ultrapassam em larga margem os valores aprovados para o Litoral.

Tal constatação verificar-se-á certamente quando o período a apreciar for o correspondente ao III QCA (2000-2006). Assim, centrando-nos nos valores para os investimentos aprovados em 31.12.2005, para cada uma das NUT da Região Centro, o Custo Total por habitante, tomando em consideração a população residente em 2001, apresenta sensivelmente os seguintes valores: Baixo Vouga = 30,6 €; Baixo Mondego = 31,3 €; Pinhal Litoral = 32,1 €; Beira Interior Norte = 70,5 €; Dão Lafões = 89,4 €; Beira Interior Sul = 206,6 € e Cova da Beira = 52,9 €. Estes custos por habitante no final do III QCA apresentar-se-ão iguais para quatro das NUT consideradas, apenas se alterando aqueles que, por virtude dos investimentos em três das Intervenções POLIS ainda não terem sido aprovados na sua totalidade à data a que se reporta o presente Relatório de Execução, sofrerão algum acréscimo (pouco significativo relativamente à NUT da Beira Interior Norte, mas com alguma relevância ao nível da NUT da Cova da Beira).

### Distribuição Geográfica das Aprovações

Unidade: euros

| NUT III                | Nº Proj.  | Custo total       | D. Pública        | Fundo             | % CT          | CT/hab       |
|------------------------|-----------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------|--------------|
| Baixo Vouga            | 4         | 11.787.724        | 11.787.724        | 8.251.407         | 13,84         | 30,58        |
| Baixo Mondego          | 2         | 10.625.266        | 10.625.266        | 7.437.614         | 12,48         | 31,28        |
| Pinhal Litoral         | 2         | 7.989.258         | 7.989.258         | 5.592.115         | 9,38          | 32,09        |
| Dão-Lafões             | 2         | 25.542.644        | 25.542.644        | 17.908.962        | 30,00         | 89,41        |
| Beira Interior Norte   | 2         | 8.096.040         | 8.096.040         | 5.667.228         | 9,51          | 70,48        |
| Beira Interior Sul     | 2         | 16.167.269        | 16.167.269        | 11.371.981        | 18,99         | 206,62       |
| Cova da Beira          | 8         | 4.947.000         | 4.947.000         | 3.462.900         | 5,81          | 52,94        |
| Litoral                | 8         | 30.402.247        | 30.402.247        | 21.281.136        | 35,70         | 31,21        |
| Interior               | 14        | 54.752.953        | 54.752.953        | 38.411.071        | 64,30         | 67,96        |
| <b>Total da Medida</b> | <b>22</b> | <b>85.155.200</b> | <b>85.155.200</b> | <b>59.692.207</b> | <b>100,00</b> | <b>47,85</b> |

### Indicadores de acompanhamento

Relativamente aos indicadores de acompanhamento previstos no Complemento de Programação para a Medida 2.1, verifica-se que as candidaturas aprovadas/homologadas até 31/12/2005, nalgumas situações não apresentam ainda execução total para os indicadores referenciados, designadamente para o Indicador Físico “extensão de ciclovia a criar/reabilitar”, dado as respectivas candidaturas aprovadas até final de 2005 estarem ainda em fase de ultimate da sua execução, e/ou abrangerem apenas a fase estudos/projectos e não as empreitadas propriamente ditas. Constata-se todavia, conforme está explicitado no Quadro V, que este indicador apresenta valores previstos executar (8.562 m) nos projectos já aprovados que supera o valor previsto para 2006 (7.000 m). O valor já executado para este indicador atinge os 65% da meta a atingir, ou seja, situa-se nos 4.544 m no final de 2005. Verifica-se, por outro lado, à data de 31/12/2005, a existência de candidaturas aprovadas que prevêem a “criação de lugares de estacionamento” – outro dos indicadores físicos contemplados -, sendo que dos 2.232 lugares previstos, apenas 2.024 deles foram efectivamente executados. Contudo, conforme se poderá verificar através do já referido Quadro, os valores aprovados (2.232 lugares) e executados (2.024 lugares), ultrapassam significativamente o valor previsto atingir em 2006 (1.500 lugares de estacionamento). No que se refere ao Indicador de Resultado “população abrangida por intervenções de requalificação urbana”, apenas se pode referir que a quantificação prevista em Complemento de Programação (80.000 habitantes) se encontra totalmente desfasada da realidade dado os valores aprovados e executados em candidaturas apresentadas para o referido indicador, ultrapassarem já em larga margem o valor estipulado e previsto para a Medida 2.1 do POR Centro. Esse valor está estimado em 552.929 habitantes (dados disponíveis para a população residente em 2003).

## Indicadores de Acompanhamento – Situação a 31/12/2005

| Indicador Físico                          | Unidade | Quantificação  |      |                         |          |
|---|---------|----------------|------|-------------------------|----------|
|   |         | Previsto em CP |      | Resultados (31-12-2005) |          |
|   |         | 2003           | 2006 | Proj. aprov.            | Execução |
| Extensão de ciclovia a criar/reabilitação | km      |                | 7    | 8,562                   | 4,544    |
| Criação de lugares de estacionamento      | n.º     |                | 1500 | 2.232                   | 2.024    |

| Indicador Resultado   | Unidade | Quantificação  |        |                         |          |
|---|---------|----------------|--------|-------------------------|----------|
|   |         | Previsto em CP |        | Resultados (31-12-2005) |          |
|   |         | 2003           | 2006   | Proj. aprov.            | Execução |
| População abrangida por intervenções de requalificação urbana | hab     |                | 80.000 | 552.929                 | 552.929  |

## 3. Medida II.3 – Acção inovadoras de Dinamização das Aldeias

*Enquadramento*

A incidência, territorialmente, difusa da AIBT “Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias” decorre da sua natureza temática que privilegiou aglomerados emblemáticos, do Interior da Região Centro, ou manchas territoriais contíguas em que se destacam produtos certificados ou com qualidade, assegurada, para a valorização e promoção das áreas de baixa densidade. A coerência territorial e funcional desta Acção Integrada deverá ser analisada através da implementação das Linhas de Acção que, encontrando-se já estabilizadas, permitem o estabelecimento de redes complementares em que intervenções de pequena escala podem ter efeitos demonstrativos na promoção e divulgação de territórios mais amplos.

A rede de Aldeias Históricas é a intervenção estruturante da AIBT, a partir da qual se difundiu a metodologia de actuação e se definiram subsistemas territoriais complementares, Centros Rurais e Contratos de Aldeia, proporcionando desta forma uma cobertura equilibrada dos territórios de menor capacidade competitiva.

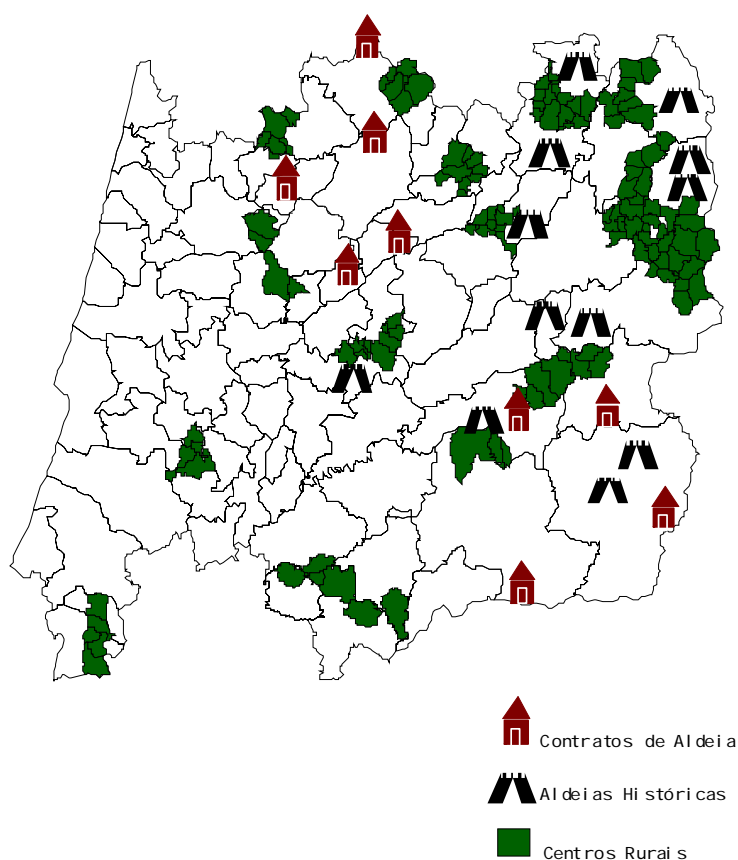
A perspectiva integrada desta abordagem contempla, para além da sua territorialização, a natureza qualitativa dos investimentos, o envolvimento de níveis diferenciados de promotores públicos, privados e associativos e pressupõe a concepção de um modelo de intervenção, participado, que contribuisse para a afirmação daqueles subsistemas através de uma compatibilização, prévia, entre as iniciativas a implementar e os objectivos a atingir.

No cumprimento do estabelecido no Programa Operacional Regional do Centro e respectivo Complemento de Programação, a cobertura territorial das Acções Inovadoras abrange: doze Aldeias Históricas, ancoradas no território da Beira Interior, que definem uma Rede de inegável qualidade histórico-cultural; quinze Centros Rurais, cujos territórios envolvem 125 freguesias com potencial diversificado ao nível da paisagem, dos produtos e actividades rurais da Região;

nove Contratos de Aldeia incidindo em aglomerados que mantêm vivas as suas características mais tradicionais, tanto no que respeita à estrutura urbana, à arquitectura e ao património colectivo das comunidades rurais, aliadas à existência de dinâmicas associativas locais no âmbito cultural, social e económico.

A complementaridade de objectivos definidos, naquelas três Linhas de Acção e a possibilidade da sua articulação, permite cobrir as situações mais relevantes da Região, no que respeita a factores de genuinidade e diferenciação como identidade, património histórico e cultural, arquitectura rural e património de utilização colectiva, paisagem e actividades tradicionais. Estes elementos estruturantes, da nossa memória colectiva, podem constituir factores de competitividade, das parcelas de menor dinâmica demográfica e económica da Região Centro, já que integram valores e referências, únicos e essenciais, para a sua promoção, divulgação e desenvolvimento.

### Linhas de Acção



### *Candidaturas apreciadas e critérios de selecção*

A Medida das Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias homologou nove projectos, no ano de 2005, ascendendo a 161 o número total de candidaturas apreciadas e aprovadas, no período de 2000-2005. A metodologia utilizada na implementação da Medida, de acordo com o estabelecido no Documento Complementar de Programação, implicou a elaboração de Planos de Intervenção que, para além de identificarem os objectivos a atingir, em cada Linha de Acção, enunciam as iniciativas prioritárias e estruturantes a desenvolver, num quadro financeiro predefinido, respeitando a tipologia de projectos e os critérios de selecção, constantes no DCP. A elaboração daqueles documentos decorreu em anos transactos em estreita colaboração, técnica,

entre os promotores e a estrutura de Coordenação da Medida, tendo em conta uma uniformização global dos documentos com respeito pelas características mais emblemáticas e relevantes das Aldeias e dos espaços rurais seleccionados.

### *Execução financeira*

Os 161 projectos homologados representam 82,6% do total programado na Medida (2000-2006), e 94,2% da programação do período 2000-2005.

## **I. Aprovações e Execução Financeira - Situação a 31 de Dezembro de 2005**

Unidade: Euros

| Ano                      | Programação       |                   | Aprovação         |                   | Execução          |                   | Taxas (%)   |             |             |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | A/Prog      | Exc./Prog   | Exec./A     |
| 2000                     | 4.221.324         | 2.954.843         |                   |                   |                   |                   |             |             |             |
| 2001                     | 4.078.410         | 2.854.806         | 5.543.771         | 3.880.640         | 5.543.771         | 3.880.640         | 135,9       | 135,9       | 100,0       |
| 2002                     | 3.933.467         | 2.753.350         | 3.246.949         | 2.238.641         | 3.246.949         | 2.238.641         | 82,5        | 82,5        | 100,0       |
| 2003                     | 3.842.056         | 2.689.363         | 3.949.351         | 2.687.751         | 3.949.351         | 2.687.751         | 102,8       | 102,8       | 100,0       |
| 2004                     | 2.977.943         | 2.084.499         | 3.946.479         | 2.722.833         | 3.824.180         | 2.637.224         | 132,5       | 128,4       | 96,9        |
| 2005                     | 3.062.282         | 2.143.536         | 4.141.569         | 2.836.286         | 2.368.601         | 1.637.205         | 135,2       | 77,3        | 57,2        |
| 2000-2005                | 22.115.482        | 15.480.397        | 20.828.119        | 14.366.151        | 18.932.852        | 13.081.461        | 94,2        | 85,6        | 90,9        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>25.251.751</b> | <b>17.675.724</b> | <b>20.845.741</b> | <b>14.378.486</b> | <b>18.932.852</b> | <b>13.081.461</b> | <b>82,6</b> | <b>75,0</b> | <b>90,8</b> |

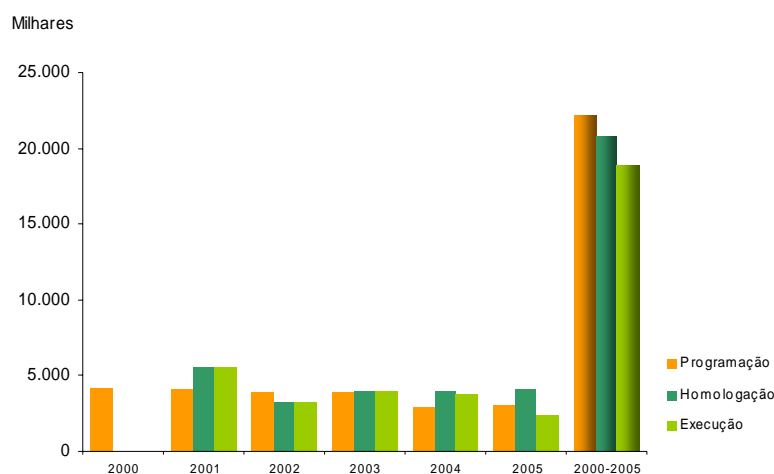
(\*) - Programação anual dos projectos homologados até final de 2005

O total de despesa pública acumulada, no final de 2005, representa 85,6% da programação acumulada até àquele ano, encontrando-se totalmente realizado o investimento previsto para o período 2000-2003 e ainda 96% do programado para 2004.

A capacidade de execução global revelou-se, em termos relativos, superior ao ritmo de apresentação de novas candidaturas, facto que se prende com algum atraso registado em iniciativas, de considerável volume financeiro, previstas para as duas Aldeias Históricas (Belmonte e Trancoso) que passaram a integrar a Rede a partir de 2003.

A análise do comportamento financeiro da Medida, face ao período global da programação (2000-2006), evidencia uma boa capacidade de execução encontrando-se, a 31 de Dezembro de 2005, realizado 75% da programação total e 90,8% do total das aprovações. Já no que se refere ao seu grau de comprometimento, 94,2% e 82,6% das programações até 2005 e 2006, respectivamente, é evidente a necessidade de um esforço, acrescido, ao nível das aprovações no ano de 2006, no sentido de garantir uma maior absorção e consequentemente a manutenção dos níveis de execução.

## Aprovações e Execução Financeira



### *Linha de Acção e Sectores apoiados: aprovações e execução*

Os 74 projectos da Linha de Acção “Aldeias Históricas” representam 62,4%, do total do investimento aprovado e 63,5% da execução total, evidenciando a capacidade de realização conseguida e a dinâmica instalada na qualificação do património histórico-cultural, daquelas Aldeias, confirmando o seu papel estruturante no âmbito da AIBT.

## II. Aprovações e Execução Financeira por linha de acção - Situação a 31 de Dezembro de 2005

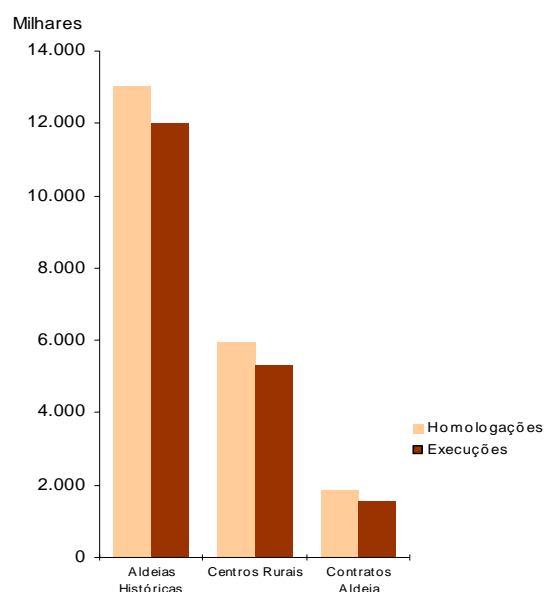
Unidade: Euros

| Linha de Acção     | Aprovações |                   |                   |                | Execução (2000-2005) |                   |
|--------------------|------------|-------------------|-------------------|----------------|----------------------|-------------------|
|                    | Nº Proj.   | D. Pública        | Fundo             | % (D. Pública) | D. Pública           | Fundo             |
| Aldeias Históricas | 74         | 13.013.028        | 9.109.120         | 62,4           | 12.028.913           | 8.420.239         |
| Centros Rurais     | 68         | 5.981.931         | 4.001.270         | 28,7           | 5.333.912            | 3.564.346         |
| Contratos Aldeia   | 19         | 1.850.782         | 1.268.096         | 8,9            | 1.570.027            | 1.096.876         |
| <b>Total</b>       | <b>161</b> | <b>20.845.741</b> | <b>14.378.486</b> | <b>100,0</b>   | <b>18.932.852</b>    | <b>13.081.461</b> |

No caso dos Centros Rurais, cujos Planos Globais de Intervenção (15) se encontram praticamente cumpridos no que respeita à formalização de candidaturas, o investimento executado representa já 89,2% do aprovado. Esta Linha de Acção, que absorve 28,7% dos montantes financeiros aprovados, está em condições de no decurso de 2006, atingir os objectivos definidos para os Centros Rurais: onze encontram-se fisicamente concluídos e dos quatro restantes apenas um apresenta execução física e financeira inferior a 71%. Em termos de despesa pública executada, o contributo desta forma de intervenção é de 28,2%, o que revela o equilíbrio conseguido entre as aprovações e respectivas execuções.

Na Linha de Acção “Contratos de Aldeia” encontram-se aprovados/homologados dezanove projectos relativos a sete dos nove Planos de Acção, estabelecidos, representando 8,9% da despesa pública homologada e 8,3% da execução global verificada.

### Aprovações e Execução Financeira por linha de acção



Seis das nove aldeias que integram esta rede de Contratos candidataram e executaram já todos os projectos identificados nos Planos de Acção. Existem condições para que no decorrer de 2006 sejam aprovados todos os projectos identificados para os dois restantes Contratos de Aldeia.

Regista-se um padrão diferenciado na tipologia e dimensão média dos projectos em curso, naquelas Linhas de Acção, o que se relaciona, fundamentalmente, com o papel âncora que as Aldeias Históricas assumem nesta AIBT e consequentemente com o seu efeito de alavanca na dinamização dos subsistemas complementares - os Centros Rurais e os Contratos de Aldeia. Por outro lado, se no caso das Aldeias Históricas a recuperação do património histórico e cultural, assume significado relevante, quer, em termos simbólicos quer em termos financeiros, o tipo de iniciativas dominantes nos Centros Rurais, envolve valores de investimento, consideravelmente, mais baixos ligados à valorização e dignificação da paisagem rural e dos espaços públicos dos pequenos aglomerados, ao reforço da sua articulação territorial e ao acréscimo da qualidade de vida das populações residentes. Nos Contratos de Aldeia pretendeu-se, através de intervenções públicas de preservação e valorização dos aglomerados tradicionais e do património colectivo rural, dar visibilidade a dinâmicas locais instaladas no âmbito cultural, associativo e empresarial e, por esta via, revitalizar as aldeias e promover valores de diferenciação e actividades tradicionais que, fazendo parte da nossa memória colectiva, são determinantes para a respectiva sobrevivência.

A distribuição sectorial das aprovações/homologações encontra-se em consonância com os objectivos específicos enunciados para a Medida. A preservação do património histórico-cultural assume forte expressão nas Aldeias Históricas, e representa 35,3% do investimento aprovado, tendo-se concretizado através de 18 projectos que permitiram a valorização e refuncionalização de monumentos classificados e de edifícios de reconhecido valor arquitectónico, num total de 21 elementos.

As intervenções de revitalização urbana (40,8%) tipologia transversal, às três Linhas de Acção, e complementar à recuperação do património, apresentam-se fundamentais para a viabilização, recuperação e divulgação das estruturas tradicionais de ocupação do território, enquanto suporte das comunidades locais e das actividades que se lhes encontram associadas.

## III. Distribuição Sectorial das aprovações/homologações

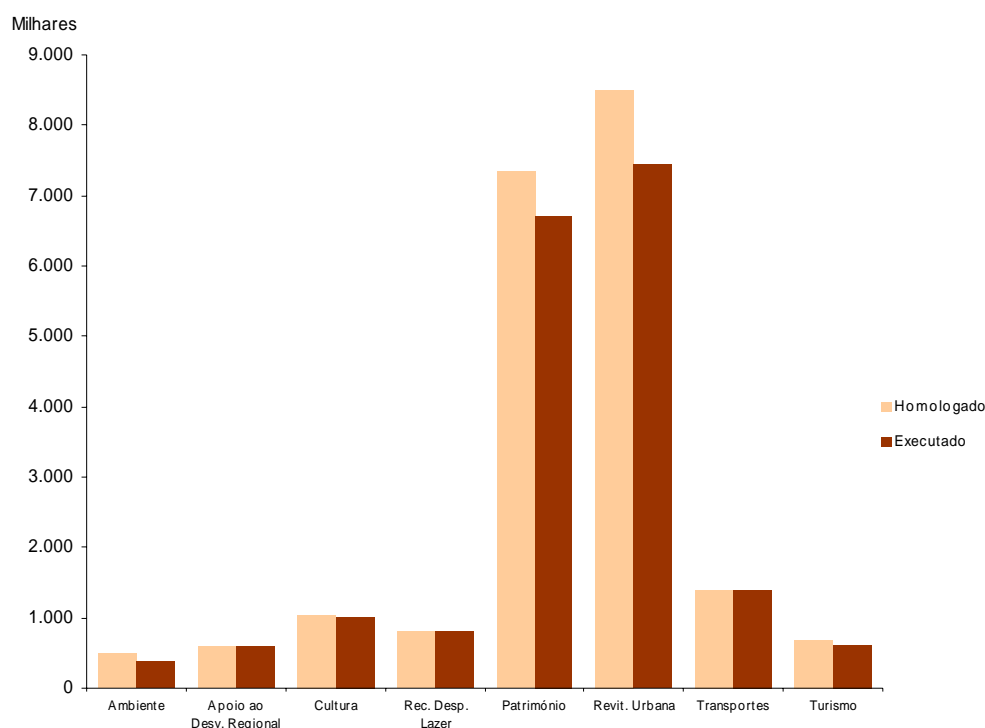
Unidade: Euros

| Sector                            | Aprovações |                   |                   | Execução (2000 -2005) |                   |                   |
|-----------------------------------|------------|-------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|-------------------|
|                                   | Nº Proj.   | D. Pública        | Fundo             | % (D. Pública)        | D. Pública        | Fundo             |
| Ambiente - Abastecimento de Água  | 4          | 501.868           | 332.133           | 2,4                   | 379.444           | 254.850           |
| Apoio ao desenvolvimento regional | 13         | 587.658           | 411.361           | 2,8                   | 587.658           | 411.361           |
| Cultura                           | 26         | 1.028.832         | 720.182           | 4,9                   | 1.019.385         | 713.570           |
| Recreio Desporto e Lazer          | 9          | 803.281           | 534.746           | 3,9                   | 795.214           | 529.744           |
| Revitalização Urbana              | 62         | 8.501.159         | 5.870.275         | 40,8                  | 7.440.211         | 5.150.333         |
| Transportes - Rodovias            | 14         | 1.384.021         | 894.903           | 7,0                   | 1.384.021         | 894.903           |
| Turismo                           | 15         | 683.383           | 478.368           | 3,3                   | 618.501           | 432.951           |
| Património Histórico/Cultural     | 18         | 7.355.538         | 5.136.519         | 35,3                  | 6.708.419         | 4.693.750         |
| <b>Total</b>                      | <b>161</b> | <b>20.845.741</b> | <b>14.378.486</b> | <b>100,0</b>          | <b>18.932.852</b> | <b>13.081.461</b> |

A melhoria da qualidade de vida das populações residentes inclui domínios como as acessibilidades, que muito têm contribuído para a articulação e estruturação territorial dos espaços de intervenção, o ambiente e os equipamentos de recreio, desporto e lazer que, no seu conjunto, representam 13,3% do investimento aprovado.

Projectos ligados a sectores como a cultura, o apoio ao desenvolvimento regional/local e o fomento de actividades turísticas, merecem referência específica pelo facto de se enquadrarem predominantemente no domínio do imaterial, e mais residualmente no apoio directo à iniciativa privada. Apesar do exíguo valor financeiro que envolvem (11% do investimento aprovado) constituem exemplos emblemáticos de intervenção, face às parcerias que proporcionaram entre empreendedores locais, municípios e associações de desenvolvimento.

## Distribuição Sectorial do Investimento Homologado e Executado





Referência específica deve ser feita às micro-iniciativas de natureza empresarial, no sector do turismo, que complementam e reflectem o impacto do investimento público realizado e, têm vindo a disponibilizar serviços, tanto, na área do alojamento como na promoção de produtos locais, com significado já relevante ao nível da criação de postos de trabalho.

No seu conjunto, os domínios referidos têm privilegiado o envolvimento das populações, residentes, no processo de dinamização e promoção dos territórios, na disponibilização de competências técnicas, a nível local, e na animação e promoção daqueles espaços por forma a afirmar a importância de novos factores de competitividade, a nível local e regional, permitindo, em simultâneo, divulgar metodologias inovadoras na abordagem ao desenvolvimento das áreas de baixa densidade.

#### *Distribuição territorial do investimento aprovado*

A territorialização do investimento aprovado, nesta Acção Integrada de Base Territorial, resulta dos objectivos e do carácter selectivo, que presidiu à implementação das suas Linhas de Acção, em estreita correlação com os efeitos que se pretendem alcançar com a valorização dos espaços menos competitivos da Região Centro. Assim, para além do projecto mobilizador, que tem sido a Rede das Aldeias Históricas, foram formalizadas outras redes de micro intervenções capazes de protagonizar o envolvimento de recursos e actores e de produzir efeitos demonstrativos, particularmente, no Interior da Região que concentra 98,1% da despesa pública homologada.

#### **IV. Distribuição geográfica do investimento aprovado**

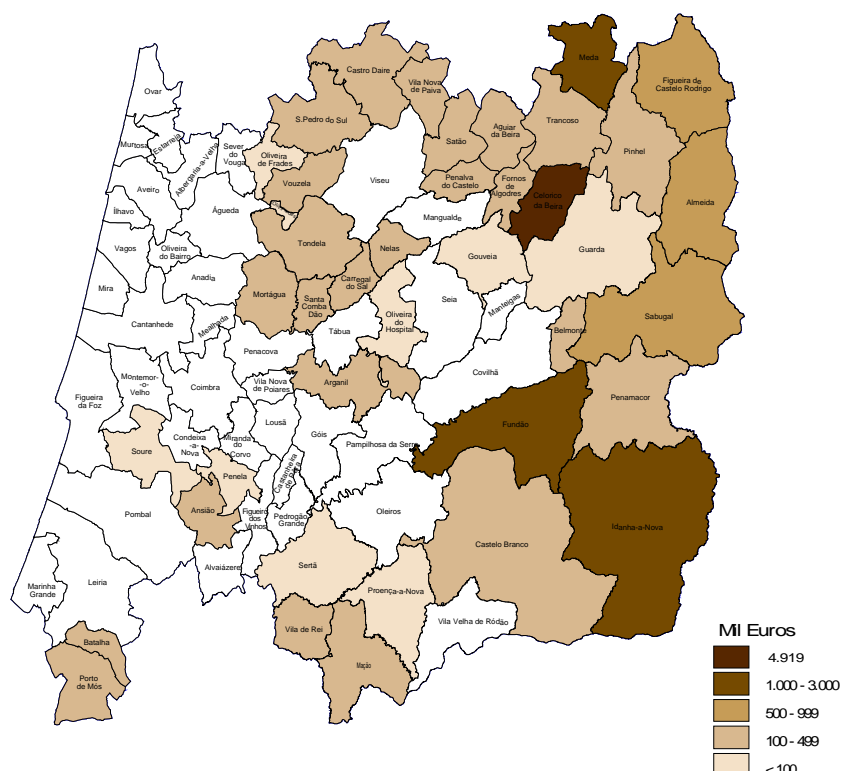
| Unidade: Euros         |            |                   |                   |                   |                             |               |
|------------------------|------------|-------------------|-------------------|-------------------|-----------------------------|---------------|
| NUT III                | Nº Proj.   | Custo total       | D. Pública        | Fundo             | Incidência<br>(Custo total) |               |
|                        |            |                   |                   |                   | %                           | por habitante |
| Baixo Mondego          | 1          | 66.229            | 66.229            | 46.361            | 0,3                         | 0,2           |
| Pinhal Litoral         | 4          | 337.653           | 337.653           | 236.357           | 1,6                         | 1             |
| Pinhal Interior Norte  | 13         | 921.390           | 921.390           | 603.236           | 4,4                         | 7             |
| Dão Lafões             | 27         | 2.693.225         | 2.693.225         | 1.836.734         | 13,0                        | 9             |
| Pinhal Interior Sul    | 4          | 448.525           | 448.525           | 299.803           | 2,2                         | 10            |
| Serra da Estrela       | 5          | 289.786           | 289.786           | 190.741           | 1,4                         | 6             |
| Beira Interior Norte   | 60         | 9.611.108         | 9.301.497         | 6.458.362         | 46,3                        | 84            |
| Beira Interior Sul     | 22         | 3.612.041         | 3.612.041         | 2.528.429         | 17,4                        | 46            |
| Cova da Beira          | 25         | 3.175.395         | 3.175.395         | 2.178.463         | 15,3                        | 34            |
| Litoral                | 5          | 403.882           | 403.882           | 282.718           | 1,9                         | 0,4           |
| Interior               | 156        | 20.751.470        | 20.441.859        | 14.095.769        | 98,1                        | 26            |
| <b>Total da Medida</b> | <b>161</b> | <b>21.155.353</b> | <b>20.845.741</b> | <b>14.378.486</b> | <b>100,0</b>                | <b>12</b>     |

A Beira Interior Norte detém o maior número de projectos, a parcela mais significativa de investimento e a capitação mais elevada, o que se relaciona directamente com as sete Aldeias Históricas e os cinco Centros Rurais, ali localizados, cuja dinâmica de participação e envolvimento é observável nas respectivas execuções física e financeira. De referir, também, a mobilização empresarial registada naquela NUT, onde se implantam seis iniciativas de dinamização económica que, estão na base dos valores diferenciados entre custo total e despesa pública dos projectos aprovados. Castelo Rodrigo, Linhares da Beira e Marialva são as Aldeias Históricas que demonstraram maior capacidade empreendedora, correspondendo positivamente

ao esforço público, realizado, e ao desafio da diversificação das economias locais e da criação de emprego.

A Beira Interior Sul e a Cova da Beira destacam-se por serem duas NUT onde coexistem intervenções das três Linhas de Acção, propiciando a sua interação e uma leitura integrada do respectivo funcionamento. Aquelas duas NUT e o Dão Lafões, não tendo sido alvo de nenhuma intervenção, específica, de valorização territorial têm beneficiado de um estímulo significativo, no âmbito desta AIBT.

### Distribuição Geográfica do Investimento Aprovado

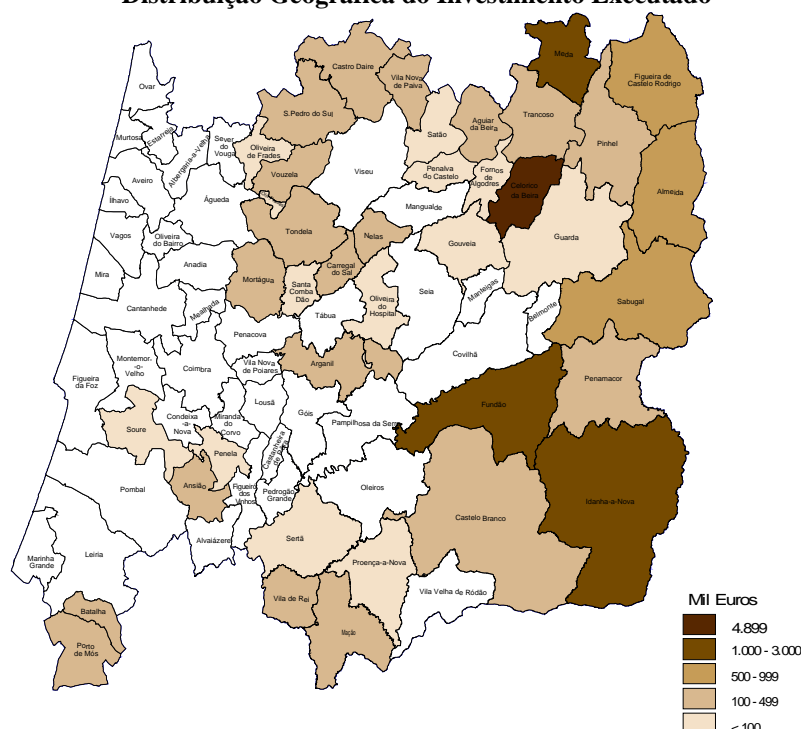


Assim, a intensidade de investimento verificada na Cova da Beira e Beira Interior Sul prende-se, fundamentalmente, às quatro Aldeias Históricas ali localizadas (Belmonte, Castelo Novo, Idanha-a-Velha e Monsanto), já que os níveis de investimento nos Centros Rurais e Contratos de Aldeia têm idêntica expressão financeira aos localizados no Dão Lafões. Aquelas duas Linhas de Acção permitiram dar um sinal de discriminação positiva, a territórios com elevado potencial de mobilização, sinalizando espaços e aglomerados que, face às dinâmicas que encerram em planos diferenciados, poderão desempenhar a nível subregional um papel mobilizador dos territórios com menos capacidade de afirmação e competitividade.

As Nut(s) do Pinhal Interior Norte e Sul, onde se localizam três Centros Rurais, cuja representação financeira não é relevante, em termos de aprovações, são unidades territoriais em que o investimento por habitante apresenta já algum significado, tendo em conta o seu efeito cumulativo com a AIBT específica deste território.

No que respeita ao ritmo de execução são os concelhos da Beira Interior Norte e Sul e Cova da Beira que mais têm contribuído para a despesa total apresentada, em estreita correlação com os valores aprovados.

### Distribuição Geográfica do Investimento Executado



A distribuição territorial das aprovações e execuções reflectem o comportamento financeiro na Medida tanto na vertente de aprovações como de execuções.

#### Indicadores de acompanhamento

Os sete indicadores de acompanhamento definidos, no Complemento de Programação, cobrem as situações que se previam como mais específicas da Medida II.3 e que, face ao desenvolvimento da AIBT, se têm revelado ajustados não apenas aos objectivos enunciados, mas ainda às necessidades de valorização dos aglomerados seleccionados. Registam-se aprovações e execuções em todos os indicadores inicialmente considerados, tendo sido a sua quantificação ajustada, em sede da reprogramação aprovada no PO-Centro em 2004, face às dinâmicas reais verificadas.

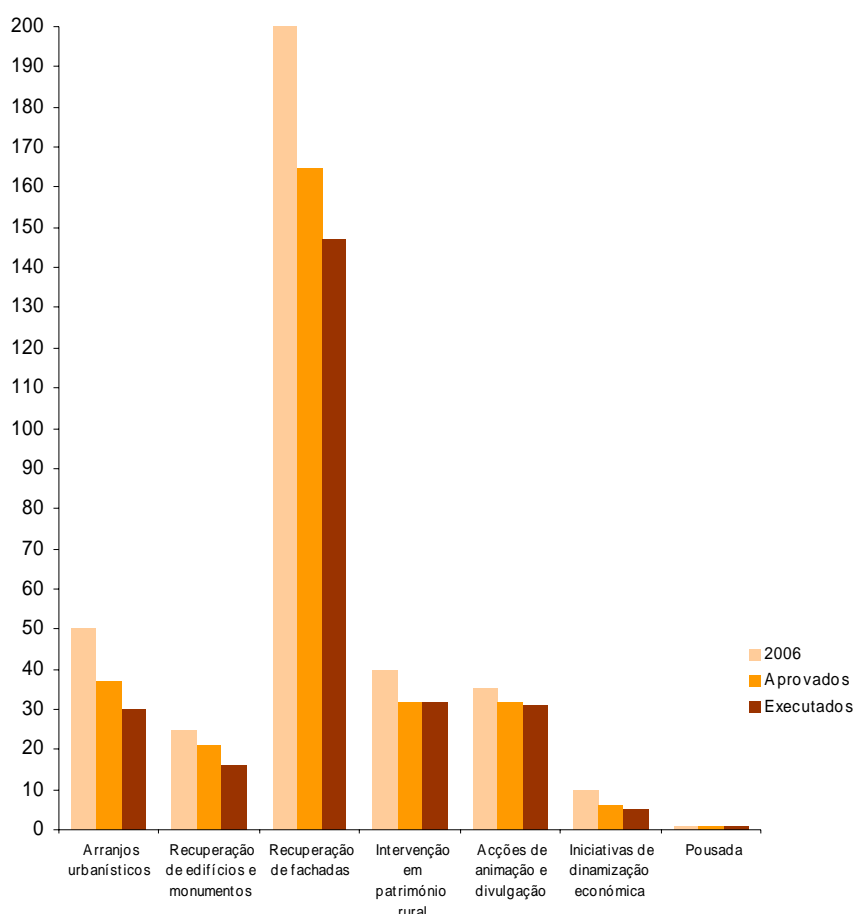
#### V. Indicadores de acompanhamento - Situação 31/12/2005

| Indicador Físico                             | Unidade | Quantificação |                         |          |
|--|---------|---------------|-------------------------|----------|
|  |         | Previsto      | Resultados (31-12-2005) |          |
|  |         | 2006          | Proj. aprov.            | Execução |
| - Arranjos urbanísticos                      | nº      | 50            | 37                      | 30       |
| - Recuperação de edifícios e monumentos      | nº      | 25            | 21                      | 16       |
| - Recuperação de fachadas                    | nº      | 200           | 165                     | 147      |
| - Intervenções em património rural           | nº      | 40            | 32                      | 32       |
| - Acções de animação e divulgação            | nº      | 35            | 32                      | 31       |
| - Iniciativas de dinamização económica       | nº      | 10            | 6                       | 5        |
| - Pousada                                    | nº      | 1             | 1                       | 1        |
| - Acções de apoio ao desenvolvimento local   | nº      |               | 13                      | 13       |
| - Redes de abastecimento de água remodeladas | ml      |               | 8,27                    | 7,02     |
| - Rede viária municipal beneficiada          | Km      |               | 24,9                    | 24,9     |
| - Equipamentos de Lazer Desp. e Recreio      | Nº      |               | 6                       | 5        |

Foram, também, aprovados e encontram-se em fase final de execução projectos que, embora enquadráveis nas tipologias enunciadas nas Linhas de Acção, não foram considerados específicos da Medida: é o caso das acções de apoio ao desenvolvimento local, das redes viária municipal e de abastecimento de água, bem como dos equipamentos de lazer e recreio. São intervenções de qualificação do quadro de vida local cuja expressão financeira não sendo relevante, justificam a respectiva implementação pelo facto de garantirem complementaridade e sustentabilidade a projectos de carácter estruturante.

Em Dezembro de 2005 encontravam-se física e financeiramente concluídos 127 dos 161 projectos aprovados, registando-se mais 16 situações em que a conclusão física já ocorreu sem que se tenha procedido ao respectivo encerramento financeiro.

### Indicadores de Acompanhamento - Situação a 31.12.2005



Em 2005 foi aprovada mais uma iniciativa de dinamização económica, a acrescer às cinco que já se encontravam em curso, contribuindo desta forma para a consolidação da sustentabilidade global das intervenções. Duas daquelas unidades ligam-se à promoção de artesanato e gastronomia tradicional, sendo as restantes, quatro, unidades de Turismo em Espaço Rural na modalidade de Casa de Campo, que já se encontram fisicamente concluídas e proporcionam um

acréscimo de treze quartos na capacidade de alojamento das Aldeias Históricas. Encontram-se sistematizados outro tipo de indicadores, que não sendo de acompanhamento físico permitem a monitorização da afirmação desta AIBT, em particular na Linha de Acção - Aldeias Históricas. É o caso dos registos de visitas aos respectivos Postos de Turismo que desde de 2003 registam uma procura crescente e sempre superior a 200 mil visitantes, no conjunto da Rede. Tratando-se de um destino e produto turístico, que se encontra em afirmação e cujo perfil é, ainda, eminentemente nacional, os valores referidos indiciam uma abertura de oportunidade a explorar, face ao impacto na revitalização social e económica das Aldeias e ao contributo que proporcionam na respectiva divulgação.

#### *Indicadores de resultado*

Foi seleccionado como indicador de resultado na Medida II.3 a população rural (%), abrangida por intervenções que contribuíssem para a dinamização económica e social das Aldeias e dos Centros Rurais, cuja previsão quantitativa aponta para 12,8%, do total estimado para Região, no final do período de programação (2006).

#### **VI. Indicadores de resultado - Situação 31/12/2005**

| Indicador Resultado   | Unidade | Quantificação  |       |                         |          |
|---|---------|----------------|-------|-------------------------|----------|
|   |         | Previsto em CP |       | Resultados (31-12-2005) |          |
|   |         | 2003           | 2006  | Proj. aprov.            | Execução |
| %Pop.rural abrangida por interv. Dinam. Econ. e social das aldeias e centros rurais | %       | 4,0%           | 12,8% | 12,9%                   | 11,9%    |

Tendo em conta os projectos aprovados e a respectiva localização, verifica-se que em 2005 se encontra beneficiada 12,9% da população rural, estimada para a Região na situação de partida, sendo de 11,9% a que está já abrangida por projectos, fisicamente, concluídos em 31 de Dezembro de 2005.

#### **4. Medida II.4 - Acção Integrada “Turismo e Património do Vale do Côa”**

##### *Enquadramento*

A Medida 2.4 – Acção de Base Territorial “Turismo e Património do Vale do Côa” sucede ao Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa (PROCÔA) implementado no âmbito do QCA II. Incidindo sobre um território raiano, tem como área de intervenção dez concelhos: Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada-à-Cinta, Mêda, Mogadouro, Pinhel, Sabugal, Torre de Moncorvo, Trancoso e Vila Nova de Foz Côa. Profundamente ruralizados, com défices infraestruturais significativos e estrangulamentos diversos ao nível económico onde a capacidade de investimento endógeno é extremamente limitada, estes concelhos apresentam, contudo, potencialidades e recursos, nomeadamente os relacionados com o seu património histórico/cultural e com a sua paisagem, que importa valorizar.

O reconhecimento mundial da valia dos recursos histórico-patrimoniais, que a área do Vale do Côa encerra, é razão determinante para a implementação desta Acção Integrada que tem como objectivos específicos a preservação e valorização do património natural e cultural, a qualificação e equipamento dos aglomerados urbanos e rurais, por forma a integrarem um produto turístico diversificado e complementar, bem como a promoção e dinamização de actividades turístico-culturais.

A Medida revela uma temática de abordagem relacionada com as potencialidades de desenvolvimento económico e social deste território, criadas com a revelação do notável património arqueológico do Vale do Côa. A definição estratégica alicerçou-se neste recurso, sugerindo a criação de uma malha de investimentos que permita desenvolver a actividade turística como um novo pilar de sustentabilidade social e económica, alternativo à agricultura.

Os investimentos realizados no período de 2000/2005 têm sido fundamentalmente em projectos de requalificação urbana, equipamentos na área social/cultural e na dinamização de iniciativas acções de animação, divulgação e promoção do território da Acção Integrada.

Investimentos na formação dos recursos humanos, tem sido, também e de uma forma complementar, uma das vertentes de intervenção da AIBT. Numa perspectiva de intervenção que se pretende integrada, foi adoptada uma atitude mais pró-activa, na dinamização da procura da Medida 2.8 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social, tendo surgido novas iniciativas de formação, de que se destaca, pela convergência e complementaridade apresentada com intervenções financiadas pelo FEDER, a associada ao termalismo.

#### *Candidaturas apreciadas*

Considerando o período de programação desde o início do QCA III até 31 de Dezembro de 2005, a Acção Integrada “Turismo e Património no Vale do Côa” acolheu para financiamento 72 candidaturas, 12 das quais obtiveram parecer favorável da Unidade de Gestão e posterior homologação durante o ano de 2005. Destas 12 candidaturas 7 incidiram nas designadas “Aldeias/Portas de entrada do Vale do Côa”. São 13 os núcleos escolhidos (distribuídos por 7 dos concelhos da AIBT), nos quais se procurar apoiar, criando efeitos multiplicadores no domínio das actividades do turismo e valorização do património, acções que concorram para a valorização da imagem dos aglomerados rurais, seu património e práticas culturais, através de iniciativas de recuperação de imóveis ou equipamentos tradicionais e arranjos urbanísticos. Estas intervenções visam a criação de um produto turístico gerador de actividades complementares à agricultura.

Dois outros projectos aprovados estão relacionados com Sistema de Incentivos da AIBT do Vale do Côa, no âmbito do sistema minimis. Embora se tenham verificados atrasos na regulamentação do sistema de incentivos a Coordenação da Medida procurou e estimulou que os projectos sujeitos à apreciação estivessem relacionados com a componente da qualificação e alargamento da oferta turística, pelo carácter prioritário que revela para qualquer estratégia de desenvolvimento turístico, sendo de destacar nesse âmbito as três unidades de TER apoiadas e duas de restauração.

Dos três grandes projectos relacionados com os pólos termais, projectos “âncora” desta AIBT, apenas o de Longroiva, no Município de Mêda, foi submetido à Unidade de Gestão de 13/12/2005. Os pólos termais de Fonte Santa no Município de Almeida e Cró no Município de Sabugal, que por razões processuais ainda não foram submetidos à estrutura de Gestão, apenas no ano 2006 reunirão as condições para serem apresentadas.

## Candidaturas Entradas e Apreciadas - Situação em 31/12/2005

| Medida II.4<br>Linha de<br>Acção                                  | Entrad.   | Decididas em UG  |                      | Apreciadas em<br>UG e em fase de<br>Audiência<br>Prévia | Decididas<br>(Homologadas) |             |
|---|-----------|------------------|----------------------|---|----------------------------|-------------|
|   |           | Parecer<br>Desf. | Parecer<br>Favorável |   | Aprovadas                  | Indeferidas |
| LA1 - Valorização do Parque<br>Arqueológico do Vale do Côa        | 4         |                  | 4                    |   | 4                          |             |
| LA2 - Promoção do Desenvol. Turístico                             | 22        |                  | 22                   |   | 22                         |             |
| LA3 - Reabilitação dos Aglomerados e<br>Recuperação do Património | 21        |                  | 21                   |   | 21                         |             |
| LA4 - Dinamização Económica e Social                              | 25        |                  | 25                   |   | 25                         |             |
| <b>Total da Medida</b>  | <b>72</b> |                  | <b>72</b>            |   | <b>72</b>                  |             |

A linha de acção 4 relacionada com a dinamização económica e social, no conjunto da 4 linhas de acção que integram a medida, é aquela que mais projectos acolheu e aprovou, o que traduz a necessidade deste tipo de iniciativas que este território apresenta. Tratando-se de um território periférico, face aos que apresentam maiores dinamismos económicos e sociais, é caracterizado por uma insuficiente base produtiva, ausência de oferta de emprego que fixem a população, sobretudo a mais jovem, e, também, ausência de iniciativas empresariais que valorizem os recursos endógenos existentes e que urge potenciar, nomeadamente os relacionados com o património. Esta linha de acção constitui, pelos constrangimentos apontados, um importante contributo para que este território encete um processo de desenvolvimento que atenua a perifericidade que o caracteriza.

A linha de acção 2 - “Promoção do Desenvolvimento Turístico” e linha de acção 4 - “Reabilitação dos Aglomerados e Recuperação do Património” merecem também destaque pelo número de candidaturas que acolheram. A linha de acção 2, pelo número de candidaturas aprovadas, confirma e reforça a orientação estratégica desta AIBT. Assim, o património assume-se como elemento estratégico de desenvolvimento desta região e o turismo Cultural como o principal veículo da sua valorização. Na linha de acção 3 merecem destaque os projectos que incidem sobre as “Aldeias/portas de entrada do Côa”.

No ano de 2005 foram aceites e aprovados 12 projectos, com montante global de Despesa Publica, homologado, de 5.871.521€ e fundo 4.110.065€.

### Execução

A actividade desenvolvida pela Coordenação da AIBT centrou-se, fundamentalmente, em assegurar níveis de execução dos projectos aprovados que permitissem melhorar o desempenho global da medida. Este desempenho tem sido fortemente condicionado pelo facto de importantes projectos “âncora” previstos serem financiados pela AIBT, e que envolvem importantes montantes financeiros, ainda não terem sido apresentados à estrutura de gestão para análise. O Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa é disso o melhor exemplo. Pela importância financeira que esses projectos apresentam, a Coordenação da AIBT desenvolveu um conjunto de iniciativas visando a submissão à estrutura de gestão dos projectos “âncora” que ainda não foram apresentados para análise e posterior aprovação.

Conforme já foi salientado, dos três grandes projectos relacionados com os pólos termais, projectos “âncora” desta AIBT, apenas o de Longroiva, no Município de Mêda, foi submetido à Unidade de Gestão, não tendo apresentado, contudo, qualquer execução financeira durante o ano de 2005. Os pólos termais de Fonte Santa no Município de Almeida e Cró no Município de Sabugal, não foram submetidos à estrutura de Gestão durante o ano de 2005.

Se estes projectos do termalismo são importantes para que sejam alcançados os objectivos definidos para esta AIBT, particularmente os associados à promoção do desenvolvimento turístico através do aproveitamento dos recursos termais e respectiva infraestruturação com vista à sua divulgação e promoção, é fundamental que se concretize a construção do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa. O ano de 2005 foi, a este propósito, um ano em que avanços significativos foram dados, embora sem resultados práticos no que diz respeito à apresentação da candidatura à gestão do PO. Quer isto dizer, que embora esteja em marcha todo um complexo processo para a concretização do museu – actualmente está na fase de projecto de execução, cumprida que foi a fase de anteprojecto –, o processo ainda se encontra num estadió que inviabiliza, por ora, a formalização da respectiva candidatura à Coordenação da AIBT. Durante o ano de 2005 foram realizadas reuniões entre os gestores dos PO Centro e PO Cultura, com o propósito de clarificar a “engenharia financeira” para a execução do Museu, bem como quais os compromissos a assumir pelas partes envolvidas. Para isso foi elaborado um projecto de protocolo a ser celebrado entre as duas tutelas.

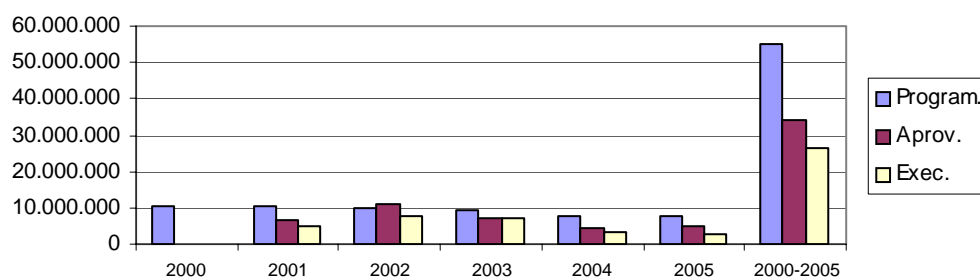
Pela importância financeira que este projecto assume na programação financeira da medida, os atrasos verificados no seu arranque têm tido implicações severas quer nos montantes aprovados, quer, consequentemente, nos montantes executados. Uma vez aprovado, tal permitirá uma alavancagem na taxa de execução da Medida, para além de se concretizar um dos principais objectivos da AIBT, que contribuirá, inevitavelmente, para o desenvolvimento sustentado deste território através do Turismo/ Cultural.

#### Medida II.4 - Aprovações e Execução Financeira - Situação a 31 de Dezembro de 2005

Unidade: euros

| Ano                      | Programação       |                   | Aprovações        |                   | Execução          |                   | Taxas(%)    |             |             |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | A/Prog      | Exc./Prog   | Exec./A     |
| 2000                     | 10.551.876        | 7.386.388         | 0                 | 0                 | 0                 | 0                 | 0,0         | 0,0         | 0,0         |
| 2001                     | 10.194.640        | 7.136.320         | 6.472.442         | 4.516.110         | 4.720.643         | 3.304.450         | 63,5        | 46,3        | 72,9        |
| 2002                     | 9.832.333         | 6.882.703         | 11.083.767        | 7.753.352         | 7.941.015         | 5.552.081         | 112,7       | 80,8        | 71,6        |
| 2003                     | 9.603.836         | 6.722.753         | 6.987.141         | 4.890.998         | 7.191.676         | 5.023.364         | 72,8        | 74,9        | 102,9       |
| 2004                     | 7.443.838         | 5.210.739         | 4.614.606         | 3.230.224         | 3.317.653         | 2.322.357         | 62,0        | 44,6        | 71,9        |
| 2005                     | 7.654.661         | 5.358.317         | 5.200.465         | 3.640.325         | 2.982.359         | 2.087.652         | 67,9        | 39,0        | 57,3        |
| 2000-2005                | 55.281.184        | 38.697.220        | 34.358.421        | 24.031.010        | 26.153.347        | 18.289.905        | 62,2        | 47,3        | 76,1        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>63.120.794</b> | <b>44.185.001</b> | <b>40.117.727</b> | <b>28.062.524</b> | <b>26.153.347</b> | <b>18.289.905</b> | <b>63,6</b> | <b>41,4</b> | <b>65,2</b> |

#### Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução - Medida 2.4



Tal como é referido na actualização da avaliação intercalar efectuada ao Programa Operacional do Centro, a apreciação do ritmo de execução da Medida reflecte o facto da programação não ter sido ajustada ao carácter inovador e experimental, evoluindo progressivamente e permitindo



que numa fase inicial a gestão pudesse concentrar o seu esforço na selecção de prospecção de projectos de excelência. Também a transversalidade de políticas públicas, essencial no quadro da AIBT, ficou marcada pela incapacidade da administração central avançar com o projecto do Museu de arte e Arqueologia do Vale do Côa, como já foi mencionado, elemento central e estruturante do desenvolvimento turístico deste território. Esta situação afectou de forma extremamente negativa o desempenho financeiro da medida.

#### *Linhas de Acção e Sectores apoiados – Aprovações e execução*

Apesar da Linha de Acção 4 – Dinamização Económica e Social ser a que mais projectos viu aprovado, é contudo a Linha de Acção 2 – Promoção do Desenvolvimento Turístico a que tem associada um maior compromisso financeiro, bem como um nível de execução mais elevado, representando 58% do total executado. Significa que uma das componente da estratégia definida para a AIBT está a ser consistentemente implementada. Todavia, embora a estratégia seguida tenha sido estruturada em torno de quatro Linhas de Acção, a Linha de Acção “Valorização do Parque Arqueológico do Vale do Côa” assume um papel central enquanto que as restantes três são complementares. Como o Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa é um projecto que irá ser incluído nesta Linha de Acção, percebe-se porque razão os montantes aprovados e executados apresentam valores reduzidos.

#### **Aprovações e Execução Financeira por Linha de Acção - Situação em 31/12/2005**

Unidade: Euros

| Linha de Acção   | Aprovações |                   |                   |               | Execução (2000-2005) |                   |
|--|------------|-------------------|-------------------|---------------|----------------------|-------------------|
|  | Nº Proj.   | D. Pública        | Fundo             | % (D.Pública) | D. Pública           | Fundo             |
| LA1 - Valorização do Parque Arqueológico do Vale do Côa        | 4          | 939.534           | 657.674           | 2,34          | 786.629              | 550.641           |
| LA2 - Promoção do Desenvol. Turístico                          | 22         | 23.367.498        | 16.357.249        | 58,29         | 15.415.789           | 10.791.052        |
| LA3 - Reabilitação dos Aglomerados e Recuperação do Património | 21         | 10.835.419        | 7.584.793         | 27,03         | 7.327.539            | 5.129.278         |
| LA4 - Dinamização Económica e Social                           | 25         | 4.975.275         | 3.462.807         | 12,34         | 2.623.389            | 1.818.935         |
| <b>Total</b>   | <b>72</b>  | <b>40.117.727</b> | <b>28.062.524</b> | <b>100</b>    | <b>26.153.347</b>    | <b>18.289.905</b> |

#### **Distribuição Sectorial das Aprovações - Situação em 31/12/2005**

Unidade: Euros

| Sector                        | Aprovações |                   |                   |                | Execução (2000-2005) |                   |
|-------------------------------|------------|-------------------|-------------------|----------------|----------------------|-------------------|
|                               | Nº Proj.   | D. Pública        | Fundo             | % (D. Pública) | D. Pública           | Fundo             |
| AMBIENTE - Protecção Amb.     | 1          | 20.926            | 14.648            | 0,1            | 20.926               | 14.648            |
| APOIO AO DES. REGIONAL        | 15         | 5.330.535         | 3.711.490         | 13,3           | 5.254.246            | 3.660.534         |
| CULTURA                       | 9          | 8.609.238         | 6.026.466         | 21,5           | 7.090.558            | 4.963.391         |
| RECREIO E LAZER               | 4          | 3.095.369         | 2.166.758         | 7,7            | 1.203.774            | 842.642           |
| INTEGRAÇÃO SOCIAL             | 1          | 203.102           | 142.172           | 0,5            | 203.102              | 142.172           |
| PATRIMÓNIO HISTÓRICO/CULTURAL | 7          | 2.260.397         | 1.582.278         | 5,6            | 1.949.403            | 1.364.582         |
| REVITALIZAÇÃO URBANA          | 13         | 8.172.745         | 5.720.922         | 20,4           | 4.994.290            | 3.496.003         |
| TRANSPORTES - Rodov.          | 5          | 2.295.414         | 1.606.789         | 5,7            | 878.995              | 615.296           |
| TURISMO                       | 17         | 10.130.000        | 7.091.000         | 25,3           | 4.558.052            | 3.190.637         |
| <b>Total</b>                  | <b>72</b>  | <b>40.117.727</b> | <b>28.062.524</b> | <b>100</b>     | <b>26.153.347</b>    | <b>18.289.905</b> |

O investimento efectuado no sector da Revitalização Urbana corresponde a 20% dos montantes aprovados em termos de despesa pública. No sector do Ambiente apenas se regista uma aprovação até 31/12/2005. A Medida enquadra projectos relacionados com a optimização sustentável dos recursos com vista a criar efeitos multiplicadores designadamente nas áreas do turismo e valorização do património. Estas duas áreas são responsáveis por 30% dos montantes aprovados, o que denota a importância destas áreas. Os projectos associados ao desenvolvimento turístico são responsáveis por um impacto positivo significativo ao nível da potenciação dos recursos existentes e, consequentemente, na melhoria do quadro de vida local.

#### Indicadores de acompanhamento – Situação a 31/12/2005

| Indicador Físico                                | Unidade | Quantificação  |                         |          |
|---|---------|----------------|-------------------------|----------|
|   |         | Previsto em CP | Resultados (31-12-2005) |          |
|   |         | 2006           | Proj. aprov.            | Execução |
| Museu arqueológico                              | nº      | 1              | 0                       | 0        |
| Equipamentos culturais, turismo e lazer         | nº      | 6              | 17                      | 8        |
| Infraestruturas básicas e arranjos urbanísticos | nº      | 20             | 15                      | 5        |
| Recuperação de edifícios e monumentos           | nº      | 6              | 10                      | 7        |
| Iniciativas de dinamização económica            | nº      | 10             | 7                       | 3        |
| Acções de animação, divulgação e promoção       | nº      | 10             | 4                       | 3        |
| Encontros científico-culturais                  | nº      | 6              | 1                       | 1        |
| Organização e participação em feiras e amostras | nº      | 20             | 12                      | 11       |
| Estradas regionais/locais (*)                   | km      | 0              | 18,15                   | 1,7      |
| Estudos/projectos (*)                           | nº      | 0              | 3                       | 3        |

(\*) Não previsto em CP

#### Incidência territorial do investimento aprovado

A “leitura” da distribuição Geográfica do Investimento aprovado, no caso específico da Medida “Turismo e Património no Vale do Côa, tem que levar em linha de conta que 4 dos 10 concelhos, que integram a AIBT, fazem parte da NUT II - Região Norte e que por sua vez integram duas NUT III - Douro (Freixo de Espada-à-Cinta, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa) e Trás-os-Montes (Mogadouro).

Dos 72 projectos, 47 (53,3%) incidem sobre o território dos 6 concelhos desta AIBT que integram a Beira Interior Norte; 18 projectos (33,1%) nos três concelhos da NUT III Douro e 4 projectos (12%) na NUT Trás-os-Montes.

#### Distribuição geográfica do investimento aprovado – situação a 31/12/2005

| NUT III                | Projectos Aprovados |                   |                   |                   | Incidência (Custo total) |          |
|------------------------|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------------|----------|
|                        | Nº Proj.            | Custo total       | D. Pública        | Fundo             | %                        | por hab. |
|                        |                     |                   |                   |                   |                          |          |
| Beira Interior Norte   | 47                  | 21.536.659        | 21.212.267        | 14.836.084        | 53,3                     | 187,5    |
| Douro (*)              | 18                  | 13.405.708        | 13.405.708        | 9.383.996         | 33,1                     |          |
| Trás-os-Montes (*)     | 4                   | 4.854.814         | 4.854.814         | 3.398.370         | 12,0                     |          |
| Não Regionalizável     | 3                   | 644.937           | 644.937           | 444.074           | 1,6                      |          |
| Litoral                | 0                   | 0                 | 0                 | 0                 | 0                        |          |
| Interior               | 69                  | 39.797.181        | 39.472.789        | 27.618.450        | 100                      |          |
| <b>Total da Medida</b> | <b>72</b>           | <b>40.442.118</b> | <b>40.117.727</b> | <b>28.062.524</b> | <b>100</b>               |          |

(\*) Região Norte

A territorialidade dos investimentos da Medida 2.4 foi tem vindo a ser definida pela concretização da estratégia de fundo da AIBT e pela focalização dos recursos territoriais a serem valorizados, e não pela distribuição equitativa da dotação financeira das autarquias. A selectividade da localização do investimento, consoante o seu contributo para a estratégia, é manifestamente positiva e reflecte um avanço na mobilização dos actores locais para a necessidade e bondade de uma lógica de intervenção supra-municipal. Nessa medida, a AIBT revela um salto qualitativo face à intervenção definida no QCA II, na medida em que é mais selectiva e focalizada, visando a competitividade territorial e apoiando-se, de modo adequado, na valorização e qualificação dos recursos.

## **5. Medida II.5 - Acção Integrada de Base Territorial da “Serra da Estrela”**

### *Enquadramento*

Ao longo de 2005, agravaram-se as tendências recessivas da situação económica na área de intervenção, que recorde-se integra os concelhos de Aguiar da Beira, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Oliveira do Hospital e Seia, com o consequente aumento do desemprego e a redução do consumo interno.

Embora se comece a perspectivar alguma inflexão da situação, a preocupação prioritária de qualquer intervenção neste território, deverá ser a de garantir condições de competitividade da economia. Competitividade que só poderá ser assegurada, pela melhoria da produtividade e inovação. Tal melhoria só poderá ser alcançada, com significativa qualificação dos recursos humanos. A preocupação manifestada em final de 2004, com o nível de execução da Medida 2.8 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social, teve bom acolhimento no ano de 2005, no território da área de intervenção da AIBT Serra da Estrela, onde surgiram um número significativo de candidaturas de formação e qualificação profissional, (10) com enquadramento nos domínios prioritários da Medida.

Verificou-se em 2005, a conclusão dos trabalhos de elaboração pela Universidade da Beira Interior, do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo na Serra da Estrela, apoiado no âmbito da Medida 2.5 e que contou com o envolvimento e a participação dos agentes e intervenientes do sector turístico da região. O crescimento significativo nos últimos cinco anos da capacidade hoteleira da região, que se traduziu num salto quantitativo e qualitativo do destino turístico Serra da Estrela, justifica que um tal plano deva constituir um importante instrumento de orientação estratégica para o sector, com vista a ajustar a oferta, às tendências da procura e possa atenuar um abrandamento do crescimento turístico, face à diminuição do consumo interno.

De assinalar, que a publicação já no final do ano de 2004, do Despacho nº27 015/2004 de 28/12, que veio regulamentar o Sistema de Incentivos à Acção Integrada de Desenvolvimento da Serra da Estrela, permitiu o lançamento da 1ª Fase do apoio da Medida à dinamização e animação do tecido económico, através de projectos a desenvolver pela iniciativa privada no âmbito de unidades de alojamento e de empresas de animação turística, bem como de estabelecimentos de restauração, e de artesanato.

### *Candidaturas apreciadas*

Face ao nível de comprometimento da Medida, foram apenas analisadas, durante o ano de 2005, duas candidaturas que tiveram parecer favorável da Unidade de Gestão e foram aprovadas. Com

as 59 aprovadas até 2004, perfaz-se um total de 61 candidaturas homologadas. No âmbito do Sistema de Incentivos à Acção Integrada de Desenvolvimento da Serra da Estrela, foram analisadas dez candidaturas apresentadas, das quais seis mereceram apreciação favorável da Unidade de Gestão e aguardam aprovação. Das restantes quatro, três não responderam às exigências documentais solicitadas para poderem ser aceites e foram arquivadas e uma aguarda parecer favorável da Direcção Regional de Economia, para poder vir a ser considerada.

#### Candidaturas Entradas e Apreciadas - Situação em 31/12/2005

| Linha de Acção  | Nº de Candidaturas |                      |                   |  |                         |             |
|-----------------|--------------------|----------------------|-------------------|--|-------------------------|-------------|
|                 | Entradas           | Decididas em UG      |                   | Apreciadas em UG e em fase de Audiência Prévia | Decididas (Homologadas) |             |
|                 |                    | Parecer Desfavorável | Parecer Favorável |  | Aprovadas               | Indeferidas |
| LA 1            | 5                  |                      | 5                 |  | 5                       |             |
| LA 2            | 12                 |                      | 12                |  | 12                      |             |
| LA 3            | 8                  | 1(*)                 | 7                 |  | 7                       |             |
| LA 4            | 25                 | 3(*)                 | 22                |  | 16                      |             |
| LA 5            | 4                  | 1(*)                 | 3                 |  | 3                       |             |
| LA 6            | 19                 | 1                    | 18                |  | 18                      | 1           |
| S/ Linha Acção  | 6                  |                      |                   |  |                         |             |
| Total da Medida | 79                 | 6                    | 67                |  | 61                      | 1           |

(\*) retiradas pelos promotores/arquivadas

#### Execução

No que respeita à execução, a taxa do executado sobre o programado para o período de 2000-2005, manteve-se consolidada no patamar de 84 %. Depois de em 2003 e 2004, tal taxa se ter situado numa média desses dois anos de 150%, abrandou sensivelmente em 2005, não tendo ultrapassado neste ano os 83,3%. Se no entanto, metade da excepcional execução de Janeiro de 2006, que atingiu cerca de 30% do programado para 2006, se tivesse verificado em Dezembro de 2005, como deveria ter acontecido, a taxa de execução sobre o programado para 2005, teria sido cerca de 100%.

Durante 2005 foram encerradas 8 candidaturas, que adicionadas às restantes 30 encerradas anteriormente perfaz um total de 38 candidaturas encerradas, o que representa 62%, das candidaturas aprovadas.

#### Medida II.5 - Aprovações e Execução Financeira - Situação a 31 de Dezembro de 2005

Unidade: euros

| Ano                      | Programação       |                   | Aprovações        |                   | Execução          |                   | Taxas(%)    |             |             |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | A/Prog      | Exc./Prog   | Exec./A     |
| 2000                     | 5.275.955         | 3.693.211         |                   |                   |                   |                   |             |             |             |
| 2001                     | 5.097.336         | 3.568.176         | 4.939.658         | 3.183.821         | 3.403.085         | 2.108.219         | 117,3       | 66,8        | 56,9        |
| 2002                     | 4.916.183         | 3.441.367         | 7.560.118         | 5.292.083         | 3.385.556         | 2.369.889         | 163,6       | 68,9        | 42,1        |
| 2003                     | 4.801.933         | 3.361.392         | 8.024.940         | 5.408.014         | 7.697.643         | 5.178.907         | 170,7       | 160,3       | 93,9        |
| 2004                     | 3.721.930         | 2.605.381         | 9.085.929         | 6.360.150         | 5.485.837         | 3.840.086         | 244,1       | 147,4       | 60,4        |
| 2005                     | 3.827.344         | 2.679.171         | 1.141.281         | 798.897           | 3.190.061         | 2.233.043         | 29,8        | 83,3        | 279,5       |
| 2000-2005                | 27.640.681        | 19.348.698        | 30.751.925        | 21.042.965        | 23.162.182        | 15.730.145        | 111,3       | 83,8        | 75,3        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>31.560.497</b> | <b>22.092.600</b> | <b>30.751.925</b> | <b>21.042.965</b> | <b>23.162.182</b> | <b>15.730.145</b> | <b>97,4</b> | <b>73,4</b> | <b>75,3</b> |

A taxa do executado sobre o aprovado, para o mesmo período, recuperou de 67,4% para 75,3%. Foi possível executar o total programado para o período 2000-2003 ultrapassando largamente o exigido pela regra n+2, com cujo excedente foi possível executar 82,5% do programado para 2004. Encontram-se executados 73,4% do total programado para o período de 2000-2006, o que corresponde a uma regular recuperação sobre a situação no final de 2004 (63,3%).

**Evolução da Despesa Pública, programação, aprovação e execução  
Medida 2.5**



#### *Linhas de Acção: aprovações e execução*

A Linha de Acção LA4 “Reforço do Potencial Turístico e Ambiental”, manteve a liderança do número de projectos aprovados acolhendo 16 candidaturas, sendo também as mais significativas em valores financeiros, que correspondem a mais de 25% do total de projectos aprovados e representam 67 % da despesa pública aprovada. Sendo o objectivo global fixado para esta Medida, a “promoção do potencial de desenvolvimento turístico, que se pretende alavanca de um desenvolvimento integrado”, salienta-se a consistência entre o programado e o alcançado.

Em termos de execução e pese embora a maior complexidade dos projectos inseridos em tal Linha de Acção, a sua taxa de execução sobre o aprovado, recuperou de 63,1% em 2004, para 73,5%, ficando praticamente ao mesmo nível da mesma taxa para a Medida (75,3%).

#### **Aprovações e Execução Financeira por linha de acção - Situação a 31 de Dezembro de 2005**

Unidade: Euro

| Linha de<br>Acção | Aprovações |                   |                   |                | Execução (2000-2005) |                   |
|-------------------|------------|-------------------|-------------------|----------------|----------------------|-------------------|
|                   | Nº Proj.   | D. Pública        | Fundo             | % (D. Pública) | D. Pública           | Fundo             |
| LA 1              | 5          | 2.243.478         | 1.570.435         | 7,3%           | 1.669.317            | 1.168.522         |
| LA 2              | 12         | 3.928.369         | 2.749.858         | 12,8%          | 2.857.842            | 2.000.490         |
| LA 3              | 7          | 2.365.341         | 1.655.739         | 7,7%           | 2.254.570            | 1.578.199         |
| LA 4              | 16         | 20.462.828        | 13.840.597        | 66,5%          | 15.030.894           | 10.038.243        |
| LA 5              | 3          | 353.655           | 247.559           | 1,2%           | 252.236              | 176.565           |
| LA 6              | 18         | 1.398.254         | 978.778           | 4,5%           | 1.097.323            | 768.126           |
| <b>Total</b>      | <b>61</b>  | <b>30.751.925</b> | <b>21.042.965</b> | <b>100%</b>    | <b>23.162.182</b>    | <b>15.730.145</b> |

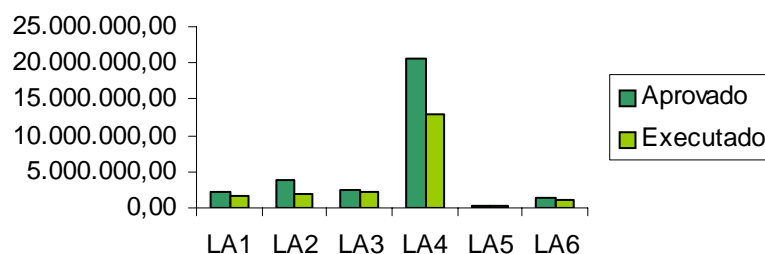
Com um peso específico bem menor, surge a Linha de Acção LA2 “Recuperação do Povoamento Rural e Qualificação dos Aglomerados Tradicionais”, que representa apenas 12,8%.

De relevar a recuperação significativa da taxa de execução sobre o aprovado nesta Linha de Acção (de 49,7% para 72,75%).

Na Linha de Acção LA5 – Acções de Ordenamento e Planeamento, importa assinalar, que foi em 2005 concluída a elaboração do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo na Serra da Estrela, documento de planeamento de fundamental importância para o território desta Medida.

As restantes Linhas de Acção, apresentem taxas de execução bastante elevadas, mas têm um peso específico bem menor.

**Aprovações e Execução Financeira por Linha de Acção**



#### *Sectores apoiados: aprovações e execução*

A distribuição sectorial das aprovações/homologações é consistente com os objectivos específicos enunciados para a Medida.

O sector do Turismo, que assume importância crescente na Serra da Estrela representa 24,9% do investimento aprovado, através de 20 candidaturas aprovadas, cujo contributo para a valorização da oferta turística, se revela já importante.

De assinalar, que sem o rigor de classificar em Desporto (8,9%) e Recreio e Lazer (5,0%), equipamentos cuja vocação essencial é o Turismo, a relevância deste sector atingiria 38,8%.

O acolhimento de projectos afectos à Cultura, seis dos quais são Museus e representam 78,5%, dos valores aprovados neste sector, ficou a dever-se à atracção que constituem, como complemento da oferta turística, pois são alternativa à fruição de espaços naturais, que se revela particularmente importante em dias de condições meteorológicas adversas.

As intervenções de revitalização urbana (15,1%), revelaram-se importantes na eliminação de certas nódoas e erros urbanísticos nos principais centros populacionais e na valorização dos centros históricos, das cidades da Guarda e Covilhã.

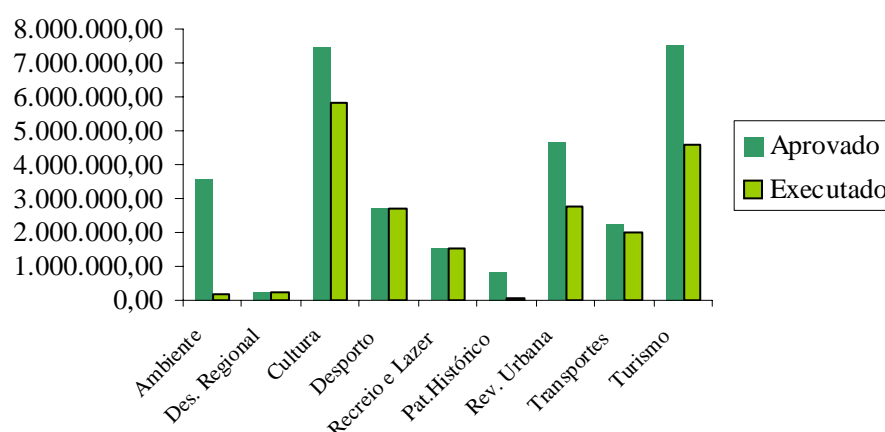
De assinalar ainda o significativo investimento em Ambiente e Protecção Ambiental (11,6%), com o apoio à construção do Centro de Interpretação da Serra da Estrela, equipamento que se considera determinante na consolidação do turismo cultural e de educação ambiental na região, com a esperada consequência do reforço da preservação do património natural.

## Distribuição Sectorial das aprovações/homologações

Unidade: Euros

| Sector                            | Aprovações/Homologações (Total) |                   |                   |              | Execução (2000-2005) |                   |
|-----------------------------------|---------------------------------|-------------------|-------------------|--------------|----------------------|-------------------|
|                                   | Nº                              |                   |                   |              |                      |                   |
|                                   | Proj.                           | D. Pública        | Fundo             | % DP         | D. Pública           | Fundo             |
| Ambiente – Protecção ambiental    | 4                               | 3.578.456         | 2.504.919         | 11,6         | 774.623              | 542.236           |
| Apoio ao desenvolvimento regional | 3                               | 214.027           | 149.819           | 0,7          | 214.027              | 149.819           |
| Ciência e Tecnologia              | 1                               | 19.361            | 13.552            | 0,1          | 19.361               | 13.552            |
| Cultura                           | 9                               | 7.283.833         | 5.098.683         | 23,7         | 6.799.891            | 4759924           |
| Desporto                          | 4                               | 2.726.468         | 1.425.145         | 8,9          | 2.726.468            | 1.425.145         |
| Recreio e Lazer                   | 1                               | 1.547.405         | 1.083.184         | 5,0          | 1.547.405            | 1.083.184         |
| Património Histórico/Cultural     | 2                               | 851.629           | 596.140           | 2,8          | 278.445              | 194.911           |
| Revitalização Urbana              | 10                              | 4.654.970         | 3258479           | 15,1         | 3.450.066            | 2.415.046         |
| Transportes - Rodovias            | 7                               | 2.227.535         | 1.559.275         | 7,2          | 2.116.764            | 1.481.735         |
| Turismo                           | 20                              | 7.648.241         | 5.353.769         | 24,9         | 5.235.132            | 3.664.592         |
| <b>Total</b>                      | <b>61</b>                       | <b>30.751.925</b> | <b>21.042.965</b> | <b>100,0</b> | <b>23.162.182</b>    | <b>15.730.145</b> |

## Distribuição Sectorial do Investimento Aprovado e Executado



## Indicadores de Acompanhamento

Registam-se aprovações em todos os sete indicadores de acompanhamento, inicialmente considerados, com excepção do indicador “Parques de Estacionamento”, tendo as respectivas quantificações iniciais já sido executadas em todos os restantes, com excepção do “Beneficiação de Estradas”.

Os equipamentos museológicos, que se revelaram uma prioridade dos parceiros encontram-se praticamente concluídos. Dos seis apoiados, apenas o único a instalar em construção de raiz, que se destina ao Centro de Interpretação da Serra da Estrela se encontra ainda em vias de conclusão. Foram concluídas em 2005 as musealizações, do Museu dos Lanifícios e do Museu Judaico de Belmonte, que foram inaugurados e abriram ao público.

A evolução dos restantes indicadores, corresponde ao expectável, com excepção dos Parques de Estacionamento, de que até agora não foi apresentada qualquer candidatura. Tais Parques

estavam previstos na zona da Torre, com vista a descongestionar o tráfego dos enormes fluxos de trânsito que ocorrem quando há neve, mas o IEP – Instituto de Estradas de Portugal, voltou em 2005 a não apresentar qualquer candidatura. As Câmaras municipais, para quem responsáveis do IEP, contrariando o que ficou consignado em Contrato Programa de 19-10-2001, anunciaram pretender transferir o encargo da construção desses parques, não estão obviamente interessadas em regular fluxos de tráfego de estradas nacionais, pelo que o impasse se mantém.

Registou-se no entanto o início dos trabalhos em 2005, da construção do troço da ER 338 Portela do Arão / Lagoa Comprida, ligação essa que irá permitir atenuar os congestionamentos de tráfego, que se verificam no Sabugueiro, pois permitirá a divergência do tráfego com destino ao Litoral Centro, do restante tráfego para Norte, que em simultâneo parte da Torre no final da tarde dos fins de semana, pontes e feriados. Por outro lado mantém-se a preocupação, quanto à não conclusão no ano de 2005 e da agravada degradação do troço já intervencionado, da estrada municipal de ligação do Covão do Ferro a Unhais da Serra, que constituía também do lado Sul do Maciço Superior da Serra da Estrela, uma alternativa de divergência do mesmo tráfego com destino ao Sul, que provoca idênticos congestionamentos no centro da Covilhã, que chegam a atingir as Penhas da Saúde. A conclusão de tal ligação ao Covão do Ferro é determinante para a viabilidade do projecto PITER, que inclui a construção de Balneário Termal e Hotel em Unhais da Serra, cujo início de obras se verificou na Primavera de 2005. Admite-se que a conclusão de equipamento, prevista para o final de 2006, contribua para desencadear o processo de conclusão de tal EM e resolver um dos principais estrangulamentos á criação de uma imagem qualificada do turismo na Serra da Estrela, que são os ainda frequentes, congestionamentos de tráfego, nos referidos dias.

#### Indicadores de acompanhamento - Situação 31/12/2005

| Indicador Físico  | Unidade | Valor Previsto 2006 | Valores previstos nos Projectos Aprovados | Executado até 31/12/2005 |
|---|---------|---------------------|---|--------------------------|
| Parque temático/Museus construídos                                    | nº      | 3                   | 6   | 5                        |
| Valoriz. de zonas de recreio/ Zonas degradadas (ambiente) recuperadas | nº      | 2                   | 5   | 4                        |
| Parques de estacionamento   | nº      | 2                   |   |                          |
| Beneficiação de estradas/ Rede viária municipal beneficiada           | km      | 30                  | 16  | 16                       |
| Arranjos urbanísticos/intervenções de reabilitação urbana             | nº      | 20                  | 23  | 20                       |
| Recuperação de edifícios  | nº      | 2                   | 6   | 4                        |
| Acções de animação e divulgação e promoção                            | nº      | 12                  | 13  | 12                       |
| Campanhas de sensibilização ambiental                                 | nº      | -                   | 3   | 3                        |
| Planos de pormenor  | nº      | -                   | 3   | 1                        |
| Centros culturais construídos   | nº      | -                   | 3   | 3                        |
| Outros equipamentos desportivos construídos                           | nº      | -                   | 1   | 1                        |
| Estâncias termais apoiadas  | nº      | -                   | 2   | 2                        |

#### *Incidência territorial do investimento aprovado*

A área de intervenção da AIBT Serra da Estrela, abrange território de cinco NUT's de nível III.



As NUT's do Pinhal Interior Norte e Dão Lafões, apenas contribuem com um concelho cada, Oliveira do Hospital e Aguiar da Beira respectivamente. A NUT Beira Interior Norte contribui com três concelhos, Guarda, Celorico da Beira e Manteigas. A NUT Cova da Beira contribui com dois concelhos, Covilhã e Belmonte e só a NUT Serra da Estrela tem o seu território totalmente integrado na AIBT, com os concelhos de Seia, Gouveia e Fornos de Algodres.

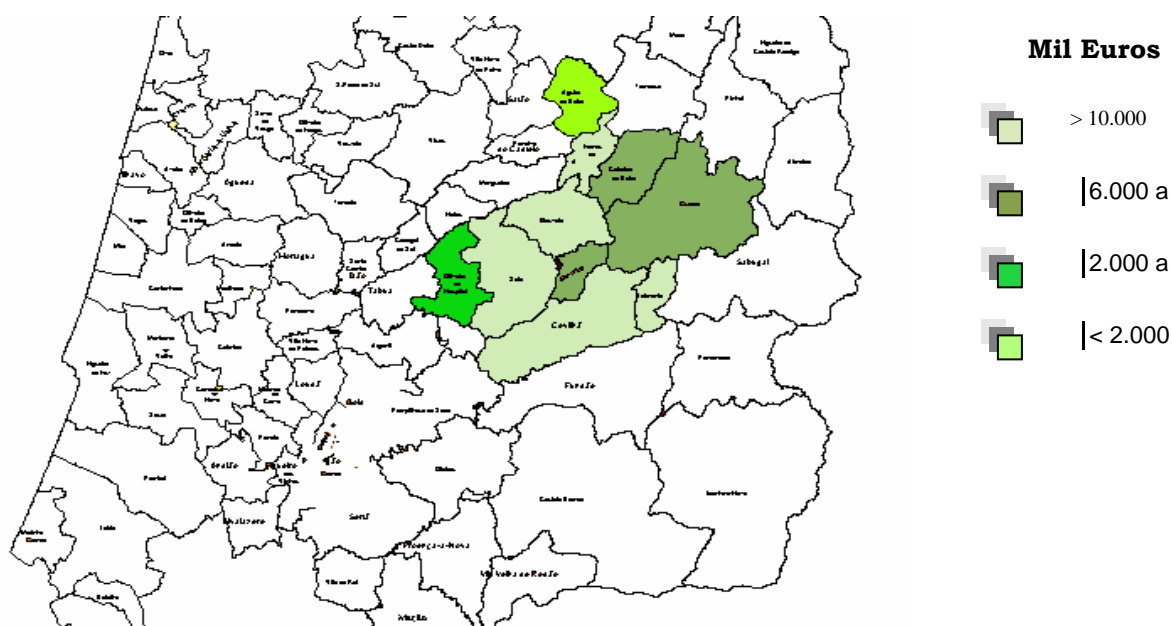
Distribuição geográfica do investimento aprovado

| NUT III             | Nº Proj.  | Custo total (CT)  | D. Pública        | Fundo             | % CT          | CT/Hab.   |
|---------------------|-----------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------|-----------|
| P. Interior Norte   | 5         | 2.494.866         | 2.494.866         | 1.746.406         | 8,11          | 18        |
| Dão Lafões          | 1         | 1.060.068         | 1.060.068         | 742.048           | 3,45          | 4         |
| Serrada Estrela     | 21        | 10.246.655        | 10.246.655        | 7.172.659         | 33,32         | 205       |
| B. Interior Norte   | 15        | 6.729.100         | 6.729.100         | 4.226.987         | 21,88         | 59        |
| Cova da Beira       | 17        | 10.041.772        | 10.041.772        | 7.029.240         | 32,65         | 107       |
| Não regionaliz.     | 2         | 179.464           | 179.464           | 125.625           | 0,58          |           |
| <b>Total Medida</b> | <b>61</b> | <b>30.751.925</b> | <b>30.751.925</b> | <b>21.042.965</b> | <b>100,00</b> | <b>17</b> |

O investimento por NUT é praticamente proporcional ao número de projectos aprovados em cada uma delas, com excepção de Dão Lafões, onde o valor do único projecto apresentado e aprovado, excede em muito a média de custo total por projecto.

O valor do investimento por projecto aprovado é muito semelhante nas NUT's do Pinhal Interior Norte, Beira Interior Norte e Serra da Estrela, com um desvio negativo máximo em relação ao custo médio por projecto, na Beira Interior Norte (-11%). Um desvio positivo a tal valor médio, tem algum significado na Cova da Beira (+17%), devido à incidência dos projectos supramunicipais, promovidos pela UBI – Universidade da Beira Interior, o Polo Tecnológico do Museu dos Lanifícios e do edifício anexo para o respectivo Centro de Documentação, que têm uma volumetria financeira, bem superior à média.

A NUT Serra da Estrela, sendo a única em que todos os seus concelhos integram a área de intervenção da Medida, apresenta o maior número de projectos aprovados e uma incidência por habitante francamente superior às restantes. A incidência do Custo Total, é muito equilibrada entre a Serra da Estrela e a Cova da Beira, ficando a Beira Interior Norte a cerca de 10 p.p. da média das duas.



## **6. Medida II.6 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior - Componente FEDER**

### *Enquadramento*

Os indicadores disponíveis no início deste QCA caracterizam o Pinhal Interior como uma sub-região economicamente deprimida, em acentuada desertificação humana e detentora de escassos equipamentos de vocação social, desportiva ou para o lazer.

As iniciativas desta Acção Integrada orientaram-se para a afirmação da identidade deste território, promovendo os seus valores patrimoniais.

Em 2005 manteve-se a estratégia de apoiar um conjunto de iniciativas coerentes e articuladas, que contribuam para “marcas” de escala territorial:

- » Rede das Aldeias do Xisto
- » Rede de praias fluviais
- » Rede de percursos

### *Candidaturas entradas e apreciadas*

Durante o ano de 2005, a Medida II.6 apresentou uma evolução significativa em termos do número de processos entrados/apreciados/aprovados. Tal deve-se, essencialmente ao número de candidaturas apresentadas no âmbito do “Programa das Aldeias do Xisto” (PAX), tendo-se verificado um acréscimo de 144 candidaturas.

Assim no final de 2005 das 218 candidaturas entradas/apreciadas/aprovadas, 216 encontram-se homologadas, sendo que 2 projectos aprovados no âmbito do Sistema de Incentivos Específicos para o Pinhal Interior (SIEPI) em reunião de Unidade de Gestão, aguardam homologação.

Do total das candidaturas apresentadas 179 enquadram-se no “Programa das Aldeias do Xisto”, 32 correspondem a iniciativas municipais isoladas e 7 são de iniciativa privada.

Assim das 216 candidaturas homologadas na Medida II.6:

- 5 dizem respeito à “Acção 1 - Reforço e requalificação da capacidade de alojamento turístico” (1 projecto iniciativa municipal, 3 âmbito do PAX e 1 SIEPI);
- 2 dizem respeito à “Acção 2 Apoio à Animação Turística” (2 no âmbito do SIEPI);
- 5 dizem respeito à “Acção 3 - Promoção turística do território” (4 projectos de iniciativa municipal, 1 âmbito do PAX ;
- 203 dizem respeito à “Acção 4 - Infra-estruturas e equipamentos de promoção das potencialidades” (26 projecto de iniciativa municipal, 173 âmbito do PAX e 4 SIEPI);
- 3 enquadram-se na “Acção 5 - Pequenas acessibilidades locais” (1 projecto de iniciativa municipal, 2 âmbito do PAX);

## Candidaturas Entradas e Apreciadas - Situação em 31/12/2005

| Linha de Ação                                 | Entr.      | Decididas em UG |                   | Apreciadas em UG e em fase de Audiência Prévia | Decididas (Homologadas) |             |
|---|------------|-----------------|-------------------|--|-------------------------|-------------|
|   |            | Parecer Desf.   | Parecer Favorável |  | Aprovadas               | Indeferidas |
| LA1 - Ref. e Qual. Cap. Aloj. Turístico       | 5          | 0               | 5                 | 0  | 5                       | 0           |
| LA2 - Apoio à Animação Turística              | 2          | 0               | 2                 | 0  | 2                       | 0           |
| LA3 - Promoção Turística Território           | 5          | 0               | 5                 | 0  | 5                       | 0           |
| LA4 - Infraest. Equip. Promo. Potencialidades | 203        | 0               | 203               | 0  | 203                     | 0           |
| LA5 - Acessib. Locais e Transversais          | 3          | 0               | 3                 | 0  | 3                       | 0           |
| <b>Total da Medida</b>                        | <b>218</b> | <b>0</b>        | <b>218</b>        | <b>0</b>                                       | <b>216</b>              | <b>0</b>    |

## Execução

Quanto à execução em 2005 para a Medida II.6 importa referir o seguinte:

- Verificou-se um acréscimo significativo na taxa de aprovações, relativamente ao programado;
- A taxa de execução em relação ao programado atingiu o valor máximo de todos os anos;
- A taxa de execução relativamente ao aprovado apresentou um valor de 190.5%, fruto do grande volume de aprovações ocorrido em 2005, no âmbito do PAX;

Quanto à execução da Medida II.6 no período 2000-2005 importa referir:

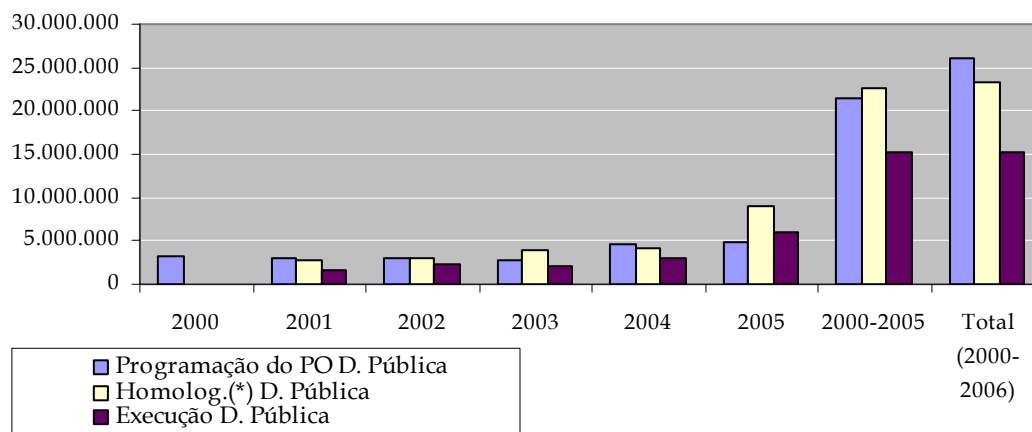
- A taxa de execução relativamente ao programado sofreu um acréscimo em relação ao período de 2000-2004 de 55,04% para 71%, justificado pelo esforço realizado pela Coordenação da AIBT do Pinhal Interior no estabelecimento de mecanismos de penalização/bonificação do cumprimento de metas e objectivos ao desenvolvimento do PAX.

## Medida II.6 - Aprovações e Execução Financeira - Situação a 31 de Dezembro de 2005

Unidade: euros

| Ano                      | Programação       |                   | Aprovações        |                   | Execução          |                   | Taxas (%)   |             |             |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | A/Prog      | Exc./Prog   | Exec./A     |
| 2000                     | 3.165.392         | 2.215.775         | 0                 | 0                 | 0                 | 0                 | 0           | 0           | 0           |
| 2001                     | 3.058.227         | 2.140.759         | 2.679.472         | 1.875.630         | 1.688.729         | 1.182.110         | 87,6        | 55,2        | 63          |
| 2002                     | 2.949.542         | 2.064.679         | 2.906.485         | 1.947.231         | 2.389.619         | 1.637.263         | 98,5        | 81          | 82,2        |
| 2003                     | 2.880.996         | 2.016.697         | 3.899.746         | 2.657.390         | 1.977.273         | 1.330.056         | 135,4       | 68,6        | 50,7        |
| 2004                     | 4.597.990         | 3.218.593         | 4.114.557         | 2.815.145         | 3.109.951         | 2.115.410         | 89,5        | 67,6        | 75,6        |
| 2005                     | 4.745.368         | 3.321.757         | 9.040.319         | 5.985.297         | 6.004.006         | 4.019.392         | 190,5       | 126,9       | 66,6        |
| 2000-2005                | 21.397.515        | 14.978.260        | 22.640.579        | 15.280.694        | 15.169.578        | 10.284.231        | 105,8       | 71          | 67,1        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>26.078.074</b> | <b>18.254.651</b> | <b>23.248.772</b> | <b>15.666.487</b> | <b>15.169.578</b> | <b>10.284.231</b> | <b>89,2</b> | <b>58,2</b> | <b>65,3</b> |

### Evolução da Despesa Pública, programação, aprovação e execução da Medida II.6



Um dos principais problemas encontrados, ao nível da execução, prende-se com a reduzida capacidade da estrutura de gestão de interceder junto dos promotores no sentido de acelerar a execução física e financeira dos projectos aprovados, mesmo quando estes apresentam baixas taxas de execução e/ou atrasos muito significativos relativamente às condições que presidiram à respectiva aprovação.

#### *Linhas de acção e Sectores apoiados: aprovações e execução*

Relativamente ao peso financeiro das 216 candidaturas em cada linha de acção e respectiva execução, importa referir o seguinte:

- A linha de acção 2 apresenta os mais baixos valores de aprovação e de execução financeira;
- A linha de acção 4 representou 89% do valor das aprovações com 201 candidaturas e valores muito significativos em termos de execução financeira, 63% do valor aprovado; A linha de acção 5 encontra-se totalmente executada.

#### Aprovações e Execução Financeira por linha de acção – Situação a 31 de Dezembro de 2005

Unidade: Euros

| Acção   | Nº Proj.   | Aprovações        |                   |                | Execução (2000-2005) |                   |
|---|------------|-------------------|-------------------|----------------|----------------------|-------------------|
|   |            | D. Pública        | Fundo             | % (D. Pública) | D. Pública           | Fundo             |
| LA1 - Ref. e Qual. Cap. Aloj. Turístico       | 5          | 1.263.493         | 807.576           | 5%             | 1.030.043            | 657.404           |
| LA2 - Apoio à Animação Turística              | 2          | 79.878            | 55.915            | 0.4%           | 45.930               | 32.151            |
| LA3 - Promoção Turística Território           | 5          | 919.112           | 526.946           | 3%             | 546.094              | 277.857           |
| LA4 - Infraest. Equip. Promo. Potencialidades | 201        | 20.445.673        | 13.897.620        | 89%            | 13.006.896           | 8.938.389         |
| LA5 - Acessib. Locais e Transversais          | 3          | 540.616           | 378.431           | 2%             | 540.616              | 378.431           |
| <b>Total</b>                                  | <b>216</b> | <b>23.248.772</b> | <b>15.666.487</b> | <b>100%</b>    | <b>15.169.578</b>    | <b>10.284.231</b> |

No tocante à distribuição sectorial dos investimentos estes incidiram sobretudo na “Revitalização urbana” fruto dos projectos apresentados ao PAX, no “Turismo” e o “Recreio e lazer”,

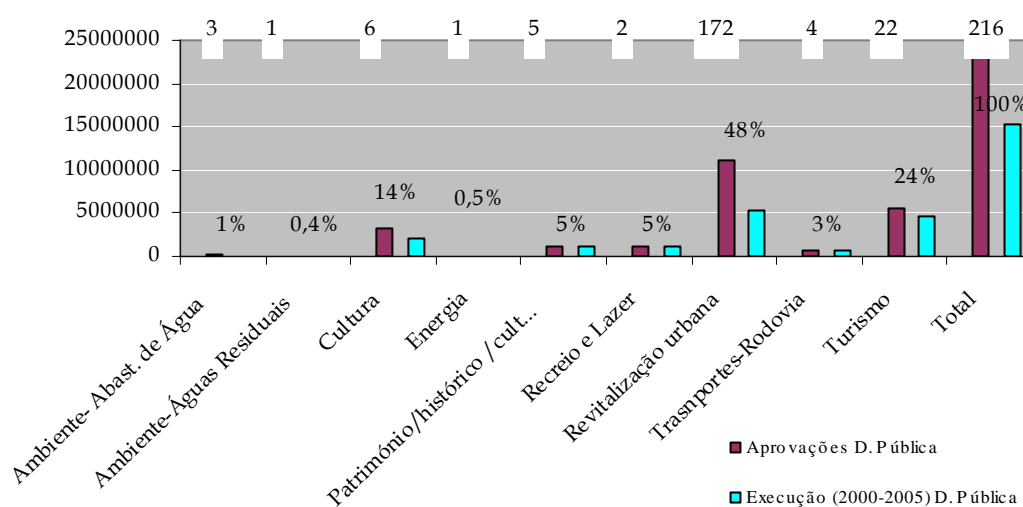
comprovando a estratégia adoptada pela coordenação da AIBT do Pinhal Interior na criação e melhoria das infra-estruturas para dinamização do sector do turismo neste território.

#### Distribuição Sectorial das aprovações

Unidade: Euros

| Sector                         | Nº Proj.   | Aprovações        |                   |             | Execução (2000-2005) |                   |
|--------------------------------|------------|-------------------|-------------------|-------------|----------------------|-------------------|
|                                |            | D. Pública        | Fundo             | % DP        | D. Pública           | Fundo             |
| Ambiente- Abast. de Água       | 3          | 154.395           | 108.077           | 1%          | 82.135               | 57.495            |
| Ambiente-Águas Residuais       | 1          | 87.000            | 60.900            | 0,4%        | 50.804               | 35.563            |
| Cultura                        | 6          | 3.158.859         | 2.148.884         | 14%         | 2.119.177            | 1.465.362         |
| Energia                        | 1          | 111.735           | 78.215            | 0,5%        | 111.735              | 78.215            |
| Património/histórico /cultural | 5          | 1.165.295         | 778.453           | 5%          | 1.158.775            | 773.889           |
| Recreio e Lazer                | 2          | 1.077.592         | 736.454           | 5%          | 1.053.967            | 720.810           |
| Revitalização urbana           | 172        | 11.104.313        | 7.461.561         | 48%         | 5.298.795            | 3.598.019         |
| Trasnportes-Rodovia            | 4          | 746.214           | 522.350           | 3%          | 746.214              | 522.350           |
| Turismo                        | 22         | 5.643.370         | 3.771.595         | 24%         | 4.547.976            | 3.032.529         |
| <b>Total</b>                   | <b>216</b> | <b>23.248.772</b> | <b>15.666.487</b> | <b>100%</b> | <b>15.169.578</b>    | <b>10.284.231</b> |

#### Número e valor de projectos aprovados e Execução Financeira por linha de acção



#### Indicadores de acompanhamento

Relativamente aos indicadores de acompanhamento estão por cumprir:

Sem qualquer candidatura aprovada

- Redes de percursos

Com candidaturas aprovadas, mas sem cumprir as metas estabelecidas

- Infraestruturação de estradas panorâmicas
- Acessos construídos ou beneficiados

Estão superados os indicadores do Complemento de Programação:

- Unidades de alojamento;
- Estabelecimento/requalificação de praias fluviais
- Iniciativas museológicas
- Iniciativas de animação e promoção turística
- Requalificação de aldeias serranas
- Restauro de imóveis classificados

**Indicadores de acompanhamento - Situação 31/12/2005**

| Indicador Físico                             | Unidade | Valor Previsto 2006 | Valores previstos nos Projectos Aprovados | Executado até 31/12/2005 |
|--|---------|---------------------|---|--------------------------|
| Unidades de alojamento apoiadas              | nº      | 5                   | 6   | 1                        |
| Iniciativas de animação e promoção turística | nº      | 16                  | 20  | 2                        |
| Rede de percursos                            | nº      | 3                   |   | 0                        |
| Infraestruturação de estradas panorâmicas    | nº      | 6                   | 1   | 1                        |
| Estabelecer/requalificar praias fluviais     | nº      | 9                   | 12  | 10                       |
| Requalificação de aldeias de xisto           | nº      | 6                   | 162                                       | 23                       |
| Iniciativas museológicas                     | nº      | 5                   | 6   | 2                        |
| Restauro de imóveis classificados            | nº      | 3                   | 5   | 2                        |
| Acessos construídos ou beneficiados          | Km      | 20                  | 7   | 6                        |

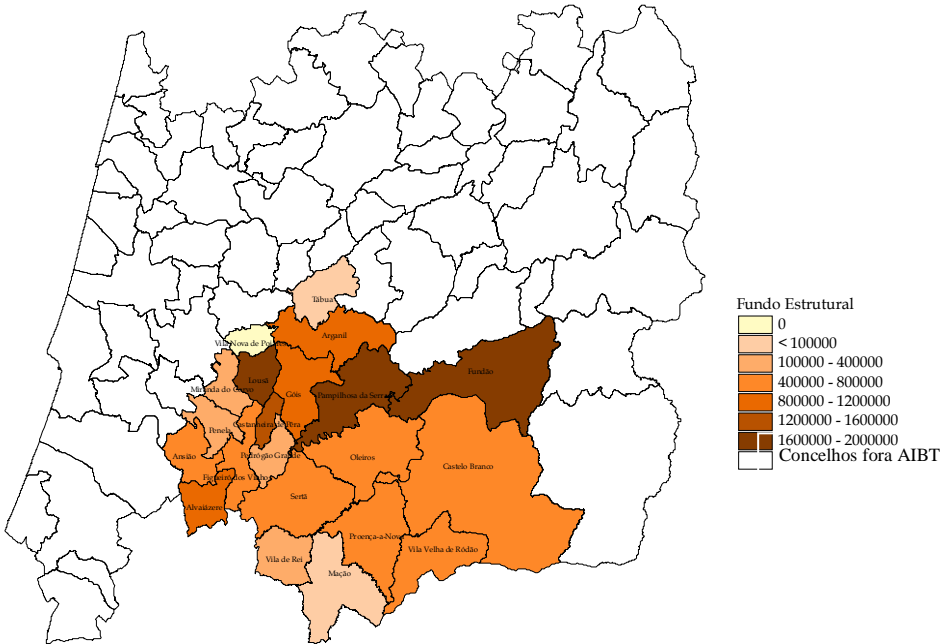
A “execução” diz respeito a projectos concluídos física e financeiramente.

O número de projectos aprovados em “Requalificação de aldeias serranas” corresponde ao número de projectos aprovados (162) e não ao de aldeias abrangidas (23), que também ultrapassam o valor do respectivo indicador (6).

#### *Incidência territorial do investimento aprovado*

A AIBT do Pinhal Interior abrange territórios de quatro NUTs de nível III. Pese embora o Pinhal Interior Norte e o Pinhal Interior Sul representarem a grande maioria do âmbito territorial desta Acção Integrada, também foram apresentadas algumas outras candidaturas para territórios das outras NUTs.

Fundo Estrutural aprovado na Medida II.6



O Município de Fundão tem os projectos aprovados com uma taxa de comparticipação de 50%.

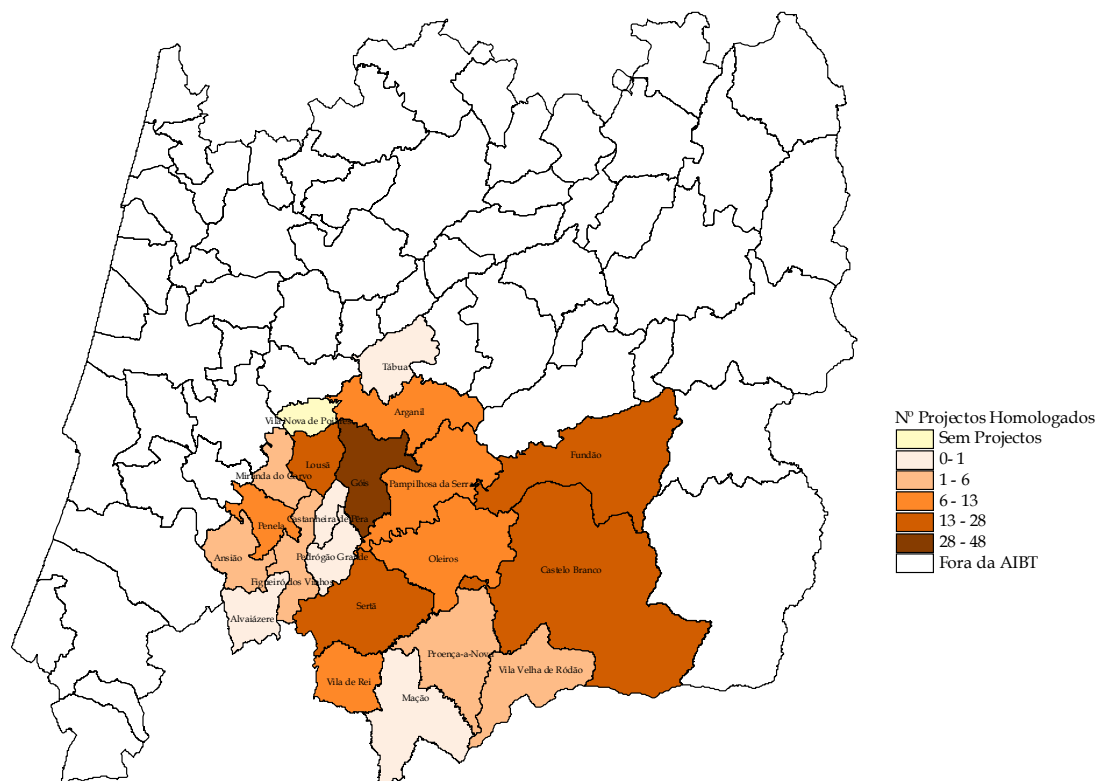
O nível de investimento por NUT está directamente relacionada com o número de processos de candidatura.

Distribuição geográfica do investimento aprovado

| Unidade: Euros        |          |             |            |            |               |          |
|-----------------------|----------|-------------|------------|------------|---------------|----------|
| NUT III               | Nº Proj. | Custo total | D. Pública | Fundo      | Incidência CT |          |
|                       |          |             |            |            | %             | por hab. |
| Pinhal Interior Norte | 113      | 14.950.265  | 14.837.576 | 10.168.238 | 64,5          | 71       |
| Pinhal Interior Sul   | 48       | 3.061.481   | 3.061.481  | 2.141.643  | 13,2          | 46       |
| Beira Interior Sul    | 25       | 1.983.185   | 1.983.185  | 1.355.275  | 8,6           | 13       |
| Cova da Beira         | 28       | 3.176.278   | 3.029.581  | 1.765.466  | 13,7          | 12       |
| Não Regionalizável    | 2        | 336.950     | 336.950    | 235.865    | 0,1           | 13       |
| Total                 | 216      | 23.508.159  | 23.248.772 | 15.666.487 | 100           | 8        |

O Município de Góis tem o maior número de projectos aprovados na medida II.6, fruto de projectos de recuperação de imóveis particulares no âmbito do Programa das Aldeias do Xisto.

### Número de projectos aprovados na Medida II.6





## **7. Medida II.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEOGA)**

### *Enquadramento*

Os indicadores disponíveis no início deste QCA caracterizavam o Pinhal Interior como uma sub-região economicamente deprimida, em acentuada desertificação humana e detentora de escassos equipamentos de vocação social, desportiva ou para o lazer.

O sector primário e neste a actividade florestal, assume-se, genericamente, como uma importante área de actividade económica.

No final de 2004 a Medida II.7 teve um reforço financeiro de 4.000.000 euros de fundo estrutural FEOGA -O, oriundos da “Reserva de Programação” que foram direccionados para a Acção 6, “Apoio à prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos”.

As alterações propostas no âmbito desta acção decoram da revogação do Regulamento (CEE) nº 2158/92 do Conselho de 23 de Julho de 1992, relativo à “Protecção das Florestas na Comunidade Contra os Incêndios Florestais”, que havia terminado em 2002. O novo Regulamento “Acompanhamento das Florestas e das Interações Ambientais na Comunidade” designado por “Forest Focus”, não assegura a continuidade das acções de investimento relativas aos sistemas de prevenção e vigilância das florestas. Assim, a Comissão apresentou uma proposta de declaração referindo que os investimentos relativos à prevenção de incêndios florestais abrangidos por este Regulamento, seriam elegíveis no âmbito do Regulamento (CEE) nº 1257/99 do Conselho de 17 de Maio de 1999.

Com estas modificações e de acordo com os regulamentos foi necessário alterar o Complemento de Programação no final do ano de 2004. As ajudas públicas programadas para esta Medida definidas em Complemento de Programação, sofreram uma aferição de forma a deslocar verbas entre algumas das Acções para apoiar aquelas que possuem uma actuação mais estruturante. É o caso da Acção 6 que consideramos uma acção estruturante, no âmbito regional pela forma como foi sendo trabalhada com os potenciais promotores. Os indicadores de acompanhamento físico e financeiro foram igualmente aferidos, com a criação de novos indicadores físicos tendo em vista um melhor acompanhamento desta Acção.

Durante o ano de 2005 o Complemento de Programação não foi alterado.

### *Candidaturas apreciadas*

A Medida II.7, durante o ano de 2005, apresentou um valor significativo quer em termos do número de processos entrados/aprovados, quer em termos da dimensão financeira global dos mesmos, não obstante a execução financeira ainda estar abaixo do programado.

Na Medida II.7, em 2005, foram analisadas 87 novas candidaturas, das quais 78 tiveram apreciação favorável em Unidade de Gestão, das quais 69 tiveram aprovação/homologação.

Das restantes 9 candidaturas, 3 foram indeferidas e 6 entraram em fase de audiência prévia de acordo com os procedimentos administrativos do CPA.

**Candidaturas Entradas e Apreciadas - Situação em 31/12/2005**

|                        |            | Nº de Candidaturas   |                   |                               |                         |             |
|------------------------|------------|----------------------|-------------------|-------------------------------|-------------------------|-------------|
| Medida II.7            | Entradas   | Decididas em UG      |                   | Apreciadas em UG e em fase de | Decididas (Homologadas) |             |
| Acção                  |            | Parecer Desfavorável | Parecer Favorável | Audiência Prévia              | Aprovadas               | Indeferidas |
| 1                      | 292        | 27                   | 256               | 4                             | 249                     | 23          |
| 2                      | 45         | 4                    | 39                | 1                             | 39                      | 3           |
| 3                      | 16         | 0                    | 16                | 0                             | 16                      | 0           |
| 4                      | 1          | 0                    | 1                 | 0                             | 0                       | 0           |
| 5                      | 2          | 0                    | 2                 | 0                             | 2                       | 0           |
| 6                      | 45         | 0                    | 45                | 0                             | 44                      | 0           |
| 7                      | 0          | 0                    | 0                 | 0                             | 0                       | 0           |
| 8                      | 44         | 16                   | 26                | 2                             | 26                      | 14          |
| 9                      | 7          | 1                    | 6                 | 0                             | 6                       | 1           |
| <b>Total da Medida</b> | <b>452</b> | <b>48</b>            | <b>391</b>        | <b>7</b>                      | <b>382</b>              | <b>41</b>   |

*Candidaturas indeferidas*

Tal como consta do quadro seguinte, os 41 indeferimentos resultam do não cumprimento das condições de acesso (dos processos de candidatura), definidas pela regulamentação das respectivas linhas de acção às quais foram apresentadas, de que salientamos: a ausência de enquadramento legal, a incompleta e incorrecta formalização, a inadequação técnica e a falta de documentação para a análise da candidatura.

**Candidaturas Indeferidas - Situação em 31/12/2005**

| Acção        | Tipo de indeferimento  | Motivos de indeferimento  | Nº de Cand. |
|--------------|------------------------|---|-------------|
| 1            | 1. Condições de Acesso | Ausência de enquadramento legal e por incompleta formalização; ao abrigo do definido na alínea c) do artigo 5º da portaria 533D/2000 bem como contraria o ponto 1 do artigo 17 da mesma portaria. Falta de enquadramento legal, de acordo com a alínea b) do artigo 5º da portaria 488-A/2001 de 3 de Maio. | 23          |
| 2            |                        | Incorrecta formalização e inadequação técnica.  | 3           |
| 8            |                        | Inadequação técnica do equipamento proposto às metas produtivas propostas. Falta de documentação para a análise da candidatura.   | 14          |
| 9            |                        | Ausência de enquadramento legal e por incorrecta formalização e inadequação técnica.  | 1           |
| <b>Total</b> |                        |   | <b>41</b>   |

*Execução*

Quanto à Medida II.7 importa referir o seguinte:

- As 69 candidaturas aprovadas (homologadas) em 2005 representam em termos de despesa pública 145,6% do total programado para 2005. Verificamos que no ano 2000 não se registou nenhuma aprovação e no período entre 2001 e 2003 a taxa de aprovação foi sempre inferior a 50%. Estes reduzidos valores deveram-se ao facto de naquela data a região da AIBT do Pinhal Interior não estar ainda devidamente estruturada em termos de capacidades técnicas e organizativas para a elaboração de candidaturas. Em 2004 a taxa de aprovação já havia sido de 251,4%, tendo as alterações regulamentares à Acção 6,

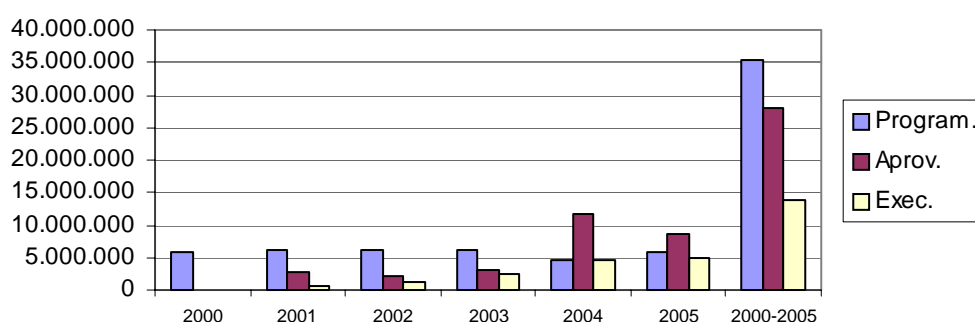
“Apoio à prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos”, a consolidação dos apoios nas outras acções da Medida e o trabalho de estruturação da região com capacidades técnicas e organizativas, a responsabilidade de permitir a aprovação de um elevado número de projectos na Medida e consequentemente um elevado montante financeiro;

- Relativamente ao programado para a Medida verifica-se no final de 2005 uma taxa de aprovação da despesa pública de 95%;
- O nível de execução financeira de 2005 representa 36,4% do total aprovado, traduzindo um baixo nível de execução, sendo no entanto o ano com a execução mais elevada. Como a grande maioria dos projectos são plurianuais (períodos de 3 a 5 anos) a execução vai sendo crescente de ano para ano;
- O nível de execução financeira da Acção 1, “Apoio à Silvicultura” e Acção 2, “Apoio ao restabelecimento do potencial de Produção Silvícola”, é baixo, 49,2% da despesa publica aprovada para o período 2000/2005. A Coordenação da Medida efectuou alguma pressão para que os promotores apresentassem despesa dos trabalhos já realizados;
- O nível de execução financeira da Acção 3, “Apoio à instalação de Organizações de Produtores Florestais”, está dentro da programação aprovada. Com uma taxa de 70% da despesa publica aprovada para o período 2000/2005, tendo estes projectos um período de vida de 5 anos;
- O nível de execução financeira da Acção 5, “Apoio à prestação de serviços florestais”, é baixo, 24,3% da despesa publica aprovada para o período 2000/2005. Sendo esta uma acção estruturante a Coordenação da Medida tem acompanhado os projectos e feito os possíveis para que os promotores apresentem despesa dos trabalhos já realizados;
- O nível de execução financeira da Acção 6, “Apoio à prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos”, é muito baixa, 38,1% da despesa pública aprovada para o período 2000/2005. Correspondendo os 44 projectos aprovados correspondem a cerca de 56,7% do valor da despesa pública aprovada na Medida e sendo esta uma acção estruturante a Coordenação da Medida faz o seu acompanhamento regular, tendo já realizado visitas de acompanhamento a 70% dos projectos aprovados nesta acção. Os promotores não contribuíram, comparativamente com seu peso relativo na Medida, para um boa taxa de execução em 2005;
- O nível de execução financeira da Acção 8, “Apoio à exploração florestal, comercialização e transformação de material lenhoso e de gema de pinheiro”, está dentro da programação aprovada. Com uma taxa de 83,7% da despesa publica aprovada para o período 2000/2005. Estando já uma grande parte dos projectos concluídos física e financeiramente.
- O nível de execução financeira da Acção 9, “Apoio à promoção de novos mercados e qualificação dos produtos florestais”, está baixa, 31,5% da despesa publica aprovada para o período 2000/2005; isto deve-se ao facto de terem sido aprovados 2 projectos em 2005, dos 6 projectos aprovados nesta acção, que ainda não apresentaram despesa.

**Medida II.7 - Aprovações e Execução Financeira – Situação a 31 de Dezembro de 2005**

Unidade: Euros

| Ano                          | Programação       |                   | Aprovações        |                   | Execução          |                  | Taxas(%)    |             |             |
|------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------|-------------|-------------|
|                              | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo            | A/Prog      | Exc/Prog    | Exec/A      |
| 2000                         | 5.997.050         | 3.674.654         | 0                 | 0                 | 0                 | 0                | 0,0         | 0,0         | 0,0         |
| 2001                         | 6.290.015         | 3.854.166         | 2.642.305         | 1.979.853         | 525.196           | 393.897          | 42,0        | 8,3         | 19,9        |
| 2002                         | 6.245.481         | 3.826.879         | 2.031.892         | 1.523.919         | 1.345.172         | 1.007.004        | 32,5        | 21,5        | 66,2        |
| 2003                         | 6.271.858         | 3.843.041         | 3.139.826         | 2.354.870         | 2.388.652         | 1.791.489        | 50,1        | 38,1        | 76,1        |
| 2004                         | 4.621.788         | 3.697.430         | 11.621.411        | 7.441.842         | 4.606.154         | 3.115.018        | 251,4       | 99,7        | 39,6        |
| 2005                         | 5.906.001         | 4.724.801         | 8.597.011         | 5.618.873         | 5.067.883         | 3.233.623        | 145,6       | 85,8        | 58,9        |
| 2000-2005                    | 35.332.193        | 23.620.971        | 28.032.446        | 18.919.356        | 13.933.058        | 9.541.030        | 79,3        | 39,4        | 49,7        |
| <b>Total<br/>(2000-2006)</b> | <b>41.980.900</b> | <b>28.939.937</b> | <b>39.880.147</b> | <b>26.424.840</b> | <b>13.933.058</b> | <b>9.541.030</b> | <b>95,0</b> | <b>33,2</b> | <b>34,9</b> |

**Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução - Medida 2.7**

No que respeita ao cumprimento da “Regra n+2” no final do ano de 2005, esta mereceu da parte das entidades que intervêm na gestão desta Medida uma atenção especial, mas mesmo apesar do esforço das entidades envolvidas neste processo não foi atingido o valor de execução de acordo com o programado para a Medida. No entanto para o cumprimento “Regra n+2” é tomada em conta a execução do FEOGA-O de todo o PO Centro que conta com mais duas Medida no âmbito deste Fundo estrutural, tendo sido, globalmente cumprido este objectivo.

No âmbito do cumprimento da “Regra n+2”, a Coordenação desta Medida definiu uma estratégia de acompanhamento, tendo sido elaborado um formato informático dinâmico de acompanhamento diário da execução da Medida, por Acção e por promotor. Foram criados grupos de grandes promotores de acordo com o número de candidaturas aprovadas e investimento aprovado. Foi feita uma abordagem de forma pessoal e regular, por ordem decrescente de investimento aprovado e de número de projectos por promotor. Desta forma foi possível disponibilizar esta informação actualizada semanalmente ao Gestor do POR Centro para acompanhamento da execução. Não é demais referir que todo este processo foi desenvolvido

sempre em articulação constante com as delegações regionais do IFADAP/INGA e com as Direcções Regionais de Agricultura e da mesma forma que nos anos anteriores.

Importa ainda referir que, assente nos aspectos regulamentares que se aplicam no âmbito nacional, a Medida II.7 teve significativos atrasos de implementação ao nível de algumas linhas de acção, decorrentes dos atrasos verificados na publicação de regulamentação específica de cada linha de acção e subsequentes normativos internos. Acrescem as alterações ocorridas aos normativos decorrentes quer da calamidade dos incêndios florestais de 2003 e 2005, quer das subsequentes medidas de política integradas na reforma do sector florestal.

#### *Linhas de acção e sectores apoiados: aprovações e execução*

Das 382 candidaturas aprovadas na Medida II.7 importa referir o seguinte:

- 249 dizem respeito à Acção 1, “Apoio à Silvicultura”, são ajudas para intervenções nos espaços florestais, tais como, arborizações, aproveitamento da regeneração natural, beneficiação de espaços florestais, instalações de parques de merendas, para promotores públicos e privados;
- 39 dizem respeito à Acção 2, “Apoio ao restabelecimento do potencial de produção silvícola”, são ajudas para intervenções nos espaços florestais ardidos, tais como, rearborizações de espaços florestais e aproveitamento da regeneração natural, para promotores públicos e privados;
- 16 dizem respeito à “Acção 3, “Apoio à instalação de Organizações de Produtores Florestais”. Esta acção é das mais estruturantes em termos do universo de agentes da fileira do território. Tal como diz a acção apoia a instalação de Organizações de Produtores Florestais que dotaram a região de capacidades técnicas e organizativas e criou a prestação de serviços técnicos especializados de proximidade para os proprietários florestais públicos e privados. O apoio a 16 organizações de produtores florestais (OPF), levou à criação de 40 postos de trabalho directamente associados às ajudas desta acção e a um total 169 postos de trabalho dependentes das Organizações de Produtores Florestais apoiadas;
- 2 dizem respeito à Acção 5, “Apoio à prestação de serviços florestais”. Esta acção é também estruturante pois permite o apoio aos prestadores de serviços florestais em vários vertentes;
- 44 dizem respeito à Acção 6, “Apoio à prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos”. Esta acção é muito estruturante para os espaços florestais. Apoia a prevenção contra os riscos dos incêndios florestais, permitiu dotar a região de grandes infra-estruturas a nível concelhio (englobam todos os 21 Concelhos abrangidos pela AIBT PI), faixas de protecção, caminhos, aceiros, pontos de água, equipamentos de prevenção e 1ª intervenção, para prevenção de incêndios florestais e a primeira intervenção no combate aos incêndios florestais. Esta Acção tem um papel fundamental no sucesso do cumprimento da programação financeira da Medida bem como na estratégia sub-regional da defesa da floresta contra incêndios;
- 26 dizem respeito à Acção 8, “Apoio à exploração florestal, comercialização e transformação de material lenhoso e de gema de pinheiro”, que apoia a aquisição de equipamento específico para empresas de exploração florestal;

- 6 dizem respeito à Acção 9, “Apoio à promoção de novos mercados e qualificação dos produtos florestais”. Estas candidaturas dizem respeito a ferramentas informáticas para o estabelecimento de sistemas de gestão florestal sustentável, sensibilização dos produtores e do público em geral para a necessidade e requisitos de uma gestão florestal sustentável;
- A Acção 4, “Apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais” e a Acção 7 “Apoio à valorização e conservação dos espaços florestais de interesse público”, não tiveram nenhuma candidatura aprovada. A Acção 4, com uma única candidatura apresentada, pela não existência neste território de prestadores de serviços florestais para além das Organizações de Produtores Florestais e a Acção 7 pela aplicação legal da própria acção, encontram dificuldades quanto à elegibilidade das intervenções nos espaços florestais passíveis para a intervenção florestal desta acção.

#### Aprovações e Execução Financeira por Acção – Situação a 31 de Dezembro de 2005

Unidade: Euros

| Acção        | Aprovações |                   |                   |                   | Execução (2000-2005) |                  |                   |
|--------------|------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------------|------------------|-------------------|
|              | Nº Proj.   | D. Pública        | Fundo             | %<br>(D. Pública) | D. Pública           | Fundo            | %<br>(D. Pública) |
| 1            | 249        | 7.463.445         | 5.597.584         | 18,71             | 3.108.415            | 2.331.311        | 22,31             |
| 2            | 39         | 2.857.705         | 2.143.279         | 7,17              | 1.090.283            | 817.712          | 7,83              |
| 3            | 16         | 3.732.612         | 2.799.459         | 9,36              | 2.211.638            | 1.658.728        | 15,87             |
| 4            |            | 0                 | 0                 | 0,00              | 0                    | 0                | 0,00              |
| 5            | 2          | 32.186            | 24.140            | 0,08              | 7.812                | 5.859            | 0,06              |
| 6            | 44         | 22.485.833        | 13.380.980        | 56,38             | 5.000.811            | 2.843.721        | 35,89             |
| 7            |            | 0                 | 0                 | 0,00              | 0                    | 0                | 0,00              |
| 8            | 26         | 2.818.936         | 2.112.326         | 7,07              | 2.360.152            | 1.768.239        | 16,94             |
| 9            | 6          | 489.429           | 367.072           | 1,23              | 153.946              | 115.460          | 1,10              |
| <b>Total</b> | <b>382</b> | <b>39.880.147</b> | <b>26.424.840</b> | <b>100</b>        | <b>13.933.058</b>    | <b>9.541.030</b> | <b>100</b>        |

Na Medida II.7, decorrente da natureza do próprio fundo, todas as ajudas incidiram sobre iniciativas a desenvolver no sector “Agricultura”, tal como consta do quadro seguinte.

#### Distribuição Sectorial das aprovações

Unidade: Euros

| Sector       | Aprovações/Homologações (Total) |                   |                   |            | Execução (2000-2005) |                  |
|--------------|---------------------------------|-------------------|-------------------|------------|----------------------|------------------|
|              | Nº Proj.                        | D. Pública        | Fundo             | % DP       | D. Pública           | Fundo            |
| Agricultura  | 382                             | 39.880.147        | 26.424.840        | 100        | 13.933.058           | 9.541.030        |
| <b>Total</b> | <b>382</b>                      | <b>39.880.147</b> | <b>26.424.840</b> | <b>100</b> | <b>13.933.058</b>    | <b>9.541.030</b> |

Refira-se que no conjunto das 9 linhas de acção, os indicadores físicos de acompanhamento respeitantes às linhas de acção 1 e 2 são comuns.

Note-se que os indicadores apresentados dizem respeito ao aprovado e não ao executado, elementos que apenas poderão estar disponíveis após o encerramento dos respectivos projectos.

Saliente-se que não existem indicadores de realização anual, apenas existindo os indicadores para a Reserva de Eficiência e as Metas finais estabelecidas em Complemento de Programação.

## Indicadores de acompanhamento - Situação 31/12/2005

| Acção              | Indicador Físico  | Unidade    | Valor previsto 2006 | Valores previstos nos projectos aprovados |
|--------------------|---|------------|---------------------|---|
| <b>Acção 1 e 2</b> | projectos   | nº         | 400                 | 288                                       |
|                    | área a beneficiar   | ha         | 5.000               | 3.997                                     |
|                    | arborização e rearborização                               | ha         | 9.000               | 4.795                                     |
|                    | reconversão de povoamentos mal instalados                 | ha         | 1.000               | 0   |
|                    | rede viária e divisional                                  | km         | 400                 | 264                                       |
|                    | pontos de água  | nº         | 20                  | 16  |
|                    | ajudas públicas   | 1000 euros | 11.480              | 10.503                                    |
| <b>Acção 3</b>     | organizações de produtores florestais a constituir        | nº         | 16                  | 16  |
|                    | ajudas públicas   | 1000 euros | 3.750               | 3.733                                     |
| <b>Acção 4</b>     | projectos   | nº         | 5                   | 0   |
|                    | ajudas públicas   | 1000 euros | 250                 | 9   |
| <b>Acção 5</b>     | projectos   | nº         | 15                  | 2   |
|                    | ajudas públicas   | 1000 euros | 500                 | 32  |
| <b>Acção 6</b>     | Área florestal coberta P.P. riscos bióticos               | ha         | 500                 | 0   |
|                    | Área florestal coberta P.P. riscos abióticos              | ha         | 200.000             | 191.745                                   |
|                    | Área de silvicultura preventiva                           | ha         | 10.000              | 12.446                                    |
|                    | Rede viária e divisional construção                       | km         | 700                 | 577                                       |
|                    | Rede viária e divisional beneficiação                     | km         | 4.000               | 4.095                                     |
|                    | Pontos de água  | nº         | 130                 | 179                                       |
|                    | Ajudas públicas   | 1000 euros | 20.000              | <b>23.068</b>                             |
| <b>Acção 8</b>     | projectos relativos a material lenhoso e gema de pinheiro | nº         | 40                  | 26  |
|                    | ajudas públicas   | 1000 euros | 4.000               | 2.819                                     |
| <b>Acção 9</b>     | projectos   | nº         | 20                  | 6   |
|                    | ajudas públicas   | 1000 euros | 1.500               | 489                                       |

*Incidência territorial do investimento aprovado*

A AIBT do Pinhal Interior abrange territórios de quatro NUTs de nível III. Pese embora as NUT do Pinhal Interior Norte e o Pinhal Interior Sul representarem a grande maioria do âmbito territorial desta Acção Integrada, também foram apresentadas algumas outras candidaturas para

territórios de outras NUT III (Cova da Beira e Beira Interior Sul), candidaturas essas com incidência na área abrangida pela AIBT.

O nível de investimento por NUT está directamente relacionada com o número de processos de candidatura.

#### Distribuição geográfica do investimento aprovado

| Unidade: Euros        |            |                   |                   |                   |               |           |
|-----------------------|------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------|-----------|
| NUT III               | Nº Proj.   | Custo total       | D. Pública        | Fundo             | Incidência CT |           |
|                       |            |                   |                   |                   | %             | por hab.  |
| Pinhal Interior Norte | 131        | 24.195.429        | 22.239.628        | 14.228.906        | 53,09         | 175       |
| Pinhal Interior Sul   | 157        | 15.988.530        | 12.326.851        | 8.560.082         | 35,08         | 357       |
| Beira Interior Sul    | 60         | 3.168.730         | 2.683.137         | 1.895.145         | 6,95          | 40        |
| Cova da Beira         | 31         | 2.219.800         | 1.858.594         | 1.291.045         | 4,87          | 24        |
| Não Regionalizável    | 3          | 771.937           | 771.937           | 449.662           | 1,69          |           |
| <b>Total</b>          | <b>382</b> | <b>46.344.427</b> | <b>39.880.147</b> | <b>26.424.840</b> | <b>101,69</b> | <b>26</b> |

## 8. Medida II.8 - Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social

### Enquadramento

A Medida II.8 identifica-se por apoiar projectos formativos que se enquadrem nos seguintes domínios de intervenção: 1) Promoção da empregabilidade em sectores de actividade relacionados com os recursos específicos dos territórios de intervenção e 2) Formação para a integração social. Estas duas linhas de acção concorrem para a valorização dos recursos humanos e de promoção da coesão social que, globalmente, se articulem e convirjam para a prossecução dos objectivos das medidas –3 a 7 do Eixo II.

As referidas medidas correspondem às diferentes AIBT (Acções Integradas de Base Territorial) que integram este Eixo Prioritário – Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias (medida 3), Turismo e Património no Vale do Côa (medida 4), Serra da Estrela (medida 5) e Pinhal Interior – (medida 6 – FEDER e medida 7 - FEOGA-O).

Na sequência da reprogramação do POCentro, a Medida II.8 passou a integrar outra linha de acção que corresponde à *formação para o fomento da empregabilidade na requalificação das cidades*, em resultado da fusão da medida II.2 e II.8, e, desta forma, a apoiar projectos que concorram para os objectivos específicos da Medida II.1 – Acção Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades – componente territorial (FEDER). Desde Dezembro de 2005 que a Medida em apreço viu alargado o seu domínio de intervenção às 7 cidades Polis da Região Centro, assim passou também a apoiar projectos formativos que promovam as competências profissionais relacionadas com o desenvolvimento do espaço urbano.

O âmbito geográfico desta Medida é extenso, uma vez que inclui um conjunto alargado de territórios previamente definidos e que constituem as diferentes AIBT. Estas correspondem a espaços rurais onde são visíveis as marcas de ruralidade, desde a arquitectura popular até ao frágil tecido económico e social que são causa e consequência do despovoamento e envelhecimento populacional. Inseridos na AIBT encontramos também um conjunto restrito de



territórios urbanos, com destaque para as sedes de concelho do interior da Região, cujo dinamismo económico, social e cultural tem vindo a impulsionar dinâmicas positivas de desenvolvimento local e têm sido o suporte estratégico para o desenvolvimento das sub-regiões onde se inserem.

São pois territórios que se desenvolvem a diferentes velocidades e que tornam as AIBT com diferentes níveis e intensidades diferenciadas nos territórios. Todavia persiste um conjunto de características sócio-económicas comuns que discriminam, pela negativa, estes territórios. A título de exemplo poderemos referir: o êxodo da população jovem, uma estrutura etária envelhecida na base e no topo, as reduzidas oportunidades de formação e emprego qualificado, uma estrutura de qualificações muito baixa e níveis elevados de analfabetismo e iliteracia. Também em ambas as situações, e à semelhança do que encontramos ao nível regional e nacional, está patente a diminuição do potencial de criação de emprego. A intervenção da medida II.8 tem procurado, dentro das suas limitações, ajudar a “transformar” algumas dessas vulnerabilidades em oportunidades de desenvolvimento.

Persistem alguns constrangimentos, sendo que um dos principais se prende com a adequada e necessária convergência dos objectivos das formações previstas/propostas com os objectivos específicos das diferentes AIBT resultantes de problemáticas mas também de estratégias de intervenção preconizadas. A grande maioria dos promotores baseia as suas propostas de formação nos públicos alvo e não nas áreas específicas e adaptadas a cada AIBT, evidenciando um desajuste e uma falta de inovação e de criatividade perante as diversas situações encontradas.

Neste contexto e perante estes constrangimentos, a estrutura afecta à Medida II.8 e os respectivos Coordenadores das AIBT têm vindo a reforçar o seu trabalho junto das entidades que pretendem apresentar projectos formativos, por forma a que as candidaturas respondam às necessidades identificadas e que, ao mesmo tempo, se enquadrem nos objectivos estratégicos e correspondam às necessidades formativas específicas para cada AIBT, fazendo adaptar os cursos e os respectivos planos curriculares à realidade local/regional.

Os promotores têm manifestado maior motivação para apresentar projectos formativos mais genéricos do que investir em soluções formativas inovadoras, contextualizadas com o território, e de maior impacto na qualificação dos “beneficiários da formação”. A isso não será também estranho o facto das condições de financiamento das referidas acções apoiadas pelo FSE no âmbito das AIBT serem idênticas às praticadas no Âmbito do POEFDS. De referir, a este propósito, que a equipa técnica tem sido exigente no sentido de evitar sobreposições, o que nem sempre se revela fácil de conseguir em virtude de as 2 linhas de acção da Medida estarem muito próximas daquilo que são as áreas preferenciais de intervenção do POEFDS, nomeadamente os objectivos preconizados para destinatários desempregados.

Em suma, estes factos justificam por si só uma modesta adesão ao financiamento de projectos previstos por esta Medida.

Importa ainda lembrar que na estrutura inicial do Eixo II não ficou estabelecido qual o papel dos coordenadores das AIBT quanto à implementação da Medida II.8. Desta forma, e porque a estrutura de Gestão concluiu da necessidade de encontrar formas de vinculação formal, estes passaram a emitir um “parecer de enquadramento” de todos os projectos formativos a desenvolver em cada uma das AIBT. Esta prática passou a ser contemplada no manual de procedimentos relativos às Medidas financiadas pelo FSE no âmbito do Eixo II e revelou-se positiva. Esta atitude tem vindo a ser progressivamente assumida e, neste sentido, é notória a aproximação dos níveis de execução aos da programação previamente estabelecida, com reflexos no alcance dos objectivos definidos quanto ao desenvolvimento dos recursos humanos e à promoção da coesão social dos territórios abrangidos.

A regulamentação específica aplicável ao Eixo Prioritário II não previu a existência de uma Unidade de Gestão dedicada a apreciar projectos financiados pela FSE, razão pela qual estes projectos são apreciados ou em Unidade de Gestão Plenária ou, em alternativa, nas diferentes Secções da Unidade de Gestão do Eixo II que correspondem a cada uma das AIBT. Por este mesmo motivo, a Medida II.8 está intimamente ligada às diferentes AIBT que integram o Eixo II.

### *Candidaturas apreciadas*

Foram 67 os pedidos de financiamento apresentados até 31 de Dezembro de 2005, tendo 3 sido considerados desistentes, a pedido das entidades promotoras. Além das desistências verificadas, foram indeferidos 5 pedidos por não se enquadrarem nos objectivos estratégicos das AIBT para as quais as formações propostas iriam incidir. Verifica-se que a linha de acção “promoção da empregabilidade em sectores de actividades relacionadas com os recursos específicos dos territórios de intervenção” tem obtido, por parte dos promotores, uma maior adesão em termos de orientação dos projectos formativos propostos, reforçando, desta forma, o interesse em dotar de recursos humanos qualificados sectores de actividade tradicionais. De salientar que à Linha de Acção correspondente à Requalificação das Cidades apenas foi apresentada 1 candidatura, uma vez que a alteração ao Regulamento específico da Medida ocorreu já em Dezembro de 2005 e, portanto, foi muito limitado o prazo para que as potenciais entidades apresentassem as candidaturas a esta linha de acção.

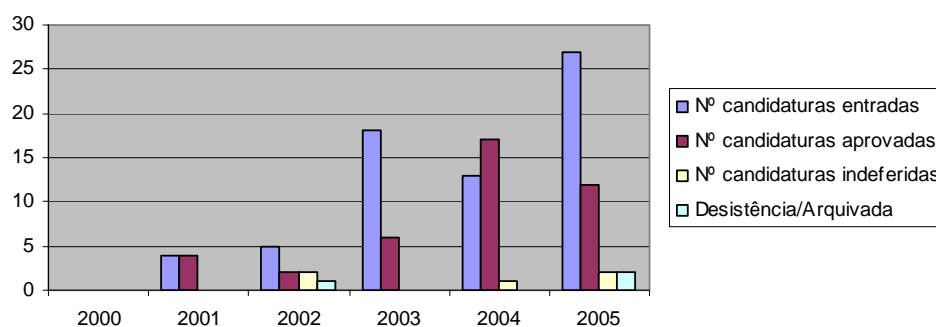
Significa, portanto, que no final de 2005 a Medida tinha 67 projectos entrados na EAT/FSE, destes 41 haviam sido aprovados, 8 foram objecto de parecer desfavorável ou considerado desistente e 18 transitaram para análise para 2006 (11 dos quais já se encontram aprovados e homologados, 1 apenas aprovado e 6 estão em análise). De referir que os projectos transitados resultam, em grande medida, das exigências formais e substantivas (sobretudo estas) colocadas pela EAT/FSE relativamente a esses projectos. Ou seja, enquanto subsistirem dúvidas ou reservas nenhum projecto é submetido a parecer da UG. Tal facto acarreta um trabalho acrescido junto e com as entidades titulares dos pedidos de forma a que os obstáculos à aprovação dos projectos sejam plenamente ultrapassados.

### **Candidaturas Entradas e Apreciadas - Situação em 31/12/2005**

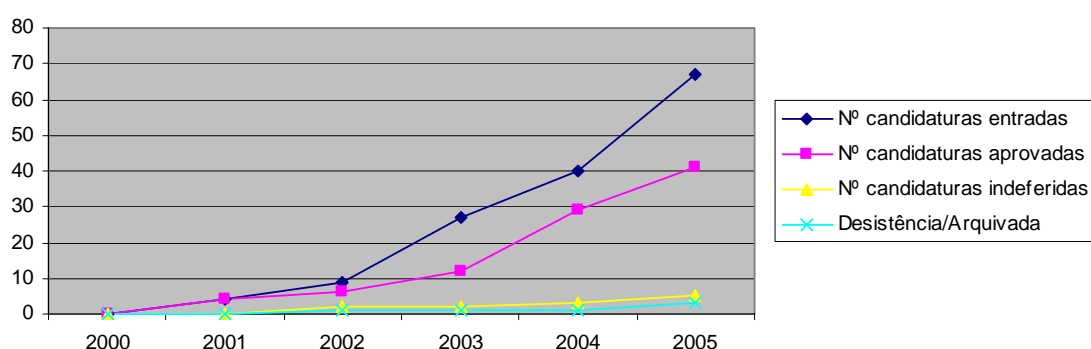
| Medida 2.8<br>Linha de<br>Acção | Entradas  | Decididas em UG         |                      | Apreciadas em<br>UG e em fase de<br>Audiência<br>Prévia | Decididas (Homologadas) |             |
|---------------------------------|-----------|-------------------------|----------------------|---|-------------------------|-------------|
|                                 |           | Parecer<br>Desfavorável | Parecer<br>Favorável |   | Aprovadas               | Indeferidas |
| A - Empregabilidade             | 50        | 4 (*)                   | 34                   | 0   | 34                      | 1           |
| B - Integração social           | 16        | 4                       | 7                    | 0   | 7                       | 4           |
| C - Requalif. Cidades           | 1         |                         |                      | 0   |                         |             |
| <b>Total da Medida</b>          | <b>67</b> | <b>8</b>                | <b>41</b>            | <b>0</b>  | <b>41</b>               | <b>5</b>    |

(\*) inclui 3 desistência

**Número de candidaturas entradas, aprovadas, indeferidas ou arquivadas por anos**

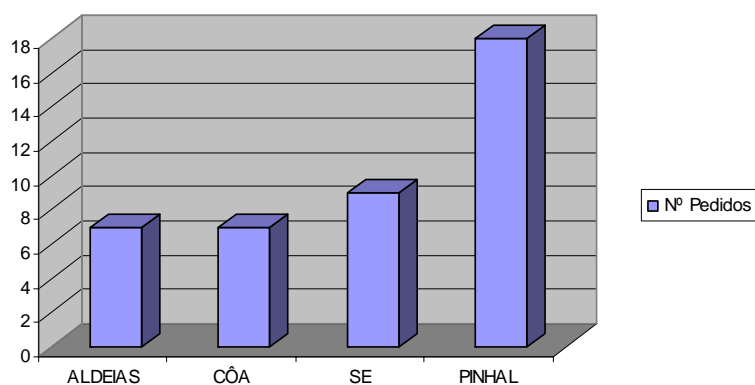


**Número de candidaturas entradas, aprovadas, indeferidas ou arquivadas por anos**

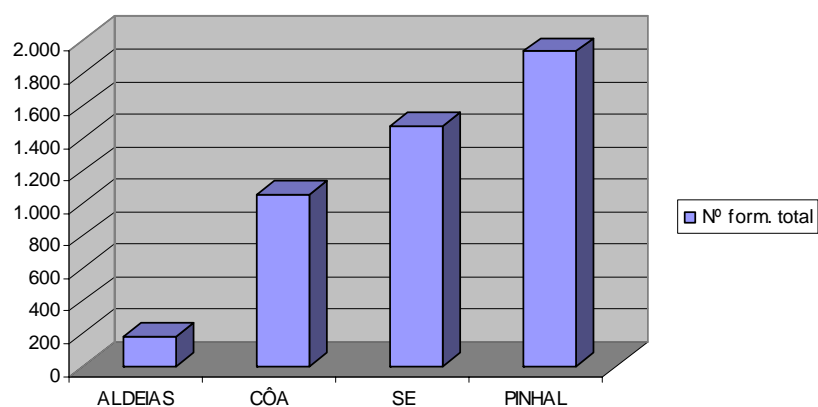


No ano de 2005 foram aprovados 12 pedidos que englobavam a realização de 62 cursos desdobrados por 117 acções envolvendo 1469 formandos. Tem um volume de formação previsto de 379936 horas. Ao analisar estes dados por AIBT verifica-se algumas discrepâncias, sendo de destacar a AIBT do Pinhal que concentra o maior número de candidaturas e, consequentemente de formandos e de volume de formação. A AIBT das Aldeias é a que apresenta o valor mais baixo de candidaturas aprovadas, no entanto, no que diz respeito ao volume de formação destaca-se do conjunto por apresentar valores significativos.

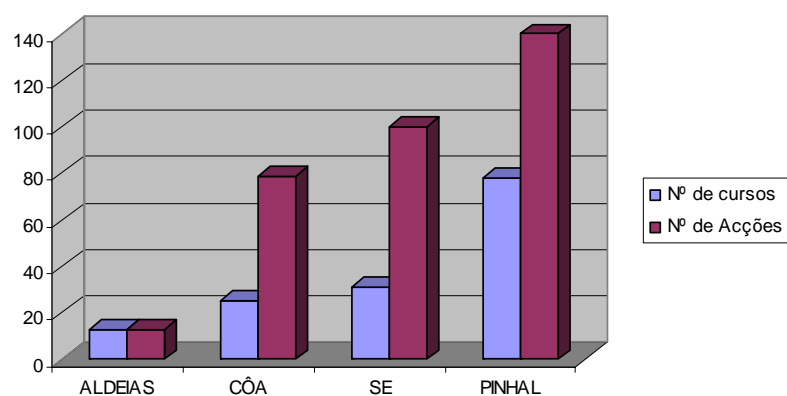
**Número de Pedidos de Financiamento aprovados por AIBT até 31 de Dezembro de 2005**



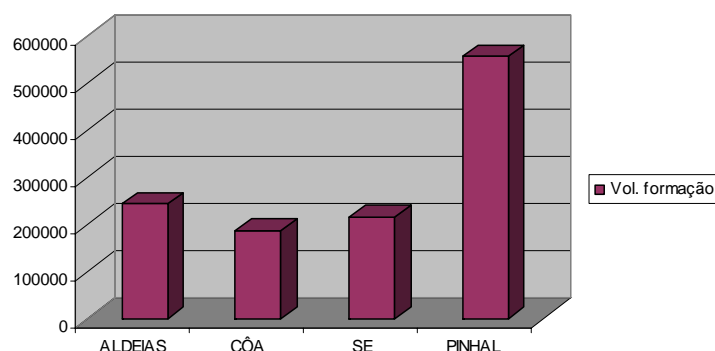
**Número de formandos aprovados por AIBT até 31 de Dezembro de 2005**



**Número de cursos e acções aprovadas por AIBT até 31 de Dezembro de 2005**



**Volume de formação aprovados por AIBT até 31 de Dezembro de 2005**



O total da despesa pública do conjunto dos pedidos de financiamento aprovados e homologados é de 10.896.974€, sendo este montante co-financiado pelo FSE 8.172.730€ e o restante financiado pelo Orçamento da Segurança Social (OSS). Destes, 2.100.241€ da despesa pública e 1.575.180€ do fundo foram aprovados durante o ano de 2005, o que revela um forte impulso nas aprovações, muito embora não anulando, apenas atenuando, o baixo desempenho da medida

Do atrás referido ressalta que a medida 2.8 apresentou, em 2005, uma dinâmica mais promissora na concretização dos objectivos inicialmente definidos. Saliente-se que tem vindo a verificar-se um acréscimo de desempenho da medida, nomeadamente com intervenções nas diferentes AIBT, havendo por isso maior dispersão territorial do investimento na promoção do desenvolvimento dos recursos humanos e da coesão social. Contudo, apesar da melhoria no desempenho, os valores em termos de aprovação e execução são considerados insuficientes atendendo aos valores programados para a Medida.

#### Execução

Se considerarmos os valores de execução totais, 2000-2005, verificamos que a execução da medida está abaixo do programado.

A alteração ao Regulamento Específico que ocorreu no último mês de 2005, resultante da fusão da medida II.2 e II.8, não foi, obviamente, suficiente para alterar os valores de execução de 2005, pois até ao final desse ano apenas deu entrada uma candidatura para ser apreciada.

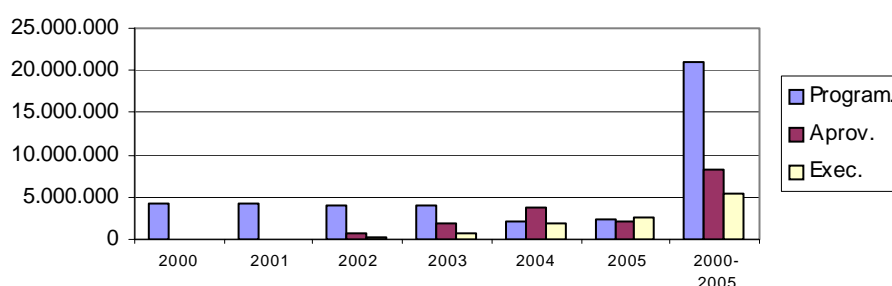
Ao longo dos últimos anos verificámos uma aproximação evidente entre os valores de programação, aprovação e execução, com destaque para 2005, ano em que os valores executados foram ligeiramente superiores ao que foram inicialmente programados.

#### Aprovações e Execução Financeira - Situação a 31 de Dezembro de 2005

Unidade: euros

| Ano                      | Programação       |                   | Aprovações        |                  | Execução         |                  | Taxas(%)    |             |             |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|-------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo            | D. Pública       | Fundo            | A/Prog      | Exc./Prog   | Exec/A      |
| 2000                     | 4.316.920         | 3.237.692         |                   |                  |                  |                  |             |             |             |
| 2001                     | 4.170.770         | 3.128.079         |                   |                  |                  |                  |             |             |             |
| 2002                     | 4.022.547         | 3.016.911         | 659.681           | 494.761          | 323.664          | 242.748          | 16,4        | 8,0         | 49,1        |
| 2003                     | 3.929.064         | 2.946.800         | 1.794.969         | 1.346.227        | 738.858          | 554.144          | 45,7        | 18,8        | 41,2        |
| 2004                     | 2.233.636         | 1.675.228         | 3.724.417         | 2.793.313        | 1.960.842        | 1.470.631        | 166,7       | 87,8        | 52,6        |
| 2005                     | 2.296.895         | 1.722.673         | 2.100.241         | 1.575.180        | 2.513.681        | 1.885.263        | 91,4        | 109,4       | 119,7       |
| 2000-2005                | 20.969.832        | 15.727.383        | 8.279.308         | 6.209.481        | 5.537.045        | 4.152.786        | 39,5        | 26,4        | 66,9        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>23.322.225</b> | <b>17.491.678</b> | <b>10.896.974</b> | <b>8.172.730</b> | <b>5.537.045</b> | <b>4.152.786</b> | <b>46,7</b> | <b>23,7</b> | <b>50,8</b> |

### Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução - Medida 2.8



#### *Linhas de acção e sectores apoiados: aprovações e execução*

Embora sem dotação financeira específica, está previsto em Regulamento que a medida consagre três tipologias de projectos elegíveis (linhas de acção): 1) Formação associados à empregabilidade em sectores de actividade relacionados com os recursos específicos dos territórios de intervenção (tipologia A), 2) Integração social (tipologia B) e 3) Formação para o fomento da empregabilidade na requalificação das cidades (tipologia C).

Dos projectos aprovados, a maioria (34) insere-se na Tipologia A, e os restantes 7 dizem respeito ao segundo domínio de intervenção previsto. Na terceira tipologia ainda não foi aprovado nenhum projecto.

Do conjunto, parece existir, da parte dos promotores uma prevalência pela tipologia de acções relacionadas com a promoção da empregabilidade. Convém referir que alguns dos pedidos de financiamento abrangidos por esta tipologia são destinados a públicos alvo perfeitamente enquadrados numa perspectiva de integração social. Significa que, nestes casos, embora o objectivo seja a promoção da empregabilidade em sectores relacionados com os recursos específicos do território, a formação para a integração social está presente na forma como a formação está prevista a ser realizada e nos públicos alvo a que se destina.

A questão da **integração social** é um objectivo estratégico da Medida II.8. Para além das questões formais e substantivas as decisões relativamente aos projectos apresentados a financiamento à estrutura de gestão assenta numa análise multicritério que permite identificar, nomeadamente, os projectos de formação que melhor garantam a prossecução das prioridades da política regional, nacional e comunitária, designadamente as relacionadas com a Estratégia Europeia do Emprego, no qual se insere a política nacional do Plano Nacional de Emprego (PNE), com a igualdade de oportunidades e com o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI).

O potencial de integração social dos pedidos de financiamento é, assim, aferido pela adequação da resposta dos projectos formativos às necessidades específicas de determinados grupos sociais no acesso ao mercado de trabalho por via da formação, e se essa resposta é dada através de uma abordagem múltipla e integrada. Procura-se, desta forma, garantir se os projectos de formação estimulam e promovem a empregabilidade de grupos específicos, nomeadamente os que apresentam problemas particulares no acesso ao mercado de trabalho.

Saliente-se que inúmeros cursos integram módulos relacionados com a criação de “pequenas iniciativas empresariais”, cujo fundamentação assenta na necessidade de preparar os formandos para as exigências de um mercado de trabalho cada vez mais aberto a iniciativas inovadoras.

São quatro os **domínios de intervenção** previstos em Complemento de Programação. Até final de 2005 os projectos aprovados apresentam uma incidência maior, em termos financeiros, no

domínio 167 - Formação profissional específica das PME e do artesanato o que denota e reforça, face aos anos anteriores, uma procura de formação em domínios relacionados com as actividades locais e artesanais. Assume, também, particular significado o número de projectos de formação profissional relacionado com o Turismo (domínio 174) o que traduz bem ser esta uma actividade estratégica e vital para o desenvolvimento dos territórios objecto das intervenções da diferentes AIBT.

**Aprovações e Execução Financeira por linha de acção e domínio de intervenção**  
- Situação a 31 de Dezembro de 2005

Unidade: Euros

| Linha de Acção e domínio de intervenção | Aprovações |                   |                  |            | Execução (2000-2005) |                  |
|---|------------|-------------------|------------------|------------|----------------------|------------------|
|   | Nº Proj.   | D. Pública        | Fundo            | %          | D. Pública           | Fundo            |
| A - Promoção da empregabilidade         | 34         | 8.936.683         | 6.702.512        | 82         | 4.655.966            | 3.491.976        |
| B - Formação para a integração social   | 7          | 1.960.290         | 1.470.218        | 18         | 881.080              | 660.810          |
| C - Requalificação das Cidades          | 0          | 0                 | 0                |            | 0                    | 0                |
| <b>Total</b>                            | <b>41</b>  | <b>10.896.974</b> | <b>8.172.730</b> | <b>100</b> | <b>5.537.045</b>     | <b>4.152.786</b> |
| 24 - Adapt, espírito empresa e inovação | 4          | 1.235.159         | 926.369          | 11         | 411.028              | 308.271          |
| 174 - FP específica do turismo          | 18         | 4.280.461         | 3.210.346        | 39         | 1.953.240            | 1.464.930        |
| 167 - FP específica PME e artesanato    | 16         | 5.143.389         | 3.857.542        | 47         | 3.030.048            | 2.272.538        |
| 128 - FP específica da silvicultura     | 3          | 237.965           | 178.474          | 2          | 142.729              | 107.047          |
| <b>Total</b>                            | <b>41</b>  | <b>10.896.974</b> | <b>8.172.730</b> | <b>100</b> | <b>5.537.045</b>     | <b>4.152.786</b> |

Relativamente à distribuição sectorial, e tendo em consideração a tipologia de projectos elegíveis nesta medida, esta apenas se refere ao sector da "formação profissional e emprego".

**Aprovações e Execução Financeira por Sector - Situação a 31 de Dezembro de 2005**

Unidade: Euros

| Sector                          | Aprovações |                   |                  |            | Execução (2000-2005) |                  |
|---------------------------------|------------|-------------------|------------------|------------|----------------------|------------------|
|                                 | Nº Proj.   | D. Pública        | Fundo            | %          | D. Pública           | Fundo            |
| Formação profissional e emprego | 41         | 10.896.974        | 8.172.730        | 100        | 5.537.045            | 4.152.786        |
| <b>Total</b>                    | <b>41</b>  | <b>10.896.974</b> | <b>8.172.730</b> | <b>100</b> | <b>5.537.045</b>     | <b>4.152.786</b> |

O quadro seguinte dá conta dos valores atingidos, em termos de indicadores físicos, com os projectos aprovados e valores executados até final de 2005.

Estes indicadores evidenciam que a Medida apresenta um melhor desempenho físico que financeiro (aprovado e executado), tendência já manifestada em anos anteriores, prevendo-se que os valores previstos para 2006 sejam naturalmente alcançados, caso se mantenha o actual ritmo de execução.

Embora quantitativamente reduzidos os valores alcançados traduzem uma pequena contribuição para a prossecução dos princípios previstos na Estratégia Europeia do Emprego, nomeadamente, no que se refere à igualdade de oportunidades e formação ao longo da vida e, ainda, para a prossecução das prioridades horizontais associadas à sociedade de informação e ao ambiente. Tratando-se de formações que ocorrem em territórios de baixa densidade, marcados por profundas assimetrias face aos territórios mais dinâmicos, e que evidenciam lentos processos de perda, estas iniciativas, mas fundamentalmente para aqueles que nelas se vêm envolvidas, são verdadeiros estímulos e incentivos a que algo de positivo pode ser encetado para ajudar a "desencravar" estes territórios.

Merece também realce a importância das acções de formação profissional que envolveram activos, o que denota por parte das entidades promotoras, uma preocupação acrescida com a formação ao longo da vida. Como estas formações incidiram, preferencialmente, sobre actividades de relevância estratégica para os diferentes territórios – nomeadamente valorização das actividades tradicionais, floresta e turismo – este facto assume especial importância.

A distribuição dos formandos por sexo revela uma forte motivação das mulheres para participarem em acções de formação.

#### Indicadores de acompanhamento - Situação 31/12/2005

| Indicador Físico     | Unidade | Valor Previsto 2006 | Valores previstos nos Proj. Aprovados até 31/12/2004 | Executado até 31/12/2004 | Valores previstos nos Proj. Aprovados até 31/12/2005 | Executado até 31/12/2005 |
|----------------------|---------|---------------------|--|--------------------------|--|--------------------------|
| <b>Formandos:</b>    | nº      | 3.700               | <b>3.180</b>   | <b>1545</b>              | <b>4.649</b>   | <b>2.148</b>             |
| Homens               | nº      | 1.700               | 1.722  | 644                      | 2.475  | 983                      |
| Mulheres             | nº      | 2.000               | 1.458  | 901                      | 2.174  | 1.165                    |
| Empregados           | nº      | (1)                 | 2.410  | 891                      | 3.591  | 1.260                    |
| Desempregados        | nº      | (1)                 | 770  | 654                      | 1.058  | 888                      |
| Acções Ambientais    | nº      | (1)                 | 1.366  | 716                      | 1.599  | 1.319                    |
| Acções TIC           | nº      | (1)                 | 1.208  | 728                      | 1.534  | 1.013                    |
| <b>Total Acções:</b> | nº      | (1)                 | <b>215</b>   | <b>115</b>               | <b>332</b>   | <b>160</b>               |
| Domínio do Ambiente  | nº      | (1)                 | 93   | 48                       | 111  | 89                       |
| Domínio das TIC      | nº      | (1)                 | 92   | 53                       | 117  | 78                       |
| Volume de Formação   | horas   | (1)                 | <b>822.567</b>                                       | <b>424.543</b>           | <b>1.202.503</b>                                     | <b>723.961</b>           |
| Custo Total          | euros   |                     | <b>7.520.986</b>                                     | <b>3.023.364</b>         | <b>10.896.974</b>                                    | <b>5.537.045</b>         |

(1) Não previsto em Complemento de Programação

#### Incidência territorial do investimento aprovado

Mantêm-se a tendência manifestada em anos anteriores relativamente à incidência territorial do investimento aprovado, ou seja, uma incidência territorial difusa.

#### Distribuição geográfica do investimento aprovado

Unidade: Euros

| NUT III                | Nº Proj.  | Custo total       | D. Pública        | Fundo            | Incidência CT |          |
|------------------------|-----------|-------------------|-------------------|------------------|---------------|----------|
|                        |           |                   |                   |                  | %             | por hab. |
| Pinhal Interior Norte  | 5         | 1.446.420         | 1.446.420         | 1.084.815        | 33            | 7        |
| Dão-Lafões             | 5         | 1.381.420         | 1.381.420         | 1.036.065        | 31            | 5        |
| Serra da Estrela       | 2         | 22.826            | 22.826            | 17.120           | 1             | 0        |
| Beira Interior Norte   | 4         | 1.165.602         | 1.165.602         | 874.201          | 26            | 7        |
| Cova da Beira          | 3         | 423.815           | 423.815           | 317.861          | 10            | 5        |
| Não Regionalizável     | 22        | 6.456.890         | 6.456.890         | 4.842.667        | 0             |          |
| <b>Total da Medida</b> | <b>41</b> | <b>10.896.974</b> | <b>10.896.974</b> | <b>8.172.730</b> | <b>100</b>    |          |

A distribuição relevante não deverá ser a unidade territorial NUT, uma vez que das dez NUT's da Região Centro apenas 5 integram concelhos sobre os quais incidem as diferentes Acções Integradas de Base territorial que integram o Eixo 2 do Programa Operacional da Região Centro.



**V**

**Eixo Prioritário III**  
Intervenções da Administração Central  
Regionalmente Desconcentradas



## 1. Eixo III – Enquadramento e síntese da execução

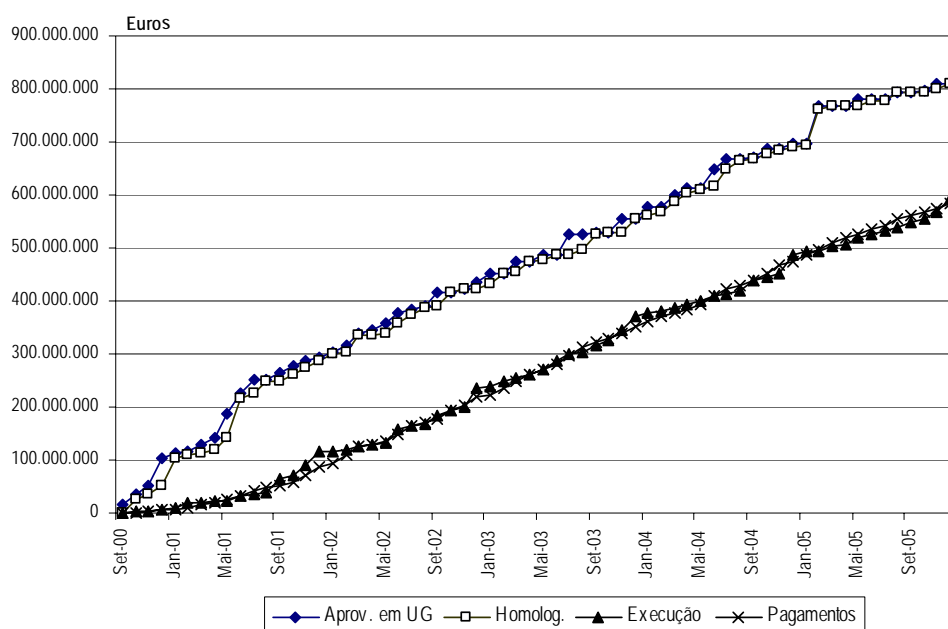
Até finais de 2005 foram realizadas 87 reuniões da Unidade de Gestão do Eixo III e suas secções, tendo sido apreciadas 14.907 candidaturas, das quais 12.011 tiveram parecer favorável.

As candidaturas indeferidas dizem respeito às medidas 3.1- Educação, 3.3- Promoção do emprego e da empregabilidade a nível local, 3.11-Economia, 3.14- Agricultura e 3.16 - Pescas.

O grande volume de candidaturas apreciadas na Medida da Agricultura é devido, essencialmente, aos projectos de apoio à pequena agricultura, com uma dimensão de investimento muito baixa.

O ritmo das aprovações, execução e pagamentos tem tido um comportamento normal, sendo de realçar o arranque mais significativo da execução a partir do último trimestre de 2001, mantendo-se, a partir desse período, um incremento proporcional ao das aprovações.

**Evolução das aprovações, execução e pagamentos**

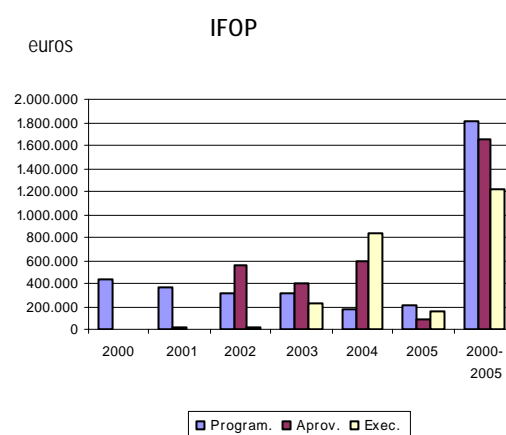
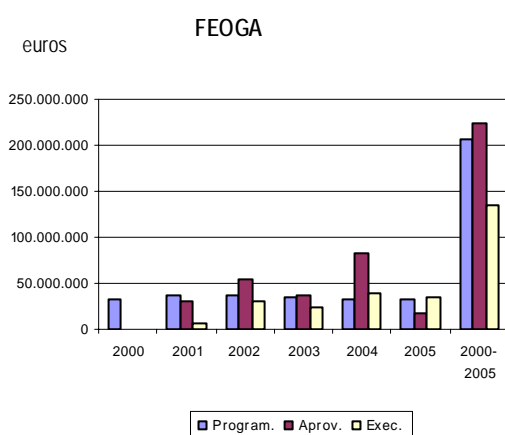
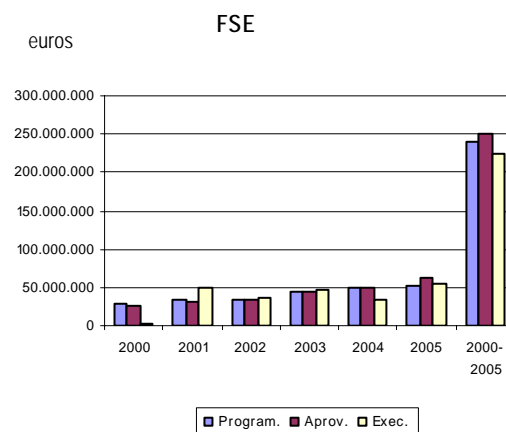
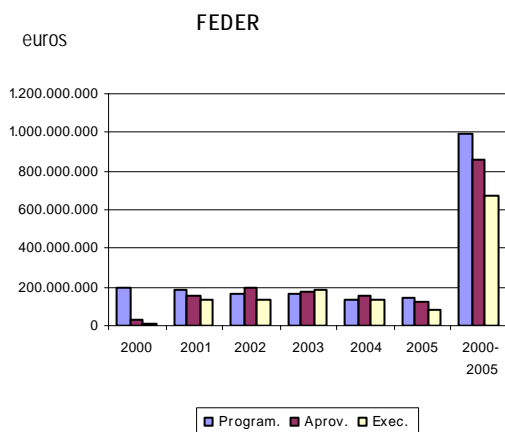


De assinalar, ainda, o facto da homologação pelos membros do governo, dos projectos com parecer favorável da Unidade de Gestão, ter ocorrido dentro de prazos aceitáveis. Das candidaturas com parecer favorável em Unidade de Gestão foram aprovados, até ao final do ano, 11.091 projectos (excluindo as desistências de projectos aprovados). É de referir, contudo, que em 2005, na medida 3.14, o ritmo de homologação da decisão das candidaturas diminuiu significativamente devido à orientação do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas de suspender temporariamente a aprovação de novos projectos.

O total das aprovações, atinge valor de 1.398,9 milhões de Euros, 84,6% do total programado para o Eixo III e 92,7% do valor programado para 2000 a 2005. A execução, ficou bastante abaixo do aprovado para esses anos, 77,6%, devido ao natural deferimento entre a realização da despesa pelo beneficiário final e a sua validação, para além de algum atraso no lançamento das acções.

Unidade: Euros

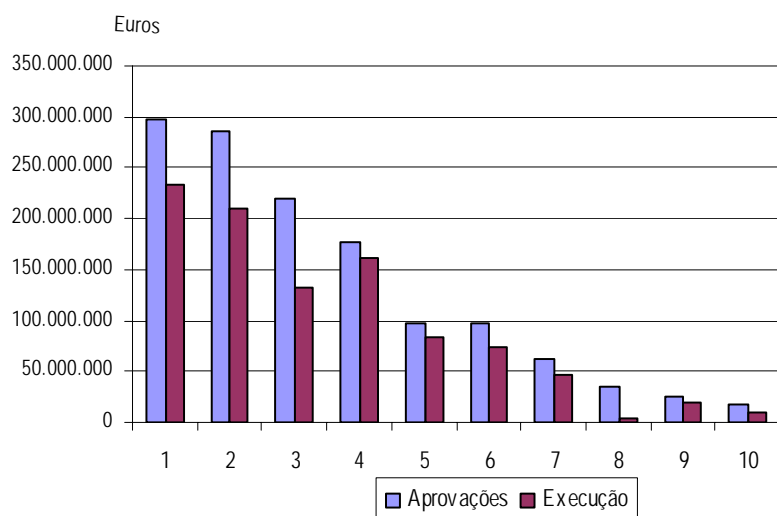
| Ano       | Fundo        | Programação          |                    | Aprovação            |                    | Execução             |                    | Taxas(%)     |              |             |
|-----------|--------------|----------------------|--------------------|----------------------|--------------------|----------------------|--------------------|--------------|--------------|-------------|
|           |              | D. Pública           | Fundo              | D. Pública           | Fundo              | D. Pública           | Fundo              | A/P          | E/P          | E/A         |
| 2000      | FEDER        | 193.401.614          | 107.945.188        | 35.581.261           | 17.935.545         | 6.933.099            | 5.199.824          | 18,4         | 3,6          | 19,5        |
|           | FSE          | 28.187.190           | 17.449.033         | 25.132.270           | 15.525.614         | 3.021.908            | 1.737.597          | 89,2         | 10,7         | 12,0        |
|           | FEOGA        | 33.040.927           | 24.308.185         | 0                    | 0                  | 0                    | 0                  | 0,0          | 0,0          |             |
|           | IFOP         | 432.978              | 314.978            | 0                    | 0                  | 0                    | 0                  | 0,0          | 0,0          |             |
|           | <b>Total</b> | <b>255.062.709</b>   | <b>150.017.384</b> | <b>60.713.531</b>    | <b>33.461.159</b>  | <b>9.955.007</b>     | <b>6.937.421</b>   | <b>23,8</b>  | <b>3,9</b>   | <b>16,4</b> |
| 2001      | FEDER        | 184.616.822          | 101.902.379        | 158.713.915          | 86.912.263         | 133.450.420          | 73.770.778         | 86,0         | 72,3         | 84,1        |
|           | FSE          | 32.956.255           | 20.124.990         | 32.514.742           | 19.769.255         | 48.595.687           | 29.886.160         | 98,7         | 147,5        | 149,5       |
|           | FEOGA        | 36.925.782           | 27.166.270         | 31.327.888           | 22.163.311         | 6.118.148            | 4.393.736          | 84,8         | 16,6         | 19,5        |
|           | IFOP         | 357.977              | 261.977            | 16.180               | 12.135             | 4.194                | 3.145              | 4,5          | 1,2          | 25,9        |
|           | <b>Total</b> | <b>254.856.836</b>   | <b>149.455.616</b> | <b>222.572.723</b>   | <b>128.856.964</b> | <b>188.168.448</b>   | <b>108.053.819</b> | <b>87,3</b>  | <b>73,8</b>  | <b>84,5</b> |
| 2002      | FEDER        | 165.127.965          | 92.605.269         | 194.801.856          | 98.307.621         | 132.051.798          | 74.613.737         | 118,0        | 80,0         | 67,8        |
|           | FSE          | 34.494.771           | 20.854.817         | 34.599.208           | 20.881.914         | 36.432.532           | 22.064.499         | 100,3        | 105,6        | 105,3       |
|           | FEOGA        | 37.419.227           | 27.529.297         | 54.003.799           | 39.326.422         | 31.171.197           | 22.662.921         | 144,3        | 83,3         | 57,7        |
|           | IFOP         | 319.977              | 234.977            | 554.731              | 416.048            | 11.827               | 8.870              | 173,4        | 3,7          | 2,1         |
|           | <b>Total</b> | <b>237.361.940</b>   | <b>141.224.360</b> | <b>283.959.594</b>   | <b>158.932.005</b> | <b>199.667.355</b>   | <b>119.350.027</b> | <b>119,6</b> | <b>84,1</b>  | <b>70,3</b> |
| 2003      | FEDER        | 165.872.902          | 93.442.972         | 180.707.453          | 93.973.790         | 186.937.356          | 90.258.926         | 108,9        | 112,7        | 103,4       |
|           | FSE          | 43.090.592           | 25.750.582         | 45.241.404           | 27.335.827         | 47.106.096           | 28.461.513         | 105,0        | 109,3        | 104,1       |
|           | FEOGA        | 34.200.489           | 25.162.446         | 37.122.373           | 26.250.978         | 24.686.782           | 17.529.073         | 108,5        | 72,2         | 66,5        |
|           | IFOP         | 319.977              | 234.977            | 404.030              | 327.200            | 219.079              | 175.212            | 126,3        | 68,5         | 54,2        |
|           | <b>Total</b> | <b>243.483.960</b>   | <b>144.590.977</b> | <b>263.475.260</b>   | <b>147.887.795</b> | <b>258.949.311</b>   | <b>136.424.724</b> | <b>108,2</b> | <b>106,4</b> | <b>98,3</b> |
| 2004      | FEDER        | 135.801.115          | 76.304.044         | 160.261.465          | 89.108.132         | 129.815.985          | 68.055.234         | 118,0        | 95,6         | 81,0        |
|           | FSE          | 49.693.732           | 30.030.276         | 49.176.730           | 29.635.460         | 34.136.191           | 20.328.536         | 99,0         | 68,7         | 69,4        |
|           | FEOGA        | 32.591.317           | 23.977.521         | 83.225.522           | 56.799.803         | 38.130.048           | 26.720.493         | 255,4        | 117,0        | 45,8        |
|           | IFOP         | 177.637              | 139.977            | 595.867              | 513.474            | 835.044              | 659.498            | 335,4        | 470,1        | 140,1       |
|           | <b>Total</b> | <b>218.263.801</b>   | <b>130.451.818</b> | <b>293.259.583</b>   | <b>176.056.867</b> | <b>202.917.269</b>   | <b>115.763.762</b> | <b>134,4</b> | <b>93,0</b>  | <b>69,2</b> |
| 2005      | FEDER        | 143.809.495          | 82.951.308         | 127.175.386          | 74.346.686         | 84.355.370           | 48.695.943         | 88,4         | 58,7         | 66,3        |
|           | FSE          | 52.487.154           | 31.681.099         | 63.731.947           | 38.576.226         | 54.745.718           | 33.158.054         | 121,4        | 104,3        | 85,9        |
|           | FEOGA        | 32.493.388           | 23.905.475         | 17.876.387           | 12.968.933         | 35.648.931           | 25.011.176         | 55,0         | 109,7        | 199,4       |
|           | IFOP         | 205.997              | 162.977            | 87.911               | 69.300             | 148.740              | 113.727            | 42,7         | 72,2         | 169,2       |
|           | <b>Total</b> | <b>228.996.034</b>   | <b>138.700.859</b> | <b>208.871.631</b>   | <b>125.961.145</b> | <b>174.898.758</b>   | <b>106.978.899</b> | <b>91,2</b>  | <b>76,4</b>  | <b>83,7</b> |
| 2000-2005 | FEDER        | 988.629.913          | 555.151.160        | 857.241.335          | 460.584.038        | 673.544.028          | 360.594.442        | 86,7         | 68,1         | 78,6        |
|           | FSE          | 240.909.694          | 145.890.797        | 250.396.300          | 151.724.295        | 224.038.131          | 135.636.359        | 103,9        | 93,0         | 89,5        |
|           | FEOGA        | 206.671.130          | 152.049.194        | 223.555.969          | 157.509.447        | 135.755.105          | 96.317.398         | 108,2        | 65,7         | 60,7        |
|           | IFOP         | 1.814.543            | 1.349.863          | 1.658.718            | 1.338.157          | 1.218.884            | 960.453            | 91,4         | 67,2         | 73,5        |
|           | <b>Total</b> | <b>1.438.025.280</b> | <b>854.441.014</b> | <b>1.332.852.322</b> | <b>771.155.936</b> | <b>1.034.556.148</b> | <b>593.508.652</b> | <b>92,7</b>  | <b>71,9</b>  | <b>77,6</b> |
| 2000-2006 | FEDER        | 1.117.418.597        | 632.488.782        | 892.509.762          | 480.898.444        | 673.544.028          | 360.594.442        | 79,9         | 60,3         | 75,5        |
|           | FSE          | 293.580.416          | 177.702.138        | 280.922.539          | 170.007.542        | 224.038.131          | 135.636.359        | 95,7         | 76,3         | 79,8        |
|           | FEOGA        | 240.233.426          | 176.741.063        | 223.768.744          | 157.669.028        | 135.755.105          | 96.317.398         | 93,1         | 56,5         | 60,7        |
|           | IFOP         | 2.049.320            | 1.537.000          | 1.700.603            | 1.369.571          | 1.218.884            | 960.453            | 83,0         | 59,5         | 71,7        |
|           | <b>Total</b> | <b>1.653.281.759</b> | <b>988.468.983</b> | <b>1.398.901.648</b> | <b>809.944.584</b> | <b>1.034.556.148</b> | <b>593.508.652</b> | <b>84,6</b>  | <b>62,6</b>  | <b>74,0</b> |



No seu conjunto, são as medidas com intervenção do FSE as que apresentam maiores taxas de execução, seguidas das com intervenção do FEDER. A partir do ano de 2004 será, ainda, de realçar a recuperação das medidas com intervenção do FEOGA e do IFOP, no que respeita a aprovações e execução quando comparado com o seu comportamento nos três primeiros anos. De realçar o elevado esforço desenvolvido nas medidas FEOGA e IFOP, o qual permitiu o cumprimento da regra  $n+2$  para o ano de 2005.

No Anexo VII consta a lista de projectos aprovados, montantes envolvidos e execução. O maior volume de aprovação diz respeito aos sectores da formação profissional e emprego, dos transportes, agricultura, energia, educação e desporto (84% do total), sectores correspondentes às medidas com maior volume financeiro programado.

## Despesa pública aprovada e executada segundo os principais sectores



- |                        |                             |
|------------------------|-----------------------------|
| 1 F. PROF. E EMPREGO   | 6 DESPORTO                  |
| 2 TRANSPORTES - Rodov. | 7 SAÚDE                     |
| 3 AGRICULTURA          | 8 INDÚSTRIA                 |
| 4 ENERGIA              | 9 AMBIENTE - Protecção Amb. |
| 5 EDUCAÇÃO             | 10 REVITALIZAÇÃO URBANA     |

Unidade: Euros

| Sector                      | Aprovações    |                      |                    |             | Execução (2000-2005) |                    |
|-----------------------------|---------------|----------------------|--------------------|-------------|----------------------|--------------------|
|                             | Nº Proj.      | D. Pública           | Fundo              | % (D. Púb.) | D. Pública           | Fundo              |
| AGRICULTURA                 | 9.151         | 219.198.375          | 154.241.252        | 16          | 132.149.784          | 93.613.407         |
| AMBIENTE                    | 140           | 25.356.069           | 18.994.280         | 2           | 20.013.052           | 14.987.018         |
| AMBIENTE - Protecção Amb.   | 139           | 24.858.620           | 18.621.193         | 2           | 19.515.603           | 14.613.932         |
| AMBIENTE - Resíduos Sólidos | 1             | 497.449              | 373.087            | 0           | 497.449              | 373.087            |
| ASSISTÊNCIA TÉCNICA         | 53            | 16.907.937           | 12.505.044         | 1           | 13.031.059           | 9.603.117          |
| CIÊNCIA E TECNOLOGIA        | 4             | 3.107.937            | 1.553.969          | 0           | 1.045.454            | 522.727            |
| COMÉRCIO                    | 3             | 14.606.545           | 5.579.857          | 1           | 8.602.160            | 3.227.435          |
| DESPORTO                    | 25            | 96.384.582           | 31.796.656         | 7           | 73.697.310           | 23.121.618         |
| EDUCAÇÃO                    | 164           | 96.660.768           | 70.669.480         | 7           | 83.253.878           | 61.131.088         |
| ENERGIA                     | 20            | 176.298.067          | 69.761.946         | 13          | 161.809.555          | 64.129.035         |
| F. PROF. E EMPREGO          | 1.185         | 297.787.486          | 180.006.343        | 21          | 232.618.568          | 140.676.121        |
| INDÚSTRIA                   | 10            | 35.732.890           | 18.783.265         | 3           | 4.088.387            | 1.981.467          |
| PAT. HIST./CULTURAL         | 14            | 8.853.461            | 6.393.099          | 1           | 7.242.643            | 5.311.533          |
| PESCAS                      | 21            | 12.170.695           | 9.222.139          | 1           | 10.130.478           | 7.644.149          |
| QUAL. DA AD. PÚBLICA        | 3             | 4.640.911            | 3.404.268          | 0           | 3.223.697            | 2.417.773          |
| REVITALIZAÇÃO URBANA        | 16            | 17.792.563           | 13.344.422         | 1           | 10.136.599           | 7.602.450          |
| SAÚDE                       | 44            | 62.000.067           | 46.344.959         | 4           | 46.028.149           | 34.366.021         |
| SOC.DE INFORMAÇÃO           | 12            | 7.772.792            | 5.138.604          | 1           | 4.871.680            | 3.251.107          |
| TRANSPORTES                 | 131           | 297.539.866          | 157.675.725        | 21          | 220.922.699          | 118.654.340        |
| TRANSPORTES - Rodov.        | 128           | 286.170.798          | 152.153.953        | 20          | 209.553.630          | 113.132.568        |
| TRANSPORTES - Portuários    | 2             | 9.334.547            | 4.667.273          | 1           | 9.334.547            | 4.667.273          |
| TRANSPORTES - Ferrov.       | 1             | 2.034.522            | 854.499            | 0           | 2.034.522            | 854.499            |
| TURISMO                     | 13            | 6.090.638            | 4.529.276          | 0           | 1.690.994            | 1.268.245          |
| <b>Total</b>                | <b>11.009</b> | <b>1.398.901.648</b> | <b>809.944.584</b> | <b>100</b>  | <b>1.034.556.148</b> | <b>593.508.652</b> |

A execução segue um perfil idêntico, com excepção do sector da agricultura e da energia, o primeiro com descida e o segundo com acréscimo de peso relativo.

As intervenções do Eixo III têm uma incidência maioritária, quer em termos absolutos quer em termos relativos no interior da Região, contribuindo para o atenuar das desigualdades entre estas duas sub-regiões.

As áreas das Beiras Interior Norte e Sul, da Cova da Beira, do Pinhal Interior Sul e da Serra da Estrela são as que, em termos relativos, absorvem maior volume de investimento aprovado. O peso do Pinhal Litoral deve-se, fundamentalmente, ao grande projecto de armazenagem de gás natural com uma área de influência mais ampla.

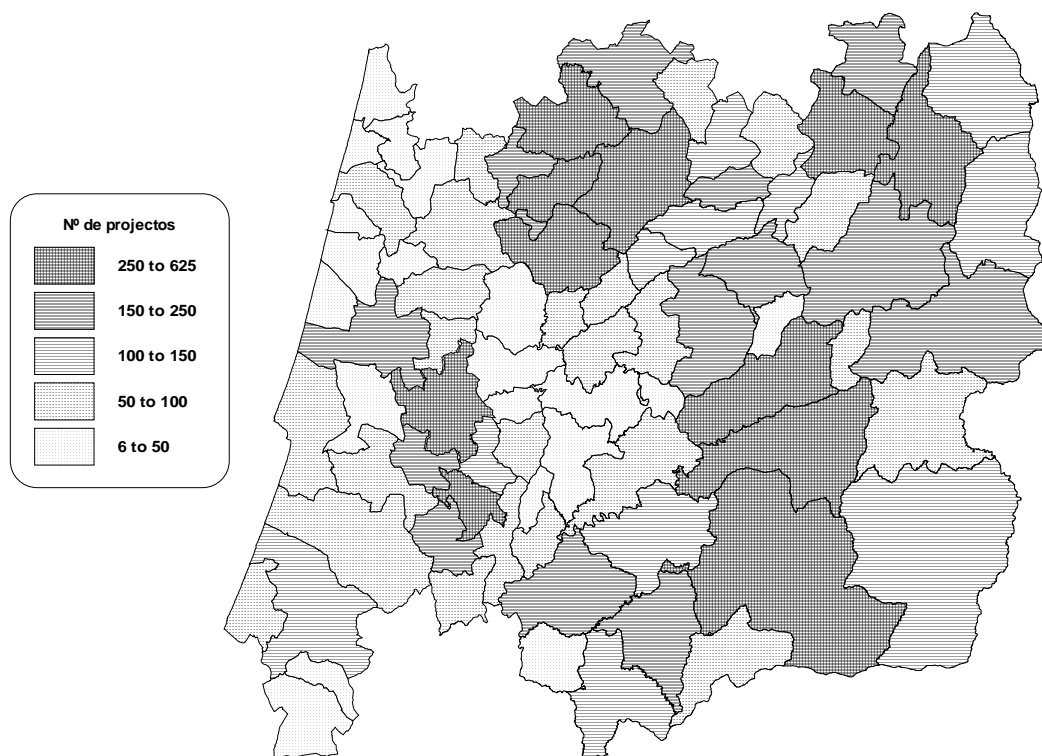
### Distribuição geográfica das aprovações

Unidade: Euros

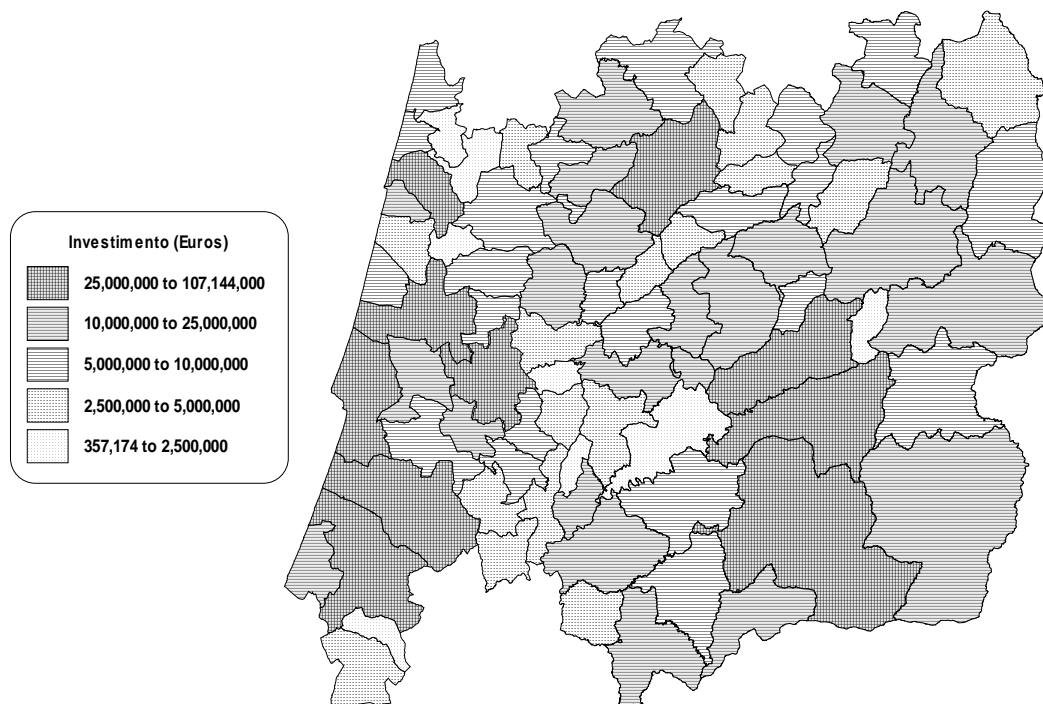
| NUT III                | Nº Proj.      | Custo total          | D. Pública           | Fundo              | Incidência    |            |
|------------------------|---------------|----------------------|----------------------|--------------------|---------------|------------|
|                        |               |                      |                      |                    | %             | por hab.   |
| Baixo Vouga            | 522           | 139.756.398          | 134.808.309          | 75.572.847         | 9,43          | 363        |
| Baixo Mondego          | 916           | 217.757.695          | 212.444.266          | 120.296.544        | 14,70         | 641        |
| Pinhal Litoral         | 373           | 179.997.822          | 177.081.804          | 83.106.594         | 12,15         | 723        |
| Pinhal Interior Norte  | 1.237         | 110.965.312          | 104.398.244          | 66.131.584         | 7,49          | 800        |
| Dão-Lafões             | 2.956         | 172.920.307          | 151.650.773          | 95.690.427         | 11,67         | 605        |
| Pinhal Interior Sul    | 627           | 36.823.014           | 32.202.210           | 21.370.397         | 2,49          | 821        |
| Serra da Estrela       | 450           | 40.583.499           | 37.214.839           | 23.133.865         | 2,74          | 813        |
| Beira Interior Norte   | 1.880         | 106.599.610          | 92.264.148           | 60.052.198         | 7,20          | 928        |
| Beira Interior Sul     | 835           | 108.235.107          | 99.594.002           | 65.514.123         | 7,31          | 1.383      |
| Cova da Beira          | 978           | 86.075.461           | 71.286.400           | 41.491.161         | 5,81          | 921        |
| Não Regional.          | 182           | 281.735.230          | 269.048.715          | 145.079.800        | 19,02         |            |
| Litoral                | 1.811         | 537.511.915          | 524.334.379          | 278.975.984        | 36,28         | 552        |
| Interior               | 8.963         | 662.202.308          | 588.610.617          | 373.383.756        | 44,70         | 822        |
| <b>Total da Medida</b> | <b>10.956</b> | <b>1.481.449.453</b> | <b>1.381.993.711</b> | <b>797.439.540</b> | <b>100,00</b> | <b>832</b> |

(\*) Não inclui Projectos de Assistência Técnica

### Eixo III - Número de projectos aprovados (31-12-2005)

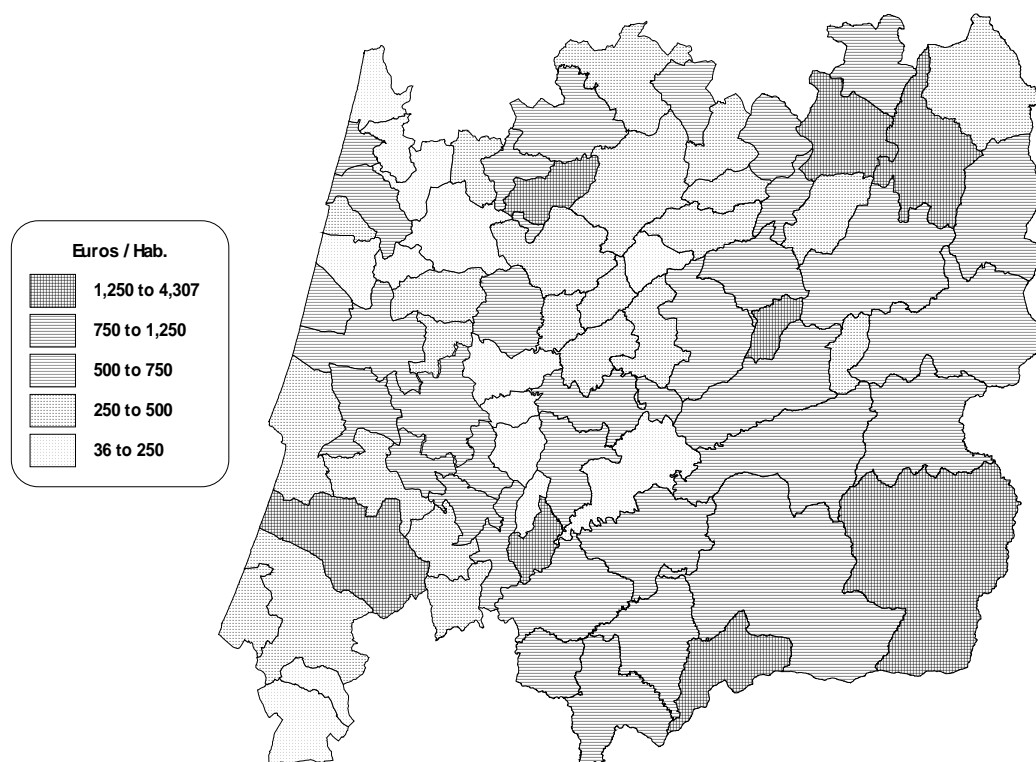


### Eixo III - Custo total aprovados (31-12-2005)





### Eixo III –Investimento aprovado por habitante (31-12-2005)



No quadro seguinte é apresentado, por medida, uma síntese dos indicadores físicos previstos nos projectos aprovados e da execução no final do ano.

Na análise de cada uma das medidas esses indicadores estão mais desenvolvidos. Como nota positiva são de assinalar os resultados já obtidos nas medidas:

- 3.1. Educação (FEDER), com alguns dos objectivos previsto já ultrapassados;
- 3.2. Educação (FSE);
- 3.3. Promoção da empregabilidade e do emprego a nível local, nas acções de formação profissional e estágios;
- 3.10. Desporto;
- 3.11. Economia, em particular no que respeita aos objectivos em termos de rede de distribuição de gás;
- 3.12. Transportes, quer nas intervenções rodoviárias quer nos acessos aos portos;
- 3.13. Ambiente, especialmente nas intervenções na costa;
- 3.14. Agricultura, particularmente no que respeita aos projectos de apoio à pequena agricultura, aos projectos para criação e modernização de unidades produtivas e aos de conservação do ambiente e recursos naturais;
- 3.15 e 3.16 – Pesca.

| Medida/<br>/Linha de Acção                              | Indicador Físico   | Unid.   | Quantificação    |              |              |
|---|--|---------|------------------|--------------|--------------|
|   |  |         | Previsto<br>2006 | Resultados   |              |
|   |  |         |                  | Proj. aprov. | Exec. (2005) |
| Educação- Infr.   | Salas de educação pré-escolar construídas/ampliadas/remodeladas  | nº      | 120              | 171          | 103          |
|   | Escolas do ensino básico construídas   | nº      | 23               | 15           | 13           |
|   | Laboratórios criados em escolas do ensinos básico e secundário   | nº      | 46               | 172          | 157          |
|   | Infra-estruturas desportivas criadas em escolas dos ensinos básico e secundário  | nº      | 30               | 63           | 60           |
|   | Salas do ensino secundário e profissional criadas, remodel. e apetrech.  | nº      | 80               | 146          | 141          |
| E.Profissional  | Nº formandos   | nº      | 23400            | 24 923       | 19 065       |
| Prom. do Emp. e da Emp. Nível Local                     | Participações em medidas de política activa (formação e estágios profissionalizantes) de desempregados não DLD por ano | nº      | 5 500            | 5 943        | 5 928        |
|   | Pessoas abrangidas no âmbito de medidas de apoio à criação de emprego por ano (média anual)                            | nº      | 1160             |              | 961          |
| Apoio ao Investimento no Desenv. local                  | Nº de projectos apoiados/ano   | nº      | 232              |              | 111          |
| Ciência, T. e Inovação                                  | Centros de ciência viva criados/beneficiados   | nº      | 6                | 4            | 2            |
| Soc. Informação   | Redes Locais instaladas  | n.º     | 280              | 280          | 109          |
| Saúde: Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (SLS) | Intervenções em centros de saúde e respectivas extensões   | nº      | 46               | 31           | 19           |
|   | Intervenções em hospitalares, incluindo hospitais-de-dia   | nº      | 17               | 12           | 12           |
| Cultura   | Castelos recuperados/valorizados   | nº      | 10               | 5            | 4            |
|   | Edifícios de interesse patrimonial intervencionados  | nº      | 5                | 8            | 5            |
| Desporto: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos   | Construção e modernização de área útil de equipamento desportivo   | m2      | 50 000           | 339 271      | 332 535      |
|   | Intervenções em equipamentos desportivos   | nº      | 18               | 25           | 23           |
| Economia  | Mercados Locais de interesse relevante reestruturados  | nº      | 2                | 2            | 1            |
|   | Mercados abastecedores regionais - a criar   | nº      | 1                | 1            |              |
|   | Pousadas da juventude remodeladas  | nº      | 2                | 3            | 3            |
|   | Extensão da rede de distribuição de gás natural (primária e secundária)  | km      | 470              | 704          | 687          |
|   | Capacidade de armazenagem de gás natural   | 10 6 m3 | 140              | 140          |              |
| Acessibilidades e Transportes                           | Rede de estradas construídas ou requalificadas   | km      | 220              | 189,3        | 134,6        |
|   | Acessos ferroviários aos portos  | km      | 1,2              | 3,2          | 3,2          |
|   | Rede de estradas beneficiada   | km      |                  | 1.023        | 754          |
| Ambiente  | Extensão de costa intervencionada  | km      | 12               | 12,59        | 12,29        |
|   | Estruturas de monitorização da qualidade do ambiente (água, ar e ruído)  | nº      | 12               | 13           | 12           |
|   | Postos de informação ao público no domínio do ambiente urbano  | nº      | 4                | 7            | 6            |

| Medida/<br>/Linha de Acção | Indicador Físico   | Unid. | Resultados       |              |              |
|----------------------------|--|-------|------------------|--------------|--------------|
|                            |  |       | Previsto<br>2006 | Resultados   |              |
|                            |  |       |                  | Proj. aprov. | Exec. (2005) |
| Agricultura<br>R1          | Projectos aprovados  | nº    | 8565             | 7.273        | 6.688        |
| Agricultura<br>R2          | Projectos para criação e modernização de unidades produtivas                                     | nº    | 75               | 80           | 59           |
|                            | Projectos de incentivos a produtos de qualidade  | nº    | 8                | 8            | 1            |
| Agricultura<br>R3          | Organizações de produtores florestais constituídas   | nº    | 57               | 38           | 1            |
|                            | Entidades prestadoras de serviços florestais instaladas  | nº    | 16               | 4            |              |
| Agricultura<br>R4          | Projectos de desenvolvimento de outros serviços à agricultura                                    | nº    | 40               | 49           | 31           |
| Agricultura<br>R5          | Projectos relativos a novos regadios colectivos e a regadios tradicionais                        | nº    | 142              | 129          | 34           |
|                            | Agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais           | nº    | 8700             | 11 928       | 2.196        |
|                            | Área beneficiada pelos projectos de regadios colectivos e tradicionais                           | ha    | 4800             | 8.350        | 874          |
|                            | Rede de rega criada ou beneficiada no âmbito dos projectos de regadios colectivos e tradicionais | km    | 410              | 378          | 52           |
|                            | Projectos de reabilitação e modernização de perímetros de rega                                   | nº    | 22               | 14           |              |
|                            | Agricultores abrangidos pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega    | nº    | 5360             | 14765        |              |
|                            | Área beneficiada pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega           | ha    | 14000            | 44216        |              |
|                            | Rede de rega nova ou reabilitada nos perímetros de rega  | km    | 30               | 33           |              |
| Agricultura<br>R6          | Projectos de caminhos agrícolas e rurais   | nº    | 178              | 246          | 87           |
|                            | Rede viária nova ou beneficiada  | km    | 810              | 556          | 150          |
|                            | Explorações agrícolas beneficiadas pelos projectos de caminhos agrícolas e rurais                | nº    | 8600             | 13200        | 4489         |
|                            | Projectos de electrificação  | nº    | 599              | 589          | 314          |
|                            | Linhas de média tensão instaladas  | km    | 700              | 296          | 137          |
|                            | Linhas de baixa tensão instaladas  | km    | 600              | 390          | 232          |
| Agricultura<br>R7          | Projectos de recuperação e valorização do património, da paisagem e de núcleos rurais            | nº    | 339              | 379          | 151          |
|                            | Projectos de conservação do ambiente e dos recursos naturais                                     | nº    | 269              | 200          | 187          |
| Pescas e<br>aquicultura    | Intervenções de beneficiação ou construção em portos de pesca                                    | nº    | 5                | 5            | 5            |
|                            | projectos colectivos de apoio à aquicultura  | n.º   | 2                | 2            | 1            |
|                            | projectos de equipamentos de portos de pesca   | n.º   | 5                | 5            | 5            |
|                            | Projecto para a promoção do desenvolvimento da qualidade e normalização dos produtos da pesca    | nº    | 2                | 9            | 6            |

## 2. Medida III.1 - Educação - Infra-estruturas da educação Pré-escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários

Até ao final de 2005, foram analisadas em Unidade de Gestão 218 candidaturas, tendo obtido parecer favorável deste órgão 164 projectos relativos ao ensino Básico, Secundário, Profissional e Pré-escolar.

As 48 candidaturas por analisar no final do ano dizem respeito ao ensino pré-escolar. Na sequência do reforço financeiro da Medida, foi aberta uma segunda fase de candidatura para financiamento de infra-estruturas e equipamentos para a educação pré-escolar, candidaturas a apresentar pelos municípios da região, até 30 de Junho de 2005. Foi iniciada a respectiva análise técnica e serão decididas durante o ano de 2006.

Deu-se continuidade à recepção, análise e decisão de candidaturas e reprogramações de candidaturas já aprovadas, apresentadas pela Direcção Regional de Educação do Centro, no âmbito do Ensino Básico e Secundário. Foram assim, analisadas e propostas a decisão, em 2005, 2 candidaturas da Direcção Regional de Educação do Centro (1 substituição e 1 ampliação).

Relativamente ao ensino básico e secundário, do sector particular e cooperativo e ensino profissional, não se verificou, durante o ano de 2005, qualquer concurso para novas candidaturas.

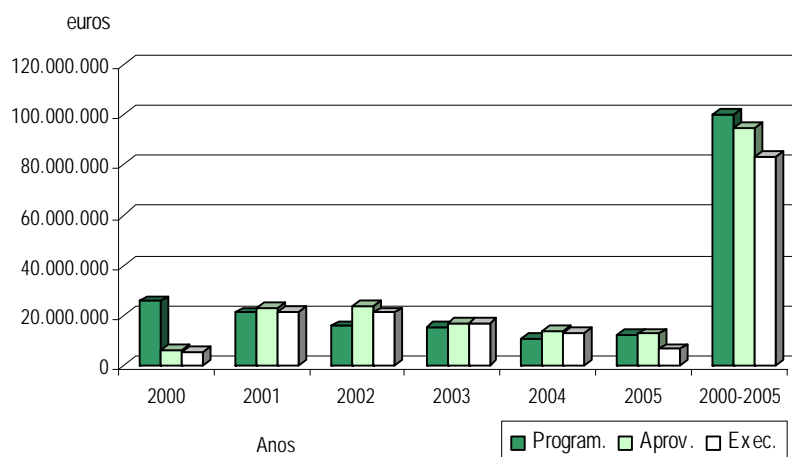
As candidaturas aprovadas até final do ano (164) representam em termos de compromisso 89% do total programado e, relativamente ao programado para 2000 a 2005 um total de 94,8%.

A execução financeira do ano 2005 ultrapassa o valor programado para esse ano, atingindo-se no final de 2005 uma taxa de execução/programação para o período 2000-2005 de 83%.

Unidade: Euros

| Ano                          | Programação        |                   | Aprovação         |                   | Execução          |                   | Taxas (%)   |             |             |
|------------------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|
|                              | D. Pública         | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | A/Prog      | Exc./Prog   | Exec./A     |
| 2000                         | 25.594.648         | 19.773.998        | 5.920.517         | 4.440.387         | 5.331.855         | 3.998.891         | 23,1        | 20,8        | 90,1        |
| 2001                         | 20.948.599         | 16.374.999        | 22.900.398        | 17.132.795        | 21.200.501        | 15.900.375        | 109,3       | 101,2       | 92,6        |
| 2002                         | 15.662.522         | 11.966.000        | 23.569.577        | 16.759.223        | 20.935.219        | 15.445.162        | 150,5       | 133,7       | 88,8        |
| 2003                         | 15.399.451         | 11.577.911        | 16.674.335        | 11.960.802        | 16.576.912        | 11.934.128        | 108,3       | 107,6       | 99,4        |
| 2004                         | 10.629.088         | 6.611.741         | 13.476.146        | 9.859.599         | 12.771.215        | 9.180.399         | 126,8       | 120,2       | 94,8        |
| 2005                         | 12.052.039         | 9.039.229         | 12.563.887        | 9.349.743         | 6.438.175         | 4.672.132         | 104,2       | 53,4        | 51,2        |
| 2000-2005                    | 100.286.347        | 75.343.878        | 95.104.860        | 69.502.549        | 83.253.878        | 61.131.088        | 94,8        | 83,0        | 87,5        |
| <b>Total<br/>(2000-2006)</b> | <b>108.757.642</b> | <b>81.567.997</b> | <b>96.660.768</b> | <b>70.669.480</b> | <b>83.253.878</b> | <b>61.131.088</b> | <b>88,9</b> | <b>76,5</b> | <b>86,1</b> |

## Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



Dos projectos aprovados 57 dizem respeito ao Ensino Básico e Secundário, o que representa cerca de 85% do total do investimento aprovado.

Unidade: Euros

| Tipologia         | Aprovações |                   |                   |                | Execução (2000-2005) |                   |
|-------------------|------------|-------------------|-------------------|----------------|----------------------|-------------------|
|                   | Nº Proj.   | D. Pública        | Fundo             | % (D. Pública) | D. Pública           | Fundo             |
| Básico/Secundário | 57         | 81.668.219        | 60.393.276        | 84,5           | 77.068.914           | 56.988.318        |
| Pré-escolar       | 88         | 10.175.426        | 7.516.990         | 10,5           | 3.644.928            | 2.619.116         |
| Profissional      | 19         | 4.817.123         | 2.759.214         | 5,0            | 2.540.037            | 1.523.653         |
| <b>Total</b>      | <b>164</b> | <b>96.660.768</b> | <b>70.669.480</b> | <b>100,0</b>   | <b>83.253.878</b>    | <b>61.131.088</b> |

As intervenções no sector da Educação (Infra-estruturas) têm uma maior incidência no Interior da Região, quer em termos absolutos quer em termos relativos (representam dois terço acima do investimento por habitante quando comparado com o Litoral). As regiões do Pinhal Interior, da Raia e do Baixo Mondego são as que mais beneficiam com estas intervenções.

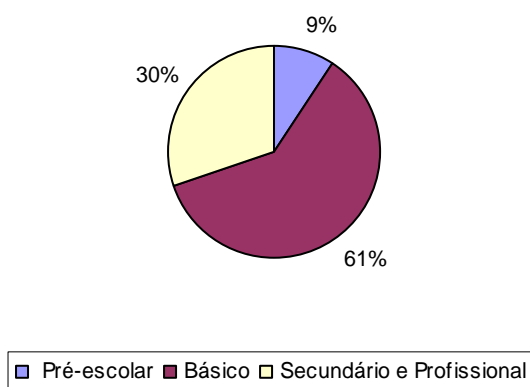
Unidade: Euros

|                        | Nº Proj.   | Custo total       | D. Pública        | Fundo             | Incidência    |           |
|------------------------|------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------|-----------|
|                        |            |                   |                   |                   | %             | por hab.  |
| Baixo Vouga            | 33         | 16.273.742        | 16.273.742        | 12.064.161        | 16,84         | 42        |
| Baixo Mondego          | 34         | 20.505.843        | 20.505.843        | 14.649.564        | 21,21         | 60        |
| Pinhal Litoral         | 21         | 3.344.922         | 3.344.922         | 2.317.012         | 3,46          | 13        |
| Pinhal Interior Norte  | 21         | 21.526.525        | 21.526.525        | 15.960.228        | 22,27         | 155       |
| Dão-Lafões             | 22         | 11.151.821        | 11.151.821        | 8.106.670         | 11,54         | 39        |
| Pinhal Interior Sul    | 5          | 7.330.739         | 7.330.739         | 5.465.315         | 7,58          | 164       |
| Serra da Estrela       | 5          | 1.246.884         | 1.246.884         | 861.990           | 1,29          | 25        |
| Beira Interior Norte   | 11         | 6.673.491         | 6.673.491         | 4.976.489         | 6,90          | 58        |
| Beira Interior Sul     | 4          | 4.326.216         | 4.326.216         | 3.244.662         | 4,48          | 55        |
| Cova da Beira          | 6          | 2.987.189         | 2.987.189         | 2.053.343         | 3,09          | 32        |
| Não Reg.               | 2          | 1.293.396         | 1.293.396         | 970.047           | 1,34          |           |
| Litoral                | 88         | 40.124.507        | 40.124.507        | 29.030.737        | 41,51         | 41        |
| Interior               | 74         | 55.242.865        | 55.242.865        | 40.668.695        | 57,15         | 69        |
| <b>Total da Medida</b> | <b>164</b> | <b>96.660.768</b> | <b>96.660.768</b> | <b>70.669.480</b> | <b>100,00</b> | <b>54</b> |

Na vertente do ensino básico e secundário para além da construção e remodelação de escolas, é de realçar o apoio a infra-estruturas desportivas e a remodelação de laboratórios, que irão contribuir para uma melhoria da qualidade de ensino. No ensino pré-escolar estão aprovados projectos que abrangem 171 salas para este nível de ensino. As intervenções no ensino profissional abrangem construção, remodelação e apetrechamento de equipamentos em 12 estabelecimentos de ensino.

| Indicador Físico   | Unidade | Quantificação |                            |          |
|--|---------|---------------|----------------------------|----------|
|  |         | Previsto      | Resultados<br>(31-12-2005) |          |
|  |         |               | Proj.<br>aprov.            | Execução |
| - Salas novas/ampliadas de educação pré-escolar.                           | nº      | 120           | 171                        | 103      |
| - Novas escolas de ensino básico.  | nº      | 23            | 15                         | 13       |
| Escolas de ensino básico remodeladas/ampliadas                             | nº      |               | 14                         | 14       |
| - Laboratórios em escolas de ensino básico ou secundário.                  | nº      | 46            | 172                        | 157      |
| - Infraestruturas desportivas no ensino básico e secundário.               | nº      | 30            | 63                         | 60       |
| - Salas de ensino secundário e profissional remodeladas e/ou apetrechadas. | nº      | 80            | 146                        | 141      |
| Salas de ensino básico   |         |               | 285                        | 260      |

Nº de alunos abrangidos por intervenções aprovadas



A população escolar abrangida pelas várias intervenções reparte-se, de acordo com o nível de ensino, por: 27.645 alunos do ensino básico, 13.880 do ensino secundário e profissional e 4.238 do ensino pré-escolar.

A maior incidência, em termos absolutos e relativos, corresponde ao ensino básico -2º e 3º ciclo, seguida do ensino secundário e profissional e, por último, do pré-escolar (25%, 19% e 10% da população em cada nível de ensino, respectivamente).

### 3. Medida III.2 - Educação - Ensino profissional

Com esta medida pretende-se consolidar as ofertas de Ensino Profissional já existentes ao nível da região que melhor correspondem às necessidades de preparação em matéria de recursos humanos qualificados a este nível, tendo, no entanto, presente a evolução dessas mesmas necessidades de desenvolvimento regional no decurso do período de 2000-2006.

A necessidade de modernização das empresas portuguesas em termos tecnológicos e organizativos, face aos desafios da competitividade no espaço comunitário e da internacionalização da economia, tem vindo a exigir uma qualificação crescente dos recursos humanos. Efectivamente, o atraso que nos separa dos países mais desenvolvidos deve-se em grande parte, ao insuficiente nível de qualificação da população portuguesa.

De acordo com informações do IEFP, é considerável o n.º de ofertas de emprego não satisfeitas por falta de qualificação técnico-profissional adequada. Por outro lado, e de acordo com o Plano Nacional de Emprego, saem por ano cerca de 60.000 jovens do ensino secundário sem qualquer qualificação profissional. Face à realidade portuguesa, um dos grandes pilares do Plano Nacional de Emprego é melhorar a qualificação / empregabilidade.

Também as directrizes nacionais definidas nos Pactos Territoriais de Emprego (PTE), nos Programas Regionais de Emprego, no Plano Nacional de Emprego (PNE), bem como algumas das grandes linhas de orientação para a evolução do país no período de 2000-2006, plasmadas no Plano de Desenvolvimento Económico e Social (PNEDES) e no Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), apontam todas no sentido da necessidade de se “elevator o nível de qualificação dos portugueses promovendo o emprego e a coesão social” e de se “alterar o perfil produtivo em direcção às actividades de futuro”.

Ora, apesar de nos últimos anos, se ter registado um investimento significativo na qualificação, quer ao nível regional, quer nacional, o ritmo de recuperação é ainda insuficiente. Sobre este assunto, importa sublinhar que, para além do contributo do POEFDS, a Intervenção Operacional no sector da Educação, tem-se vindo a dar cumprimento ao objectivo de expandir e diversificar a formação inicial dos jovens, a sua qualificação profissional por intermédio de vias profissionalizantes com possibilidade de prosseguimento de estudos. As Escolas Profissionais, tendo resultado de parcerias estabelecidas ao nível local e regional têm revelado uma capacidade efectiva de preparar recursos humanos de modo orientado para a satisfação das necessidades de desenvolvimento regional e das empresas com implantação local.

Tal como previsto o montante destinado ao financiamento dos Cursos Profissionais no âmbito deste Programa Operacional crescerá anualmente, procurando-se nessa medida corresponder à consolidação dos Cursos já existentes ao nível da Região e cujo contributo para o respectivo desenvolvimento seja objecto de reconhecimento por parte dos outros parceiros e sectores. É neste contexto que no ano 2005 foram apreciadas 25 candidaturas de Escolas Profissionais, que acumuladas às apreciadas nos anos anteriores perfazem um total de 128, todas com parecer favorável da Unidade de Gestão.

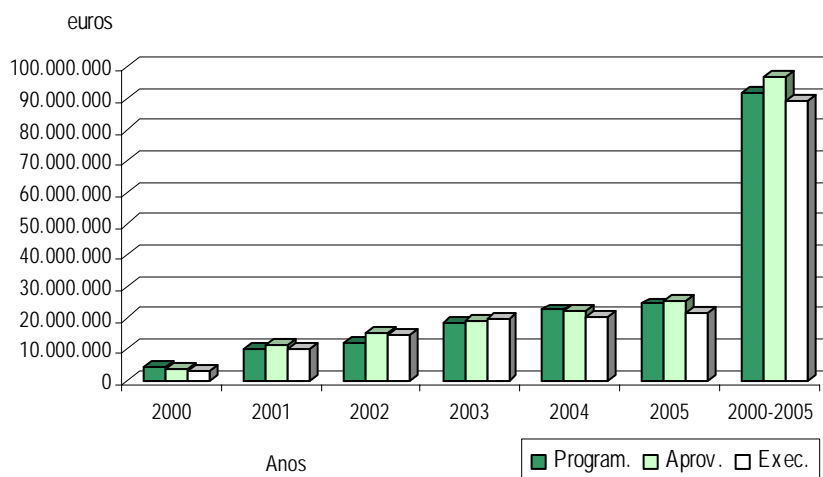
Unidade: Euros

| Ano                          | Programação        |                   | Aprovação          |                   | Execução          |                   | Taxas (%)   |             |             |
|------------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|
|                              | D. Pública         | Fundo             | D. Pública         | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | A/Prog      | Exc./Prog   | Exec./A     |
| 2000                         | 4.347.000          | 2.497.000         | 3.641.093          | 2.093.628         | 3.021.908         | 1.737.597         | 83,8        | 69,5        | 83,0        |
| 2001                         | 9.979.999          | 5.733.000         | 11.237.489         | 6.461.556         | 9.917.961         | 5.702.828         | 112,6       | 99,4        | 88,3        |
| 2002                         | 11.905.810         | 6.839.360         | 15.074.672         | 8.667.937         | 14.339.515        | 8.245.221         | 126,6       | 120,4       | 95,1        |
| 2003                         | 18.396.278         | 10.577.860        | 19.183.716         | 11.030.637        | 19.971.868        | 11.483.824        | 104,3       | 108,6       | 104,1       |
| 2004                         | 22.553.740         | 12.973.000        | 22.235.892         | 12.785.638        | 20.314.920        | 11.681.079        | 98,6        | 90,1        | 91,4        |
| 2005                         | 24.476.518         | 14.079.000        | 25.504.487         | 14.665.080        | 21.417.409        | 12.315.010        | 104,2       | 87,5        | 84,0        |
| 2000-2005                    | 91.659.345         | 52.699.220        | 96.877.349         | 55.704.476        | 88.983.582        | 51.165.559        | 105,7       | 97,1        | 91,9        |
| <b>Total<br/>(2000-2006)</b> | <b>115.003.816</b> | <b>66.127.063</b> | <b>112.790.390</b> | <b>64.854.474</b> | <b>88.983.582</b> | <b>51.165.559</b> | <b>98,1</b> | <b>77,4</b> | <b>78,9</b> |



Os projectos aprovados e homologados correspondem a 112.790 mil Euros, em termos de despesa pública, acima em 6% ao programado para estes cinco primeiros anos. A execução atingida até final de 2005 é da ordem dos 97% do valor programado.

### Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



As intervenções no Ensino Profissional têm uma maior incidência no Interior da Região, quer em termos absolutos quer em termos relativos, contribuindo para uma melhor distribuição de recursos humanos com nível de qualificação média.

Unidade: Euros

| NUT III                | Nº Proj.   | Custo total        | D. Pública         | Fundo             | Incidência)   |           |
|------------------------|------------|--------------------|--------------------|-------------------|---------------|-----------|
|                        |            |                    |                    |                   | %             | por hab.  |
| Baixo Vouga            | 12         | 6.249.579          | 6.146.675          | 3.534.338         | 5,43          | 16        |
| Baixo Mondego          | 27         | 20.997.699         | 20.180.381         | 11.603.719        | 18,23         | 62        |
| Pinhal Litoral         | 9          | 10.475.360         | 10.196.153         | 5.862.788         | 9,10          | 42        |
| Pinhal Interior Norte  | 23         | 25.069.247         | 24.731.018         | 14.220.335        | 21,77         | 181       |
| Dão-Lafões             | 16         | 14.097.057         | 13.853.211         | 7.965.596         | 12,24         | 49        |
| Pinhal Interior Sul    | 4          | 2.120.451          | 2.110.406          | 1.213.484         | 1,84          | 47        |
| Serra da Estrela       | 5          | 2.976.791          | 2.871.985          | 1.651.391         | 2,58          | 60        |
| Beira Interior Norte   | 9          | 8.632.030          | 8.542.670          | 4.912.035         | 7,49          | 75        |
| Beira Interior Sul     | 5          | 2.357.297          | 2.285.502          | 1.314.164         | 2,05          | 30        |
| Cova da Beira          | 12         | 14.585.407         | 14.342.241         | 8.246.789         | 12,66         | 156       |
| Não Reg.               | 6          | 7.616.080          | 7.530.147          | 4.329.834         | 6,61          |           |
| Litoral                | 48         | 37.722.637         | 36.523.210         | 21.000.846        | 32,75         | 39        |
| Interior               | 74         | 69.838.279         | 68.737.034         | 39.523.794        | 60,64         | 87        |
| <b>Total da Medida</b> | <b>128</b> | <b>115.176.996</b> | <b>112.790.390</b> | <b>64.854.474</b> | <b>100,00</b> | <b>65</b> |

O número de formandos abrangidos, nos seis anos lectivos, foi na ordem dos 23.634 alunos, ligeiramente acima do previsto (23 400 até final de 2006). Destes cerca de 55% são homens

| Indicador                    | Unidade | Quantificação |                         |                       |                       |                       |                       |                       |
|------------------------------|---------|---------------|-------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
|                              |         | Previsto      | Resultados (31-12-2005) |                       |                       |                       |                       |                       |
|                              |         | 2006          | Ano lectivo 2000/2001   | Ano lectivo 2001/2002 | Ano lectivo 2002/2003 | Ano lectivo 2003/2004 | Ano lectivo 2004/2005 | Ano lectivo 2005/2006 |
| Formandos abrangidos (H)     | nº      |               | 1.300                   | 1.726                 | 2.296,00              | 2.600                 | 2.656                 | 2.535                 |
| Formandos abrangidos (M)     | nº      |               | 929                     | 1.383                 | 1.933,00              | 2.119                 | 2.123                 | 2.034                 |
| Formandos abrangidos (Total) | nº      | 23.400        | 2.229                   | 3.109                 | 4.229,00              | 4.719                 | 4.779                 | 4.569                 |

Dos finalistas dos anos lectivos 2000/2001 a 2004/2005, 3 908 atingiram o nível de qualificação III (48,8% homens e 51,2% mulheres). Este valor indica que se irão cumprir os resultados previstos (5 070 até final de 2006).

| Indicador   | Unidade | Quantificação |                         |                       |                       |                       |                       |
|---|---------|---------------|-------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
|   |         | Previsto 2006 | Resultados (31-12-2005) |                       |                       |                       |                       |
|   |         |               | Ano lectivo 2000/2001   | Ano lectivo 2001/2002 | Ano lectivo 2002/2003 | Ano lectivo 2003/2004 | Ano lectivo 2004/2005 |
| Nº de beneficiários que concluíram o E P com qualificação nível III | nº      | 5.070         | 548                     | 671                   | 961                   | 956                   | 772                   |
|   | H nº    |               | 285                     | 333                   | 464                   | 475                   | 351                   |
|   | M nº    |               | 263                     | 338                   | 497                   | 481                   | 421                   |

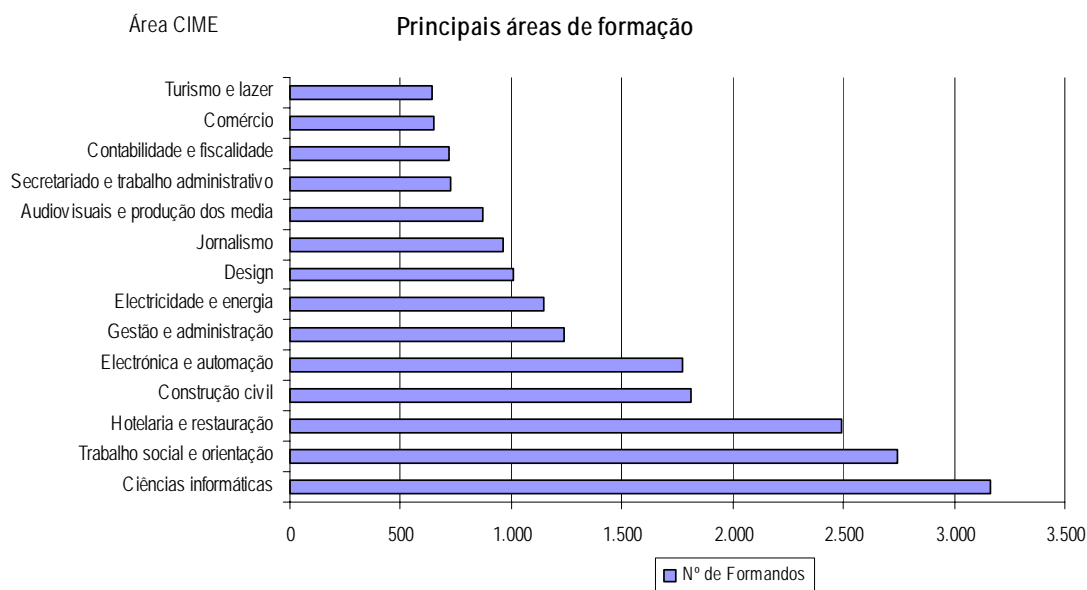
Das características destas acções de formação a maioria das pessoas abrangidas encontram-se no escalão etário dos 15 aos 19 anos de idade, e ingressam nos cursos com o ensino básico.

| Nº de Formandos abrangidos por idade (%) | Ano lectivo 2000/2001 | Ano lectivo 2001/2002 | Ano lectivo 2002/2003 | Ano lectivo 2003/2004 | Ano lectivo 2004/2005 | Ano lectivo 2005/2006 |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| <15                                      | 0,81                  | 0,5                   | 5,4                   | 2,7                   | 2,6                   | 2,5                   |
| 15-19                                    | 77,30                 | 75,9                  | 84,1                  | 85,4                  | 85,6                  | 84,1                  |
| 20-24                                    | 20,86                 | 22,7                  | 9,9                   | 11,2                  | 11,1                  | 12,8                  |
| 25-34                                    | 1,03                  | 0,9                   | 0,5                   | 0,7                   | 0,6                   | 0,5                   |
| 35-44                                    | 0,00                  | 0,0                   | 0,0                   | 0,1                   | 0,0                   | 0,0                   |
| Total                                    | 100,00                | 100,0                 | 100,0                 | 100,0                 | 100,0                 | 100,0                 |

| Nº de Formandos abrangidos por Habilitações (%) | Ano lectivo 2000/2001 | Ano lectivo 2001/2002 | Ano lectivo 2002/2003 | Ano lectivo 2003/2004 | Ano lectivo 2004/2005 | Ano lectivo 2005/2006 |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Ensino Básico                                   |                       |                       |                       |                       |                       |                       |
| 2º ciclo - (6º ano)                             | 2,1                   | 1,5                   | 1,5                   | 1,1                   | 0,0                   | 0,0                   |
| 3º ciclo - (9º ano)                             | 97,6                  | 98,5                  | 98,4                  | 98,7                  | 99,8                  | 99,8                  |
| Ensino Secundário                               | 0,3                   | 0,0                   | 0,1                   | 0,2                   | 0,2                   | 0,2                   |
| Total   | 100,0                 | 100,0                 | 100,0                 | 100,0                 | 100,0                 | 100,0                 |

O gráfico seguinte indica quais as principais áreas de formação dos alunos do ano lectivo 2004/2005, as quais representam cerca de 84% do total.

A estrutura da oferta formativa desta região, com base nos formandos abrangidos, assenta nas Famílias Profissionais da “Informática”, “Serviços Sociais”, “Hotelaria e Turismo”, “Construção Civil”, “Electricidade e Electrónica” e “Administração”.



É, ainda, de referir que as áreas das tecnologias de informação e comunicação e do ambiente representam cerca de 10% do total do volume de formação.

| Volume de formação (horas*formandos) | Ano lectivo 2000/2001 | %   | Ano lectivo 2001/2002 | %   | Ano lectivo 2002/2003 | %   | Ano lectivo 2003/2004 | %   | Ano lectivo 2004/2005 | %   | Ano lectivo 2005/2006 | %   |
|--------------------------------------|-----------------------|-----|-----------------------|-----|-----------------------|-----|-----------------------|-----|-----------------------|-----|-----------------------|-----|
| TIC                                  | 172.342               | 7   | 360.816               | 10  | 418.761               | 9   | 467.973               | 9   | 485.064               | 9   | 185.194               | 11  |
| Ambiente                             | 19.366                | 1   | 26.068                | 1   | 31.229                | 1   | 30.432                | 1   | 34.742                | 1   | 16.484                | 1   |
| Total                                | 2.619.260             | 100 | 3.445.131             | 100 | 4.742.819             | 100 | 5.129.052             | 100 | 5.166.246             | 100 | 1.703.581             | 100 |

No que refere ao percurso dos diplomados, verifica-se que, após a conclusão do curso, mais de 2/3 dos diplomados tomam como opção de vida a inserção no mercado de trabalho. O prosseguimento de estudos define-se como a situação actual para cerca de 1/4 do total dos diplomados.

Em suma: globalmente, o impacto da Medida, desde o início do III QCA até 2005, afigura-se satisfatória, considerando que cerca de 60% dos formandos concluíram a sua formação e, destes, 2/3 ingressaram no mundo do trabalho.

Importa, assim, continuar a ajustar a oferta formativa às medidas a implementar a nível local e regional para melhorar o emprego através da adequada preparação de jovens para a vida activa, satisfazendo assim as necessidades de recursos humanos qualificados.

#### 4. Medida III.3 - Promoção da Empregabilidade e do Emprego a Nível Local

A evolução do desemprego a nível regional é com certeza a variável sócio-económica que influencia mais directamente o desempenho da Medida. Um aumento significativo desta variável provoca uma maior procura de formação, estágios e outras medidas activas de emprego, que vêm necessariamente reflectir-se nas candidaturas recepcionadas nesta estrutura.

Considerando os dados da Delegação Regional do Centro do Instituto do Emprego e Formação Profissional no final de 2005, encontravam-se inscritos 64.667 desempregados, representando um aumento de 1,1% relativamente a Dezembro do ano anterior.

Nos quadros seguintes caracterizam-se os desempregados inscritos distribuídos por NUTS III, no que se refere às habilitações escolares, categoria, sexo, níveis etários e tempo de inscrição.

| NUTS                  | Total de Desemp. | Habilitações Literárias |                   |                     |                 | Por Categorias |               |
|-----------------------|------------------|-------------------------|-------------------|---------------------|-----------------|----------------|---------------|
|                       |                  | < 6 Anos Escol.         | [6-9] Anos Escol. | [11-12] Anos Escol. | Médio/ Superior | 1º Emp.        | Novo Emprego  |
| Baixo Vouga           | 15.736           | 5.841                   | 5.925             | 2.082               | 1.888           | 993            | 14.743        |
| Baixo Mondego         | 12.541           | 3.960                   | 4.163             | 2.165               | 2.253           | 1.497          | 11.044        |
| Pinhal Litoral        | 6.470            | 2.466                   | 2.112             | 1.126               | 766             | 419            | 6.051         |
| Pinhal Interior Norte | 3.914            | 1.623                   | 1.353             | 647                 | 291             | 427            | 3.487         |
| Pinhal Interior Sul   | 871              | 342                     | 303               | 163                 | 63              | 138            | 733           |
| Dão-Lafões            | 12.193           | 4.632                   | 4.498             | 1.701               | 1.362           | 1.261          | 10.932        |
| Serra Estrela         | 2.381            | 1.238                   | 744               | 274                 | 125             | 240            | 2.141         |
| Beira Interior Norte  | 2.700            | 990                     | 949               | 444                 | 317             | 241            | 2.459         |
| Beira Interior Sul    | 2.761            | 1.112                   | 926               | 414                 | 309             | 228            | 2.533         |
| Cova da Beira         | 5.100            | 2.279                   | 1.752             | 600                 | 469             | 433            | 4.667         |
| <b>Total</b>          | <b>64.667</b>    | <b>24.483</b>           | <b>22.725</b>     | <b>9.616</b>        | <b>7.843</b>    | <b>5.877</b>   | <b>58.790</b> |

| NUTS                  | Género        |               | Grupos Etários |               | Tempo de Inscrição |               |
|-----------------------|---------------|---------------|----------------|---------------|--------------------|---------------|
|                       | H             | M             | Jovens         | Adultos       | 1 Ano              | >= 1 Ano      |
| Baixo Vouga           | 6.352         | 9.384         | 2.225          | 13.511        | 9.398              | 6.338         |
| Baixo Mondego         | 5.438         | 7.103         | 1.890          | 10.651        | 8.196              | 4.345         |
| Pinhal Litoral        | 2.546         | 3.924         | 843            | 5.627         | 4.443              | 2.027         |
| Pinhal Interior Norte | 1.419         | 2.495         | 721            | 3.193         | 2.536              | 1.378         |
| Pinhal Interior Sul   | 323           | 548           | 183            | 688           | 650                | 221           |
| Dão-Lafões            | 4.898         | 7.295         | 2.068          | 10.125        | 7.609              | 4.584         |
| Serra Estrela         | 951           | 1.430         | 341            | 2.040         | 1.568              | 813           |
| Beira Interior Norte  | 1.038         | 1.662         | 440            | 2.260         | 1.905              | 795           |
| Beira Interior Sul    | 994           | 1.767         | 365            | 2.396         | 1.865              | 896           |
| Cova da Beira         | 2.096         | 3.004         | 669            | 4.431         | 2.935              | 2.165         |
| <b>Totais</b>         | <b>26.055</b> | <b>38.612</b> | <b>9.745</b>   | <b>54.922</b> | <b>41.105</b>      | <b>23.562</b> |

Numa análise às variáveis caracterizadas destacam-se as sub-regiões do Baixo Vouga, Baixo Mondego e Dão-Lafões com maior número de desempregados inscritos. Por outro lado, constatamos que nos desempregados inscritos predominam:

- Mulheres (59,7%)
- Adultos (84,9%)
- Inscritos há menos de um ano (63,6%)
- Novo emprego (90,9%)
- Baixas qualificações escolares (< de 6 anos de escolaridade) 37,8%

Procuram novo emprego (público alvo predominante da Medida) 90,9% dos inscritos verificando-

-se um acréscimo de 1,7% relativamente ao ano anterior, enquanto que os candidatos ao 1º emprego registaram uma variação negativa (-4,2%).

Nas sub-regiões com maior número de desempregados inscritos destacam-se os concelhos:

Baixo Vouga

- Águeda
- Aveiro
- Ovar

Baixo Mondego

- Coimbra
- Figueira da Foz

Dão Lafões

- Tondela
- Viseu
- S. Pedro do Sul

Nos concelhos de Aveiro, Coimbra, Viseu, Covilhã, Leiria, Figueira da Foz e Águeda localizam-se 72,2% dos desempregados.

Por outro lado, registou-se o maior aumento do número de desempregados nos concelhos de Vila Velha de Ródão (34,9%), Mação (33,6%), Trancoso (33,3%) e Porto de Mós (29,3%).

É neste contexto, que no 5º período de candidaturas, acções a iniciarem-se a partir de Janeiro de 2005, foram apresentados 237 pedidos de financiamento, número praticamente igual ao ano anterior (234), abrangendo 12.658 formandos para um montante total solicitado de 84.792 mil euros.

| Acção tipo         | 2005                         |               | 2004                         |               |
|--------------------|------------------------------|---------------|------------------------------|---------------|
|                    | Nº de Pedidos<br>Financ. (%) | Valor (%)     | Nº de Pedidos<br>Financ. (%) | Valor (%)     |
| 3311               | 13,5%                        | 23,2%         | 14,5%                        | 14,9%         |
| 3312               | 34,1%                        | 47,1%         | 41,5%                        | 55,2%         |
| 3313               | 21,2%                        | 9,4%          | 17,9%                        | 10,1%         |
| 3314               | 30,8%                        | 20,1%         | 26,1%                        | 19,7%         |
| 3315               | 0,4%                         | 0,2%          |                              | 0,6%          |
| <b>Total (%)</b>   | <b>100</b>                   | <b>100</b>    | <b>100</b>                   | <b>100</b>    |
| <b>Total (B's)</b> | <b>237</b>                   | <b>84.792</b> | <b>234</b>                   | <b>75.436</b> |

Relativamente ao ano anterior verificou-se um acréscimo significativo (8%) de candidaturas ao nível da formação contínua (3313 e 3314) e um consequente decréscimo ao nível da qualificação (3311 e 3312).

Acentuou-se a tendência, já verificada no ano anterior, de um incremento de candidaturas para formação dirigida à especialização profissional de quadros superiores (3314). No período de 2000/2003 o seu peso foi de 23%, em 2004 já foi 26% e em 2005 passou a 30,8%.

A estrutura física não corresponde à estrutura financeira uma vez que são as acções mais longas (qualificação) aquelas que comprometem um orçamento superior. Relativamente ao ano anterior, do ponto de vista financeiro, verificou-se um acréscimo de cerca de 12%.

No que se refere aos Estágios Profissionais, só em Fevereiro de 2005 foi assinado o contrato Programa 2004-2006, sendo apenas em Novembro acrescentada uma adenda que estabelece a obrigatoriedade de aprovação dos pedidos de financiamento em Unidade de Gestão. Este procedimento é inovador relativamente ao anterior Contrato Programa.

Assim, em Novembro de 2005 são aprovados os Pedidos de Financiamento dos Estágios Profissionais relativos ao ano 2004.

Verifica-se exactamente o mesmo com o Contrato Programa Apoios ao Emprego em Iniciativas Locais. Contudo, e para além dos Pedidos de Financiamento relativos ao ano 2004, foram aprovados já no corrente ano Pedidos de Financiamento relativos ao 1.º semestre do ano 2005.

A capacidade de resposta da Medida face às solicitações dos promotores veio a decrescer até ao final de 2003, uma vez que as dotações se mantiveram praticamente constantes.

No ano 2004 essa tendência inverteu-se, fruto do reforço da dotação orçamental verificada em sede de Avaliação Intercalar do POCentro. Contudo, e apesar de a dotação de 2005 ser superior a todos os outros anos, os montantes de candidatura ultrapassaram em muito os anos anteriores, e a capacidade de resposta da Medida atingiu o nível mais baixo deste QCA.

Uma vez que a dotação financeira se tem vindo a mostrar insuficiente para o volume de candidaturas apresentadas, tornou-se importante a hierarquização das mesmas, por forma a corresponderem adequadamente aos cada vez mais exigentes critérios de selecção. A referida hierarquização foi feita de acordo com a pontuação da Matriz Referencial de Análise, prevista no Regulamento Específico. Foi também efectuada em 2005, à semelhança do ano anterior, uma análise minuciosa dos orçamentos discriminados de diversas candidaturas, para o que foi solicitado às entidades o método de cálculo de cada sub rubrica orçamental e efectuados acertos para valores considerados razoáveis face aos praticados pelo mercado.

Facilmente concluímos que executámos 133.890 mil euros dos 140.678 mil euros programados, ou seja, 95,17% do orçamento programado para o período 2000 a 2005.

Esta percentagem aproximar-se-á dos 100% quando certificarmos a despesa do ano 2005 relativa aos Estágios Profissionais e o 2.º semestre do mesmo ano dos Apoios ao Emprego em iniciativas Locais

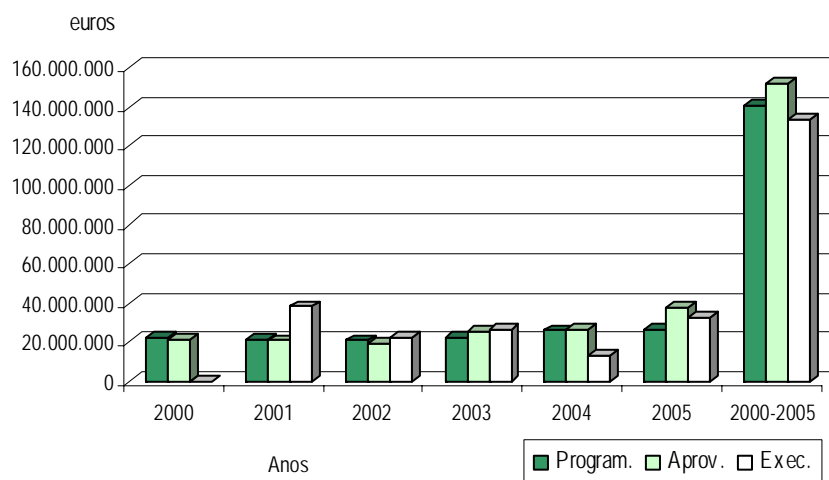
As candidaturas aprovadas até final do ano, excluindo as desistências, acrescidas do valor dos contratos programa para o período 2000-2003 e 2004-2006 representam cerca de 98% do total programado.

A Medida 3.3 registou em 2005 um desempenho financeiro de 123% e um bom desempenho no período 2000/2005. Com o encerramento do ano 2005, ficaram executados 94,7% do orçamento da Medida para aquele período e 78,8% do orçamento total. Para este resultado contribuíram de forma diversa as diferentes tipologias que a Medida integra: formação, estágios profissionais e apoios ao emprego. Aquela percentagem de execução elevar-se-á quando for certificada a despesa do ano 2005 relativa aos Estágios Profissionais e o 2.º semestre do mesmo ano dos Apoios ao Emprego em iniciativas Locais.

Unidade: euros

| Ano                          | Programação        |                    | Aprovação          |                    | Execução           |                   | Taxas (%)   |             |             |
|------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|
|                              | D. Pública         | Fundo              | D. Pública         | Fundo              | D. Pública         | Fundo             | A/Prog      | Exc./Prog   | Exec/A      |
| 2000                         | 22.707.983         | 14.190.035         | 21.491.177         | 13.431.985         | 0                  | 0                 | 94,6        | 0,0         | 0,0         |
| 2001                         | 21.701.966         | 13.561.383         | 20.841.676         | 13.025.707         | 38.242.148         | 23.901.341        | 96,0        | 176,2       | 183,5       |
| 2002                         | 20.888.489         | 13.053.048         | 19.185.319         | 11.990.821         | 22.003.853         | 13.752.405        | 91,8        | 105,3       | 114,7       |
| 2003                         | 22.679.978         | 14.172.535         | 25.659.791         | 16.037.367         | 26.731.074         | 16.706.580        | 113,1       | 117,9       | 104,2       |
| 2004                         | 25.926.758         | 16.207.187         | 26.590.162         | 16.618.851         | 13.246.888         | 8.279.305         | 102,6       | 51,1        | 49,8        |
| 2005                         | 26.772.530         | 16.735.959         | 37.776.995         | 23.610.622         | 32.972.740         | 20.607.960        | 141,1       | 123,2       | 87,3        |
| 2000-2005                    | 140.677.704        | 87.920.147         | 151.545.120        | 94.715.354         | 133.196.703        | 83.247.592        | 107,7       | 94,7        | 87,9        |
| <b>Total<br/>(2000-2006)</b> | <b>169.058.988</b> | <b>105.661.867</b> | <b>166.158.318</b> | <b>103.848.603</b> | <b>133.196.703</b> | <b>83.247.592</b> | <b>98,3</b> | <b>78,8</b> | <b>80,2</b> |

## Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



As acções de formação incidiram em grande maioria em acções dirigidas à qualificação e reconversão profissional dos desempregados (acção tipo 3312).

Duas outras tipologias de acções – Estágios Profissionais e Apoios ao Emprego – completaram o quadro da medida 3.3, com 49% do total aprovado.

A execução e as aprovações das diferentes tipologias distribuem-se de forma semelhante.

Unidade: euros

| Tipologia de Acção  | Aprovações |                    |                    |            | Execução (2000-2005) |                   |
|---|------------|--------------------|--------------------|------------|----------------------|-------------------|
|   | Nº Proj.   | D. Pública         | Fundo              | % (D. P.)  | D. Pública           | Fundo             |
| 3.3.1.1 Qualificação Profissional com Progressão Escolar  | 64         | 13.697.347         | 8.560.842          | 8,2        | 10.963.691           | 6.852.307         |
| 3.3.1.2 Qualificação e Reconversão Profissional           | 168        | 50.438.478         | 31.524.049         | 30,4       | 45.442.940           | 28.401.838        |
| 3.3.1.3 Aperfeiçoamento Profissional                      | 63         | 4.589.546          | 2.868.466          | 2,8        | 3.780.037            | 2.362.523         |
| 3.3.1.4 Especialização Profissional de Quadros Superiores | 86         | 10.870.206         | 6.793.879          | 6,5        | 8.193.729            | 5.121.081         |
| 3.3.1.5 Formação Emprego                                  | 4          | 5.717.151          | 3.573.219          | 3,4        | 5.717.151            | 3.573.219         |
| 3.3.1.6 Estágios Profissionais (*)                        | 2          | 46.944.279         | 29.339.831         | 28,3       | 33.244.198           | 20.777.278        |
| 3.3.2 Apoio à criação de Emprego (**)                     | 2          | 33.901.309         | 21.188.316         | 20,4       | 25.854.957           | 16.159.346        |
| <b>Total</b>  | <b>389</b> | <b>166.158.318</b> | <b>103.848.603</b> | <b>100</b> | <b>133.196.703</b>   | <b>83.247.592</b> |

(\*) Valor do contrato-programa para o período 2000-2003 e ano 2004 do CP 2004-2006

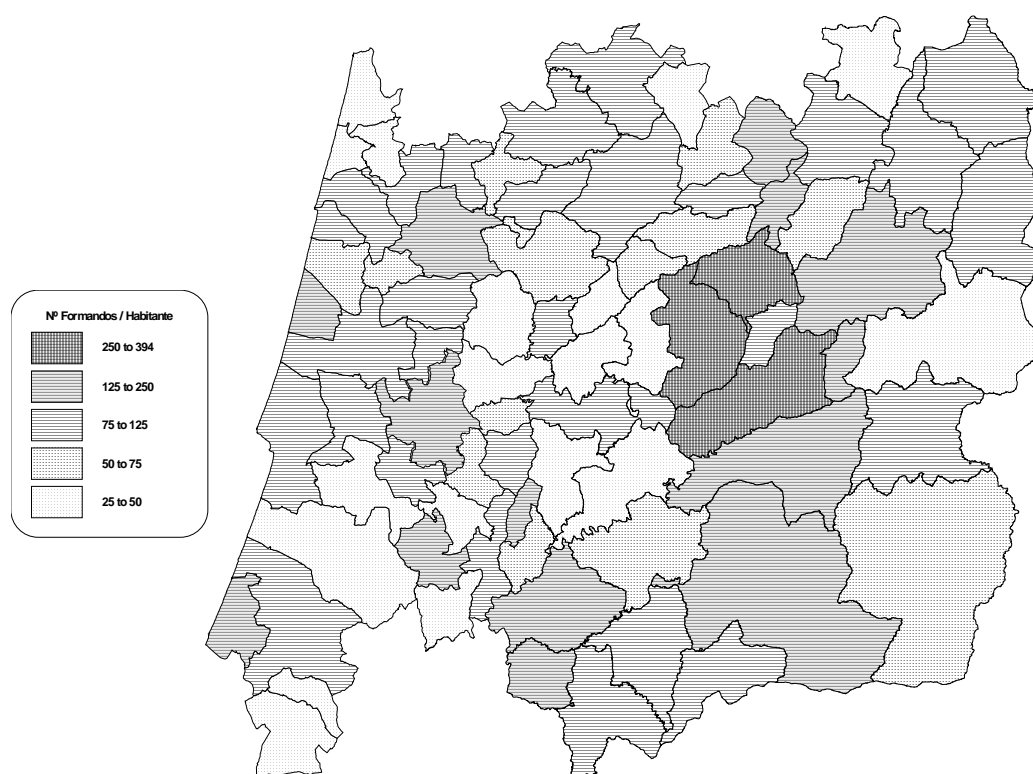
(\*\*) Valor do contrato-programa para o período 2000-2003 e ano de 2004 e 1º semestre de 2005 do CP 2004-2006

Mais do que a incidência territorial do investimento aprovado importa analisar a distribuição dos formandos pela Região. Os dados disponíveis dizem respeito às acções de formação (Acção tipo 3.3.1.1 a 3.3.1.5), constatando-se que as regiões com maior número de abrangidos foram, para o período 2000-2005, o Baixo Vouga e o Baixo Mondego, destacando-se, com menor número de desempregados envolvidos, o Pinhal Interior (Norte e Sul). No entanto, em termos relativos, população e número de desempregados, a maioria dos formandos concentra-se no interior, com realce para algumas das sub-regiões, Serra da Estrela, Cova da Beira e Beira Interior Sul.

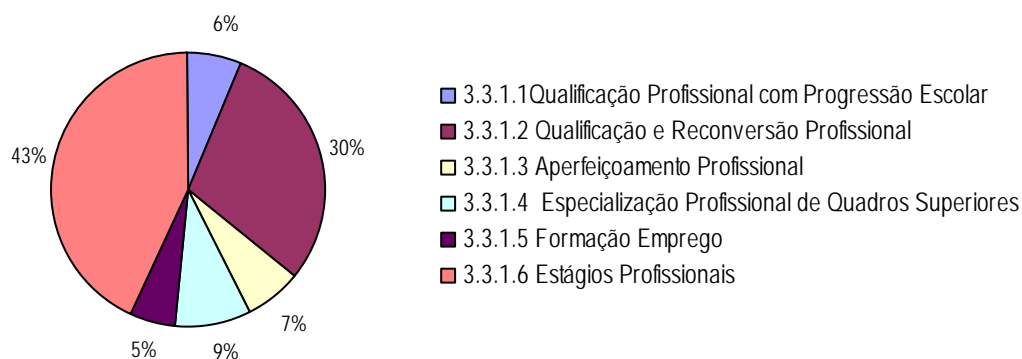


| NUT III               | Nº Formandos  | Incidência    |             |                 |
|-----------------------|---------------|---------------|-------------|-----------------|
|                       |               | % formandos   | % População | % Desempregados |
| Baixo Vouga           | 3293          | 16,37         | 21,66       | 24,33           |
| Baixo Mondego         | 4360          | 21,68         | 19,09       | 19,39           |
| Pinhal Litoral        | 2212          | 11,00         | 13,99       | 10,01           |
| Pinhal Interior Norte | 956           | 4,75          | 7,79        | 6,05            |
| Dão-Lafões            | 2456          | 12,21         | 16,05       | 18,86           |
| Pinhal Interior Sul   | 577           | 2,87          | 2,52        | 1,35            |
| Serra da Estrela      | 1700          | 8,45          | 2,8         | 3,68            |
| Beira Interior Norte  | 1271          | 6,32          | 6,45        | 4,18            |
| Beira Interior Sul    | 1349          | 6,71          | 4,4         | 4,27            |
| Cova da Beira         | 1937          | 9,63          | 5,25        | 7,89            |
| Litoral               | 9.865         | 49,05         | 54,73       | 53,73           |
| Interior              | 10.246        | 50,95         | 45,27       | 46,27           |
| <b>Total</b>          | <b>20.111</b> | <b>100,00</b> | <b>100</b>  | <b>100</b>      |

### Formandos por habitante



Nº Formandos abrangidos por tipologia de acção



O nível de execução física atingida em 2000 a 2005, relativo aos desempregados abrangidos por medidas de política activa (formação e estágios), é cerca de 5928 formandos/ano, sendo o objectivo da medida atingir cerca de 5 500. A maioria das intervenções foram dirigidas às mulheres (cerca de 68% do total), grupo mais representativo no desemprego regional.

A estrutura dos abrangidos (2000-2005) acompanha a estrutura dos desempregados da região, realçando-se a importância de qualificação e da inserção profissional (Estágios).

| Nº de Form. Abrang. por tipologia | 2000         |              |              | 2001         |              |              | 2002         |              |              | 2003         |              |              | 2004         |              |              | 2005         |              |              |
|-----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
|                                   | H            | M            | Total        | H            | M            | Total        | H            | M            | Total        | H            | M            | Total        | H            | M            | Total        | H            | M            | Total        |
| 3.3.1.1                           | 18           | 61           | 79           | 31           | 175          | 206          | 55           | 262          | 317          | 66           | 397          | 463          | 47           | 350          | 397          | 126          | 653          | 779          |
| 3.3.1.2                           | 691          | 1.367        | 2.058        | 391          | 758          | 1.149        | 544          | 856          | 1.400        | 715          | 1.182        | 1.897        | 752          | 1.108        | 1.860        | 901          | 1.265        | 2.166        |
| 3.3.1.3                           | 35           | 61           | 96           | 36           | 128          | 164          | 97           | 152          | 249          | 98           | 230          | 328          | 219          | 422          | 641          | 340          | 515          | 855          |
| 3.3.1.4                           | 0            | 0            | 0            | 112          | 175          | 287          | 136          | 358          | 494          | 191          | 420          | 611          | 219          | 491          | 710          | 349          | 766          | 1.115        |
| 3.3.1.5                           | 155          | 977          | 1.132        | 81           | 543          | 624          | 7            | 42           | 49           | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            |
| 3.3.1.6                           | 1.179        | 2.110        | 3.289        | 853          | 1.841        | 2.694        | 598          | 1.284        | 1.882        | 787          | 1.667        | 2.454        | 875          | 1.819        | 2.694        | 805          | 1.621        | 2.426        |
| <b>Total</b>                      | <b>2.078</b> | <b>4.576</b> | <b>6.654</b> | <b>1.504</b> | <b>3.620</b> | <b>5.124</b> | <b>1.437</b> | <b>2.954</b> | <b>4.391</b> | <b>1.857</b> | <b>3.896</b> | <b>5.753</b> | <b>2.112</b> | <b>4.190</b> | <b>6.302</b> | <b>2.521</b> | <b>4.820</b> | <b>7.341</b> |

Nas Medidas de apoio ao emprego foram abrangidas 5.767 pessoas com uma expressão idêntica para as mulheres e homens, concorrendo para a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no que respeita à presença no mundo empresarial (micro-empresas). Ter-se-á atingido na ordem dos 83% o objectivo da Medida.

| Nº de Formandos abrangidos por tipologia                                  | 2000 |     |      | 2001 |     |       | 2002 |     |      | 2003 |     |      | 2004 |     |      | 2005 |     |      |
|---|------|-----|------|------|-----|-------|------|-----|------|------|-----|------|------|-----|------|------|-----|------|
|   | H    | M   | Tot. | H    | M   | Total | H    | M   | Tot. | H    | M   | Tot. | H    | M   | Tot. | H    | M   | Tot. |
| Criação do Próprio emp, por benef das prest. desemp./Estímulo             |      |     |      |      |     |       |      |     |      |      |     |      |      |     |      |      |     |      |
| Apoio emprego   | 283  | 145 | 428  | 281  | 155 | 436   | 177  | 106 | 283  | 158  | 111 | 269  | 75   | 50  | 125  | n.d  | n.d | n.d  |
| Apoios à criação do próprio emprego                                       | 29   | 60  | 89   | 12   | 14  | 26    |      | 1   | 1    | 0    | 2   | 2    |      |     | 0    | n.d  | n.d | n.d  |
| Inici. Locais de Emprego/Estímulo   |      |     |      |      |     |       |      |     |      |      |     |      |      |     |      |      |     |      |
| Apoio Emprego   | 136  | 152 | 288  | 117  | 134 | 251   | 202  | 195 | 397  | 274  | 282 | 556  | 216  | 221 | 437  | n.d  | n.d | n.d  |
| Apoios à contratação e conv. de contratos a termo para sem termo/Estímulo |      |     |      |      |     |       |      |     |      |      |     |      |      |     |      |      |     |      |
| Apoio Emprego   | 141  | 303 | 444  | 149  | 185 | 334   | 57   | 204 | 261  | 62   | 120 | 182  | 67   | 112 | 179  | n.d  | n.d | n.d  |
| Total   | 589  | 660 | 1249 | 559  | 488 | 1.047 | 436  | 506 | 942  | 494  | 515 | 1009 | 358  | 383 | 741  | 369  | 410 | 779  |

As pessoas abrangidas pelas diversas tipologias de acções, formação, estágios e criação de emprego, concentram-se nos desempregados de com menos de um ano e à procura do primeiro emprego. Esta distribuição resulta do peso das acções 3.3.1.6- estágios profissionais, dirigida ao primeiro emprego (com 84% de pessoas à procura do primeiro emprego) e da acção 3.3.1.2 (com 87% de desempregados há menos de um ano no total das pessoas abrangidas).

| Anos/Pessoas abrangidas | À proc 1º Emp. | À proc. novo Emprego |     |       | Total |
|-------------------------|----------------|----------------------|-----|-------|-------|
|                         |                | Não DLD              | DLD | total |       |
| 2000                    | 40             | 50                   | 10  | 60    | 100   |
| 2001                    | 51             | 40                   | 9   | 49    | 100   |
| 2002                    | 39             | 48                   | 13  | 61    | 100   |
| 2003                    | 39             | 47                   | 14  | 61    | 100   |
| 2004                    | 40             | 47                   | 13  | 60    | 100   |
| 2005                    | 33             | 54                   | 13  | 67    | 100   |
| Total                   | 40             | 48                   | 12  | 60    | 100   |

As acções de formação (tipologias 3.3.1.1 a 3.3.1.5) concentraram-se no grupo dos 20 aos 44 anos de idade. Atendendo a que os estágios profissionais são dirigidos a jovens com idades compreendidas entre os 16 e 30 anos de idade o grupo mais jovem é reforçado.

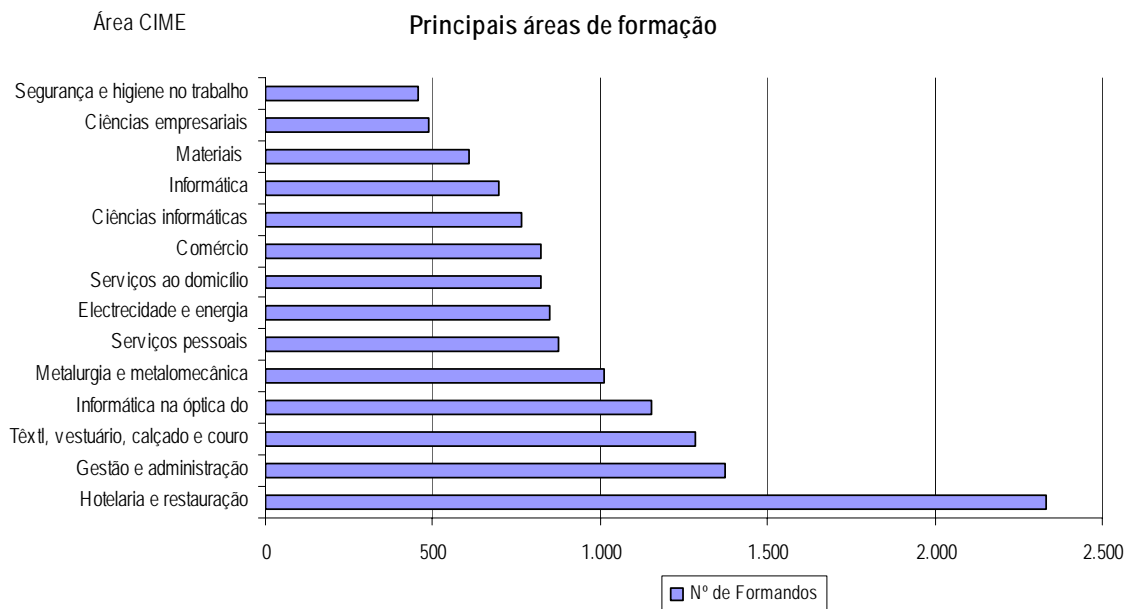
| Nº de Formandos abrangidos por idade | 2000-2005    |              |              |
|--------------------------------------|--------------|--------------|--------------|
|                                      | H            | M            | Total        |
| 15-19                                | 2,7          | 2,0          | 2,2          |
| 20-24                                | 24,9         | 19,3         | 21,1         |
| 25-34                                | 43,5         | 42,8         | 43,0         |
| 35-44                                | 18,0         | 24,7         | 22,6         |
| 45-49                                | 5,8          | 7,1          | 6,7          |
| 50-54                                | 3,7          | 2,8          | 3,1          |
| 55-64                                | 1,4          | 1,3          | 1,4          |
| >64                                  | 0,0          | 0,0          | 0,0          |
| <b>Total</b>                         | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> |

Em 2005 as pessoas abrangidas (tipologias 3.3.1.1 a 3.3.1.5), segundo o nível de habilitações literárias consta do quadro seguinte.

Ano: 2005

| Nº de Formandos abrangidos por Habilitações |                    | Acções de formação |              |              |
|---|--------------------|--------------------|--------------|--------------|
|   |                    | H                  | M            | Total        |
| < 4 anos escolaridade                       |                    | 0,0                | 0,0          | 0,0          |
| Ensino Básico                               | 1º Ciclo (4º ano)  | 5,4                | 6,6          | 6,2          |
|   | 2º Ciclo (6º Ano)  | 20,2               | 27,7         | 25,1         |
|   | 3º Ciclo (9º Ano)  | 31,9               | 19,6         | 23,9         |
| Ensino secundário                           |                    | 22,1               | 22,2         | 22,2         |
| Ensino Superior                             | Bach.e Licenciát.  | 20,3               | 23,9         | 22,6         |
|   | Pós- universitário | 0,0                | 0,1          | 0,1          |
| <b>Total</b>                                |                    | <b>100,0</b>       | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> |

No gráfico seguinte estão indicadas as principais áreas das acções de formação (tipologias 3.3.1.1 a 3.3.1.5). Destaca-se a nível de áreas de formação, Hotelaria e Restauração como a área preferencial ao longo de todo o período (2000/2005).



As áreas das tecnologias de informação e de comunicação envolveram cerca de 18% do volume total de formação.

|              | Volume de formação<br>(horas*formandos) | %          |
|--------------|---|------------|
| TIC          | 1.870.044                               | 18         |
| Ambiente     | 195.333                                 | 2          |
| <b>Total</b> | <b>10.316.616</b>                       | <b>100</b> |

### 5. Medida III.4 - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local

Em Fevereiro de 2005 foi assinado novo Contrato Programa com o IEFP para a gestão da Medida 3.4 - Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local. Neste contrato o quadro financeiro previsto é o seguinte:

Unidade : mil euros

| Ano          | Despesa Pública | FEDER        |
|--------------|-----------------|--------------|
| 2004         | 3.750           | 2.250        |
| 2005         | 3.950           | 2.370        |
| 2006         | 4.370           | 2.622        |
| <b>Total</b> | <b>12.070</b>   | <b>7.242</b> |

Compete ao IEFP, ao abrigo deste Contrato Programa estabelecer as condições e critérios de preferência, baseando-se para isso nas condições estabelecidas na Portaria n.º196-A/2001, de 10 de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Portaria n.º 255/2002 de 12 de Março, definindo procedimentos no Manual que veio a produzir.

A despesa validada em 2005, deste contrato programa, diz respeito à efectuada em 2004, pelo que a execução até final de 2005, representa 35,6% do programado. Se contabilizarmos a despesa efectuada no 1º semestre de 2005, entretanto apresentada para validação, aquela taxa sobe para 45% do valor programado no período 2000-2005.

Unidade: euros

| Ano                      | Programação       |                   | Execução          |                  | Taxas (%)   |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------|
|                          | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo            | Exc./Prog   |
| 2000                     | 4.569.246         | 2.741.050         | 0                 | 0                | 0,0         |
| 2001                     | 4.370.957         | 2.622.097         | 0                 | 0                | 0,0         |
| 2002                     | 4.206.654         | 2.523.534         | 0                 | 0                | 0,0         |
| 2003                     | 4.565.742         | 2.738.947         | 3.247.130         | 1.948.278        | 71,1        |
| 2004                     | 3.674.689         | 2.205.432         | 3.473.848         | 2.084.309        | 94,5        |
| 2005                     | 3.834.992         | 2.301.597         | 3.717.305         | 2.230.383        | 96,9        |
| 2000-2005                | 25.222.280        | 15.132.657        | 10.438.283        | 6.262.970        | 41,4        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>29.333.250</b> | <b>17.599.930</b> | <b>10.438.283</b> | <b>6.262.970</b> | <b>35,6</b> |

Os projectos incidem maioritariamente no interior da região (70% dos apoios concedidos), em particular nas sub-regiões da Serra da Estrela e da Cova da Beira. Esta última sub-região

absorveu 19% do investimento apoiado e 17% do emprego criado nas iniciativas Locais de Emprego.

Unidade: euros

| NUT III                | Nº Proj.   | Custo total       | D. Pública        | Fundo            | Incidência    |           |
|------------------------|------------|-------------------|-------------------|------------------|---------------|-----------|
|                        |            |                   |                   |                  | % CT          | por hab.  |
| Baixo Vouga            | 58         | 2.823.111         | 1.099.151         | 659.491          | 10,86         | 7         |
| Baixo Mondego          | 42         | 1.741.272         | 692.716           | 415.630          | 6,70          | 5         |
| Pinhal Litoral         | 65         | 2.301.613         | 1.010.794         | 606.476          | 8,85          | 9         |
| Pinhal Interior        |            |                   |                   |                  |               |           |
| Norte                  | 80         | 2.414.273         | 875.811           | 525.487          | 9,29          | 17        |
| Dão-Lafões             | 73         | 3.505.830         | 1.358.057         | 814.834          | 13,49         | 12        |
| Pinhal Interior Sul    | 48         | 1.355.249         | 537.805           | 322.683          | 5,21          | 30        |
| Serra da Estrela       | 83         | 2.685.928         | 1.239.553         | 743.732          | 10,33         | 54        |
| Beira Interior         |            |                   |                   |                  |               |           |
| Norte                  | 74         | 2.658.009         | 1.108.083         | 664.850          | 10,23         | 23        |
| Beira Interior Sul     | 36         | 1.595.075         | 472.411           | 283.447          | 6,14          | 20        |
| Cova da Beira          | 109        | 4.914.445         | 2.043.901         | 1.226.341        | 18,91         | 53        |
| Litoral                | 165        | 6.865.996         | 2.802.661         | 1.681.596        | 26,41         | 7         |
| Interior               | 503        | 19.128.810        | 7.635.622         | 4.581.373        | 73,59         | 24        |
| <b>Total da Medida</b> | <b>668</b> | <b>25.994.806</b> | <b>10.438.283</b> | <b>6.262.970</b> | <b>100,00</b> | <b>15</b> |

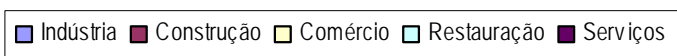
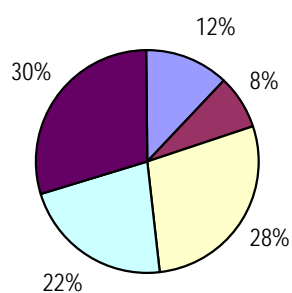
A restauração, o comércio e os serviços foram as actividades onde se concentram 82% dos apoios concedidos. A indústria transformadora e a construção civil no seu conjunto tiveram uma expressão mais modesta, mas ainda assim digna de nota.

Unidade: euros

| Actividades  | Nº Proj.   | Execução (2000-2005) |                  |                | Postos de trabalho |
|--------------|------------|----------------------|------------------|----------------|--------------------|
|              |            | D. Pública           | Fundo            | % (D. Pública) |                    |
| Indústria    | 58         | 1.198.068            | 718.841          | 11,5           | 171                |
| Construção   | 57         | 689.585              | 413.751          | 6,6            | 106                |
| Comércio     | 241        | 3.068.871            | 1.841.323        | 29,4           | 390                |
| Restauração  | 119        | 2.486.669            | 1.492.001        | 23,8           | 302                |
| Serviços     | 193        | 2.995.090            | 1.797.054        | 28,7           | 417                |
| <b>Total</b> | <b>668</b> | <b>10.438.283</b>    | <b>6.262.970</b> | <b>100,0</b>   | <b>1386</b>        |

Os 1.386 postos de trabalho associados aos apoios concedidos nesta medida, seguem uma distribuição idêntica, 30% nos serviços, 28% no comércio e 22% na restauração. A indústria envolve 12% dos postos de trabalho criados.

Postos de trabalho



## 6. Medida III.5 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Até final do ano de 2005 foram apreciados cinco projectos, com parecer favorável em Unidade de Gestão:

2 de melhoramento do Centro de Ciência de Coimbra;

Centro de Ciência Viva de Aveiro;

Centro de Ciência Viva de Proença-a-Nova;

Centro de Ciência Viva de Viseu.

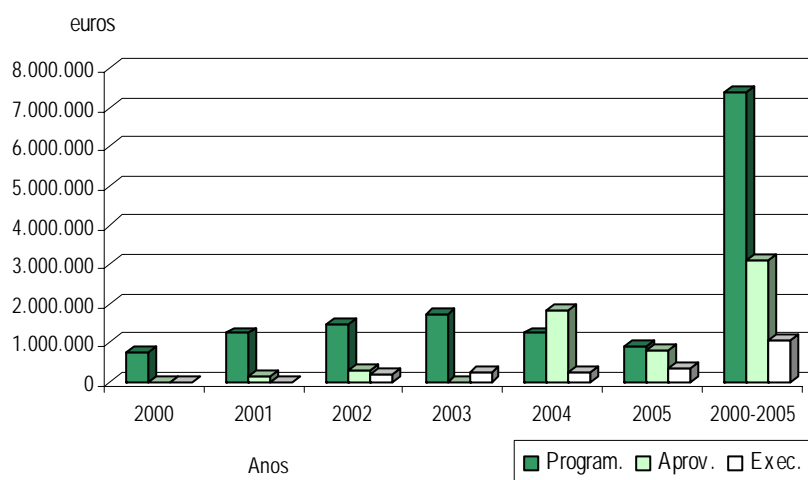
Destes 4 foram aprovados até ao final do ano, os quais correspondem a 39% do total programado. O projecto do Centro de Ciência Viva de Viseu só foi proposto para aprovação ministerial em 2006, dado que a sua aprovação ficou condicionada à apresentação do contrato de adjudicação do edifício.

Apesar desta baixa taxa de execução, verificou-se alguma recuperação durante os anos de 2004 e 2005 em termos de aprovações (124% do programado para esses anos).

Unidade: euros

| Ano                      | Programação      |                  | Aprovação        |                  | Execução         |                | Taxas (%)   |             |             |
|--------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|-------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública       | Fundo            | D. Pública       | Fundo            | D. Pública       | Fundo          | A/Prog      | Exc./Prog   | Exec./A     |
| 2000                     | 750.000          | 525.000          | 0                | 0                | 0                | 0              | 0,0         | 0,0         |             |
| 2001                     | 1.248.000        | 873.000          | 136.172          | 68.086           | 0                | 0              | 10,9        | 0,0         | 0,0         |
| 2002                     | 1.496.000        | 748.000          | 304.766          | 152.383          | 210.671          | 105.335        | 20,4        | 14,1        | 69,1        |
| 2003                     | 1.745.000        | 698.000          | 0                | 0                | 230.266          | 115.133        | 0,0         | 13,2        |             |
| 2004                     | 1.247.000        | 524.000          | 1.837.963        | 918.981          | 269.474          | 134.737        | 147,4       | 21,6        | 14,7        |
| 2005                     | 899.630          | 374.630          | 829.038          | 414.519          | 335.043          | 167.521        | 92,2        | 37,2        | 40,4        |
| 2000-2005                | 7.385.630        | 3.742.630        | 3.107.937        | 1.553.969        | 1.045.454        | 522.727        | 42,1        | 14,2        | 33,6        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>7.985.276</b> | <b>3.992.636</b> | <b>3.107.937</b> | <b>1.553.969</b> | <b>1.045.454</b> | <b>522.727</b> | <b>38,9</b> | <b>13,1</b> | <b>33,6</b> |

### Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução





O atraso na implementação desta medida decorre de vários factores, designadamente:

- baixa experiência dos diversos actores na concepção e produção de espaço interactivos de Ciência e Tecnologia, o que implica, por vezes, o recurso a alguns dos melhores centros de ciência internacionais;
- falta de disponibilidade de instalações adequadas, sejam edifícios já existentes e que têm que receber obras de adaptação, sejam edifícios a edificar para os quais é necessário a elaboração de projecto de arquitectura e financiamento para a sua construção;
- dificuldade ao nível dos recursos humanos já que é necessário uma forte interacção de equipas competentes multidisciplinares, durante o processo de criação e de exploração de um centro.

Estes factores têm condicionado a implementação da medida.

Tendo em atenção a situação actual em termos de nº de projectos aprovados e a perspectiva do aparecimento de novas iniciativas de centros de ciência viva em várias localizações da região é possível prever que as metas físicas previstas serão atingidas

| Indicador Físico                           | Unidade | Quantificação |                         |          |
|--|---------|---------------|-------------------------|----------|
|  |         | Previsto      | Resultados (31-12-2005) |          |
|  |         |               | Proj. aprov.            | Execução |
| Centros de ciência viva a criar/beneficiar | nº      | 6             | 4                       | 2        |

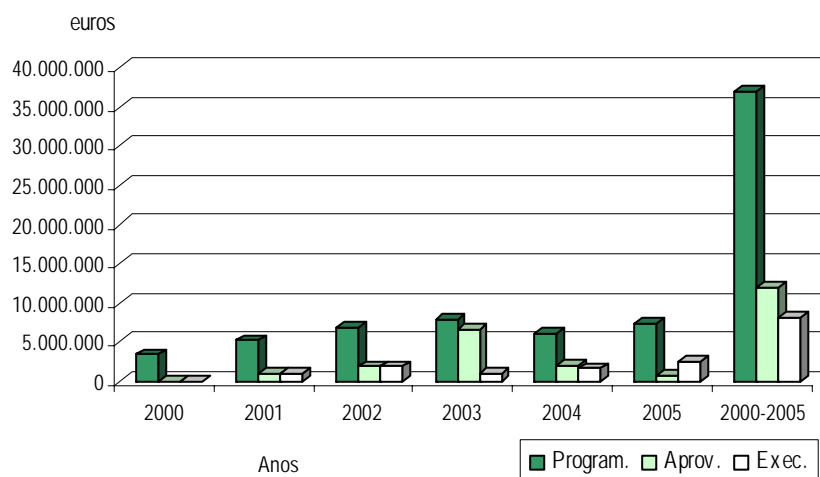
## 7. Medida III.6 - Sociedade da Informação - Portugal Digital

Até ao final do período em análise foram recepcionadas 21 candidaturas, das quais 15 foram aprovadas e homologadas e 6 arquivadas.

Os projectos aprovados, correspondem a um investimento no valor de 12.414 euros. O nível de aprovação e de execução continua a ser bastante baixo 28% e 18% do total programado, respectivamente.

| Unidade: euros           |                   |                   |                   |                  |                  |                  |             |             |             |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|-------------|-------------|-------------|
| Ano                      | Programação       |                   | Aprovação         |                  | Execução         |                  | Taxas (%)   |             |             |
|                          | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo            | D. Pública       | Fundo            | A/Prog      | Exc./Prog   | Exec./A     |
| 2000                     | 3.431.000         | 2.568.000         | 0                 | 0                | 0                | 0                | 0,0         | 0,0         | #DIV/0!     |
| 2001                     | 5.217.000         | 3.392.000         | 961.119           | 720.839          | 1.103.794        | 827.845          | 18,4        | 21,2        | 114,8       |
| 2002                     | 6.786.000         | 4.280.000         | 1.876.118         | 1.407.088        | 1.876.118        | 1.407.088        | 27,6        | 27,6        | 100,0       |
| 2003                     | 7.904.000         | 4.664.000         | 6.543.258         | 4.438.633        | 911.749          | 683.812          | 82,8        | 11,5        | 13,9        |
| 2004                     | 6.197.500         | 4.648.000         | 2.009.263         | 1.307.676        | 1.634.733        | 1.079.706        | 32,4        | 26,4        | 81,4        |
| 2005                     | 7.395.000         | 5.546.000         | 686.643           | 448.378          | 2.568.984        | 1.670.429        | 9,3         | 34,7        | 374,1       |
| 2000-2005                | 36.930.500        | 25.098.000        | 12.076.401        | 8.322.614        | 8.095.378        | 5.668.880        | 32,7        | 21,9        | 67,0        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>44.510.500</b> | <b>30.783.000</b> | <b>12.413.703</b> | <b>8.542.873</b> | <b>8.095.378</b> | <b>5.668.880</b> | <b>27,9</b> | <b>18,2</b> | <b>65,2</b> |

### Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



Os seis projectos aprovados, da linha de acção “Estado Aberto” dizem respeito à criação de três Lojas do Cidadão (Viseu, Aveiro e Coimbra) à informatização dos tribunais da Região, dos serviços de registo e notariado da Região e dos serviços prisionais da Região e ao serviço de atendimento permanente “Balcão Verde” do Ministério da Agricultura.

Trata-se de projectos que visam desburocratizar as organizações, simplificando processos e aumentando os seus níveis de eficiência e eficácia, através da introdução de novas tecnologias da informação e da comunicação, redefinindo a relação entre a administração pública e os cidadãos, empresas e outros agentes sociais.

Os nove projectos da linha de acção “Portugal Digital” dizem respeito à iniciativa “Campus Virtual” e envolvem várias Universidades e Institutos Politécnicos da região: Universidade de Aveiro, de Coimbra, da Beira Interior, Católica Portuguesa em Viseu, Institutos Politécnicos da Guarda, de Leiria, de Aveiro, de Castelo Branco e de Coimbra.

Unidade: euros

| Linha de Acção   | Nº Proj.  | Aprovações        |                  |                | Execução (2000-2005) |                  |
|------------------|-----------|-------------------|------------------|----------------|----------------------|------------------|
|                  |           | D. Pública        | Fundo            | % (D. Pública) | D. Pública           | Fundo            |
| Portugal Digital | 9         | 6.145.703         | 3.994.707        | 49,5           | 3.836.035            | 2.493.423        |
| Estado Aberto    | 6         | 6.268.000         | 4.548.166        | 50,5           | 4.259.343            | 3.175.458        |
| <b>Total</b>     | <b>15</b> | <b>12.413.703</b> | <b>8.542.873</b> | <b>100,0</b>   | <b>8.095.378</b>     | <b>5.668.880</b> |

As metas físicas revistas indicam a nova orientação de aplicação da medida na sequência da reprogramação do PO aprovada em Dezembro de 2004, ou seja a criação de duas novas linhas de acção ligadas à promoção da coesão digital através da criação de centros de disponibilização de serviços de Internet de Banda Larga e estímulo ao comércio electrónico através da generalização de procedimentos electrónicos e promoção da confiança dos cidadãos e das organizações no processo de adopção das compras electrónicas.

| Indicador Físico   | Unidade | Quantificação |                         |          |
|--|---------|---------------|-------------------------|----------|
|  |         | Previsto      | Resultados (31-12-2005) |          |
|  |         |               | Proj. aprov.            | Execução |
| Nº de projectos da acção Portugal Digital                  | nº      | 9             | 9                       | 0        |
| Nº de instituições de ensino envolvidas                    | nº      | 35            | 35                      | 0        |
| Nº de acções aprovadas no âmbito de projectos integrados   | nº      | 27            | 27                      | 0        |
| Nº de redes locais instaladas                              | nº      | 280           | 280                     | 109      |
| Nº de aplicações informáticas/ BD desenvolvidas            | nº      | 10            | 10                      | 0        |
| Nº de espaços de acesso à Internet de Banda Larga apoiados | nº      | 50            | 0                       | 0        |

## 8. Medida III.7 - Sociedade da Informação: criar competências para o desenvolvimento de Portugal Digital

Na avaliação intercalar dos diversos programas Operacionais, designadamente do PO Centro, evidenciou-se a necessidade de articular a Medida com o Programa Nacional (POSI). Com o novo Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento e o reconhecimento de que o desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento passa pela aposta dos principais actores do território, optou-se por propor um novo enquadramento para a vertente desconcentrada, procurando adaptá-la à expectativas dos actores regionais.

Esta Medida passou a dirigir-se à certificação de competências em tecnologias de informação e comunicação.

Durante o ano de 2005 iniciou-se o processo de definição do Regulamento Específico da Medida, estando nesta altura, Maio de 2006, o mesmo em fase de final de aprovação ministerial. Neste contexto poder-se-á esperar que durante o ano de 2006 ainda ocorram algumas aprovações.

## 9. Medida III.8 - Saúde: Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (SLS)

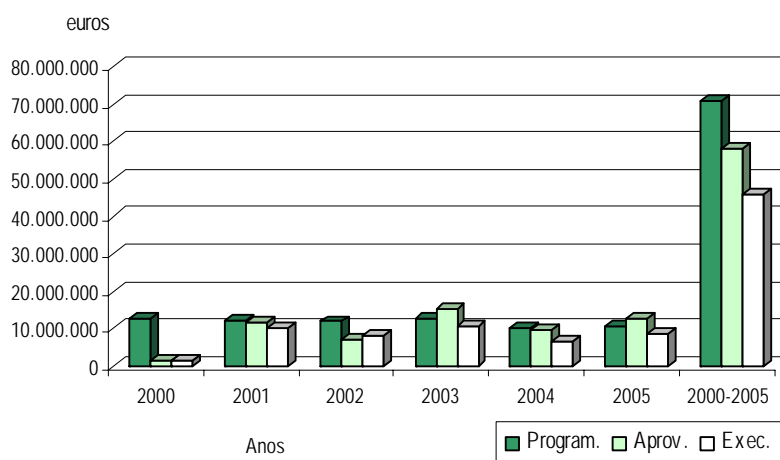
Até final do ano 2005 foram analisados e aprovados 44 projectos que representam cerca de 82% do total programado para o período 2000-2005. A execução é da ordem dos 82% da programação de 2005 e de 56% do programado para 2000-2005.

O nível de execução em 2005 cresceu relativamente ao ano anterior, sendo necessário, no entanto, um maior esforço nos anos seguintes de forma a que as metas financeiras sejam alcançadas.

Unidade: euros

| Ano                      | Programação       |                   | Aprovação         |                   | Execução          |                   | Taxas (%)   |             |             |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | A/Prog      | Exc/Prog    | Exec/A      |
| 2000                     | 12.931.539        | 9.697.678         | 1.601.244         | 1.200.933         | 1.601.244         | 1.200.933         | 12,4        | 12,4        | 100,0       |
| 2001                     | 12.381.490        | 9.286.362         | 11.548.258        | 8.617.088         | 10.158.184        | 7.574.533         | 93,3        | 82,0        | 88,0        |
| 2002                     | 11.923.278        | 8.942.459         | 7.288.439         | 5.438.916         | 7.995.807         | 5.969.442         | 61,1        | 67,1        | 109,7       |
| 2003                     | 12.693.152        | 9.519.865         | 15.118.490        | 11.285.318        | 10.765.726        | 8.020.745         | 119,1       | 84,8        | 71,2        |
| 2004                     | 10.153.935        | 7.615.696         | 9.545.944         | 7.159.458         | 6.800.441         | 5.100.331         | 94,0        | 67,0        | 71,2        |
| 2005                     | 10.562.868        | 7.922.474         | 12.884.247        | 9.633.162         | 8.706.748         | 6.500.037         | 122,0       | 82,4        | 67,6        |
| 2000-2005                | 70.646.262        | 52.984.534        | 57.986.620        | 43.334.874        | 46.028.149        | 34.366.021        | 82,1        | 65,2        | 79,4        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>81.889.120</b> | <b>61.417.000</b> | <b>62.000.067</b> | <b>46.344.959</b> | <b>46.028.149</b> | <b>34.366.021</b> | <b>75,7</b> | <b>56,2</b> | <b>74,2</b> |

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



Dos projectos aprovados 31 dizem respeito a intervenções em centros de saúde, 12 a intervenções em unidades hospitalares e cuidados continuados e um à criação de unidades móveis para melhorar a acessibilidade ao cuidados de saúde por parte da população mais idosa.

Unidade: euros

| Tipologia                    | Nº Proj.  | Aprovações        |                   |                | Execução (2000-2005) |                   |
|------------------------------|-----------|-------------------|-------------------|----------------|----------------------|-------------------|
|                              |           | D. Pública        | Fundo             | % (D. Pública) | D. Pública           | Fundo             |
| Centros de saúde e extensões | 31        | 45.493.496        | 34.120.122        | 73,4           | 30.227.306           | 22.670.480        |
| Unidades Hospitalares        | 11        | 15.505.380        | 11.629.035        | 25,0           | 14.799.652           | 11.099.739        |
| Cuidados continuados         | 1         | 775.457           | 426.501           | 1,3            | 775.457              | 426.501           |
| Unidades Móveis              | 1         | 225.734           | 169.300           | 0,4            | 225.734              | 169.300           |
| <b>Total</b>                 | <b>44</b> | <b>62.000.067</b> | <b>46.344.959</b> | <b>100,0</b>   | <b>46.028.149</b>    | <b>34.366.021</b> |

Também no sector da saúde as intervenções apoiadas contribuem para um reforço da qualidade dos serviços no interior da região. De facto esta sub-região absorve 56% do investimento aprovado, muito para além do seu peso populacional. Para este facto muito contribui o projecto de remodelação das instalações do Hospital de Castelo Branco, intervenção essencial para melhorar os cuidados de saúde a cerca de 130 000 pessoas.

Unidade: Euros

| NUT III                | Nº Proj.  | Custo total       | D. Pública        | Fundo             | Incidência (Custo total) |               |
|------------------------|-----------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------------|---------------|
|                        |           |                   |                   |                   | %                        | por habitante |
| Baixo Vouga            | 10        | 11.555.719        | 11.555.719        | 8.666.789         | 18,64                    | 30            |
| Baixo Mondego          | 10        | 11.793.824        | 11.793.824        | 8.845.368         | 19,02                    | 35            |
| Pinhal Litoral         | 2         | 3.458.364         | 3.458.364         | 2.593.773         | 5,58                     | 14            |
| Pinhal Interior Norte  | 6         | 6.642.850         | 6.642.850         | 4.827.046         | 10,71                    | 48            |
| Dão-Lafões             | 4         | 5.029.418         | 5.029.418         | 3.772.064         | 8,11                     | 18            |
| Pinhal Interior Sul    | 3         | 5.354.656         | 5.354.656         | 4.015.992         | 8,64                     | 119           |
| Serra da Estrela       | 1         | 3.363.617         | 3.363.617         | 2.522.713         | 5,43                     | 67            |
| Beira Interior Norte   | 3         | 3.980.328         | 3.980.328         | 2.985.246         | 6,42                     | 35            |
| Beira Interior Sul     | 2         | 10.075.596        | 10.075.596        | 7.556.697         | 16,25                    | 129           |
| Cova da Beira          | 0         | 0                 | 0                 | 0                 | 0,00                     | 0             |
| Não Regional.          | 3         | 745.696           | 745.696           | 559.272           | 1,20                     |               |
| Litoral                | 22        | 26.807.906        | 26.807.906        | 20.105.930        | 43,24                    | 28            |
| Interior               | 19        | 34.446.465        | 34.446.465        | 25.679.757        | 55,56                    | 43            |
| <b>Total da Medida</b> | <b>44</b> | <b>62.000.067</b> | <b>62.000.067</b> | <b>46.344.959</b> | <b>100,00</b>            | <b>35</b>     |

Os objectivos a atingir com as candidaturas apresentadas, prendem-se essencialmente com a melhoria da qualidade dos cuidados de saúde e atendimento prestados aos utentes.

No que respeita aos Centros de Saúde, substituíram-se instalações degradadas e já funcionalmente inadaptadas à prestação de cuidados primários, abrangendo uma população 505.515 utentes, o que representa 28% da população da Região Centro.

As intervenções em Unidades Hospitalares visaram remodelar instalações degradadas e adquirir equipamentos – designadamente aparelhos de Radiologia Digital – que permitem servir as populações em melhores condições, induzindo ganhos em saúde ao nível da qualidade e proximidade dos meios de diagnóstico. Estas intervenções abrangem uma população da ordem dos 768 500 utentes, em Hospitais de âmbito Distrital ou local, e cerca de 2 300 000 habitante, no caso do hospital de Sobral Cid, de âmbito regional.

A temática da saúde foi objecto de divulgação, visando a prevenção e informação dos utentes, através da instalação de TV cabo nos Centros e Extensões de Saúde, com acesso ao canal Saúde.

De referir ainda a aquisição de 6 viaturas de apoio domiciliário, afectas às 6 Sub-Regiões de Saúde da ARS Centro, destinadas ao transporte de utentes idosos e portadores de deficiência.

No quadro seguinte sintetizam-se os indicadores físicos de acompanhamento. Atendendo à taxa de absorção financeira (76% do programado) e ao nível de indicadores físicos a atingir com os projectos aprovados, as metas físicas previstas indiciam ter sido um pouco ambiciosas.

| Indicador Físico   | Unidade | Quantificação |                         |          |
|--|---------|---------------|-------------------------|----------|
|  |         | Previsto      | Resultados (31-12-2005) |          |
|  |         |               | Proj. aprov.            | Execução |
| Intervenções de construção, remodelação e adequação de instalações de centros de saúde e respectivas extensões | nº      | 46            | 30                      | 18       |
| Intervenções em equipamentos de centros de saúde e respectivas extensões                                       | nº      | 46            | 31                      | 19       |
| Intervenções em remodelação e adequação de instalações hospitalares, incluindo hospitais-de-dia                | nº      | 17            | 9                       | 9        |
| Intervenções em equipamento de instalações hospitalares, incluindo hospitais-de-dia                            | nº      | 17            | 5                       | 5        |
| Unidades móveis criadas/adaptadas para utilizar em projectos comunitários                                      | n.º     |               | 6                       | 6        |
| Infra-estruturas criadas para promoção da saúde, incluindo infra-estruturas para formação                      | nº      | 160           | 0                       | 0        |

## 10. Medida III.9 - Cultura

Até final de 2005 foram apreciados em Unidade de Gestão 14 projectos, o que representa 90% do valor total programado.

A partir do ano 2004, verificou-se um progresso substancial na apreciação e aprovação de candidaturas, quer externas, quer do próprio Instituto ou em parceria com outras entidades.

Referem-se como entidades beneficiárias ou parceiras do IPPAR nas candidaturas aprovadas as seguintes entidades: Câmara Municipal de Coimbra, Câmara Municipal de Penela, Câmara Municipal de Vouzela, Câmara Municipal da Guarda, Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, Paróquia de S.Miguel - Penela, Paróquia de Vouzela, Paróquia do Lorvão, Paróquia de Castelo Rodrigo, Diocese de Coimbra, Fundação Batalha de Aljubarrota e Direcção Regional do IPPAR de Coimbra e de Castelo Branco.

Com excepção da candidatura da Câmara Municipal de Coimbra, da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e da Câmara Municipal da Guarda, não se verificaram candidaturas integralmente externas.

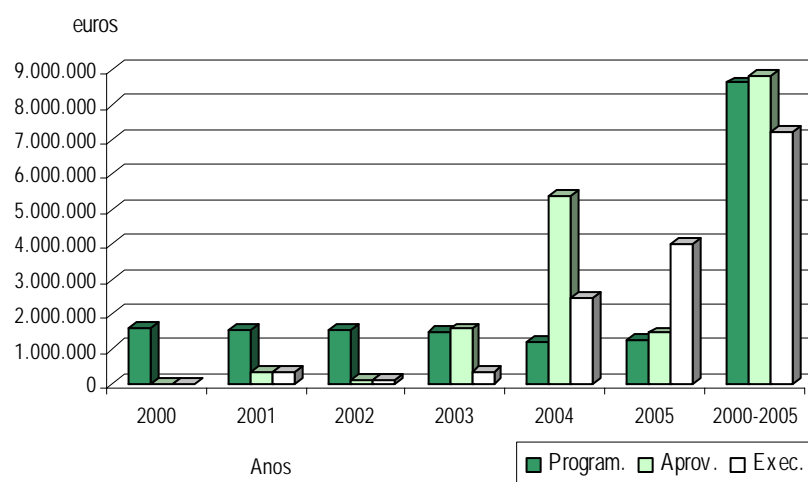
Nas restantes candidaturas, dada a especificidade e delicadeza das intervenções, o IPPAR optou por chamar a si a responsabilidade de execução e coordenação das mesmas, celebrando em alguns casos e para esse efeito, protocolos com as entidades abrangidas, por serem proprietárias, usufrutuárias ou gestoras dos monumentos a recuperar e beneficiar.

Registou-se uma elevada recuperação na taxa de execução, 319% em relação ao programado para 2005, elevando para 84% do programado para o período 2000-2005.

Unidade: Euros

| Ano                      | Programação      |                  | Aprovação        |                  | Execução         |                  | Taxas (%)    |             |             |
|--------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|--------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública       | Fundo            | D. Pública       | Fundo            | D. Pública       | Fundo            | A/Prog       | Exc./Prog   | Exec./A     |
| 2000                     | 1.601.221        | 1.238.467        | 0                | 0                | 0                | 0                | 0,0          | 0,0         |             |
| 2001                     | 1.562.192        | 1.196.888        | 327.888          | 245.916          | 327.888          | 245.916          | 21,0         | 21,0        | 100,0       |
| 2002                     | 1.523.122        | 1.154.318        | 118.326          | 88.745           | 118.336          | 88.752           | 7,8          | 7,8         |             |
| 2003                     | 1.468.653        | 1.127.589        | 1.571.312        | 1.178.484        | 349.298          | 261.974          | 107,0        | 23,8        | 22,2        |
| 2004                     | 1.223.138        | 874.154          | 5.377.664        | 3.801.688        | 2.455.521        | 1.841.641        | 439,7        | 200,8       | 45,7        |
| 2005                     | 1.250.847        | 898.903          | 1.458.270        | 1.078.265        | 3.991.600        | 2.873.251        | 116,6        | 319,1       | 273,7       |
| <b>2000-2005</b>         | <b>8.629.173</b> | <b>6.490.319</b> | <b>8.853.461</b> | <b>6.393.099</b> | <b>7.242.643</b> | <b>5.311.533</b> | <b>102,6</b> | <b>83,9</b> | <b>81,8</b> |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>9.881.192</b> | <b>7.411.192</b> | <b>8.853.461</b> | <b>6.393.099</b> | <b>7.242.643</b> | <b>5.311.533</b> | <b>89,6</b>  | <b>73,3</b> | <b>81,8</b> |

### Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



A distribuição territorial dos projectos aprovados indica que estes se concentram no interior da região (55% do valor total aprovado).

Unidade: Euros

| NUT III                | Nº Proj.  | Custo total      | D. Pública       | Fundo            | Incidência    |               |
|------------------------|-----------|------------------|------------------|------------------|---------------|---------------|
|                        |           |                  |                  |                  | %             | por habitante |
| Baixo Vouga            | 0         | 0                | 0                | 0                | 0,00          | 0             |
| Baixo Mondego          | 5         | 3.792.510        | 3.792.510        | 2.597.386        | 42,84         | 11            |
| Pinhal Litoral         | 1         | 211.346          | 211.346          | 158.510          | 2,39          | 1             |
| Pinhal Interior Norte  | 1         | 1.023.003        | 1.023.003        | 767.252          | 11,55         | 7             |
| Dão-Lafões             | 1         | 870.528          | 870.528          | 652.896          | 9,83          | 3             |
| Pinhal Interior Sul    | 0         | 0                | 0                | 0                | 0,00          | 0             |
| Serra da Estrela       | 0         | 0                | 0                | 0                | 0,00          | 0             |
| Beira Interior Norte   | 5         | 1.521.740        | 1.521.740        | 1.141.305        | 17,19         | 13            |
| Beira Interior Sul     | 1         | 1.434.334        | 1.434.334        | 1.075.751        | 16,20         | 18            |
| Cova da Beira          | 0         | 0                | 0                | 0                | 0,00          | 0             |
| Litoral                | 6         | 4.003.856        | 4.003.856        | 2.755.895        | 45,22         | 4             |
| Interior               | 8         | 4.849.605        | 4.849.605        | 3.637.204        | 54,78         | 6             |
| <b>Total da Medida</b> | <b>14</b> | <b>8.853.461</b> | <b>8.853.461</b> | <b>6.393.099</b> | <b>100,00</b> | <b>5</b>      |

Os projectos aprovados dizem respeito à recuperação/valorização de castelos e à recuperação de edifícios de valor patrimonial e histórico.

| Indicador Físico   | Unidade | Quantificação |              |          |
|--|---------|---------------|--------------|----------|
|  |         | Previsto      | 31-12-2005   |          |
|  |         |               | Proj. aprov. | Execução |
| Castelos recuperados/valorizados                                   | nº      | 10            | 5            | 4        |
| Sítios arqueológicos recuperados/valorizados                       | nº      | 3             |              |          |
| Visitantes nos castelos e sítios recuperados                       | nº      | 10000         |              |          |
| Edições audiovisual/multimédia                                     | nº      | 10            |              |          |
| Publicações editados   | nº      | 2             |              |          |
| Postos de trabalho criados permanentes                             | nº      | 20            |              |          |
| Edifícios de interesse patrimonial intervencionados                | nº      | 5             | 8            | 5        |
| Intervenções de valorização do património histórico e paisagístico | nº      |               | 6            | 6        |



## 11. Medida III.10 - Desporto: Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos

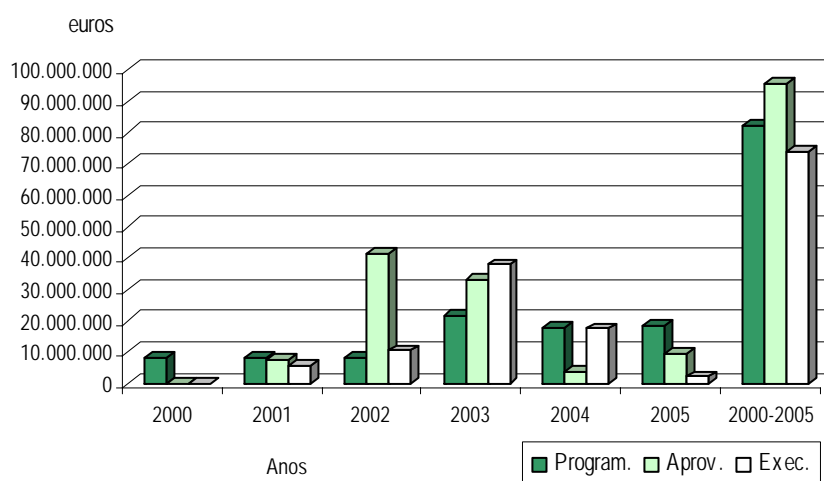
Os 25 projectos apreciados em Unidade de Gestão foram aprovados e envolvem um total de 96.385 mil Euros de investimento elegível e 31.797 mil Euros de Fundo (89% do total programado). A taxa de execução é da ordem dos 75% dos valores programados para o período 2000-2005, o que indica que as metas programadas podem vir a ser atingidas. No ano de 2005, a execução só atingiu 25% do valor programado para esse ano em muito derivado ao facto de ter existido dificuldade em garantir a contrapartida nacional dos projectos apoiados, não sendo assinados os Contratos-Programa por não cabimento da despesa. Tal facto atrasou a execução dos projectos.

Unidade: Euros

| Ano                      | Programação       |                   | Aprovação         |                   | Execução          |                   | Taxas (%) Fundo |             |             |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-----------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | A/Prog          | Exc/Prog    | Exec/A      |
| 2000                     | 7.977.472         | 5.567.451         | 0                 | 0                 | 0                 | 0                 | 0,0             | 0,0         |             |
| 2001                     | 8.218.472         | 5.324.412         | 7.733.075         | 4.608.229         | 5.668.624         | 3.517.053         | 86,5            | 66,1        | 76,3        |
| 2002                     | 8.313.718         | 5.124.053         | 41.451.970        | 11.181.401        | 10.484.305        | 4.651.371         | 218,2           | 90,8        | 41,6        |
| 2003                     | 21.461.210        | 5.564.140         | 33.242.672        | 8.050.318         | 37.892.695        | 9.691.042         | 144,7           | 174,2       | 120,4       |
| 2004                     | 17.828.470        | 4.480.587         | 3.944.251         | 2.199.207         | 17.456.805        | 4.090.127         | 49,1            | 91,3        | 186,0       |
| 2005                     | 18.314.372        | 4.675.685         | 9.342.750         | 5.422.569         | 2.194.881         | 1.172.024         | 116,0           | 25,1        | 21,6        |
| 2000-2005                | 82.113.714        | 30.736.328        | 95.714.718        | 31.461.724        | 73.697.310        | 23.121.618        | 102,4           | 75,2        | 73,5        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>99.305.549</b> | <b>35.749.998</b> | <b>96.384.582</b> | <b>31.796.656</b> | <b>73.697.310</b> | <b>23.121.618</b> | <b>88,9</b>     | <b>64,7</b> | <b>72,7</b> |

A discrepância entre as taxas de aprovação e de execução, relativas a despesa pública e Fundo estrutural, devem-se ao facto da taxa efectiva de co-financiamento ser inferior ao previsto para a Medida.

**Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução**



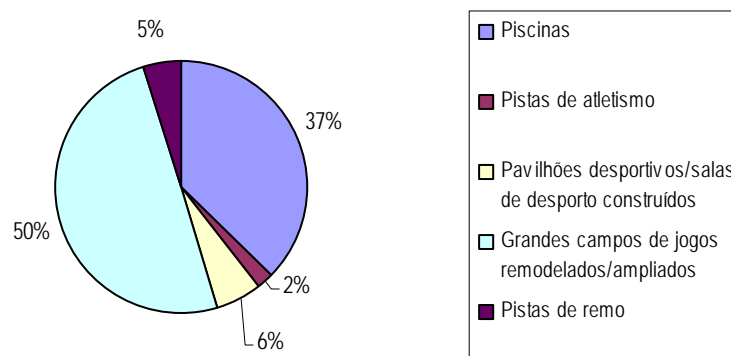
As intervenções em piscinas e em grandes campos de jogos concentram 87% do valor FEDER aprovado. De realçar as piscinas, com 37% daquele indicador, dado tratar-se de um equipamento com utilizadores de vários grupos etários e que permitem uma ocupação ao longo de todo ano para a prática desportiva. Outros equipamentos a destacar são os da pista de remo de Montemor, pista de atletismo da Covilhã, o estádio de Coimbra, Aveiro e de Leiria e o campo de

futebol de Castelo Branco, equipamentos que valorizam a Região Centro e as áreas onde se localizam.

Unidade: Euros

| Tipologia   | Nº Proj.  | Aprovações        |                   |              | Execução (2000-2005) |                   |
|---|-----------|-------------------|-------------------|--------------|----------------------|-------------------|
|   |           | D. Pública        | Fundo             | % (Fundo)    | D. Pública           | Fundo             |
| Piscinas  | 11        | 19.867.641        | 11.810.432        | 37,1         | 14.114.995           | 8.348.049         |
| Pistas de atletismo                                 | 1         | 1.496.394         | 748.197           | 2,4          | 1.496.394            | 748.197           |
| Pavilhões desportivos/salas de desporto construídos | 3         | 3.060.838         | 1.796.500         | 5,6          | 1.417.173            | 830.970           |
| Grandes campos de jogos remodelados/ampliados       | 9         | 68.779.188        | 15.851.267        | 49,9         | 53.488.228           | 11.604.142        |
| Pistas de remo                                      | 1         | 3.180.521         | 1.590.260         | 5,0          | 3.180.521            | 1.590.260         |
| <b>Total</b>  | <b>25</b> | <b>96.384.582</b> | <b>31.796.656</b> | <b>100,0</b> | <b>73.697.310</b>    | <b>23.121.618</b> |

Valor aprovado (FEDER) segundo tipologia de equipamento desportivo



A maioria do investimento concentra-se no litoral da região, contribuindo para tal facto os projectos do Estádio de Aveiro, de Leiria e de Coimbra e a pista de remo de Montemor-o-Velho.

Unidade: Euros

| NUT III                | Nº Proj.  | Custo total       | D. Pública        | Fundo             | Incidência    |           |
|------------------------|-----------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------|-----------|
|                        |           |                   |                   |                   | %             | por hab.  |
| Baixo Vouga            | 3         | 33.187.211        | 33.187.211        | 8.271.062         | 34,43         | 86        |
| Baixo Mondego          | 7         | 27.465.839        | 27.465.839        | 10.182.802        | 28,50         | 81        |
| Pinhal Litoral         | 2         | 19.909.616        | 19.909.616        | 4.337.396         | 20,66         | 80        |
| Pinhal Interior Norte  | 2         | 1.520.063         | 1.520.063         | 837.747           | 1,58          | 11        |
| Dão-Lafões             | 6         | 7.723.086         | 7.723.086         | 4.368.656         | 8,01          | 27        |
| Pinhal Interior Sul    | 1         | 1.585.314         | 1.585.314         | 990.821           | 1,64          | 35        |
| Serra da Estrela       | 1         | 1.576.992         | 1.576.992         | 859.934           | 1,64          | 32        |
| Beira Interior Norte   | 1         | 1.149.578         | 1.149.578         | 718.487           | 1,19          | 10        |
| Beira Interior Sul     | 1         | 770.489           | 770.489           | 481.556           | 0,80          | 10        |
| Cova da Beira          | 1         | 1.496.394         | 1.496.394         | 748.197           | 1,55          | 16        |
| Litoral                | 12        | 80.562.666        | 80.562.666        | 22.791.260        | 83,58         | 83        |
| Interior               | 13        | 15.821.916        | 15.821.916        | 9.005.396         | 16,42         | 20        |
| <b>Total da Medida</b> | <b>25</b> | <b>96.384.582</b> | <b>96.384.582</b> | <b>31.796.656</b> | <b>100,00</b> | <b>54</b> |

As intervenções apoiadas estão de acordo com as metas previstas, conforme quadro seguinte. Com a área útil de equipamento desportivo prevista nos projectos aprovados (cerca de 339.271 m<sup>2</sup>) este indicador, na região, eleva-se para 3.44m<sup>2</sup> por habitante. Excluindo a área útil da pista de remo de Montemor-o-Velho, aquele indicador eleva-se a 3.31, valor que ultrapassa o previsto a atingir até final de 2006.

| Indicador Físico                                    | Unidade        | Quantificação |                         |          |
|---|----------------|---------------|-------------------------|----------|
|   |                | Previsto      | Resultados (31-12-2005) |          |
|   |                |               | Proj. aprov.            | Execução |
| Intervenções em equipamentos desportivos            | nº             | 18            | 25                      | 23       |
| Piscinas construída                                 | nº             |               | 9                       | 9        |
| Piscinas remodeladas/ampliadas                      | nº             |               | 2                       | 1        |
| Pistas de atletismo construídas                     | nº             |               | 1                       | 1        |
| Pavilhões desportivos/salas de desporto construídos | nº             |               | 3                       | 3        |
| Grandes campos de jogos construídos                 | nº             |               | 2                       | 2        |
| Grandes campos de jogos remodelados/ampliados       | nº             |               | 7                       | 6        |
| Pistas de remo                                      | nº             |               | 1                       | 1        |
| Área útil desportiva                                | m <sup>2</sup> | 50.000        | 339.271                 | 332535   |

## 12. Medida III.11 - Economia

No decurso do ano de 2005 foram publicados alguns diplomas legais que, de alguma forma, fazem referência e vão ao encontro de iniciativas previstas na Medida Economia e que, de algum modo, vêm reforçar o apoio a um conjunto de projectos que têm sido aprovados.

A este respeito é de referir a Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro que aprova a estratégia nacional para a energia, com a qual se pretende garantir a segurança do abastecimento de energia, estimular e favorecer a concorrência e garantir a adequação ambiental de todo o processo energético. Neste documento, e no que respeita ao gás natural, defende-se que “deverá ser promovido o desenvolvimento coerente e racional da infra-estrutura no território continental, por forma a estimular uma maior capilaridade da rede de distribuição, introduzindo, tendencialmente, o princípio da uniformidade tarifária de acesso”.

De mencionar a necessidade de reforçar o cluster do turismo por via do desenvolvimento da atractividade e competitividade de produtos turísticos compósitos e sustentáveis, através da dinamização de parcerias entre entidades públicas e privadas na engenharia de produto e no seu acesso e colocação nos mercados (nacional e internacional). Esta perspectiva, defendida no Programa Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego (PNACE) 2005-2008, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2005, de 28 de Novembro, é reforçada pela ideia de que se deve desenvolver projectos na construção de produtos turísticos diferenciadores e competitivos que se constituam como referência para o reposicionamento internacional da oferta turística portuguesa nos eixos estratégicos “Turismo oceânico”, “Turismo cultural”, “Turismo de natureza” e “Turismo de saúde e bem estar”.

Finalmente, e ainda ao nível das políticas nacionais, foi aprovado, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 190/2005, de 16 de Dezembro, o Plano Tecnológico onde se reconhece

a existência de falhas de mercado, nomeadamente ao nível do investimento em actividades de inovação, investigação e desenvolvimento (I&D) e onde se assume o défice português no que respeita à prestação de serviços tecnológicos.

Ainda na sequência da revisão do Programa Operacional da Economia (POE) e da criação do Programa de Modernização da Economia (PRIME), já referidas no relatório de 2004, foram publicados, em Diário da República (DR), novos regulamentos de linhas de acção incluídas na Intervenção da Economia Regionalmente Desconcentrada, nomeadamente:

- a Portaria n.º 230/2005, de 01 de Março que aprova o regulamento de execução da linha de acção de apoio à criação de novas infra-estruturas tecnológicas e às actuais infra-estruturas tecnológicas, da formação e da qualidade.

Este diploma foi alterado pela Declaração de Rectificação n.º 28/2005, de 08 de Abril.

- as Portarias n.º 381/2005, de 05 de Abril e 455/2005, de 02 de Maio vieram alterar, respectivamente, os regulamentos de execução das linhas de acção “Modernização e desenvolvimento das infra-estruturas energéticas” e “Aproveitamento do potencial energético e racionalização de consumos” (MAPE).

Ainda no decurso de 2005 foi alterado o regulamento da linha de acção “Requalificação de áreas de produção mineral” que, entre outros aspectos, veio alterar a tipologia de projectos considerados desconcentrados e, por isso, apoiados no âmbito das Intervensões da Economia Regionalmente Desconcentradas, bem como os limites de incentivo a atribuir.

Ao nível das alterações introduzidas por estes “novos” regulamentos é conveniente destacar o facto de ter sido retomado, com a publicação da Portaria n.º 230/2005, de 01 de Março, o apoio à criação de novas infra-estruturas tecnológicas cujo apoio haveria terminado com a publicação da Portaria n.º 919/2003, de 03 de Setembro.

À semelhança do trabalho desenvolvido nos anos anteriores, e no que diz respeito à fase de operacionalização da componente desconcentrada da Economia integrada no Programa Operacional Regional, a Direcção Regional do Centro do Ministério da Economia (DRE--Centro) participou na definição dos procedimentos a adoptar pelos vários organismos envolvidos em todo este processo.

Com efeito, e face, por um lado, à especificidade de cada linha de acção incluída na Medida III.11. - Economia e, por outro, ao número de organismos envolvidos, os diplomas regulamentadores daquelas linhas de acção prevêm o estabelecimento, mediante Protocolos, das regras de articulação entre as várias entidades intervenientes no processo de análise, acompanhamento, controlo e fiscalização das candidaturas apresentadas no âmbito das várias Medidas do POE/PRIME. Estes documentos, para além de clarificarem a actuação de cada interveniente, definem alguns dos documentos-tipo que devem ser utilizados em cada momento, como sejam os formulários de candidatura, as minutas do contrato de concessão de incentivos, os formulários de pedido de pagamento ou, ainda, os relatórios de acompanhamento.

Assim, a Direcção Regional colaborou, através da apresentação de comentários e de propostas de alteração, na elaboração de alguns desses Protocolos, nomeadamente das linhas de acção “Requalificação de áreas de produção mineral”, “Dinamização de Mercados Abastecedores e de Mercados de Interesse Relevante” e “Aproveitamento do potencial energético e racionalização de consumos” (MAPE).

Esta Medida concentra-se, fundamentalmente, na promoção das condições de funcionamento das empresas (infra-estruturas e equipamentos), contribuindo para acelerar o processo de ajustamento da economia em direcção a novos perfis de especialização e de maiores níveis de produtividade e de competitividade.

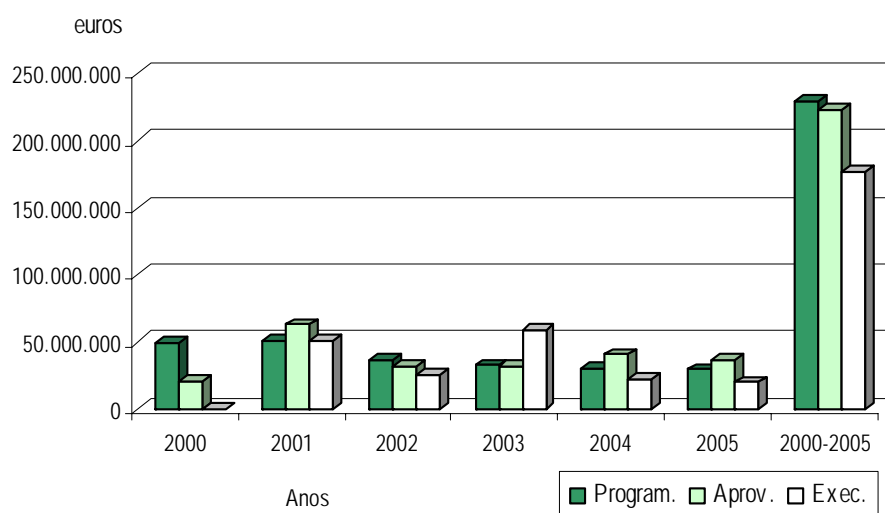
Das 66 candidaturas entradas até final de 2005, 49 foram apreciadas em Unidade de Gestão, 47 das quais tiveram parecer favorável, tendo sido aprovados 46. As candidaturas indeferidas, uma de conversão de consumo de energia para gás natural e outra de um mercado abastecedor, não cumpriam as condições de acesso estabelecidas nas portarias que regulamentam essas acções.

Nas candidaturas aprovadas está incluído um grande projecto, com investimento elegível próximo dos 86 milhões de euros, pelo que a taxa de absorção do compromisso é já bastante elevada (92% do total da Medida). O nível de execução atingiu 77% do programado até ao final deste ano (2005).

Unidade: Euros

| Ano                          | Programação        |                    | Aprovação          |                   | Execução           |                   | Taxas (%)   |             |             |
|------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|
|                              | D. Pública         | Fundo              | D. Pública         | Fundo             | D. Pública         | Fundo             | A/Prog      | Exc./Prog   | Exec./A     |
| 2000                         | 48.670.779         | 19.669.413         | 20.190.132         | 8.076.053         | 0                  | 0                 | 41,5        | 0,0         | 0,0         |
| 2001                         | 51.518.585         | 20.800.851         | 62.861.372         | 24.940.847        | 50.447.602         | 20.179.041        | 122,0       | 97,9        | 80,3        |
| 2002                         | 36.932.176         | 16.801.878         | 32.013.909         | 12.896.246        | 25.503.090         | 10.151.026        | 86,7        | 69,1        | 79,7        |
| 2003                         | 32.662.257         | 15.644.959         | 32.082.348         | 13.257.841        | 58.274.115         | 22.979.486        | 98,2        | 178,4       | 181,6       |
| 2004                         | 30.162.129         | 14.369.591         | 40.419.162         | 17.703.618        | 22.110.479         | 8.957.778         | 134,0       | 73,3        | 54,7        |
| 2005                         | 29.375.613         | 14.977.676         | 36.053.561         | 16.661.788        | 19.855.809         | 8.338.851         | 122,7       | 67,6        | 55,1        |
| 2000-2005                    | 229.321.539        | 102.264.368        | 223.620.483        | 93.536.393        | 176.191.096        | 70.606.182        | 97,5        | 76,8        | 78,8        |
| <b>Total<br/>(2000-2006)</b> | <b>251.878.100</b> | <b>115.786.337</b> | <b>232.728.140</b> | <b>98.654.344</b> | <b>176.191.096</b> | <b>70.606.182</b> | <b>92,4</b> | <b>70,0</b> | <b>75,7</b> |

### Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução

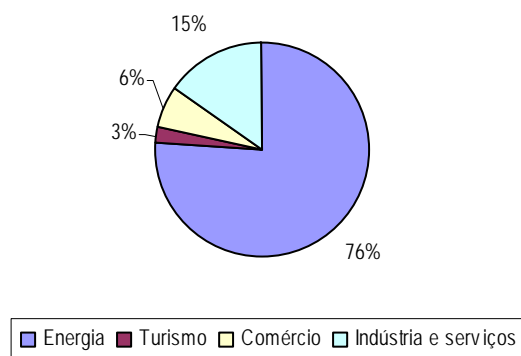


Os projectos da linha de acção B dizem respeito à construção da armazenagem subterrânea de gás natural, rede de distribuição de gás natural e às infra-estruturas tecnológicas e de formação, concentrando 78% do Investimento aprovado. Se aos projectos da armazenagem e rede de gás natural adicionarmos os da conversão de consumos para o gás natural (Linha de Acção A) verificamos que o sector da energia absorve 76% do total aprovado.

Unidade: Euros

| Linha de acção   | Aprovações |                    |                   |                | Execução (2000-2005) |                   |
|--|------------|--------------------|-------------------|----------------|----------------------|-------------------|
|  | Nº Proj.   | D. Pública         | Fundo             | % (D. Pública) | D. Pública           | Fundo             |
| A- Promoção de áreas estratégicas para o desenvolvimento | 32         | 50.988.415         | 21.468.345        | 21,9           | 34.084.651           | 13.417.491        |
| Mercados   | 3          | 14.606.545         | 5.579.857         | 6,3            | 8.602.160            | 3.227.435         |
| Pousadas   | 6          | 1.621.224          | 1.215.918         | 0,7            | 1.494.056            | 1.120.542         |
| PITER (Turismo)  | 7          | 4.469.414          | 3.313.358         | 1,9            | 196.938              | 147.703           |
| Conversão de cons. energético                            | 16         | 30.291.232         | 11.359.212        | 13,0           | 23.791.497           | 8.921.811         |
| B- Melhoria da envolvente empresarial                    | 14         | 181.739.725        | 77.185.999        | 78,1           | 142.106.445          | 57.188.691        |
| Energia (inf.gás natural)                                | 4          | 146.006.835        | 58.402.734        | 62,7           | 138.018.058          | 55.207.223        |
| Inf. tecnológicas e de formação                          | 10         | 35.732.890         | 18.783.265        | 15,4           | 4.088.387            | 1.981.467         |
| <b>Total</b>   | <b>46</b>  | <b>232.728.140</b> | <b>98.654.344</b> | <b>100,0</b>   | <b>176.191.096</b>   | <b>70.606.182</b> |

Despesa pública aprovada por sector



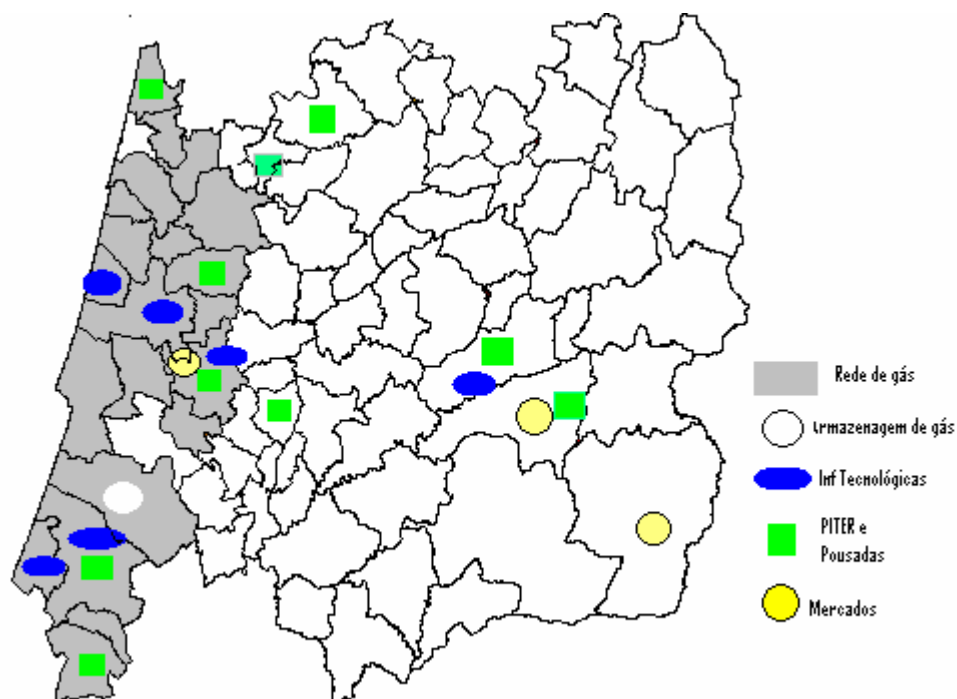
A acção “Dinamização dos Sistemas Tecnológicos, da Formação e da Qualidade” envolve, também, um investimento significativo, 15,4% do total aprovado.

Os projectos do PITER dizem respeito às Unidades Operativas respectivas PITER ("Turismo Termal e de Negócios da Beira Interior", "Leiria-Fátima", "Curia", "Terras do Vouga e do Caramulo" e "Fundão- Terras de Mistério") e ao projecto âncora “Hotel Termal em Unhais da Serra”.

Dado o peso dos projectos de gás natural, o investimento aprovado concentra-se no litoral da região.

Unidade: Euros

| NUT III                | Nº Proj.  | Custo total        | D. Pública         | Fundo             | Incidência    |               |
|------------------------|-----------|--------------------|--------------------|-------------------|---------------|---------------|
|                        |           |                    |                    |                   | %             | por habitante |
| Baixo Vouga            | 5         | 665.862            | 629.993            | 385.075           | 0,28          | 2             |
| Baixo Mondego          | 11        | 34.879.395         | 34.879.395         | 17.578.916        | 14,65         | 103           |
| Pinhal Litoral         | 8         | 90.781.242         | 90.770.830         | 37.189.913        | 38,14         | 365           |
| Pinhal Interior Norte  | 1         | 150.806            | 150.806            | 113.105           | 0,06          | 1             |
| Dão-Lafões             | 2         | 1.046.478          | 1.046.478          | 771.156           | 0,44          | 4             |
| Pinhal Interior Sul    | 0         | 0                  | 0                  | 0                 | 0,00          | 0             |
| Serra da Estrela       | 0         | 0                  | 0                  | 0                 | 0,00          | 0             |
| Beira Interior Norte   | 0         | 0                  | 0                  | 0                 | 0,00          | 0             |
| Beira Interior Sul     | 1         | 2.435.381          | 2.435.381          | 935.246           | 1,02          | 31            |
| Cova da Beira          | 7         | 18.686.243         | 13.447.761         | 6.666.910         | 7,85          | 200           |
| Não Regional.          | 11        | 89.367.497         | 89.367.497         | 35.014.024        | 37,55         |               |
| Litoral                | 24        | 126.326.499        | 126.280.217        | 55.153.904        | 53,08         | 130           |
| Interior               | 11        | 22.318.907         | 17.080.425         | 8.486.416         | 9,38          | 28            |
| <b>Total da Medida</b> | <b>46</b> | <b>238.012.904</b> | <b>232.728.140</b> | <b>98.654.344</b> | <b>100,00</b> | <b>134</b>    |



O ritmo de execução actual indica que as metas previstas, quer em termos físicos quer em termos de resultados, no geral, deverão ser alcançados.

De facto e no que diz respeito à expansão da rede de gás as metas previstas para final de 2006 já se encontram ultrapassadas.

| Indicador Físico  | Unidade | Quantificação |                         |          |
|---|---------|---------------|-------------------------|----------|
|   |         | Previsto      | Resultados (31-12-2005) |          |
|   |         |               | Proj. aprov.            | Execução |
| Alargamento da rede mercados locais – mercados a restaurar.                           | nº      | 2             | 2                       | 1        |
| Alargamento da rede de mercados abastecedores regionais – a criar.                    | nº      | 1             | 1                       | 0        |
| Pousadas da juventude – a remodelar.  | nº      | 2             | 3                       | 3        |
| Pousadas da juventude – a criar   | nº      | 3             | 1                       | 0        |
| Unidades operativas PITER   | nº      |               | 5                       | 5        |
| Acréscimo da extensão da rede de distribuição de gás natural (primária e secundária). | km      | 470           | 704                     | 687      |
| Extensão da rede de distribuição de gás natural (primária e secundária).              | km      | 1666          | 1900                    | 1883     |

| Indicador de Resultado   | Unidade | Quantificação |                         |          |
|--|---------|---------------|-------------------------|----------|
|  |         | Previsto      | Resultados (31-12-2005) |          |
|  |         |               | Proj. aprov.            | Execução |
| Alargamento da rede mercados locais - operadores previstos.                  | nº      | 600           | 370                     | 199      |
| Alargamento da rede mercados abastecedores regionais – operadores previstos. | nº      | 60            | 30                      | 0        |
| Acréscimo de clientes da rede de gás natural                                 | nº      | 40400         | 53517                   | 43571    |
| Clientes totais da rede de gás natural                                       | nº      | 77700         | 90817                   | 80871    |
| Capacidade de armazenagem de gás natural                                     | m3      | 140.000.000   | 140.000.000             |          |

### 13. Medida III.12 - Acessibilidades e Transportes

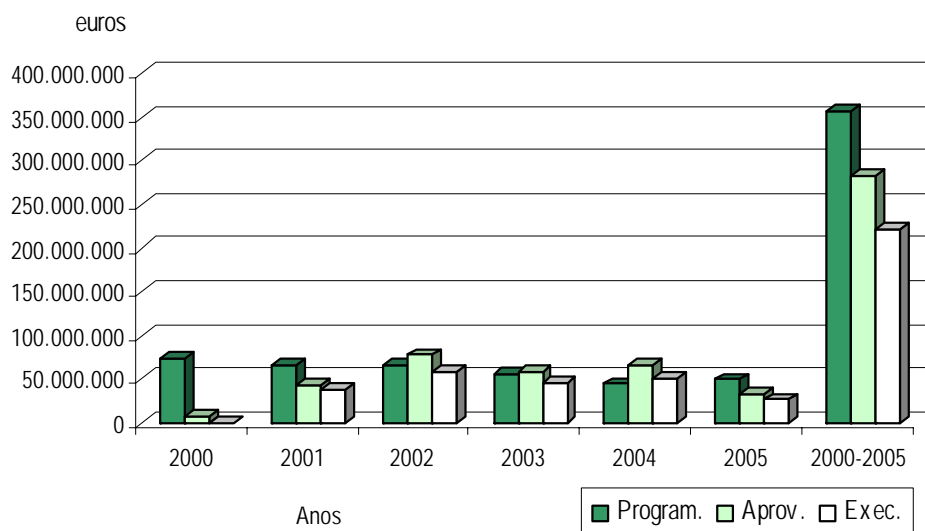
Das 132 candidaturas apreciadas em Unidade de Gestão, até final do ano, foram aprovadas 131, as quais representam 74% do total programado para a medida e 79% do programado até final de 2005. A execução no ano de 2005 foi baixa, 53% do valor programado para o ano, pelo que a execução global ficou pelos 61,8% do período 2000-2005. Será necessário um crescimento significativo nos anos seguintes de forma a que as metas financeiras sejam alcançadas.

| Ano                      | Programação        |                    | Aprovação          |                    | Execução           |                    | Taxas (%)   |             |             |
|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública         | Fundo              | D. Pública         | Fundo              | D. Pública         | Fundo              | A/Prog      | Exc./Prog   | Exec./A     |
|                          |                    |                    |                    |                    |                    |                    |             |             |             |
| 2000                     | 74.799.778         | 36.368.789         | 7.047.575          | 3.601.828          | 0                  | 0                  | 9,4         | 0,0         | 0,0         |
| 2001                     | 65.650.389         | 31.920.217         | 42.320.722         | 23.157.553         | 37.888.715         | 20.540.200         | 64,5        | 57,7        | 89,5        |
| 2002                     | 66.843.094         | 32.500.128         | 77.610.098         | 42.457.131         | 58.074.832         | 31.662.683         | 116,1       | 86,9        | 74,8        |
| 2003                     | 56.584.186         | 33.385.159         | 58.109.172         | 31.265.062         | 46.769.128         | 25.689.994         | 102,7       | 82,7        | 80,5        |
| 2004                     | 44.333.153         | 27.210.487         | 65.375.721         | 33.542.138         | 51.736.328         | 27.259.995         | 147,5       | 116,7       | 79,1        |
| 2005                     | 49.531.632         | 29.270.649         | 33.156.294         | 16.703.740         | 26.453.696         | 13.501.468         | 66,9        | 53,4        | 79,8        |
| 2000-2005                | 357.742.232        | 190.655.429        | 283.619.582        | 150.727.451        | 220.922.699        | 118.654.340        | 79,3        | 61,8        | 77,9        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>402.148.310</b> | <b>216.944.990</b> | <b>297.539.866</b> | <b>157.675.725</b> | <b>220.922.699</b> | <b>118.654.340</b> | <b>74,0</b> | <b>54,9</b> | <b>74,2</b> |

Unidade: Euros



### Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



As intervenções apoiadas dizem respeito, na sua maioria a beneficiação e requalificação da rede de estradas nacionais. Para além destas foram apoiadas intervenções na melhoria da acessibilidade ferroviária e marítima ao Porto da Figueira da Foz e estudos de base para o Metro Mondego.

Unidade: Euros

| Sector                   | Aprovações |                    |                    |                | Execução (2000-2005) |                    |
|--------------------------|------------|--------------------|--------------------|----------------|----------------------|--------------------|
|                          | Nº Proj.   | D. Pública         | Fundo              | % (D. Pública) | D. Pública           | Fundo              |
| Transportes rodoviários  | 128        | 286.170.798        | 152.153.953        | 96,2           | 209.553.630          | 113.132.568        |
| Transportes marítimos    | 2          | 9.334.547          | 4.667.273          | 3,1            | 9.334.547            | 4.667.273          |
| Transportes ferroviários | 1          | 2.034.522          | 854.499            | 0,7            | 2.034.522            | 854.499            |
| <b>Total</b>             | <b>131</b> | <b>297.539.866</b> | <b>157.675.725</b> | <b>100,0</b>   | <b>220.922.699</b>   | <b>118.654.340</b> |

De destacar o elevado esforço em intervenções na rede de estradas do interior da Região, com 56% do total, com particular incidência nas sub-regiões da Beira Interior Sul, Pinhal Interior Norte e Serra da Estrela.

Unidade: Euros

| NUT III                | Nº Proj.   | Custo total        | D. Pública         | Fundo              | Incidência    |            |
|------------------------|------------|--------------------|--------------------|--------------------|---------------|------------|
|                        |            |                    |                    |                    | %             | por hab.   |
| Baixo Vouga            | 12         | 23.910.202         | 23.910.202         | 12.639.017         | 8,04          | 62         |
| Baixo Mondego          | 24         | 55.400.212         | 55.400.212         | 29.021.706         | 18,62         | 163        |
| Pinhal Litoral         | 7          | 17.896.179         | 17.896.179         | 9.320.270          | 6,01          | 72         |
| Pinhal Interior Norte  | 12         | 32.505.621         | 32.505.621         | 17.793.818         | 10,92         | 234        |
| Dão-Lafões             | 18         | 49.366.814         | 49.366.814         | 26.077.209         | 16,59         | 173        |
| Pinhal Interior Sul    | 6          | 7.012.642          | 7.012.642          | 3.725.003          | 2,36          | 156        |
| Serra da Estrela       | 9          | 10.967.441         | 10.967.441         | 5.971.443          | 3,69          | 220        |
| Beira Interior Norte   | 8          | 21.328.171         | 21.328.171         | 11.380.201         | 7,17          | 186        |
| Beira Interior Sul     | 15         | 27.380.430         | 27.380.430         | 14.645.021         | 9,20          | 350        |
| Cova da Beira          | 10         | 16.786.176         | 16.786.176         | 8.817.053          | 5,64          | 180        |
| Não Regional.          | 10         | 34.985.978         | 34.985.978         | 18.284.984         | 11,76         |            |
| Litoral                | 43         | 97.206.593         | 97.206.593         | 50.980.993         | 32,67         | 100        |
| Interior               | 78         | 165.347.294        | 165.347.294        | 88.409.748         | 55,57         | 205        |
| <b>Total da Medida</b> | <b>131</b> | <b>297.539.866</b> | <b>297.539.866</b> | <b>157.675.725</b> | <b>100,00</b> | <b>167</b> |

Os indicadores físicos reflectem o desempenho da Medida: concentração na beneficiação e requalificação das vias rodoviárias. Estima-se que as metas previstas no final de 2006 sejam atingidas ou mesmo ultrapassadas. Contudo e tendo em consideração a situação actual do Metro Mondego, os indicadores relativos a esta componente não serão alcançados.

| Indicador Físico                                     | Unidade | Quantificação |                         |          |
|--|---------|---------------|-------------------------|----------|
|  |         | Previsto      | Resultados (31-12-2005) |          |
|  |         |               | Proj. aprov.            | Execução |
| Rede de estradas construídas ou requalificadas       | km      | 220           | 189,3                   | 134,6    |
| Extensão de linha férrea construída ou requalificada | km      | 13            |                         |          |
| Estações construídas ou remodeladas                  | nº      | 23            |                         |          |
| Acessos rodoviários aos portos                       | km      | 1             |                         |          |
| Acessos ferroviários aos portos                      | km      | 1             | 3,2                     | 3,2      |
| Rede de estradas beneficiada                         | km      |               | 1.023,2                 | 754,4    |

Os indicadores de resultado reflectem as intervenções do Programa Nacional de Acessibilidades e Transportes, mais do que as do Programa Regional.

| Indicadores de Resultado        | Unidade | Quantificação |                         |
|---------------------------------|---------|---------------|-------------------------|
|                                 |         | Previsto 2006 | Resultados (31-12-2005) |
|                                 |         |               | Execução                |
| Tempo médio de percurso rodovia | minutos |               |                         |
| Guarda-C. Branco                |         | 52            | 55                      |
| Viseu Lisboa                    |         | 208           | 157                     |
| Viseu-Porto                     |         | 90            | 72                      |
| Guarda-Lisboa                   |         | 208           | 165                     |
| Guarda-Porto                    |         | 124           | 117                     |
| C. Branco-Lisboa                |         | 135           | 110                     |
| C. Branco-Porto                 |         | 174           | 146                     |

#### 14. Medida III.13 - Ambiente

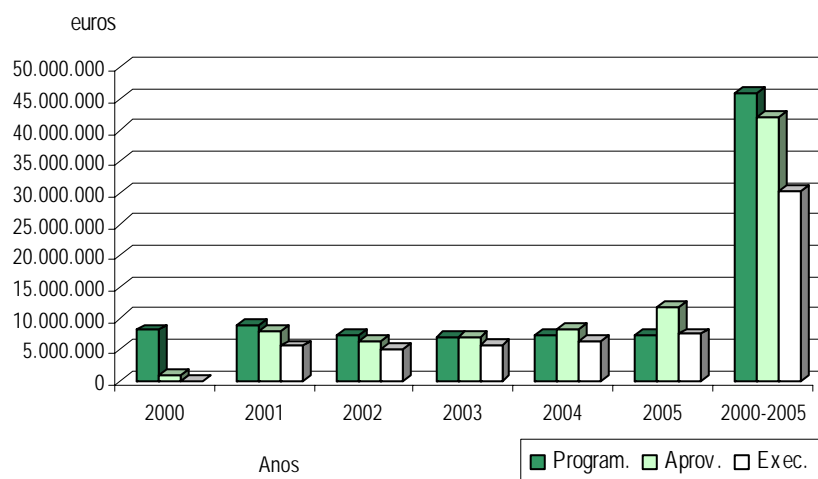
As 156 candidaturas analisadas com parecer favorável em Unidade de Gestão foram aprovadas, representando 80,7% do total previsto para a medida e 92% do período 2000-2005.

A execução foi de 103% do programado para 2005 e de 66% do programado para o total do período referido.

Unidade: Euros

| Ano                      | Programação       |                   | Aprovação         |                   | Execução          |                   | Taxas (%)   |             |             |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | A/Prog      | Exc./Prog   | Exec./A     |
| 2000                     | 8.090.478         | 6.067.857         | 821.793           | 616.345           | 0                 | 0                 | 10,2        | 0,0         | 0,0         |
| 2001                     | 8.988.600         | 6.741.387         | 7.921.777         | 5.918.561         | 5.555.507         | 4.161.110         | 88,1        | 61,8        | 70,1        |
| 2002                     | 7.247.337         | 5.435.436         | 6.284.327         | 4.713.245         | 5.011.792         | 3.751.655         | 86,7        | 69,2        | 79,8        |
| 2003                     | 7.002.578         | 5.251.866         | 6.924.571         | 5.193.429         | 5.785.999         | 4.333.582         | 98,9        | 82,6        | 83,6        |
| 2004                     | 7.255.625         | 5.441.649         | 8.242.171         | 6.181.628         | 6.344.472         | 4.754.209         | 113,6       | 87,4        | 77,0        |
| 2005                     | 7.230.231         | 5.422.603         | 11.762.027        | 8.821.520         | 7.451.881         | 5.588.911         | 162,7       | 103,1       | 63,4        |
| 2000-2005                | 45.814.849        | 34.360.798        | 41.956.666        | 31.444.728        | 30.149.652        | 22.589.468        | 91,6        | 65,8        | 71,9        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>53.438.345</b> | <b>40.078.351</b> | <b>43.148.632</b> | <b>32.338.702</b> | <b>30.149.652</b> | <b>22.589.468</b> | <b>80,7</b> | <b>56,4</b> | <b>69,9</b> |

#### Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



No desempenho da medida, em 2005, serão e realçar os seguintes aspectos:

- O nível de aprovações ultrapassou o valor programado para o ano;
- Elevado número de candidaturas externas à CCDRC, apresentadas por Autarquias e Associações de Municípios, que irão aumentar significativamente o nível de aprovações do próximo ano;
- Acréscimo significativo do nível de execução.

As linhas de acção com maior peso dizem respeito à Melhoria do Ambiente Urbano (intervenções de reaqualificação urbana e de valorização ambiental nas cidades de Coimbra, Leiria, Covilhã, Viseu, Guarda, Aveiro e Castelo Branco) e da Valorização e Protecção dos Recursos Naturais (intervenções de reabilitação da rede hidrográfica, zonas lagunares e zona costeira).

Unidade: Euros

| Linha de acção  | Aprovações |                   |                   |              | Execução (2000-2005) |                   |
|---|------------|-------------------|-------------------|--------------|----------------------|-------------------|
|   | Nº Proj.   | D. Pública        | Fundo             | % (D. P.)    | D. Pública           | Fundo             |
| A - Conserv. e Valor. Patr. Natural                       | 14         | 3.789.911         | 2.842.433         | 8,8          | 2.567.833            | 1.925.875         |
| B - Valor. e Prot. R. Naturais                            | 89         | 14.974.237        | 11.207.907        | 34,7         | 12.512.574           | 9.361.659         |
| C- Inf. e Gestão Ambientais                               | 29         | 5.017.360         | 3.763.020         | 11,6         | 3.519.031            | 2.639.273         |
| D- Melhoria do Ambiente Urbano                            | 17         | 18.290.012        | 13.717.509        | 42,4         | 10.634.048           | 7.975.536         |
| E- Promoção de Acções de Recuperação do Passivo Ambiental | 7          | 1.077.112         | 807.834           | 2,5          | 916.165              | 687.124           |
| <b>Total</b>  | <b>156</b> | <b>43.148.632</b> | <b>32.338.702</b> | <b>100,0</b> | <b>30.149.652</b>    | <b>22.589.468</b> |

A maioria dos projectos localizam-se no litoral da região (50%).

Unidade: Euros

| NUT III                | Nº Proj.   | Custo total       | D. Pública        | Fundo             | Incidência    |               |
|------------------------|------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------|---------------|
|                        |            |                   |                   |                   | %             | por habitante |
| Baixo Vouga            | 35         | 8.961.950         | 8.961.950         | 6.721.463         | 20,77         | 23            |
| Baixo Mondego          | 34         | 8.710.501         | 8.710.501         | 6.510.105         | 20,19         | 26            |
| Pinhal Litoral         | 14         | 3.717.237         | 3.717.237         | 2.787.928         | 8,61          | 15            |
| Pinhal Interior Norte  | 5          | 1.038.443         | 1.038.443         | 778.833           | 2,41          | 7             |
| Dão-Lafões             | 7          | 4.416.618         | 4.416.618         | 3.312.463         | 10,24         | 15            |
| Pinhal Interior Sul    | 2          | 249.564           | 249.564           | 187.173           | 0,58          | 6             |
| Serra da Estrela       | 2          | 335.354           | 335.354           | 251.515           | 0,78          | 7             |
| Beira Interior Norte   | 5          | 2.879.759         | 2.879.759         | 2.159.819         | 6,67          | 25            |
| Beira Interior Sul     | 3          | 4.115.622         | 4.115.622         | 3.086.717         | 9,54          | 53            |
| Cova da Beira          | 3          | 842.188           | 842.188           | 631.641           | 1,95          | 9             |
| Não Regional.          | 46         | 7.881.395         | 7.881.395         | 5.911.045         | 18,27         |               |
| Litoral                | 83         | 21.389.689        | 21.389.689        | 16.019.496        | 49,57         | 22            |
| Interior               | 27         | 13.877.548        | 13.877.548        | 10.408.161        | 32,16         | 17            |
| <b>Total da Medida</b> | <b>156</b> | <b>43.148.632</b> | <b>43.148.632</b> | <b>32.338.702</b> | <b>100,00</b> | <b>24</b>     |

Os indicadores físicos reflectem o tipo de acções apoiadas na zona costeira, na promoção do ambiente urbano e no controle da qualidade ambiental. Será ainda de realçar as intervenções na rede hidrográfica (82 Km de rede) como as que maior expressão têm nos projectos apoiados.

| Indicador Físico   | Unidade | Quantificação |                         |          |
|--|---------|---------------|-------------------------|----------|
|  |         | Previsto      | Resultados (31-12-2005) |          |
|  |         |               | Proj. aprov.            | Execução |
| Extensão de costa intervencionada  | km      | 12            | 12,59                   | 12,29    |
| Estações fixas instaladas para monitorização da qualidade do ambiente (água, ar e ruído) | nº      | 12            | 13                      | 12       |
| Postos de informação ao público no domínio do ambiente urbano (*)                        | nº      | 4             | 7                       | 6        |
| Acções de apoio à recuperação do passivo ambiental                                       | nº      | 1             | 0                       | 0        |
| Linhas de água intervencionadas  | Km      |               | 82,0                    | 74,0     |

(\*\*) - Referente aos Polis das cidades de Coimbra, Covilhã, Leiria, Viseu e Castelo Branco

Com as intervenções de requalificação urbana e de valorização ambiental das cidades serão beneficiadas cerca de 552 929 pessoas residentes nas mesmas.

Serão, ainda, de realçar as intervenções que contribuem para a promoção do turismo da natureza, com as quais se estima que se venham a abranger 17.200 pessoas.

| Indicador de Resultado  | Unidade | Quantificação |                         |          |
|---|---------|---------------|-------------------------|----------|
|   |         | Previsto      | Resultados (31-12-2005) |          |
|   |         |               | Proj. aprov.            | Execução |
| Utilizadores das infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza   | nº      | 24000         | 17200                   | 14700    |
| % de território abrangido por estatuto de classificação, excepto área protegida de âmbito nacional (áreas protegidas de âmbito regional/local, sítio de rede Natura e ZPEs) | %       | 10            |                         | 17,8     |
| População a abranger por intervenções de requalificação urbana (*)  | hab.    | 80000         | 552.929                 |          |

(\*) - Referente aos Polís das cidades de Coimbra, Covilhã, Leiria, Viseu, Aveiro, Guarda e Castelo Branco

Serão, ainda, de realçar as intervenções que contribuem para a valorização e protecção das zonas naturais e da Rede Natura 2000.

|   | Nº de projectos |
|---|-----------------|
| Com incidência na Protecção no Património Natural | 6               |
| Com incidência na Protecção na Rede Natura 2000   | 28              |

## 15. Medida III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural

Até final de 2005 foram apreciadas 12.546 candidaturas em Unidade de Gestão. Destas 10.146 tiveram parecer favorável da Unidade de Gestão (80%). Foram, ainda, apreciadas 711 candidaturas, que no final do ano se encontravam em fase de audiência prévia aos promotores. Os motivos de indeferimento dos projectos com decisão já homologada em finais do ano (2.395 projectos), decorrem do não cumprimento de condições de acesso ou de selecção previstas no Complemento de Programação e Portarias regulamentadoras.

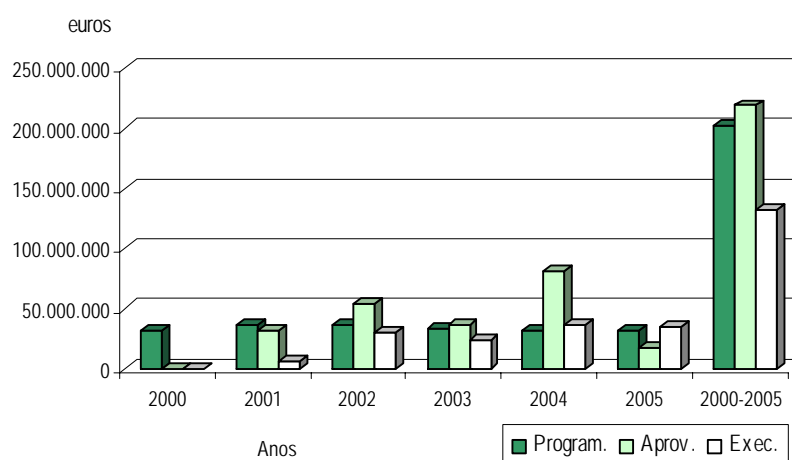
O número de projectos presentes em cada Unidade de Gestão é extremamente elevado, devido sobretudo a dois factores: a “dimensão” da Acção 1 em número de projectos e o processo inerente às audiências prévias dos projectos com parecer desfavorável, que na prática obrigam a uma dupla apreciação em Unidade de Gestão.

Das candidaturas aprovadas e homologadas (9.531), 380 foram anuladas por desistência, não assinatura de contrato ou não execução no período previsto no contrato, pelo que no final do ano encontravam-se aprovados 9151 projectos que representam 93% do total da Medida e 108% do valor programado para 2000 a 2005. Apesar da execução global ser ainda relativamente baixa (56% do valor programado para 2000 a 2005), é de salientar a recuperação registada a partir do ano de 2005 em termos de execução.

Unidade: Euros

| Ano                      | Programação        |                    | Aprovação          |                    | Execução           |                   | Taxas (%)   |             |             |
|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública         | Fundo              | D. Pública         | Fundo              | D. Pública         | Fundo             | A/Prog      | Exc./Prog   | Exec./A     |
| 2000                     | 32.413.558         | 23.821.997         | 0                  | 0                  | 0                  | 0                 | 0,0         | 0,0         |             |
| 2001                     | 36.213.551         | 26.622.918         | 31.160.087         | 22.037.461         | 5.950.348          | 4.267.885         | 86,0        | 16,4        | 19,1        |
| 2002                     | 36.692.246         | 26.978.684         | 53.384.919         | 38.862.262         | 30.837.481         | 22.412.633        | 145,5       | 84,0        | 57,8        |
| 2003                     | 33.457.410         | 24.599.169         | 35.949.273         | 25.371.153         | 23.771.744         | 16.842.795        | 107,4       | 71,1        | 66,1        |
| 2004                     | 31.917.375         | 23.487.946         | 81.676.586         | 55.638.101         | 36.657.840         | 25.616.338        | 255,9       | 114,9       | 44,9        |
| 2005                     | 31.822.632         | 23.417.341         | 16.814.735         | 12.172.694         | 34.932.371         | 24.473.756        | 52,8        | 109,8       | 207,7       |
| 2000-2005                | 202.516.772        | 148.928.055        | 218.985.600        | 154.081.670        | 132.149.784        | 93.613.407        | 108,1       | 65,3        | 60,3        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>235.400.093</b> | <b>173.116.063</b> | <b>219.198.375</b> | <b>154.241.252</b> | <b>132.149.784</b> | <b>93.613.407</b> | <b>93,1</b> | <b>56,1</b> | <b>60,3</b> |

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



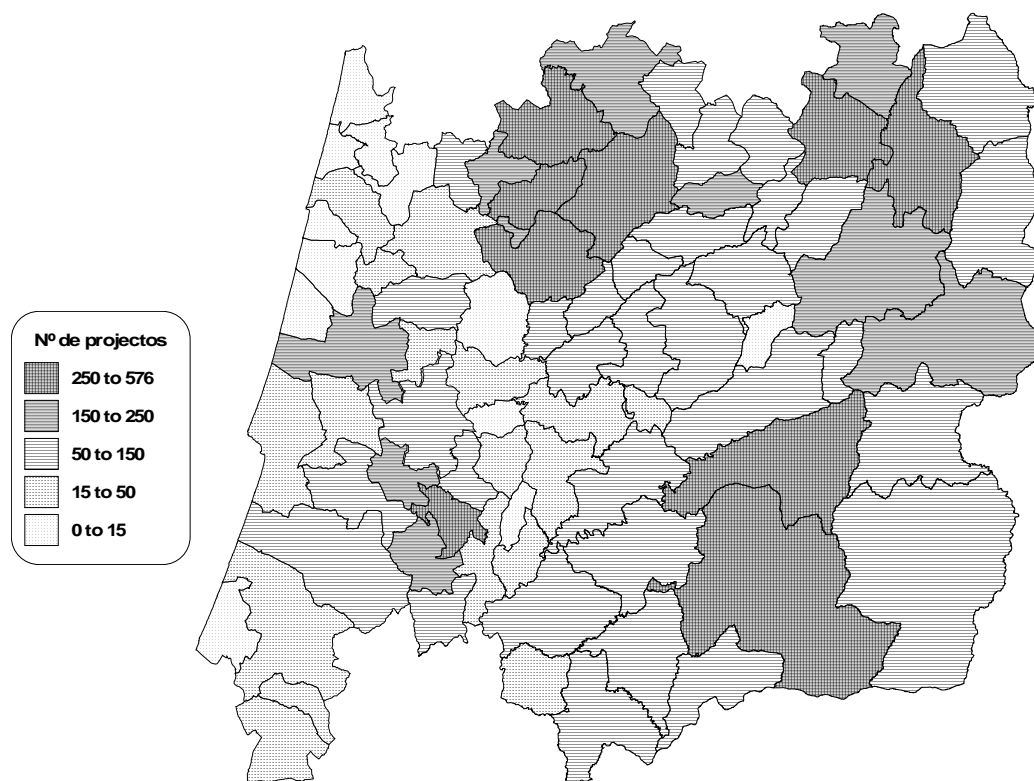
O facto de no ano de 2005 se ter executado 110% do valor anual programado permitiu o cumprimento da regra n+2.

A maioria dos projectos aprovados localizam-se no interior da região (83% do total do investimento elegível), especialmente nas áreas da Beira Interior Norte e Sul, Pinhal Interior Sul e Dão-Lafões. Para tal facto contribuem, para além dos projectos de apoio à pequena agricultura, os de regadios colectivos e os da gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas.

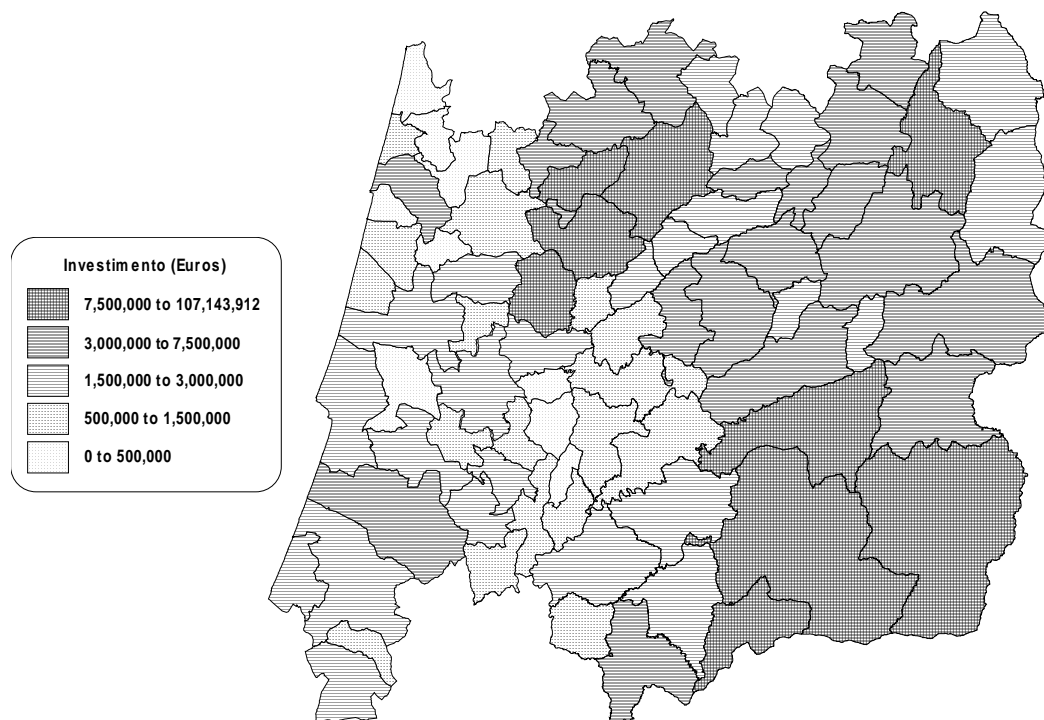
Unidade: Euros

| NUT III                | Nº Proj.     | Custo total        | D. Pública         | Fundo              | Incidência    |               |
|------------------------|--------------|--------------------|--------------------|--------------------|---------------|---------------|
|                        |              |                    |                    |                    | %             | por habitante |
| Baixo Vouga            | 273          | 12.307.995         | 9.279.599          | 6.731.852          | 4,35          | 32            |
| Baixo Mondego          | 629          | 13.111.825         | 9.792.253          | 6.533.256          | 4,64          | 39            |
| Pinhal Litoral         | 190          | 17.682.873         | 16.347.294         | 11.525.614         | 6,26          | 71            |
| Pinhal Interior Norte  | 1.078        | 17.930.984         | 13.366.561         | 9.672.854          | 6,34          | 129           |
| Dão-Lafões             | 2.788        | 69.489.072         | 50.611.156         | 35.951.478         | 24,59         | 243           |
| Pinhal Interior Sul    | 557          | 10.814.399         | 7.021.085          | 4.949.927          | 3,83          | 241           |
| Serra da Estrela       | 326          | 11.357.238         | 9.539.759          | 6.475.363          | 4,02          | 228           |
| Beira Interior Norte   | 1.740        | 53.083.799         | 40.387.626         | 28.116.862         | 18,78         | 462           |
| Beira Interior Sul     | 748          | 50.487.299         | 43.044.900         | 30.844.773         | 17,86         | 645           |
| Cova da Beira          | 800          | 21.694.917         | 15.266.944         | 10.531.642         | 7,68          | 232           |
| Não Regional.          | 22           | 4.677.646          | 4.541.199          | 2.907.631          | 1,65          |               |
| Litoral                | 1.092        | 43.102.694         | 35.419.147         | 24.790.722         | 15,25         | 44            |
| Interior               | 8.037        | 234.857.709        | 179.238.030        | 126.542.899        | 83,09         | 292           |
| <b>Total da Medida</b> | <b>9.151</b> | <b>282.638.048</b> | <b>219.198.375</b> | <b>154.241.252</b> | <b>100,00</b> | <b>159</b>    |

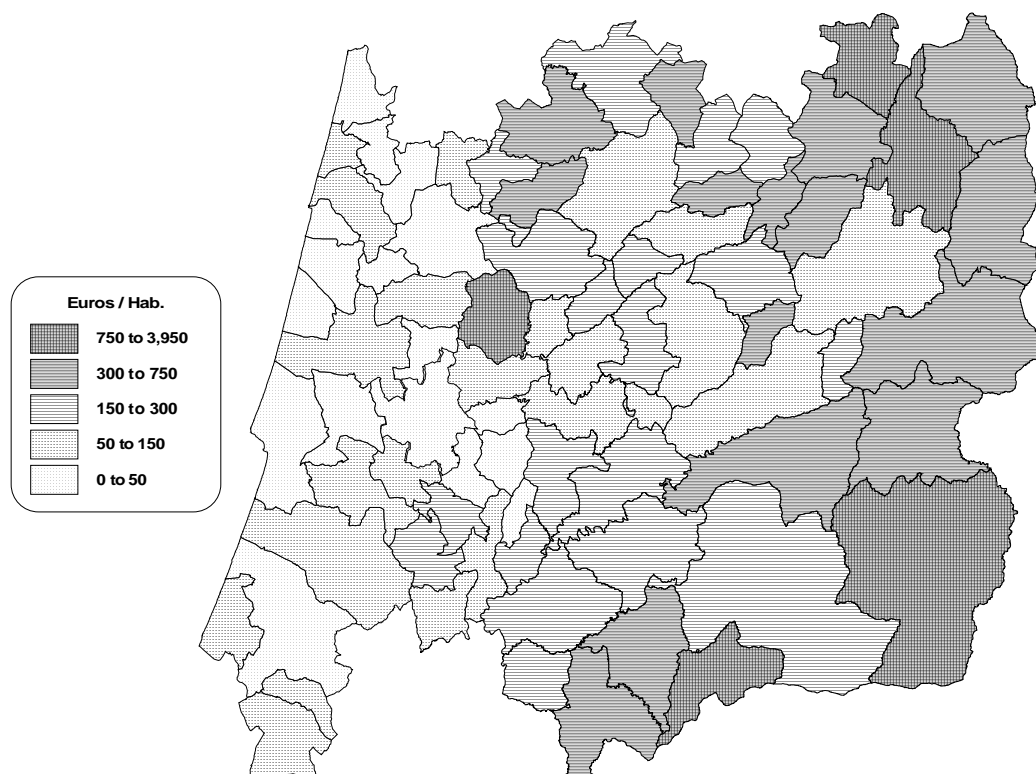
### Medida 3.14 - Agricultura - Número de projectos aprovados (31-12-2005)



### Medida 3.14 - Agricultura - Custo total aprovado (31-12-2005)



### Medida 3.14 - Agricultura - Investimento por habitante (31-12-2005)





O quadro seguinte sintetiza os indicadores de realização física dos projectos aprovados e da execução. A medida AGRIS está em grande parte orientada para o apoio às explorações de pequena ou muito pequena dimensão, onde predomina o trabalho familiar e cuja actividade na exploração contribui para uma parcela importante do rendimento familiar. Estas explorações, para além da importância no acréscimo do rendimento dos agregados familiares, desempenham um papel social e de preservação ambiental dos espaços rurais relevantes. Assim, para se avaliar da importância do apoio a estas pequenas explorações, não se deverá atender somente ao aumento da produtividade e da rentabilidade, mas também os benefícios, quer das condições de trabalho e conforto físico proporcionado pela substituição do trabalho manual pelo mecânico quer da valorização da produção auto-consumida, bem como os efeitos sobre o ordenamento e ocupação (contrariando a desertificação) do espaço rural. É neste contexto que se realça o volume de projectos apoiados pela Acção 1 (84% do total previsto até final de 2006).

De salientar, também, o número de projectos aprovados na Acção 3 relativos à prevenção de riscos abióticos e à constituição de organizações de produtores florestais, na Acção 5 relativa à criação e beneficiação de infra-estruturas para otimizar a gestão dos recursos hídricos, na Acção 6 relativa à electrificação das explorações agro-florestais e de caminhos agrícolas e rurais, e na Acção 7 relativa à conservação do ambiente, à recuperação e valorização do património, da paisagem e de núcleos rurais.

| Linha Acção | Indicador  | Unidade   | Quantificação |                         |             |
|-------------|--|-----------|---------------|-------------------------|-------------|
|             |  |           | Previsto      | Resultados (31-12-2005) |             |
|             |  |           |               | Proj. aprov.            | Execução(*) |
| R1          | Projectos aprovados  | nº        | 8565          | 7.273                   | 6.688       |
| R1          | Ajudas Públicas  | mil euros | 54613         | 45.659                  | 43.518      |
| R2          | R2.1 Projectos para criação e modernização de unidades produtivas                                | nº        | 75            | 80                      | 59          |
| R2          | R2.2 Projectos de incentivos a produtos de qualidade   | nº        | 8             | 8                       | 1           |
| R2          | R2.3 Projectos de criação e mod. De pequenas unidades artesanais                                 | nº        | 10            | 0                       | 0           |
| R2          | Ajudas Públicas  | mil euros | 6.827         | 6.900                   | 5.630       |
| R3          | 3.1 Organizações de produtores florestais constituídas   | nº        | 57            | 38                      | 1           |
| R3          | 3.2 Entidades prestadoras de serviços florestais instaladas                                      | nº        | 16            | 4                       | 2           |
| R3          | 3.3 Projectos de apoio à prestação de serviços florestais  | nº        | 8             | 2                       | 1           |
| R3          | R3.4 Projectos de apoio à prevenção de riscos bióticos e abióticos                               | nº        | 117           | 89                      | 1           |
| R3          | R3.4. Área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos bióticos e abióticos          | ha        | 375.000       | 388.119                 | 576         |
| R3          | R3.5 Projectos de valorização e conservação dos espaços florestais com interesse público         | nº        | 5             | 0                       |             |
| R3          | R3.5 Área florestal de interesse público coberta por projectos de valorização e conservação      | ha        | 3200          | 0                       |             |
| R3          | Ajudas Públicas  | mil euros | 52023         | 42.359                  | 13.418      |
| R4          | R4.1 Projectos de instalação de serviços de substituição e gestão                                | nº        | 4             | 4                       | 1           |
| R4          | R4.2 Projectos de desenvolvimento de outros serviços à agricultura                               | nº        | 40            | 49                      | 31          |
| R4          | Ajudas Públicas  | mil euros | 11299         | 8.245                   | 6.025       |
| R5          | R5.1 Projectos relativos a novos regadios colectivos e a regadios tradicionais                   | nº        | 142           | 129                     | 34          |
| R5          | Agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais           | nº        | 8700          | 11.928                  | 2.196       |
| R5          | Área beneficiada pelos projectos de regadios colectivos e tradicionais                           | ha        | 4800          | 8.350                   | 874         |
| R5          | Rede de rega criada ou beneficiada no âmbito dos projectos de regadios colectivos e tradicionais | km        | 410           | 378                     | 52          |
| R5          | Projectos de reabilitação e modernização de perímetros de rega                                   | nº        | 22            | 14                      | 0           |
| R5          | Agricultores abrangidos pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega    | nº        | 5360          | 14.765                  | 0           |
| R5          | Área beneficiada pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega           | ha        | 14000         | 44.216                  | 0           |
| R5          | Rede de rega nova ou reabilitada nos perímetros de rega  | km        | 30            | 33                      | 0           |
| R5          | Projectos de emparcelamento aprovados  | nº        | 5             | 3                       | 0           |
| R5          | Agricultores abrangidos por projectos de emparcelamento  | nº        | 2200          | 1.846                   | 0           |
| R5          | Área beneficiada por projectos de emparcelamento   | ha        | 2500          | 771                     | 0           |
| R5          | Ajudas públicas  | mil euros | 60027         | 58.440                  | 32.412      |
| R6          | Projectos de caminhos agrícolas e rurais   | nº        | 178           | 246                     | 87          |
| R6          | Rede viária nova ou beneficiada  | km        | 810           | 556                     | 150         |
| R6          | Explorações agrícolas beneficiadas pelos projectos de caminhos agrícolas e rurais                | nº        | 8600          | 13.200                  | 4.489       |
| R6          | Projectos de electrificação  | nº        | 599           | 589                     | 314         |
| R6          | Linhas de média tensão instaladas  | km        | 700           | 296                     | 137         |
| R6          | Linhas de baixa tensão instaladas  | km        | 600           | 390                     | 232         |
| R6          | Explorações agrícolas e unidades agro-industriais beneficiadas pelos projectos de electrificação | nº        | 4500          | 1.646                   | 713         |
| R6          | Ajudas Públicas  | mil euros | 30602         | 37.955                  | 19.464      |
| R7          | Projectos de recuperação e valorização do património, da paisagem e de núcleos rurais            | nº        | 339           | 379                     | 151         |
| R7          | Projectos de conservação do ambiente e dos recursos naturais                                     | nº        | 269           | 200                     | 187         |
| R7          | Ajudas Públicas  | mil euros | 15301         | 15.790                  | 10.393      |
| R8          | Projectos aprovados  | nº        | 52            | 44                      | 2           |
| R8          | Ajudas Públicas  | mil euros | 4708          | 3.851                   | 1.289       |

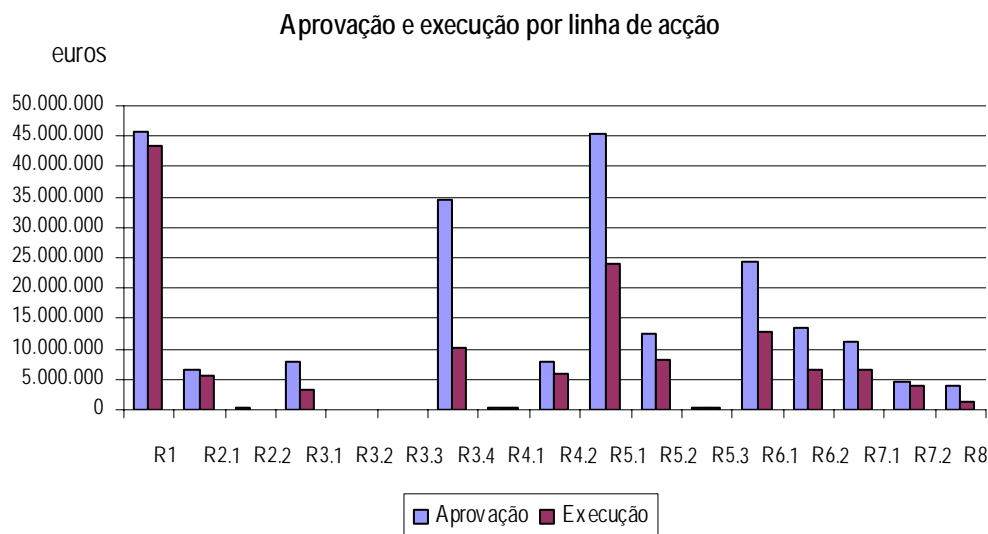
(\*)Valores relativos a nº de projectos concluídos e despesa pública executada.

### Análise por acção e sub-acção

De salientar o facto de todas as linhas de acção terem projectos aprovados. Os da Acção 1, de apoio à pequena agricultura, são os de maior número (79%) representando no entanto cerca de 21% do valor da ajuda. Para além destes, com peso significativo, são de salientar os da Acção 3, no que respeita à prevenção de riscos provocados por agentes abióticos e criação de organizações de produção florestal, os da Acção 5, no que respeita aos recursos hídricos, os da Acção 6, caminhos e electrificação, e os da Acção R7.1, recuperação e valorização do património e da paisagem rural.

Unidade: Euros

| Tipologia de Acção  | Aprovações   |                    |                    |              | Execução (2000-2005) |                   |              |
|---|--------------|--------------------|--------------------|--------------|----------------------|-------------------|--------------|
|   | Nº Proj.     | D. Pública         | Fundo              | % (D. P.)    | D. Pública           | Fundo             | % (D. P.)    |
| R1 Diversificação na pequena agricultura  | 7.273        | 45.659.262         | 32.075.261         | 20,8         | 43.518.148           | 30.567.287        | 32,9         |
| R2.1 Criação e modernização de unidades produtivas  | 80           | 6.648.977          | 4.654.284          | 3,0          | 5.499.633            | 3.849.743         | 4,2          |
| R2.2- Incentivos a produtos de qualidade  | 8            | 251.308            | 188.481            | 0,1          | 130.406              | 97.804            | 0,1          |
| R3.1 Instalação de organizações de produtores florestais  | 38           | 7.800.106          | 5.850.079          | 3,6          | 3.248.667            | 2.436.501         | 2,5          |
| R3.2 Apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais                        | 4            | 53.774             | 38.085             | 0,0          | 37.833               | 26.483            | 0,0          |
| R3.3-Apoio à prestação de serviços florestais   | 2            | 56.553             | 42.415             | 0,0          | 34.742               | 26.057            | 0,0          |
| R3.4- Prevenção de riscos prov. agentes bióticos e abióticos  | 89           | 34.449.061         | 21.584.454         | 15,7         | 10.097.200           | 6.089.282         | 7,6          |
| R4.1- Instalação de serviços de substituição e de gestão das explorações agrícolas                  | 4            | 266.673            | 200.005            | 0,1          | 214.411              | 160.808           | 0,2          |
| R4.2- Desenvolvimento de outros serviços à agricultura  | 49           | 7.977.840          | 5.983.380          | 3,6          | 5.810.793            | 4.358.095         | 4,4          |
| R5.1 Novos regadios colectivos e beneficiação de regadios tradicionais                              | 129          | 45.540.934         | 34.155.701         | 20,8         | 23.962.363           | 17.971.773        | 18,1         |
| R5.2 Reabilitação e modernização dos perímetros de rega   | 14           | 12.483.895         | 9.362.921          | 5,7          | 8.250.186            | 6.178.946         | 6,2          |
| R5.3- Emparcelamento rural  | 3            | 414.760            | 311.070            | 0,2          | 199.646              | 149.734           | 0,2          |
| R6.1 Caminhos agrícolas e rurais  | 246          | 24.360.490         | 18.270.368         | 11,1         | 12.834.471           | 9.627.546         | 9,7          |
| R6.2 Electrificação   | 589          | 13.594.022         | 6.797.012          | 6,2          | 6.629.233            | 3.314.615         | 5,0          |
| R7.1 Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural | 379          | 11.296.419         | 8.472.315          | 5,2          | 6.474.614            | 4.855.961         | 4,9          |
| R7.2 Conservação do ambiente e dos recursos naturais  | 200          | 4.493.242          | 3.367.126          | 2,0          | 3.918.123            | 2.935.787         | 3,0          |
| R8- Dinamização do desenvolvimento agrícola e rural   | 44           | 3.851.060          | 2.888.295          | 1,8          | 1.289.313            | 966.985           | 1,0          |
| <b>Total</b>  | <b>9.151</b> | <b>219.198.375</b> | <b>154.241.252</b> | <b>100,0</b> | <b>132.149.784</b>   | <b>93.613.407</b> | <b>100,0</b> |

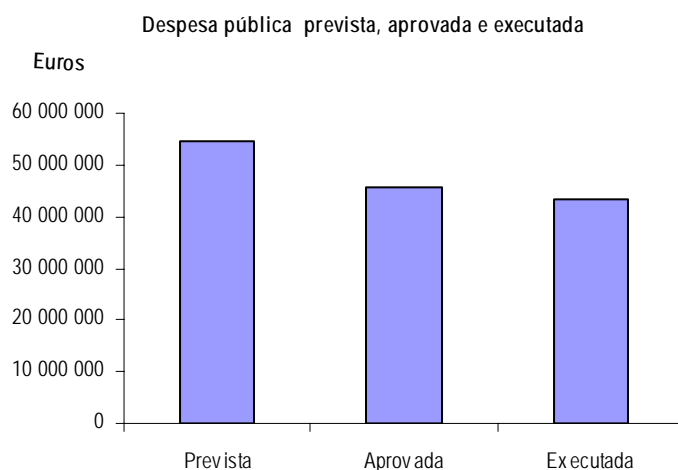


Segue-se uma análise sumária de cada uma das acções. É de referir que os valores que se apresentam como valores programados em cada acção correspondem aos valores de ajuda previstos nos indicadores de acompanhamento do Complemento de Programação.

### Acção 1. Diversificação na pequena agricultura

Nesta Acção foram aprovadas cerca de 4/5 do total de candidaturas da Medida, embora a Despesa Pública aprovada tenha um peso significativamente inferior, o que reflecte naturalmente a natureza deste tipo de projectos e dos montantes envolvidos (o montante médio de investimento aprovado por projecto é de 12 700 euros).

A programação financeira desta Acção para 2000-2006 prevê um orçamento de despesa pública de cerca de 54,61 milhões de euros, tendo sido aprovados projectos no montante de 45,66 milhões de euros de despesa pública, o que se traduz numa taxa de aprovação de 84%.



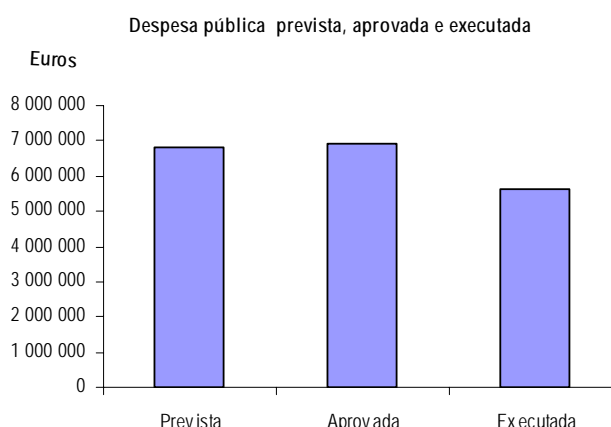
A execução é de 78% e 95%, executado/previsto e executado/aprovado, respectivamente. Este último indicador revela que a execução dos projectos é relativamente rápida a que não é alheia o montante e tipo de investimento predominante.

Nesta Acção continua a verificar-se uma predominância acentuada dos investimentos em equipamentos, seguindo-se os melhoramentos fundiários. Esta tendência que se mantém desde o início do QCA III, não é muito diferente da verificada com outros instrumentos financeiros de apoio, nomeadamente a Medida 1 do AGRO, e deverá manter-se em 2006, apesar desta Acção prever apoios para investimentos no âmbito da diversificação de actividades. As subacções 2 e 3, designadamente “Diversificação de actividades na exploração agrícola” só deverá ter expressão depois de serem melhoradas condições de funcionalidade e de trabalho das pequenas explorações e que são apontadas pelos detentores destas explorações como os seus estrangulamentos prioritários.

### **Acção 2. Desenvolvimento dos produtos de qualidade**

No período em análise foram aprovadas 88 candidaturas, sendo a maioria na sub-acção 2.1 - (80) e com localização predominante na Região da Beira Interior - (67).

As aprovações representam 101% do previsto e a execução é de 83% e 82%, executado/previsto e executado/aprovado, respectivamente.



A maior incidência das aprovações na Beira Interior explica-se pela especificidade desta Acção – apoio a unidades agro-industriais de produtos com modos particulares de produção – DOP (Denominação de Origem Protegida), IGP (Indicação Geográfica Protegida), AB (Modo de Produção Biológica), etc -, no caso da Subacção 2.1, e pelo peso relativo dos produtos com tais denominações nesta área, sobretudo no que diz respeito ao sector do leite/queijo de pequenos ruminantes e do azeite.

No que diz respeito à sub-acção 2.2., relativa ao apoio às entidades gestoras das Menções Protegidas e às entidades de Controlo e Certificação, visando o desenvolvimento de acções que promovam o reforço dos sistemas de comercialização e controlo das especificidades e qualidade dos produtos, verificou-se uma execução relativamente baixa, devido ao facto destas entidades terem já sido contempladas com tais apoios no QCAII e, sobretudo devido ao facto de as acções orientadas para a promoção dos produtos terem deixado de ser comparticipadas neste quadro comunitário. Os 8 projectos aprovados, da DRABL, incidem em produtos como o queijo, frutas, azeite e pequenos ruminantes.

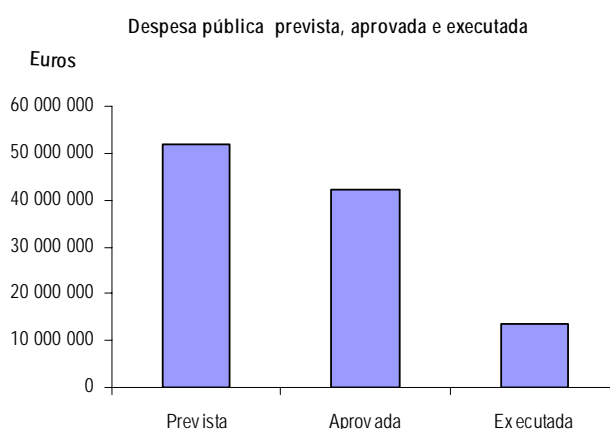
Apesar da taxa de aprovação da acção 2 se encontrar no limiar do previsto, com uma elevada pressão de procura, não se verifica uma correlação significativa entre o volume de investimento

aprovado e o consequente aumento da oferta de produtos com menção legalmente consignada (DOP's, IGP's, etc) no mercado. Esta situação é particularmente notória no sector dos azeites e em menor expressão nos queijos e fruticultura. Tal facto resulta em parte da incipiente estrutura organizativa por parte da produção, a nível comercial, particularmente no sector do azeite, situação que começa a apresentar uma inversão de tendência. Concorrem ainda para esta realidade dois factores preponderantes: - por um lado a metodologia associada ao sistema de controlo e certificação, manifestamente inadequado para a dimensão da produção e por outro a apropriação por parte da grande distribuição da quase totalidade da mais valia destes produtos, associada à grande pressão sobre os produtores com melhor capacidade produtiva para a integração de clubes de produtores daquelas unidades.

### Acção 3. Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas

Nesta Acção foram aprovados 133 projectos, com uma despesa pública correspondente a 81% do previsto. A maior incidência diz respeito à sub-acção 3.4- Prevenção riscos provocados por agentes bióticos e abióticos (81% do total da acção), não se registando aprovações na sub- acção 3.5. - Valorização e conservação de espaços florestais de interesse público.

Na sub- acção 3.5. - Valorização e conservação de espaços florestais de interesse público o principal factor que conduziu ao insucesso desta sub-acção foi o facto do prémio atribuído aos promotores não ser suficiente para fazer face às despesas resultantes da implementação de um plano de gestão florestal nessas áreas. Na realidade, 40-120 euros/ano/ha, é um valor que não cobre as despesas resultantes das intervenções culturais de que essas áreas carecem.



A taxa de execução desta Acção é baixa (31,7% do aprovado), devido a uma série de factores complementares:

A complexidade formal das três primeiras sub-acções, tendo como objectivos, entre outros, a criação de novas dinâmicas de organizações de produtores florestais, locais e regionais, o apoio à prestação de serviços florestais e à capacidade técnica de intervenção no sector. De qualquer modo, a execução da primeira sub-acção - instalação de organizações de produtores florestais -, está de acordo com a programação inicial, o mesmo não se verificando nas restantes sub-acções, quer pela inovação na sua formulação, quer sobretudo pela dificuldade de enquadramento dos beneficiários e despesas elegíveis.

A sub-acção 3.4 é aquela que na prática apresenta maiores desvios relativamente ao programado. O atraso no início da implementação desta sub-acção devido à dificuldade de enquadrar os proprietários florestais dos territórios alvo- os primeiros projectos só foram aprovados em 2004-,

a programação plurianual dos investimentos (a maioria distribuída por 5 anos), o elevado número de rubricas de investimento, a dificuldade na adjudicação dos trabalhos em tempo útil, por parte das entidades públicas e a ocorrência de um número significativo de incêndios, tem obrigado a reprogramações sucessivas e ao adiamento das intervenções previstas em cada ano.

Estas sub-acções e a Acção no seu conjunto, aproximam-se dos pontos mais sensíveis da floresta na Região Centro, nomeadamente no que diz respeito à sua dimensão/ parcelamento. Tendo como pano de fundo a Lei de Bases da Política Florestal, a sua estruturação com objectivos, elegibilidades, ajudas, sistema de convite público, etc., muito abrangente, obriga a uma execução muito acompanhada, num quadro de gestão complexo dificultado pelos compromissos de cada projecto distribuídos por um período longo de anos e em que raramente são cumpridas na totalidade as programações anuais dos investimentos

Refira-se que esta Acção não se aplica na área geográfica abrangida pela Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, que tem dotações financeiras específicas para a sua implementação.

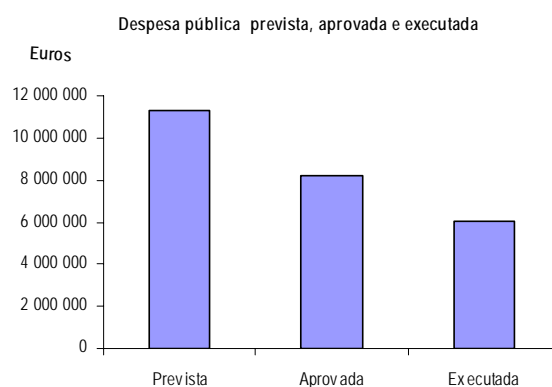
#### **Acção 4. Serviços à agricultura**

Foram aprovados 53 projectos, com uma ajuda de 8,2 milhões de euros, o que representa 73% do previsto.

A maioria diz respeito à sub-acção 4.2- Desenvolvimento de outros serviços à agricultura (97% da ajuda). A execução é relativamente elevada (73% do aprovado).

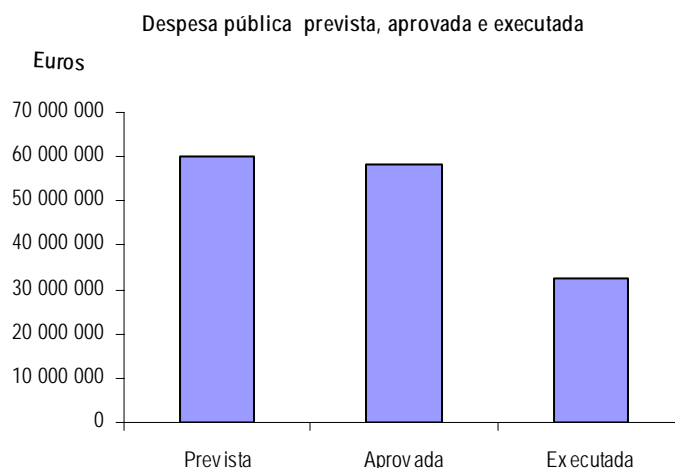
Esta Acção tem como objectivos básicos o apoio à prestação de serviços agrícolas não directamente ligados ao processo produtivo através das organizações de produtores. A subacção relativa ao melhoramento das raças autóctones (Ovelha Merino da Beira Baixa, Ovelha Mondegueira, Ovelha Bordaleira Serra de Estrela, Raça Bovina Marinhoa, Cabra Charnequeira ) e da Raça Bovina Frísia, pelas suas características (programas anuais e despesas elegíveis padronizadas) tem uma execução elevada. Relativamente à subacção Apoio à Prestação de Serviços Agrícolas, realizou-se um convite público, encontrando-se os projectos numa fase final de execução. Da avaliação que já é possível fazer, permite constatar que a tipologia de oferta de serviços constante do convite público se dirige para um nível organizacional das estruturas do associativismo agrícola que, de um modo geral, se encontra ainda algo distante da nossa realidade. Com efeito a procura por parte das estruturas associativas é claramente dirigida para a prestação de serviços aos seus associados, que de algum modo envolvem o processo produtivo, o que é condicionado pela própria regulamentação comunitária.

O facto dos apoios previstos na sub-acção 4.2 não ser atribuído directamente aos agricultores que recorrem à prestação de serviços, não permite avaliar a capacidade de resposta e qualidade dos serviços prestados, e limita a dinamizar uma maior competitividade entre prestadores de serviços.



### Acção 5. Gestão dos recursos hídricos e emparcelamento

Nesta Acção foram aprovadas 146 candidaturas, envolvendo um montante de investimento superior a 58.4 milhões de euros. Quer o número de projectos, quer os montantes envolvidos encontram-se dentro dos parâmetros previstos, embora a execução (executado/previsto e executado/aprovado) ronde apenas os 54% e 56% respectivamente.



Como se tratam de investimentos de alguma dimensão física e financeira (caso dos novos regadios colectivos e dos perímetros de rega), com uma execução plurianual, sujeitos a regras muito estritas, incluindo estudos de impacte ambiental, e a concursos públicos, a sua execução arrasta-se normalmente pelo período do Quadro Comunitário.

O investimento em regadios é considerado estratégico na política agrícola e de desenvolvimento rural, suportando esta acção um conjunto de investimentos nos principais regadios e perímetros de rega da região centro.

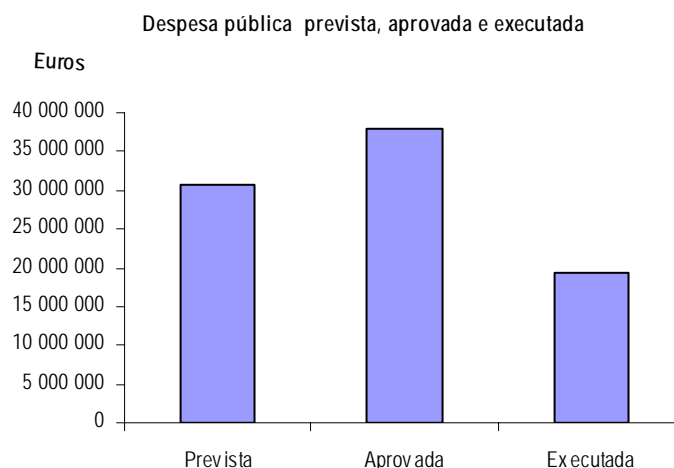
### Acção 6. Caminhos e electrificação agrícola

Esta Acção tem níveis de execução (aprovado/previsto) muito elevados (foram aprovadas 835 candidaturas com uma despesa pública de 38 milhões de euros o que representa 124% do previsto no período 2000-2006. De facto, no caso dos caminhos agrícolas e rurais, a natureza dos promotores (essencialmente autarquias locais) aumentam fortemente a procura deste tipo de apoios.

No caso das electrificações, tendo em conta que a execução está dependente de uma empresa (EDP) e do seu planeamento interno a execução é relativamente baixa (49% do aprovado).

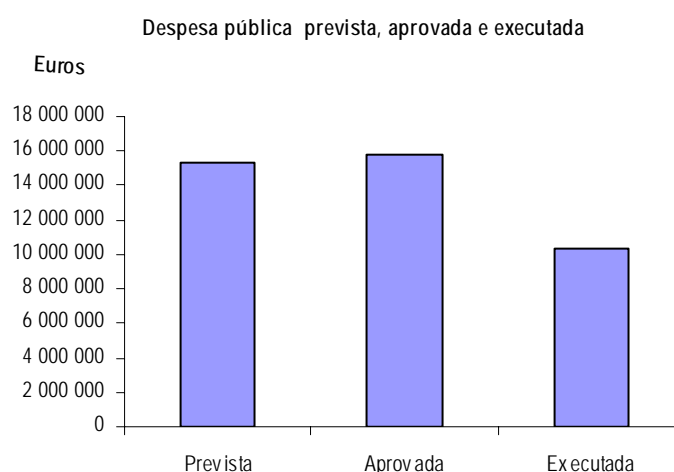
Por outro lado, atendendo ao facto de, na electrificação, se tratar de investimentos até à exploração agrícola, obriga a um adequado esforço de articulação com as aprovações de projectos no âmbito do Programa AGRO (Medida 1) e AGRIS.





### Acção 7. Valorização do ambiente e do património rural

Foram aprovados 579 projectos (379 relativos à subacção 7.1. – Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural, e 200 à subacção 7.2. - Conservação do ambiente e dos recursos naturais), representando 103% da despesa pública prevista para o período 2000-2006. O nível de execução é de 66% do aprovado, com diferenças significativas para a sub-acção 7.1 e 7.2 (57% e 87% do aprovado, respectivamente).



A Subacção 7.1. tem uma elevada procura, quer porque os beneficiários são essencialmente autarquias locais ou Associações de Desenvolvimento Local, quer porque a consideram um complemento de outros meios de financiamento, nomeadamente o Programa LEADER +. A tipologia das intervenções e o facto do processo de implementação desta subacção estar associado à apresentação de um Plano de Intervenção para posterior enquadramento dos projectos, contribui para reforçar as dinâmicas ao nível dos territórios rurais e promover uma maior coerência e articulação com outras iniciativas, como as referidas anteriormente.

No caso da Sub-acção 7.2. – Conservação do ambiente e dos recursos naturais, a execução foi fortemente dinamizada pelo enquadramento dos investimentos de carácter ambiental nos

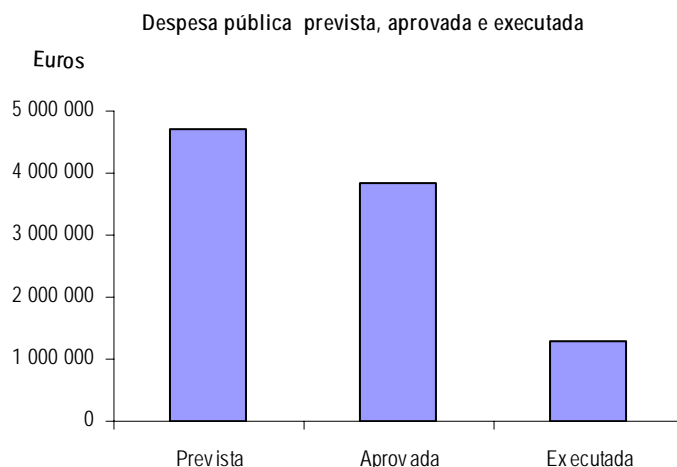
lagares de azeite. Neste caso específico, os investimentos apoiados tiveram um impacto significativo no processo de licenciamento dos lagares.

### Acção 8. Acções integradas de dinamização agrícola e rural

Nesta Acção foram aprovados 44 projectos com uma despesa pública de 3.9 milhões de euros, correspondente a 82% do previsto para o período 2000-2006. A execução é da 33.5% do valor aprovado.

Atendendo à sua especificidade, esta Acção constitui um importantíssimo instrumento de apoio a iniciativas que levem à ultrapassagem de estrangulamentos numa determinada fileira ou de fragilidades detectadas num determinado território, constituindo o catalizador de iniciativas potenciais beneficiárias de outros apoios públicos que, de uma forma mais coerente e articulada, podem ser implementados nos espaços rurais e nos sectores estratégicos.

O facto dos projectos aprovados nesta acção terem iniciado apenas em 2004 e 2005 limitou os objectivos que levaram à inclusão da acção na medida AGRIS.



### Medidas de divulgação, informação e publicidade

Continuou o processo de divulgação da Medida Agris no âmbito do PO Centro em estreita articulação com o MADRP, sobretudo no que diz respeito a orientações sectoriais em domínios prioritários.

As acções de informação e divulgação efectuadas abrangeram três níveis distintos, mas complementares:

- De tipo institucional – A nível central a coordenação da Medida Agris é assegurada pelo Grupo de Ligação Nacional - criado por Despacho do Ministro da Agricultura nº 8745/2003 de 6 de Maio e que funciona junto do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar;
- De âmbito sectorial – reuniões de informação/divulgação com as principais associações e municípios, particularmente pela sua envolvimento no âmbito da subacção 3.4 – prevenção de riscos provocados por agentes abióticos – incêndios florestais. Por outro lado, os técnicos da DRABL e DRABI participaram em acções (colóquios, seminários,

simpósios, acções de divulgação ) organizadas por diversas entidades, incluindo as próprias DRA's – foram realizadas cerca de trinta acções- em que, se procedeu de uma forma orientada em função dos destinatários presentes a uma divulgação dos apoios constantes da Medida;

- Resultante de Parcerias no âmbito da Acção 8 – No âmbito dos Planos de Acção têm sido desenvolvidos ao nível do território e sectorialmente encontros, debates e seminários organizados pelas DRA's em parceria com diversas entidades. Neste âmbito em 2005 foram realizadas cerca de 25 acções orientadas para áreas temáticas concretas, resultantes das linhas de força dos Planos de Acção;
- De âmbito regional – o site do MADRP [www.min-agricultura.pt](http://www.min-agricultura.pt) dispõe de toda a informação actualizada relativa à Medida AGRIS, por linha de acção, os normativos aplicáveis (legislação e circulares de apoio), os formulários de candidatura e um resumo dos objectivos, dos beneficiários e dos níveis de ajuda. Foram elaborados a nível central (MADRP) diversos folhetos e cartazes de informação e divulgação que continuam a ser utilizados como suporte de informação . Ocorreu também a inserção de informação de divulgação em jornais;
- A estrutura de apoio técnico ao coordenador da medida tem divulgado e aconselhado, junto dos proponentes cujos projectos envolvam infra estruturas públicas de montante inferior a 500 000 €, a afixação de um painel modelo que assegura o cumprimento das regras nacionais – manual de comunicação do PO Centro e comunitárias Reg (CE) nº 1159/2000 - em matéria de informação e publicidade.

O nível actual de compromissos assumidos pela Medida Agris demonstra que as acções de de informação e divulgação se tem revelado adequadas , prevendo-se que de futuro não ocorram de forma sistemática , mas sim dirigida para alterações entretanto ocorridas bem assim para colmatar deficientes execuções em determinadas sub-acções que continuam com um grau de compromissos reduzido.

**Respeito pela política agrícola comum.** A compatibilidade do Programa Regional e, em particular, das medidas cofinanciadas pelo FEOGA-O com a PAC está enquadrada pelo Reg (CE) 1257/99, nomeadamente pelo seu artigo 37º. Esta situação ficou assegurada nas diversas negociações entre as autoridades nacionais e a Comissão Europeia, quer na própria fase de concepção quer nas alterações subsequentes do Complemento de Programação aprovadas pela Comissão de Acompanhamento, existindo, assim, a garantia que as diversas Acções que compõem as medidas FEOGA-O:

- Esta assegurada, além do cumprimento de quotas e restrições específicas, a coerência entre as propostas no Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural “AGRO” e a Medida “Agris”- esta confirmação é assegurada através da verificação de responsabilidades do beneficiário no SIADRU ou no Plano de Contingência
- Não colidem com as ajudas concedidas no âmbito das diversas Organizações Comuns de Mercado (OCM), nomeadamente à excepção para os investimentos realizados no sector da “Frutas e Hortícolas” em que são apresentadas declarações das Organizações de Produtores de que sejam associados, atestando que o investimento não colide com o seu Programa Operacional, os das Direcções Regionais de Agricultura quando os beneficiários não são associados ou não existe Organização de Produtores para o sector.



## 16. Medida III.15 - Pescas - Infra-estruturas de Portos

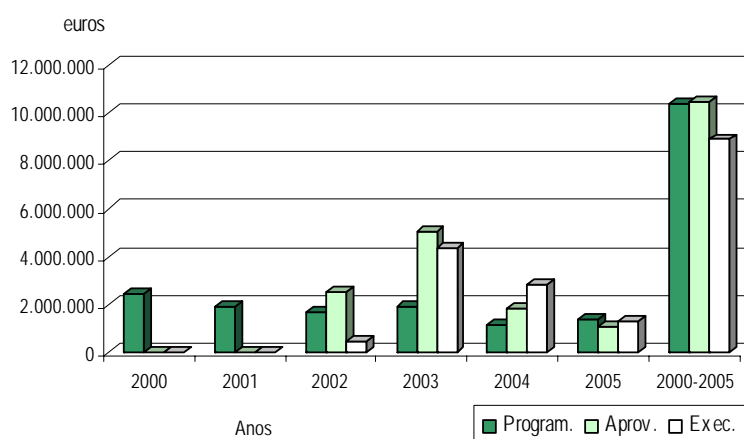
Reportando a situação a 31 de Dezembro de 2005, a medida apresenta uma elevada taxa de compromisso. As aprovações representam, 87% e 101% do total programado e do programado até final de 2005, respectivamente. A taxa de execução teve um acréscimo significativo a partir de 2003, atingindo 74% e 86% do total programado e do programado até final de 2004, respectivamente.

Apesar da tendência francamente positiva de aumento, a taxa de execução registada está no entanto aquém do pretendido. Os motivos prendem-se essencialmente com alterações aos projectos aprovados que implicam reprogramações, com consequentes atrasos na execução financeira. Em menor escala a taxa registada é também devida a processos de pedidos de pagamento apresentados sem a totalidade dos elementos necessários à verificação e aceitação.

Unidade: Euros

| Ano                      | Programação       |                  | Aprovação         |                  | Execução         |                  | Taxas (%)   |             |             |
|--------------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|-------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública        | Fundo            | D. Pública        | Fundo            | D. Pública       | Fundo            | A/Prog      | Exc/Prog    | Exec/A      |
| 2000                     | 2.433.000         | 1.824.000        | 0                 | 0                | 0                | 0                | 0,0         | 0,0         |             |
| 2001                     | 1.896.000         | 1.422.000        | 0                 | 0                | 0                | 0                | 0,0         | 0,0         |             |
| 2002                     | 1.653.000         | 1.240.000        | 2.493.011         | 1.869.758        | 458.085          | 343.563          | 150,8       | 27,7        | 18,4        |
| 2003                     | 1.913.000         | 1.435.000        | 5.024.523         | 3.768.393        | 4.362.302        | 3.271.727        | 262,7       | 228,0       | 86,8        |
| 2004                     | 1.131.440         | 849.000          | 1.856.671         | 1.392.503        | 2.808.633        | 2.106.475        | 164,1       | 248,2       | 151,3       |
| 2005                     | 1.367.750         | 1.025.960        | 1.095.887         | 821.915          | 1.282.574        | 961.931          | 80,1        | 93,8        | 117,0       |
| 2000-2005                | 10.394.190        | 7.795.960        | 10.470.092        | 7.852.569        | 8.911.595        | 6.683.696        | 100,7       | 85,7        | 85,1        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>12.103.344</b> | <b>9.077.473</b> | <b>10.470.092</b> | <b>7.852.569</b> | <b>8.911.595</b> | <b>6.683.696</b> | <b>86,5</b> | <b>73,6</b> | <b>85,1</b> |

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



O número de intervenções de beneficiação ou construção em portos de pesca aprovadas foram concluídas até ao final de 2004, e correspondem às intervenções previstas até 2006. Estas intervenções beneficiam cerca de 450 embarcações.

| Indicador Físico  | Unidade | Quantificação |                         |          |
|---|---------|---------------|-------------------------|----------|
|   |         | Previsto      | Resultados (31-12-2005) |          |
|   |         |               | Proj. aprov.            | Execução |
| Intervenções de beneficiação ou construção em portos de pesca | nº      | 5             | 5                       | 5        |
| embarcações servidas  | nº      |               | 453                     | 453      |

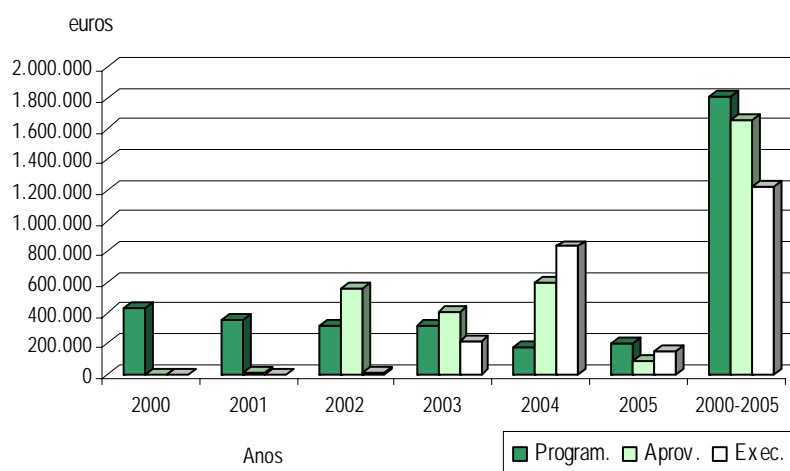
## 17. Medida III.16 - Pescas: Equipamentos de Transformação

Na sequência da aprovação de alterações ao Complemento de Programação, foram publicados, em 2003, o Decreto-Lei nº 109/2003 e a Portaria nº 934/2003, no sentido de preverem outro tipo de projectos e de beneficiários. Neste contexto foi possível, até final de 2005, aprovar 16 candidaturas, e assim conseguir uma taxa de aprovação/programação da ordem dos 91% (2000-2005). Para esta melhoria significativa contribuíram as acções de informação junto de diversas entidades potenciais promotoras de projectos, tendo sido realizadas para o efeitos diversas reuniões e enviada uma circular informativa junto dos principais beneficiários.

Unidade: Euros

| Ano                      | Programação      |                  | Aprovação        |                  | Execução         |                | Taxas (%)   |             |             |
|--------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|-------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública       | Fundo            | D. Pública       | Fundo            | D. Pública       | Fundo          | A/Prog      | Exc/Prog    | Exec/A      |
| 2000                     | 432.978          | 314.978          | 0                | 0                | 0                | 0              | 0,0         | 0,0         |             |
| 2001                     | 357.977          | 261.977          | 16.180           | 12.135           | 4.194            | 3.145          | 4,5         | 1,2         | 25,9        |
| 2002                     | 319.977          | 234.977          | 554.731          | 416.048          | 11.827           | 8.870          | 173,4       | 3,7         | 2,1         |
| 2003                     | 319.977          | 234.977          | 404.030          | 327.200          | 219.079          | 175.212        | 126,3       | 68,5        | 54,2        |
| 2004                     | 177.637          | 139.977          | 595.867          | 513.474          | 835.044          | 659.498        | 335,4       | 470,1       | 140,1       |
| 2005                     | 205.997          | 162.977          | 87.911           | 69.300           | 148.740          | 113.727        | 42,7        | 72,2        | 169,2       |
| 2000-2005                | 1.814.543        | 1.349.863        | 1.658.718        | 1.338.157        | 1.218.884        | 960.453        | 91,4        | 67,2        | 73,5        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>2.049.320</b> | <b>1.537.000</b> | <b>1.700.603</b> | <b>1.369.571</b> | <b>1.218.884</b> | <b>960.453</b> | <b>83,0</b> | <b>59,5</b> | <b>71,7</b> |

### Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



Em termos de execução e comparando a situação em 2005 face à existente nos anos anteriores, regista-se um progresso notório, o que possibilitou o cumprimento tranquilo da regra n+2 aplicável ao IFOP até final de 2004. Em 2005 a execução registada permitiu igualmente o observância da regra n+2.

A evolução em termos de taxa de execução é essencialmente devida ao reforço e adopção de medidas excepcionais verificadas em 2004 junto de todos os promotores de projectos aprovados. Em 2005 o esforço de acompanhamento foi mantido, com particular enfoque para o apuramento da verba executada face à aprovada. O objectivo é garantir um progresso da medida que assegure a execução da verba existente, através do apoio a novos projectos.

O requisito de projectos colectivos, considerando o reduzido cariz associativo do sector, e a demora nos processos de instrução de candidaturas continuam no entanto a limitar o número de candidaturas.

Dada a especificidade da medida a maioria dos projectos localizam-se no litoral da Região.

Unidade: Euros

| NUT III                | Nº Proj.  | Custo total      | D. Pública       | Fundo            | Incidência    |          |
|------------------------|-----------|------------------|------------------|------------------|---------------|----------|
|                        |           |                  |                  |                  | %             | por hab. |
| Baixo Vouga            | 9         | 827.243          | 770.288          | 609.041          | 44,20         | 2        |
| Baixo Mondego          | 5         | 645.070          | 530.901          | 460.969          | 34,46         | 2        |
| Beira Interior Norte   | 1         | 374.092          | 374.092          | 280.569          | 19,99         | 3        |
| Não Regional.          | 1         | 25.323           | 25.323           | 18.992           | 1,35          |          |
| Litoral                | 14        | 1.472.313        | 1.301.189        | 1.070.010        | 78,66         | 2        |
| Interior               | 1         | 374.092          | 374.092          | 280.569          | 19,99         | 0        |
| <b>Total da Medida</b> | <b>16</b> | <b>1.871.728</b> | <b>1.700.603</b> | <b>1.369.571</b> | <b>100,00</b> | <b>1</b> |

Os projectos aprovados, 16 projectos, constituem um bom indicador em termos de projectos previstos no Complemento de Programação até 2006. Em termos de taxas representam: 100% dos projectos colectivos de apoio à aquicultura e dos projectos de equipamentos de portos de pesca previstos, tende o número de projectos para a promoção do desenvolvimento da qualidade e normalização dos produtos da pesca já ultrapassado o previsto.

| Indicador Físico   | Unidade | Quantificação |                         |          |
|--|---------|---------------|-------------------------|----------|
|  |         | Previsto      | Resultados (31-12-2005) |          |
|  |         |               | Proj. aprov.            | Execução |
| projectos colectivos de apoio à aquicultura  | N.º     | 2             | 2                       | 1        |
| projectos de equipamentos de portos de pesca   | N.º     | 5             | 5                       | 5        |
| projectos para a promoção do desenvolvimento<br>qualidade e normalização dos produtos da pesca | N.º     | 2             | 9                       | 6        |

## **VI**

**Procentro: administração, gestão e respeito pelas  
políticas comunitárias**



## **I – Gestão e Administração**

### **1. Comissão de Acompanhamento**

No ano 2005 realizaram-se 2 reuniões da Comissão de Acompanhamento, tendo sido apresentado em ambas o ponto da situação actualizado da execução financeira do Programa.

Na 10ª reunião, a primeira realizada neste ano, foi apreciado e aprovado o Relatório de Execução de 2004.

Na 11ª reunião, foi apresentado o Relatório final da Avaliação Intercalar, pela equipa responsável pela sua realização. Este Relatório obteve uma apreciação positiva da Comissão Europeia e dos restantes membros do grupo técnico da actualização da Avaliação Intercalar.

### **2. Sistema de Informação**

Em 2005, verificou-se a prossecução dos trabalhos conducentes à implementação e utilização dos sistemas de informação desenvolvidos pelas autoridades de pagamento e de gestão dos Fundos (Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional/DGDR; Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu/IGFSE, Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar/GPPAA e Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura/DGPA), ou seja, o Sistema de Informação para os Fundos Estruturais e de Coesão (SIFEC/módulo FEDER); o Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE); o Sistema de Informação Agricultura e Desenvolvimento Rural (SIADRU) e o Sistema Integrado de Informação das Pescas (SI2P).

Ao nível do SIFEC/Módulo FEDER encontra-se actualizada a informação financeira (programação, aprovação e execução). Foi inserida a execução ao nível dos indicadores de acompanhamento da realização física dos projectos, relativamente à data de referência de 31 de Dezembro.

Foi disponibilizada, em 02-04-2005, a versão 5.0.0 do SIFEC, apresentando melhorias relativamente à versão anterior (4.1.3) “ao nível da validação e estorno dos pagamentos, ao nível das reprogramações financeiras e ao nível dos dados financeiros introduzidos e calculados quando do registo/aprovação/homologação dos projectos”. Em 25-05-2005, foi disponibilizada nova versão (5.1.0), contemplando a correcção das falhas detectadas com a anterior versão (5.0.0) e a revisão das opções de importação e integração FEDER e dos relatórios. Permaneceram, à semelhança dos anos anteriores, algumas dificuldades e instabilidade na obtenção dos relatórios e no funcionamento do SIFEC - módulo FEDER, particularmente ao nível da finalização dos projectos.

No entanto, a DGDR tem disponibilizado prontamente todos os pedidos de informação que são solicitados por este PO. Foram pedidas e satisfeitas, ainda, diversas alterações à DGDR

relativamente aos dados inseridos nos projectos, ao NIPC e à designação das entidades executoras e aos utilizadores e seus perfis, nomeadamente com a criação da medida I.9 – Saneamento Básico.

No SIIFSE, apenas a medida (III.2) desconcentrada da Educação – Ensino Profissional se encontra integrada, sendo os modelos das restantes medidas introduzidos através da digitação directa.

A informação de carácter financeiro (programação, aprovação e execução) encontra-se actualizada, quer em termos da figura de gestor integrado, como na de gestor não integrado. Na medida desconcentrada III.3 – Promoção da empregabilidade e do emprego ao nível local (FSE), “o registo e análise financeira das candidaturas, o processo de análise e gestão subsequentes dos pagamentos é feita utilizando as aplicações informáticas disponibilizada pelo POEFDS, funcionando em VAX”.

Em 2005, a gestão e acompanhamento das medidas FEOGA-O passou a ser efectuada através do SIADRU, estando em plena produção as acções das medidas FEOGA-O (II.7 – Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior e III.14 – Agricultura e Desenvolvimento Rural).

No SI2P (medida IFOP: III.16 – Pescas – equipamentos e transformação), ao nível do Coordenador, foi efectuada em 2003 a ligação da Direcção Regional das Pescas e Aquicultura do Centro ao módulo de gestão de projectos do sistema de informação da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura e em 2004 decorreu a recuperação do histórico, estando actualizada a informação.

Todavia, o PO Centro ainda não dispõe de um sistema de informação de gestão que integre a informação relativa aos diferentes projectos, ao nível da aprovação, execução financeira e realização física, apoiados pelos diferentes fundos, obrigando à utilização de folhas de cálculo em Excel. O SIFEC, na sua arquitectura inicial previa a recolha, integração e o tratamento da informação proveniente dos diferentes fundos e programas operacionais, mas tal funcionalidade ainda não foi implementada. No sentido de colmatar as actuais deficiências do sistema de informação de gestão, foram estabelecidos contactos com outros PO que desenvolveram sistemas integrados de informação próprios com vista à sua cedência.

Em termos do controlo de 1º nível, são efectuados os registos do plano anual, mapa de acompanhamento trimestral, relatório anual de síntese e as acções, nos sistemas integrados de informação já implementados (SIFEC e SIIFSE). É, ainda, utilizado como solução complementar o Sistema de Informação de Gestão dos Instrumentos e Fundos Estruturais (SIGIFE), desenvolvido pela Inspecção-Geral de Finanças, em Access, para os fundos FEDER, IFOP e FEOGA-O.

### 3. Utilização da Assistência Técnica

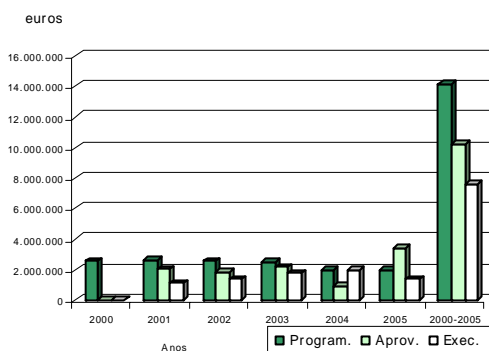
Algumas limitações nacionais na contratação de pessoas para as Estruturas de Apoio Técnico tem condicionado a utilização prevista nas medidas de assistência técnica. A execução foi de 74% do programado para 2005, atingindo-se 50% do programado até final desse ano. Como a utilização das medidas irá para além do período de 2000-2006 prevê-se que a execução total se aproxime dos valores programados.

Unidade: Euros

| Ano                      | Programação       |                   | Aprovação         |                   | Execução          |                  | Taxas (%)   |             |             |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------|-------------|-------------|
|                          | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo             | D. Pública        | Fundo            | A/Prog      | Exc/Prog    | Exec./A     |
| 2000                     | 3.963.029         | 2.902.671         | 0                 | 0                 | 0                 | 0                | 0,0         | 0,0         |             |
| 2001                     | 4.079.059         | 2.983.125         | 2.606.510         | 1.910.191         | 1.702.982         | 1.232.545        | 63,9        | 41,7        | 65,3        |
| 2002                     | 3.990.517         | 2.913.485         | 2.749.412         | 2.030.802         | 1.806.424         | 1.354.818        | 68,9        | 45,3        | 65,7        |
| 2003                     | 3.984.088         | 2.900.000         | 3.740.640         | 2.774.881         | 3.090.225         | 2.286.412        | 93,9        | 77,6        | 82,6        |
| 2004                     | 3.252.124         | 2.363.371         | 2.804.474         | 2.071.320         | 4.000.625         | 2.937.833        | 86,2        | 123,0       | 142,7       |
| 2005                     | 3.303.383         | 2.400.176         | 4.904.900         | 3.717.850         | 2.430.803         | 1.791.509        | 148,5       | 73,6        | 49,6        |
| 2000-2005                | 22.572.200        | 16.462.828        | 16.805.937        | 12.505.044        | 13.031.059        | 9.603.117        | 74,5        | 57,7        | 77,5        |
| <b>Total (2000-2006)</b> | <b>25.974.247</b> | <b>18.942.086</b> | <b>16.907.937</b> | <b>12.505.044</b> | <b>13.031.059</b> | <b>9.603.117</b> | <b>65,1</b> | <b>50,2</b> | <b>77,1</b> |

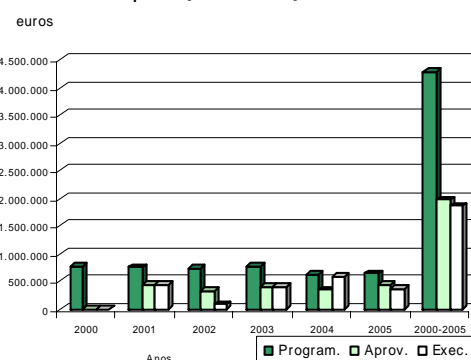
#### Medida 3.17 (Assistência Técnica - FEDER)

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



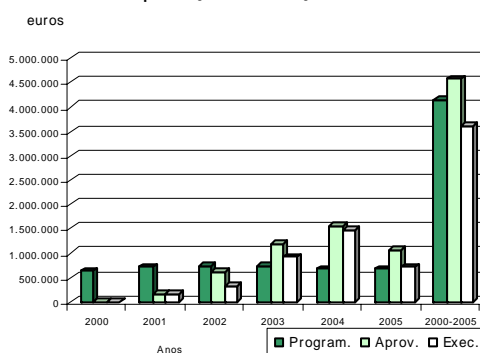
#### Medida 3.18 (Assistência Técnica - FSE)

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



#### Medida 3.19 (Assistência Técnica - FEOGA)

Evolução da despesa pública, programação, aprovação e execução



A situação é distinta consoante as Medidas de Assistência Técnica. A Medida 3.18, comparticipada pelo FSE, é a que apresenta menores taxas de compromisso e de execução. As aprovações e a execução representam 40% e 37,5% da despesa pública programada, respectivamente. Este nível de compromisso indica que será necessário reafectar parte das verbas programadas a outras Medidas, já que não é expectável a absorção integral das mesmas.

As despesas certificadas no valor de 13.031.059 Euros, são classificadas no grupo de “sujeitas a plafond” (de gestão, acompanhamento e controlo) e no grupo “não sujeitas a plafond” (avaliação, publicidade, estudos, conferências e sistemas de informação) e repartem-se de acordo com o quadro seguinte:

Unidade: Euros

| Medida | Tipo de despesa                    | Custo total prog. |     | Execução      |     |
|--------|------------------------------------|-------------------|-----|---------------|-----|
|        |                                    | Valor (Euros)     | %   | Valor (Euros) | %   |
| 3.17   | <b>Total</b>                       | 16.187.969,00     | 100 | 7.567.891,42  | 100 |
|        | 1.Despesas Sujeitas a plafond (in) | 13.706.256,00     | 73  | 6.300.006,26  | 83  |
|        | Pessoal                            | 9.610.497,00      | 63  | 4.733.899,13  | 63  |
|        | Outras                             | 4.095.759,00      | 10  | 1.566.107,13  | 21  |
|        | 2. Despesas não sujeitas a plafond | 2.481.713,00      | 27  | 1.267.885,16  | 17  |
| 3.18   | <b>Total</b>                       | 4.952.945,00      | 100 | 1.857.846,29  | 100 |
|        | 1.Despesas Sujeitas a plafond (in) | 4.533.000,00      | 92  | 1.742.305,16  | 94  |
|        | Pessoal                            | 3.864.000,00      | 78  | 1.201.602,13  | 65  |
|        | Outras                             | 669.000,00        | 14  | 540.703,03    | 29  |
|        | 2. Despesas não sujeitas a plafond | 419.945,00        | 8   | 115.541,13    | 6   |
| 3.19   | <b>Total</b>                       | 4.833.333,00      | 100 | 3.605.321,36  | 100 |
|        | 1.Despesas Sujeitas a plafond (in) | 3.383.333,00      | 56  | 2.428.448,96  | 67  |
|        | Pessoal                            | 1.100.000,00      | 23  | 436.555,26    | 12  |
|        | Outras                             | 2.283.333,00      | 33  | 1.991.893,70  | 55  |
|        | 2. Despesas não sujeitas a plafond | 1.450.000,00      | 44  | 1.176.872,40  | 33  |

## 4. Controlo

### Enquadramento

A estrutura de apoio técnico do controlo de 1º nível do Programa Operacional da Região Centro é enquadrada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2001 de 26 de Dezembro de 2001.

Os direitos e prerrogativas da EAT, o modo como a estrutura se enquadra no âmbito do Sistema Nacional de controlo, e a definição das suas obrigações, estão definidos nos seguintes textos legais nacionais: Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, que define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução do QCA III; Decreto-Lei n.º 168/2001, de 25 de Maio, que regula o funcionamento do SNC do QCA III e das intervenções de iniciativa comunitária relativas a Portugal, nos termos dos Regulamentos n.ºs 1260/1999 e 438/2001; e Portaria n.º 684/2001, de 5 de Julho, que estabelece as modalidades de articulação

entre os diferentes níveis de controlo do SNC e define as condições de fornecimento e acesso à informação relevante para o controlo.

A EAT dispõe de um Manual de procedimentos do controlo de 1º nível do PO Centro, que é um instrumento de síntese das práticas e procedimentos adoptados por parte da Estrutura de Apoio Técnico do Controlo de 1º Nível.

No exercício de 2005 a EAT de Controlo de 1º Nível, consolidou a sua actividade na realização de auditorias e no apoio à gestão em aspectos de maior complexidade técnica.

O presente relato da síntese da actividade de controlo, divide-se em quatro áreas: formação; acções de acompanhamento a entidades de auditoria/controlo externas; actividade de reporte da actividade; acções de controlo.

#### Formação

No exercício de 2005, a estrutura do controlo de 1º nível, participou no que concerne à formação, quer ao nível da participação, quer ao nível da sua promoção.

Em 2005 a EAT promoveu duas acções de formação:

- Sessão de formação realizada em 16 de Março de 2005 na CCDRC, intitulada: Sessão de trabalho sobre Administração Directa e Mercados Públicos.
- Sessão de formação no GAT da Sertã em Abril de 2005, para técnicos do GAT e das autarquias do agrupamento sobre Empreitadas por Administração Directa.

Por um lado um elemento da estrutura realizou um curso de especialização em Obras Públicas - Adjudicação e execução de empreitadas e concessões no dia 27 e 28 de Abril.

#### Entidades que participam na realização das acções de controlo de 1º nível

No exercício de 2005, recorreu-se às bolsas de auditores pré-qualificados, entidades estas seleccionadas pelas entidades responsáveis pelo controlo de segundo nível dos fundos estruturais FEDER e FSE, DGDR e IGFSE, respectivamente, para realização de acções de controlo de 1º nível nos termos dos pontos 8 e 9 do artigo 42º do Decreto-Lei 54-A/2000 de 7 de Abril, e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 168/2001 de 25 de Maio.

No que concerne aos fundos estruturais FEOGA-O e IFOP, de acordo com o disposto na lista anexa à Portaria nº 684/2001 de 5 de Junho, o IFADAP/INGA, foi integrado como organismo envolvido no controlo de 1º Nível do PO Centro ao nível das medidas: 2.7 - AIBT do Pinhal Interior (FEOGA-O), 3.14 - Agricultura e desenvolvimento rural (FEOGA-O). A intervenção do IFADAP no controlo de 1º nível do PO Centro, está enquadrada através dos Protocolos de Colaboração celebrados.

#### Acompanhamento de auditorias externas

O exercício de 2005 ficou novamente marcado por um número elevado de auditorias realizadas ao Programa Operacional da Região Centro por entidades externas, o que exigiu por parte da estrutura um particular esforço de acompanhamento.

1. Auditoria da Inspecção-geral e Auditoria de Gestão à base de dados dos controlos SIGIFE - vertentes FEOGA-O e IFOP, concluído em Janeiro de 2005;
2. Auditoria do Gabinete de Auditoria do IFADAP/INGA no âmbito da verificação do 5º Pedido de pagamento intermédio de reembolso de despesas IFOP do PO Centro, tratamento do relatório final em Março de 2005;

3. Auditoria da Inspeção-geral de Finanças aos procedimentos aplicados na realização de despesas mediante a celebração de contratos públicos – FEDER e FSE, apreciação do projecto de relatório enviado em Janeiro de 2005;
4. Avaliação da fiabilidade do controlo de 1º Nível realizada pela Inspeção-geral e Auditoria de Gestão – Apreciação do relatório em Janeiro de 2005;
5. Auditoria da Inspeção-geral e Auditoria de Gestão ao sistema de gestão e controlo da Medida Maris. Apreciação de projecto de relatório em Fevereiro de 2005 e relatório final em Dezembro de 2005;
6. Auditoria da Inspeção-geral de Finanças para efeito de controlo de qualidade das autoridades de gestão, das autoridades de pagamento e dos Coordenadores do controlo de 2º nível. Apreciação do relatório final em Março de 2005;
7. Auditoria do IGMSSFC – Inspeção-Geral da Segurança Social, da Família e da Criança, no âmbito da verificação da despesa apresentada entre Fevereiro de 2002 a Janeiro de 2003 da Medida 3.3 do PO Centro. Apreciação do relatório final em Fevereiro de 2005;
8. Auditoria do IGMSSFC – Inspeção-Geral da Segurança Social, da Família e da Criança, no âmbito da verificação da despesa apresentada entre Outubro de 2003 a Janeiro de 2004 da Medida 3.3 do PO Centro. Apreciação do projecto de relatório em Abril de 2005 e de relatório final em Outubro de 2005;
9. Controlo Complementar – Auditoria a projectos co-financiados pelo FEDER integrados no Programa Operacional da Região Centro do QCA III realizada pela Inspeção-geral de Finanças. Apreciação do projecto de relatório em Setembro de 2005;
10. Controlo Complementar – Auditoria a projectos co-financiados pelo FEDER e FSE integrados no Programa Operacional da Região Centro do QCA III realizada pela Inspeção-geral de Finanças. Apreciação do relatório final em Março de 2005;
11. Auditoria da Inspeção-geral e Auditoria de Gestão sobre Avaliação do sistema de Gestão e Controlo do POR do Centro do QCA III. Apreciação do relatório final em Julho de 2005;
12. Auditoria do IGFSE – Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu no âmbito da verificação da despesa apresentada entre Fevereiro e Maio de 2004 do PO Centro. Apreciação do projecto de relatório em Novembro de 2005.
13. Auditoria da Inspeção-geral e Auditoria de Gestão sobre Medida Agri dos PO Regionais. Apreciação do projecto de relatório em Novembro de 2005;
14. Auditoria da Direcção Geral de Desenvolvimento Regional, aos procedimentos de contratação pública aplicados na realização de despesas nos projectos co-financiados pelo FEDER no âmbito das Intervenções Operacionais do QCA III. Apreciação de relatório final em Novembro de 2005.
15. Auditoria do Gabinete de Auditoria do IFADAP/INGA no âmbito da verificação do 11º Pedido de pagamento intermédio de reembolso de despesas FEOGA-O do PO Centro. Relatório de projecto de decisão apreciado em Novembro de 2005.

#### Sistemas de informação

No que se respeita aos Planos Anuais de Controlo de 2002 a 2005, e acções de controlo extra-plano, as tarefas inerentes à prestação de informação no âmbito do Sistema Nacional de Controlo, de referir que relativamente ao FSE, foram inseridos no SIIFSE – Sistema Informático Integrado do Fundo Social Europeu, os dados relativos ao Plano Anual de Controlo, os Mapas de Acompanhamento Trimestral, o Relatório Anual de Síntese e os relatos das acções de controlo

efectuadas. No que concerne ao FEDER, FEOGA-O e IFOP, foram inseridos na aplicação informática SIGIFE – Sistema de Informação de Gestão dos Instrumentos e Fundos Estruturais, os Planos Anuais de Controlo do PO Centro, a execução e acompanhamento das acções de controlo realizadas, e foram exportados os Mapas de Acompanhamento Trimestral e o Relatório Anual de Síntese. No que concerne ao FEDER foram ainda registadas no SIFEC – Sistema de Informação dos Fundos Estruturais e Coesão, as acções de controlo desenvolvidas.

#### Gestão de devedores e Comunicação de irregularidades

Existe ao nível da estrutura de controlo de 1º nível o registo da informação relativa à gestão de devedores e pré-devedores. Este capítulo reveste a maior importância uma vez que se refere a operações, ou partes de operações que prejudicaram o orçamento comunitário e enquanto tal, devem estes montantes ser recuperados. Foram disponibilizados pelas Autoridades de Pagamento de cada um dos fundos estruturais manuais de gestão de devedores e de comunicação de irregularidades.

Sempre que existiram montantes indevidamente pagos, foram desencadeados procedimentos de recuperação, que passam por um retorno financeiro, ou nos casos previstos no Regulamento (CE) n.º 1681/94 de 11 de Julho, cumulativamente pela existência de comunicação de irregularidade à entidade responsável pelo Controlo de 2º Nível.

A Comunicação de irregularidades no âmbito do financiamento das políticas estruturais, teve uma base trimestral, tendo sido comunicadas pela EAT do controlo à entidade responsável pelo controlo de segundo nível no âmbito da articulação de acordo com o estabelecido no Sistema Nacional de Controlo.

No exercício de 2005 foram instruídas e propostas e comunicadas cinco fichas de irregularidades, todos referentes ao fundo estrutural FEDER.

#### Casos de irregularidades comunicados em 2005

Euros

| Fundo   | Nº de projectos | Montante  | Irreg.    | Montante  | A recuperar | Montante Recuperado |           |
|---------|-----------------|-----------|-----------|-----------|-------------|---------------------|-----------|
|         |                 | UE        | Total     | Pago (UE) | UE          | UE                  | Total     |
| FEDER   | 5               | 143155,13 | 209085,29 | 143155,13 | 15878,76    | 127276,37           | 127276,37 |
| FSE     | 0               | 0,00      | 0,00      | 0,00      | 0,00        | 0,00                | 0,00      |
| FEOGA-O | 0               | 0,00      | 0,00      | 0,00      | 0,00        | 0,00                | 0,00      |
| IFOP    | 0               | 0,00      | 0,00      | 0,00      | 0,00        | 0,00                | 0,00      |
|         | 5               | 143155,13 | 209085,29 | 143155,13 | 15878,76    | 127276,37           | 127276,37 |

#### Actualização da descrição dos sistemas de Gestão e Controlo previstos no art. 5º do Regulamento (CE) n.º 438/2001

A EAT procedeu à actualização e envio de pistas de auditoria do PO Centro de acordo com o artigo 5º, e n.º 3 do art. 9 do Regulamento (CE) n.º 438/2001 de 2 de Março de 2001.

#### Controlos por amostragem da despesa

##### *EAT de Controlo de 1º Nível*

No que concerne à execução dos planos anuais de controlo, concretamente, ao disposto no artigo 10º do Regulamento (CE) n.º 438/2001 de 2 de Março, os dados apresentados respeitam à execução da actividade de controlo, à data de 31 de Dezembro de 2005.

Uma vez que a esta data existiam relatórios de controlo, integrados nos Planos Anuais de Controlo de 2002 a 2005, que apesar de realizados não tinham sido objecto de decisão final, apresenta-se a situação a 31/12/2005 e a 20/05/2006.

No que concerne ao fundo estrutural FEDER, foram já efectuados 129 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 a 2005 FEDER e denúncias recebidas, envolvendo a verificação de despesa no montante de 96.333.501,00 € e 816.414,00 € de correcções financeiras.

#### Despesa verificada com relatório final

| Medida  | Nº         | Despesa verificada Dezembro 31 de 2005 | Correcções financeiras | Nº         | Despesa verificada 20 de Maio de 2006 | Correcções financeiras |
|---|------------|--|------------------------|------------|---------------------------------------|------------------------|
| <b>EIXO PRIORITÁRIO I</b>   |            |  |                        |            |                                       |                        |
| I.1 - Equipamentos e Infra-estruturas locais  | 18         | 8.799.774,00                           | 155.477,00             | 20         | 10.847.361,00                         | 178.756,00             |
| I.2 - Ambiente e Recursos Naturais  | 13         | 7.629.177,00                           | 0,00                   | 15         | 9.221.630,00                          | 4.296,00               |
| I.3 - Acessibilidades   | 11         | 6.305.383,00                           | 209.266,00             | 12         | 6.951.388,00                          | 209.266,00             |
| I.4 - Qualificação de Aglomerados Urbanos   | 2          | 1.531.539,00                           | 55.646,00              | 4          | 2.725.708,00                          | 113.536,00             |
| I.5 - Apoio às activ económicas, acções de desenv. Territorial e apoio à eficácia das Pol. Públicas | 12         | 3.606.399,00                           | 2.000,00               | 14         | 3.967.462,00                          | 2.000,00               |
| I.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial   | 5          | 6.672.850,00                           | 0,00                   | 5          | 6.672.850,00                          | 0,00                   |
| I.8 - Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico                          | 4          | 94.505,00                              | 0,00                   | 5          | 126.943,00                            | 0,00                   |
| <b>TOTAL EIXO I</b>   | <b>65</b>  | <b>34.639.627,00</b>                   | <b>422.389,00</b>      | <b>75</b>  | <b>40.513.342,00</b>                  | <b>507.854,00</b>      |
| <b>EIXO PRIORITÁRIO II</b>  |            |  |                        |            |                                       |                        |
| II.1 - Acções Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades                           | 0          | 0,00                                   | 0,00                   | 0          | 0,00                                  | 0,00                   |
| II.3 - Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias   | 6          | 1.573.946,00                           | 0,00                   | 8          | 1.796.903,00                          | 614,00                 |
| II.4 - Turismo e Património no Vale do Côa  | 5          | 2.613.913,00                           | 39.105,00              | 6          | 2.861.769,00                          | 39.105,00              |
| II.5 - Acção Integrada de Desenvolvimento da Serra da Estrela                                       | 7          | 2.418.910,00                           | 75.236,00              | 8          | 2.904.097,00                          | 75.236,00              |
| II.6 - AIBT do Pinhal Interior  | 4          | 536.470,00                             | 15.481,00              | 4          | 536.470,00                            | 15.481,00              |
| <b>TOTAL EIXO II</b>  | <b>22</b>  | <b>7.143.239,00</b>                    | <b>129.822,00</b>      | <b>26</b>  | <b>8.099.239,00</b>                   | <b>130.436,00</b>      |
| <b>EIXO PRIORITÁRIO III</b>   |            |  |                        |            |                                       |                        |
| III.1 - Educação - Infra - Estruturas da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários   | 6          | 7.479.192,00                           | 55.945,00              | 6          | 7.479.192,00                          | 55.945,00              |
| III.4 - Apoio ao investimento no Desenvolvimento Local  | 0          | 0,00                                   | 0,00                   | 0          | 0,00                                  | 0                      |
| III.5 - Ciência, Tecnologia e Inovação  | 0          | 0,00                                   | 0,00                   | 0          | 0,00                                  | 0                      |
| III.6 - Sociedade de Informação   | 2          | 1.170.645,00                           | 142.674,00             | 2          | 1.170.645,00                          | 142.674,00             |
| III.8 - Saúde - Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (S.L.S.)                                 | 5          | 3.177.559,00                           | 65.574,00              | 5          | 3.177.559,00                          | 65.574,00              |
| III.9 - Cultura   | 4          | 525.549,00                             | 10,00                  | 4          | 525.549,00                            | 10,00                  |
| III.10 - Desporto - Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos                                     | 3          | 5.855.666,00                           | 0,00                   | 4          | 6.427.141,00                          | 0,00                   |
| III.11 - Economia   | 2          | 24.607.936,00                          | 0,00                   | 3          | 26.711.585,00                         | 0,00                   |
| III.12 - Acessibilidade e Transporte  | 4          | 9.343.462,00                           | 0,00                   | 6          | 16.563.231,00                         | 0,00                   |
| III.13 - Ambiente   | 10         | 1.762.834,00                           | 0,00                   | 10         | 1.762.834,00                          | 0,00                   |
| III.15 - Pescas - Infra-estruturas de portos  | 1          | 228.490,00                             | 0,00                   | 1          | 228.490,00                            | 0,00                   |
| III.17 - Assistência Técnica ( FEDER )  | 5          | 399.302,00                             | 0,00                   | 6          | 848.014,00                            | 0,00                   |
| <b>TOTAL EIXO III</b>   | <b>42</b>  | <b>54.550.635,00</b>                   | <b>264.203,00</b>      | <b>47</b>  | <b>64.894.240,00</b>                  | <b>264.203,00</b>      |
| <b>TOTAL GERAL</b>  | <b>129</b> | <b>96.333.501,00</b>                   | <b>816.414,00</b>      | <b>148</b> | <b>113.506.821,00</b>                 | <b>902.493,00</b>      |



No que se refere ao fundo estrutural FSE foram efectuados 61 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 a 2005 FSE, denúncias recebidas e solicitações da gestão, que envolveram despesa verificada no montante de 19.392.670,21 € e correcções financeiras no montante de 260.378,12 €.

**Despesa verificada com relatório final**

| Medida  | Nº        | Despesa verificada 31 de Dezembro de 2005 | Correcção financeira FSE + OSS | Nº        | Despesa verificada 20 de Maio de 2006 | Correcção financeira FSE + OSS |
|---|-----------|---|--------------------------------|-----------|---------------------------------------|--------------------------------|
| <b>EIXO PRIORITÁRIO I</b>   |           |   |                                |           |                                       |                                |
| I.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos  | 10        | 735107,17                                 | 42.146,06                      | 11        | 743.248,62                            | 42.753,66                      |
| <b>TOTAL EIXO I</b>   | <b>10</b> | <b>735.107,17</b>                         | <b>42.146,06</b>               | <b>11</b> | <b>743.248,62</b>                     | <b>42.753,66</b>               |
| <b>EIXO PRIORITÁRIO II</b>  |           |   |                                |           |                                       |                                |
| II.2 - Acção Integrada p/ a qualificação e competitividade das cidades - componente empregabilidade | 0         | 0,00                                      | 0,00                           |           | 0,00                                  | 0,00                           |
| II.8 - Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social                             | 6         | 698.020,11                                | 35.128,35                      | 7         | 1.075.187,62                          | 35.128,35                      |
| <b>TOTAL EIXO II</b>  | <b>6</b>  | <b>698.020,11</b>                         | <b>35.128,35</b>               | <b>7</b>  | <b>1.075.187,62</b>                   | <b>35.128,35</b>               |
| <b>EIXO PRIORITÁRIO III</b>   |           |   |                                |           |                                       |                                |
| III.2 - Educação - ensino profissional  | 18        | 8.709.275,02                              | 77.961,75                      | 22        | 13.802.132,03                         | 78.614,69                      |
| III.3 - Promoção da empregabilidade e do emprego ao nível local                                     | 25        | 9.087.576,60                              | 105.141,96                     | 31        | 11.719.718,49                         | 106.298,02                     |
| III.7 - Sociedade da informação - Portugal Digital  | 0         | 0,00                                      | 0,00                           | 0         | 0,00                                  | 0,00                           |
| III.18 - Assistência Técnica - FSE  | 2         | 162.691,31                                | 0,00                           | 3         | 315.791,41                            | 0,00                           |
| <b>TOTAL EIXO III</b>   | <b>45</b> | <b>17.959.542,93</b>                      | <b>183.103,71</b>              | <b>56</b> | <b>25.837.641,93</b>                  | <b>184.912,71</b>              |
| <b>TOTAL GERAL</b>  | <b>61</b> | <b>19.392.670,21</b>                      | <b>260.378,12</b>              | <b>74</b> | <b>27.656.078,17</b>                  | <b>262.794,72</b>              |

Relativamente ao fundo estrutural FEOGA-O, foram efectuados 108 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 a 2005 FEOGA e uma acção de acompanhamento. Estes relatórios envolveram uma despesa verificada no montante de 8.094.042, 00 € e correcções financeiras de 296.374,00 €.

**Despesa verificada com relatório final**

| Medida  | Nº de relatórios | Despesa verificada 31 de Dezembro 2005 | Correcções financeiras | Nº de relatórios | Despesa verificada 20 de Maio 2006 | Correcções financeiras |
|---|------------------|--|------------------------|------------------|------------------------------------|------------------------|
| <b>EIXO PRIORITÁRIO II</b>  |                  |  |                        |                  |                                    |                        |
| II.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEOGA) | 2                | 531.256,00                             | 246.905,00             | 2                | 531.256,00                         | 246.905,00             |
| <b>TOTAL EIXO II</b>  | <b>2</b>         | <b>531.256,00</b>                      | <b>246.905,00</b>      | <b>2</b>         | <b>531.256,00</b>                  | <b>246.905,00</b>      |
| <b>EIXO PRIORITÁRIO III</b>   |                  |  |                        |                  |                                    |                        |
| III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA)                  | 106              | 7.562.786,00                           | 49.469,00              | 106              | 7.562.786,00                       | 49.469,00              |
| III.19 - Assistência Técnica (FEOGA)                                  | 0                | 0,00                                   | 0,00                   | 0                | 0,00                               | 0,00                   |
| <b>TOTAL EIXO III</b>   | <b>106</b>       | <b>7.562.786,00</b>                    | <b>49.469,00</b>       | <b>106</b>       | <b>7.562.786,00</b>                | <b>49.469,00</b>       |
| <b>TOTAL GERAL</b>  | <b>108</b>       | <b>8.094.042,00</b>                    | <b>296.374,00</b>      | <b>108</b>       | <b>8.094.042,00</b>                | <b>296.374,00</b>      |

Relativamente ao fundo estrutural IFOP, foram efectuados 2 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 a 2005 IFOP. Foi verificada despesa no montante de 92.206 €.

#### Despesa verificada com relatório final

| Medida  | Nº de relatórios | Despesa verificada 31 de Dezembro 2005 | Correcções financeiras | Nº de relatórios | Despesa verificada 20 de Maio 2006 | Correcções financeiras |
|---|------------------|--|------------------------|------------------|------------------------------------|------------------------|
| EIXO PRIORITÁRIO III                                  |                  |  |                        |                  |                                    |                        |
| III.16 - Pescas - Equipamentos e Transformação (IFOP) | 2                | 92.206,00                              | 0,00                   | 3                | 294.429,00                         | 875,00                 |
| <b>TOTAL EIXO III</b>                                 | <b>2</b>         | <b>92.206,00</b>                       | <b>0,00</b>            | <b>3</b>         | <b>294.429,00</b>                  | <b>875,00</b>          |
| <b>TOTAL GERAL</b>                                    | <b>2</b>         | <b>92.206,00</b>                       | <b>0,00</b>            | <b>3</b>         | <b>294.429,00</b>                  | <b>875,00</b>          |

#### Outros níveis de controlo

O Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu realizou no âmbito das suas atribuições de entidade responsável pelo controlo de 2º Nível, 5 auditorias a pedidos de financiamento (1 em 2001, 2 em 2003 e 2 em 2004) ao PO Centro, envolvendo 23 projectos aprovados no âmbito das medidas FSE.

A Inspecção-geral de Finanças efectuou 2 auditorias. Uma auditoria em 2003 às medidas FEOGA-O, na sequência da Auditoria realizada aos Sistemas de Gestão e Controlo dos Programas e Medidas Financiadas pelo FEOGA-O e IFOP, envolvendo 6 projectos. E outra em 2004 na sequência da Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do Programa Operacional Regional do Centro (POR Centro) do QCA III, foram realizadas 11 auditorias a projectos apoiados pelo fundo estrutural FEDER, 3 ao fundo estrutural FEOGA-O, e duas a candidaturas FSE.

O IGMSSFC - Inspecção-geral do ministério da Segurança Social, da Criança e da Família, realizou duas auditorias envolvendo 10 projectos FSE da medida 3.3.

A IGA - Inspecção Geral de Auditoria e gestão realizou três auditorias envolvendo 14 projectos FEOGA-O do PO Centro e 1 IFOP.

#### Nº de relatórios produzidos

| Entidade           | FEDER     | FEOGA-O   | FSE       | IFOP     | Total Geral |
|--------------------|-----------|-----------|-----------|----------|-------------|
| IGF                | 11        | 8         | 2         | 1        | 22          |
| IGFSE              |           |           | 23        |          | 23          |
| IGMSST             |           |           | 10        |          | 10          |
| IGA                |           | 14        |           | 1        | 7           |
| <b>Total Geral</b> | <b>11</b> | <b>22</b> | <b>35</b> | <b>2</b> | <b>62</b>   |

Nos quadros seguintes é possível verificar o esforço de controlo realizado no âmbito do PO Centro, pelas entidades que colaboram no Sistema Nacional de Controlo.

**Relatórios concluídos a 31/12/2005**

| Entid. \ Fundo | FEDER                | FEOGA-O             | FSE                 | IFOP            | Total                |
|----------------|----------------------|---------------------|---------------------|-----------------|----------------------|
| IGF            | 25.005.878,67        | 4.568.706,38        | 207.620,56          | 0               | 29.782.205,61        |
| IGFSE/ IGMSSFC | 0                    | 0                   | 8.414.993,00        | 0               | 8.414.993            |
| IGA            | 0                    | 633.986,70          | 0                   | 79.297,30       | 713.284              |
| <b>Total</b>   | <b>25.005.878,67</b> | <b>5.202.693,08</b> | <b>8.622.613,56</b> | <b>79.297,3</b> | <b>38.910.482,61</b> |

**Relatórios concluídos a 20/05/2006**

| Entid. \ Fundo     | FEDER                | FEOGA-O             | FSE                 | IFOP             | Total                |
|--------------------|----------------------|---------------------|---------------------|------------------|----------------------|
| IGF                | 25.005.878,67        | 4.568.706,38        | 207.620,56          | 0                | 29.782.205,61        |
| IGFSE/IGMSSFC      | 0                    | 0                   | 8.414.993,00        | 0                | 8.414.993            |
| IGA                | 0                    | 2.369.542,40        | 0                   | 79.297,30        | 2.448.839,7          |
| <b>Total Geral</b> | <b>25.005.878,67</b> | <b>6.938.248,78</b> | <b>8.622.613,56</b> | <b>79.297,30</b> | <b>40.646.038,31</b> |

Em termos absolutos o esforço de controlo a 31/12/2005 foi de 38.910.482,61 € e a 20/05/2006 de Euros: 40.646.038,31 €.

*Síntese da actividade de controlo*

Para efeitos do cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 10º do Regulamento (CE) nº 438/2001 de 2 de Março, importa efectuar um rácio, por fundo estrutural, entre a despesa verificada em sede de acções de controlo/auditorias e a despesa validade a 31 de Dezembro de 2005.

**31/12/2005**

| Fundo   | Inv elegível realizado<br>31-12-2005 | Despesa verificada -<br>EAT PO Centro | Despesa verificada -<br>Outras entidades | % verificada  |
|---------|--------------------------------------|---------------------------------------|--|---------------|
| FEDER   | 1.502.450.427                        | 96.333.501,00                         | 25.005.878,67                            | <b>8,08%</b>  |
| FSE     | 261.429.930                          | 19.392.670,21                         | 8.622.613,56                             | <b>10,72%</b> |
| FEOGA-O | 209.743.475                          | 8.094.042,00                          | 5.202.693,08                             | <b>6,34%</b>  |
| IFOP    | 1.306.075                            | 92.206,00                             | 79.297,30                                | <b>13,13%</b> |

Ao nível do fundo estrutural FEDER o esforço de controlo foi de 8.08%, se considerarmos os relatórios decididos a 31/12/2005, e 9.22% se considerarmos os relatos ainda não decididos àquela data.

Ao nível do fundo estrutural FSE, os rácios são de respectivamente, 10.72% e 13.88%. Para o FEOGA-O os rácios são 6, 34%, e para o IFOP 13,31% e 28,61%. Desta é possível verificar que ao nível dos controlos por amostragem, o actual ritmo garante um esforço de controlo bastante superior ao limiar mínimo regulamentar previsto de 5%.

*Impacte da actividade de controlo no sistema de gestão do PO Centro*

Ao nível do impacto da actividade do controlo de 1º nível no sistema de gestão do PO Centro importa efectuar uma análise dos testes de conformidade/controlo efectuados ao nível das estruturas de gestão, e os testes substantivos efectuados ao nível dos beneficiários.

No que se refere aos resultados obtidos pela execução dos testes substantivos, importa referir que o elevado número de acções de controlo efectuado tem permitido obter eficiências na aplicação dos fundos estruturais.

Ao nível do fundo estrutural FEDER, as principais preocupações da EAT tem sido: verificar o bom cumprimento dos normativos legais no que respeita aos mercados públicos; verificar correcto co-financiamento do IVA enquanto despesa elegível, verificar se existe um adequado controlo orçamental, no sentido de não serem co-financiadas despesas não previstas em sede de candidatura; e verificar os motivos do atraso na implementação de projectos.

Ao nível do fundo estrutural FSE as principais preocupações da EAT tem sido: verificar o correcto co-financiamento do IVA enquanto despesa elegível; verificar a organização do dossier pedagógico, principalmente ao nível das referências ao PO Centro, elegibilidade de formandos, habilitações de formadores, frequência/assiduidade dos formandos; verificar os contratos de prestação de serviços; e verificar a correcta imputação de custos.

Ao nível do fundo estrutural FEOGA as principais preocupações da EAT tem sido: verificar o correcto co-financiamento do IVA enquanto despesa elegível; verificar uma adequada comprovação da pista de controlo da despesa; verificar a existência de todas as componentes de investimento apoiadas; verificar a elegibilidade dos beneficiários e das candidaturas.

Ao nível do fundo estrutural IFOP a principal preocupação da EAT tem sido: cumprimento dos normativos legais relativamente aos mercados públicos; verificar a correcta utilização das componentes de investimento para os fins a que são propostas .

Ao nível da gestão as principais preocupações da EAT têm sido: verificar a existência de uma necessária segregação de funções; verificar a existência de uma necessária evidência em todos as tarefas e procedimentos efectivados pelas estruturas; verificar a existência de práticas de acompanhamento adequadas.

## 5. Actualização da avaliação intercalar

Nos termos do nº 4 do artigo 42º do Reg. (CE) Nº 1260/1999 do Conselho de 21 de Junho de 1999 que estabelece disposições gerais sobre os fundos estruturais – “no prolongamento da avaliação intercalar, será efectuada, até 31 de Dezembro de 2005, uma actualização dessa avaliação para cada Quadro Comunitário de Apoio e para cada intervenção, a fim de preparar as intervenções futuras”, foi efectuada ao nível do Programa Operacional da Região Centro a actualização da avaliação intercalar.

Para o efeito foi realizado o Estudo da Actualização da Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Região Centro 2000-2006 (QCA III).

Recorde-se que objectivo geral da avaliação intercalar foi uma actualização descomprometida de objectivos específicos de reprogramação, ou de reorientação financeira do programa, antecipando uma visão prospectiva do próximo período de programação, estruturando as opções a formalizar na avaliação ex-ante (2007-2013) e perspectivando os resultados finais da avaliação ex-post (2000-2006).

O estudo efectuado teve três fase base:

- Apreciação do relatório de progresso, em reunião do Grupo Técnico de Actualização da Avaliação Intercalar no dia 24 de Junho de 2005;
- Apreciação do relatório final preliminar em reunião do Grupo Técnico de Actualização da Avaliação Intercalar realizada em 14 de Outubro de 2005;
- Consulta escrita sobre o relatório final do estudo de avaliação intercalar realizada em 09 de Novembro de 2005, a que se seguiu a comunicação da aceitação do estudo pelo Grupo Técnico de Actualização da Avaliação Intercalar em 02 de Dezembro de 2005.

Seguiu-se o envio do relatório final e sumário executivo à CE por parte da CG do QCA III.

O relatório final tem a seguinte estrutura geral:

I. Síntese da Abordagem Metodológica

II. Reanálise do Desempenho Físico e Financeiro

2.1. Reanálise Global do Desempenho

2.2. Análise das Alterações Introduzidas Através do Exercício de Reprogramação

2.3. Reanálise do Desempenho por Medida

III. Análise dos Impactes do Programa Operacional

3.1. Criação de Postos de Trabalho

3.2. Reforço da Empregabilidade

3.3. Melhoria da Fluidez do Trânsito

3.4. Melhoria da Qualidade Ambiental

IV. Análise Específica das Medidas

V. Análise Temática Aprofundada

5.1. A Questão da Concepção Estrutural do Programa e a Adequação à Evolução Contextual

5.2. A Questão das Experiências de Transversalização de Políticas Públicas no PO CENTRO

5.3. A Questão dos Graus de Desconcentração da Decisão e do Reforço da

Territorialidade no PO CENTRO

5.4. Sistema de Gestão, Acompanhamento e Avaliação

5.5. Sistema de Indicadores

5.6. Sistemas de Informação

VI. Revisão das Conclusões e Recomendações

As principais orientações e recomendações para o actual período de programação expressas no documento síntese “Sumário executivo do relatório final do Estudo de Actualização da Avaliação Intercalar do PO Centro, são:

- Reorientar a actuação estratégica das medidas com vista à concretização dos objectivos;
- Incrementar as práticas de pró-actividade com vista a gerar um maior volume de candidaturas;
- Elevar os níveis de acompanhamento dos projectos por forma a elevar a execução financeira das medidas;
- Assegurar o rápido encerramento dos projectos e das medidas;
- Diversificar as experiências de avaliação final e proceder a uma ampla divulgação dos resultados e impactes.

No que concerne ao próximo período de período de programação (2007-2013), foram propostas no estudo as seguintes orientações e recomendações:

- Ao nível da produção de planeamento de suporte à programação: Concretizar um sistema de planeamento regional que suporte a programação; Reforçar da territorialização das políticas públicas – reflexão estratégica sectorial; Reforço do planeamento intermunicipal.
- Ao nível dos objectivos e domínios de actuação prioritário: Objectivo de reforçar a competitividade regional; Reduzir os estrangulamentos estruturais;
- Ao nível da estruturação do programa: Aprimorar a estrutura do programa aos desafios de desenvolvimento regional; Melhorar a articulação das medidas temáticas transversais e outras medidas; Dar continuidade às medidas temáticas focalizadas; Reforçar a desconcentração de competências; Sofisticar a estruturação interna das medidas; Assegurar a continuidade de sistemas de incentivos nas medidas sub-regionais; Reduzir o espectro de tipologias de projecto nas medidas; Aprofundar a articulação entre FEDER e Fundo de Coesão; Orientação das medidas sectoriais para projectos de relevância regional; Evitar a construção de programas nacionais temáticos a partir de medidas do programa regional; Flexibilizar a gestão no desenvolvimento rural; Estabelecer limiares mínimos de investimento nos projectos de Desenvolvimento Rural;
- Ao nível do modelo e práticas de gestão: Aprofundar o modelo regionalmente desconcentrado; Empreender experiências de contratualização; Garantir que a CCDR desempenhará um papel de liderança nas medidas de enfoque sub regional; Desenvolver experiências de selecção de candidaturas por concurso para as autarquias; Dimensionar adequadamente as estruturas técnicas das medidas sub-regionais; Elevar os níveis de selectividade na apreciação de candidaturas; Privilegiar acções imateriais no âmbito do Desenvolvimento Rural;

- Ao nível do Sistema de Informação: Criação de uma solução informática própria; Melhorar a Informação no sentido de Reforçar o Apoio à Análise da Eficiência; Simplificar o sistema de indicadores; Reforçar a intervenção no sistema de indicadores de objectivo; Tornar o processo de quantificação dos indicadores mais normalizado e transparente, com base na existência de uma ficha de caracterização de cada um dos indicadores; Definir indicadores coerentes para os domínios comuns e para todos os territórios, de forma a promover a comparabilidade e a referência;

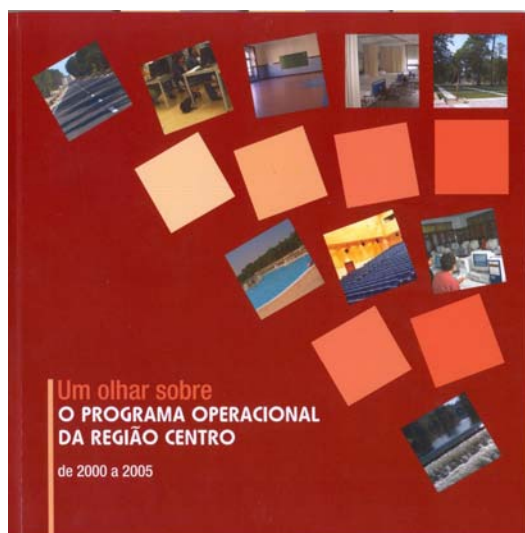
- Ao Nível da avaliação e monitorização: Aumentar o rigor crítico da Avaliação Ex-Ante; Melhorar a estimativa de metas a alcançar; Implementar procedimentos no âmbito do FSE que permitam melhorar a adequação das acções aos objectivos e às necessidades.

Estas matérias constituem importantes considerandos para a Gestão do programa, sendo as referidas orientações e recomendações alvo de monitorização e acompanhamento.

Os documentos referidos estão disponíveis na sítio da CCDRC em [www.ccdrc.pt](http://www.ccdrc.pt).

## 6. Divulgação, Informação e Publicidade

Ao longo de 2005 foi dada continuidade à divulgação do Programa Operacional da Região Centro (PO Centro), tendo sido dado um maior destaque à apresentação de resultados e projectos de carácter inovador ou com grande impacto para a Região Centro.



### Brochura: «Um olhar sobre o Programa Operacional da Região Centro de 2000 a 2005»

Além da síntese de execução do programa no período de 2000 a 2005, a brochura apresenta exemplos dos principais investimentos que têm vindo a ser realizados, desde o início do III QCA, através de uma informação concisa e ilustrada. Os projectos seleccionados correspondem a uma amostra das intervenções do Programa, envolvendo projectos co-financiados pelos diversos Fundos Estruturais (FEDER, FSE, FEOGA e IFOP) e pelos três Eixos Prioritários.

Dizem respeito às principais áreas de intervenção, onde se incluem as acessibilidades e transportes, o ambiente, a requalificação urbana, os equipamentos de cultura, educação e desporto, as actividades económicas (infraestruturas, agricultura e pescas, turismo, indústria), a qualificação dos recursos humanos e as intervenções específicas de base territorial.

Esta publicação - 5000 exemplares - foi enviada aos principais agentes regionais e nacionais e distribuída em diversos eventos realizados na Região, de forma a permitir a divulgação por um maior número beneficiários.





## Outras Publicações

Em 2005 manteve-se a publicação das edições da Newsletter «Mais Centro» e da Revista das Aldeias do Xisto.



A «Mais Centro»- Newsletter do PO Centro tem como objectivo informar os promotores, os potenciais beneficiários e toda a opinião pública sobre a execução dos fundos estruturais na Região Centro. A ideia é mostrar a evolução do trabalho desenvolvido pelo PO Centro (projectos relevantes, montantes de financiamento, opções estratégicas do programa), evidenciando a transparência na aplicação dos fundos comunitários.



A revista “Aldeias do xisto” é uma publicação de acompanhamento do “Programa das Aldeias do Xisto”, integrado na Acção Integrada de base Territorial do Pinhal Interior do Eixo II do Programa Operacional da Região Centro. A revista pretende apresentar os objectivos deste programa, mas, particularmente, divulgar a forma como a intervenção está a decorrer em cada uma das aldeias envolvidas, promovendo a identidade da região. Mais do que o plano global previsto e aprovado para cada aldeia, a revista apresenta cada intervenção a executar e a forma como os residentes se envolvem.

## Assessoria de Imprensa

Os contactos com os órgãos de comunicação social (regionais e nacionais) foram feitos com regularidade ao longo do ano, havendo sempre preocupação em dar resposta, esclarecer e acompanhar os pedidos de informação feitos pelos meios de comunicação social. Sempre que houve informações ou acontecimentos relevantes no desenvolvimento do programa foi feita a sua difusão através de Comunicados de Imprensa.

## Publicidade nos meios de Comunicação Social

Em 2005, foi feito um anúncio de divulgação da medida 3.2 em três jornais nacionais: Jornal de Notícias, Diário de Notícias e Público.

## Manutenção do site

Ao longo de 2005 continuou a alimentar-se a parte dedicada ao PO Centro no site da CCRC, havendo uma actualização das notícias e da legislação (geral e por medida).

## II. Respeito pelas políticas comunitárias

**Concorrência - Regime de Ajudas.** Os regimes de ajudas previstos no Programa Operacional e no Complemento de Programação dizem respeito a:

- **3.11. Economia:** PITER – Programas integrados turísticos de natureza estruturante e base regional (Auxílio estatal nº 124/2000); Apoio ao aproveitamento do potencial energético (Auxílio estatal nº 219/200); Apoios às Áreas de Localização Empresarial (Auxílio Estatal nº 459/2003).
- Auxílios abrangidos pela regra “*minimis*” nas Medidas:
  - 2.3 Acções inovadoras de dinamização das aldeias
  - 2.4 Acção integrada Turismo e Património no Vale do Côa
  - 2.5 Acção integrada de base territorial da Serra da Estrela
  - 2.6 Acção integrada de base territorial do Pinhal Interior (FEDER)
  - 3.3 e 3.4 - Programa de estímulo à oferta de emprego (Port. 196-A/2001, de 10 de Março);
  - 3.6 – Sociedade de informação.

Destes foi implementado o Regime de apoio ao aproveitamento do potencial energético e PITER, estando a ser cumpridos os regulamentos específicos, publicados na sequência da sua notificação à Comissão Europeia.

Dos apoios abrangidos pela regra “*minimis*” foram implementados os previstos nas Medidas do Eixo II e 3.3 e 3.4 do Programa Operacional.

No que respeita às Medidas do Eixo II foram publicados, em 2003, os respectivos despachos que regulamento a aplicação desses apoios. Em 2004 os regulamentos das medidas 2.5 e 2.6 sofreram alterações. A existência de apoios a conceder ao abrigo da regra *minimis*, no âmbito das AIBTs, pressupõe que seja assegurado o cumprimento do limiar de 100.000 euros, a um mesmo beneficiário, durante um período de três anos. Neste sentido a entidade Gestora do PO Centro comunica à Direcção Geral do Desenvolvimento Regional a informação necessária ao controle de acumulação de ajudas, que é feito através de registo central, criado para o efeito, por aquela Direcção Geral.

Os apoios da Medida 3.3 e 3.4 são concedidos através do Programa de Estímulo à Oferta de Emprego. Estes apoios são geridos pelo IEFP, de acordo com contratos-programa celebrados com o gestor e Coordenador das Medidas.

A DGDR, no exercício da Presidência da Comissão de gestão do QCA III, centraliza a informação relativa aos auxílios de *minimis* efectivamente já implementados e recolhe a informação sobre os apoios concedidos. No caso do PO Centro, atendendo à situação actual dos regimes em vigor, a informação é fornecida pelo IEFP, no caso das medidas 3.3 e 3.4, e pela autoridade de Gestão, no caso do Eixo II.

### Mercados Públicos.

A autoridade de gestão, no âmbito dos sistemas de gestão e controlo implementados na Intervenção Operacional do Centro, tem tido uma especial atenção quanto às despesas realizadas

mediante a celebração de contratos públicos, nos termos previstos nos art.ºs 4.º do Regulamento (CE) n.º 438/2001, de 2 de Março no âmbito dos Fundos e Instrumentos Financeiros Estruturais.

Estas matérias são enquadradas em sede de legislação nacional por:

- Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 163/99, de 14 de Setembro e pelo Decreto-Lei n.º 159/00, de 27 de Julho, relativos ao regime jurídico das empreitadas de obras públicas;
- Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, alterado pelo Decreto-lei n.º 245/2003, de 7 de Outubro, relativo ao regime de realização de despesas públicas com locação, empreitadas de obras públicas, prestação de serviços e aquisição de bens, bem como o da contratação pública relativa à prestação de serviços, locação e aquisição de bens móveis.
- Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de Agosto, relativo à contratação de empreitadas, fornecimentos e prestação de serviços nos sectores da água, energia, dos transportes e das telecomunicações.

Os citados regimes jurídicos decorrem da transposição de Directivas Comunitárias, no que concerne à contratação de empreitadas de obras públicas e de fornecimentos públicos - Directivas 93/37/CEE, do Conselho, de 14 de Junho, e 93/36/CEE, do Conselho, de 14 de Junho, com as alterações da Directiva n.º 97/52/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro. Os processos de celebração dos contratos nos sectores da água, da energia, dos transportes e das telecomunicações é regulada pela Directiva 93/38/CEE, do Conselho, de 14 de Junho, alterada pela Directiva 98/4/CEE, de 16 de Fevereiro.

A preocupação da gestão é de resto visível no enfoque colocado nesta matéria na questão da formação. Recorde-se que foram já realizadas duas acções de formação temáticas de largo espectro:

- Sessão de formação realizada em 16 de Março de 2005 na CCDRC, intitulada: Sessão de trabalho sobre Administração Directa e Mercados Públicos;
- Sessão de trabalho sobre: metodologia para cumprimento das regras de mercados públicos e nova directiva n.º 2004/18 em 22 de Fevereiro de 2006.

A preocupação actual é dar evidência da análise dos procedimentos dos contratos públicos, neste sentido foi adoptada uma metodologia que permita demonstrar o esforço de acompanhamento colocado nesta matéria. Assim foi definida uma estratégia para intensificar a verificação do cumprimento das regras associadas à Contratação Pública para contratos com despesa validada à Autoridade de pagamento após 31/12/2004. A metodologia é aplicada após esta data uma vez que para o período anterior foi desencadeado um procedimento pela CG QCA III.

1 - Para contratos com despesa validada apenas a partir de 1/01/2005 e até 31/12/2005.

Atendendo ao disposto no artigo 4º REG (CE) n.º 438/2001, e no âmbito do estabelecido no artigo 29º do DL 54-A/2000 de 7/04, os sistemas de gestão e controlo, na instituição de regras de verificação dos procedimentos de contratação pública, podem recorrer a verificações não exaustivas, baseadas numa amostra de operações.

Conforme decorre deste dispositivo comunitário está a ser desencadeado um procedimento de aquisição de serviços para a verificação por amostragem da despesa realizada, sendo que as consequências a retirar desta verificação servirão para produzir recomendações/correções face às ocorrências verificadas.

2 - Para contratos com despesa validada apenas a partir de 01/01/2006.

Far-se-á sempre uma verificação através de preenchimento pelo promotor de uma check-list preparada para o efeito, e simultaneamente preenchimento de outra check-list pela EAT do PO Centro.

Foi ainda definido pela gestão o seguinte:

. Atendendo às questões recentemente suscitadas pela Comissão Europeia e também pela Comissão de Gestão do QCA III em matéria de cumprimento de mercados públicos, condicionar, após 01/01/2006, a casos excepcionais, devidamente fundamentados, a comparticipação de quaisquer contratos adicionais, quer em sede de novos projectos, quer em sede de reprogramações.

. Enviar um Ofício circular sensibilizando todas as entidades beneficiárias enquadráveis para uma especial atenção no cumprimento das regras dos mercados públicos, em particular, dos itens que venham a ser especificados na Check-list do Cumprimento das Regras de Mercados Públicos a preencher pelo Promotor.

**Protecção e Melhoria do Ambiente.** A compatibilidade das intervenções no âmbito do Programa com as políticas comunitárias é assegurada através de uma estreita cooperação com as entidades nacionais com competência na matéria. Assim, no âmbito das questões relacionadas com o ambiente, os projectos com eventuais repercussões são submetidos a apreciação prévia do Ministério do Ambiente ou, quando a lei assim o determina, exige-se a realização dos respectivos estudos de avaliação do impacte ambiental. No caso do Grande Projecto de “Armazenagem de Gás está constituída uma Comissão que acompanhará os trabalhos de realização da obra e seu impacto ambiental.

Serão, ainda, de realçar as iniciativas já aprovadas no âmbito da Medida 1.2 “Ambiente e recursos naturais” e da Medida 3.13 “Ambiente”, como as que maior impacto têm na melhoria das condições ambientais e na protecção e valorização das áreas de naturais de especial interesse.

Apresentam-se algumas notas sobre a Directiva Habitats/Rede Natura 2000, bem como alguns aspectos específicos dos projectos candidatos ao III QCA.

### *Aspectos gerais*

No espaço comunitário, o principal acto de direito comunitário no domínio da conservação da Natureza surgiu com a publicação da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa à conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (directiva habitats).

Este diploma visa a conservação da biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens do território da União Europeia, nomeadamente mediante a criação de um conjunto de sítios de interesse comunitário (Rede Natura 2000).

Em Portugal foram identificados em duas fases, um conjunto Sítios potencialmente integradores da Rede Natura 2000, que, abrangem cerca de 20% da área do território continental.

Na região Centro foram identificados e estão legalmente instituídos 18 sítios da lista nacional.

### *Aspectos específicos dos projectos com incidência na Rede Natura 2000.*

Atendendo à importância da preservação dos Sítios da Rede Natura 2000, a intervenção da Medida 3.13 - Ambiente em termos dos projectos candidatos pela CCDRC Centro assumiu uma linha estratégica que possibilitou o desenvolvimento de projectos em Sítios da Rede Natura 2000. Ou no caso dos mesmo não incidirem territorialmente nas áreas invocadas, os valores associados à Directiva Habitats foram sempre considerados como elementos dominantes de promoção e desenvolvimento dos projectos.

Realçam-se acções concretas, como a substituição de espécies exóticas, por associações de espécies da Directiva Habitats, como sejam as encontradas no sistema ribeirinho nomeadamente os géneros *Alnus* e *Fraxinus*. Dentro das diversas acções refira-se ainda a instalação de sistemas que possibilitam a reprodução e abrigo de espécies como a lontra (*Lutra lutra*), Quirópteros, espécies piscícolas (género *Rutilus*) ou mesmo algumas espécies de aves insectívoras.

Ao nível promocional do projecto, destaca-se a participação em diversas conferências e jornadas de base nacional, regional e local.

Em todos os projectos, manteve-se o envolvimento das autarquias, organizações não governamentais de ambiente e equipas científicas das universidades.

Os resultados manifestam-se a 3 níveis distintos:

Melhorou-se o conhecimento sobre os habitats e espécies de alguns Sítios da região centro, nomeadamente da zona do Baixo Mondego, da região das Gândaras, Serra da Lousã, Ria de Aveiro entre outros;

Promoveu-se a distribuição e protecção de habitats e espécies da Directiva Habitats, através da plantação directa e da requalificação de áreas degradadas por espécies exóticas;

Melhorou-se a sensibilização das populações, nomeadamente órgão autárquicos (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) para a protecção das espécies, assim como para importância da Directiva e da necessidade de protecção dos Sítios criados ao seu abrigo. O sucesso desta intervenção promocional é de tal forma marcante que são hoje em dia diversas as autarquias que solicitam apoio técnico nos processos relacionados com os Sítios, sendo algumas delas exteriores à região Centro.

Os projectos incidiram ainda sobre o domínio da utilização sustentável do património natural da região centro, designadamente através do lançamento de bases para o domínio do turismo sustentável e da natureza.

As iniciativas já aprovadas, no âmbito da Medida 3.13 “Ambiente”, com maior impacto na protecção dos parques e reservas naturais, zonas de protecção especial e Rede Natura 2000 dizem respeito a:

Unidade: euros

| Designação do projecto   | Custo total      | Fundo            | Incidência                      |                           |
|--|------------------|------------------|---------------------------------|---------------------------|
|  |                  |                  | Protecção do Património Natural | Prot. da Rede Natura 2000 |
| Rede de Áreas Naturais de Importância Local e Regional                             | 75.038           | 56.279           | X                               |                           |
| Ecomuseu da Mata da Geria  | 74.902           | 56.177           | X                               |                           |
| Percursos Pedestres - Animação Cultural e Turística                                | 80.277           | 60.207           | X                               |                           |
| Ordenamento e Gestão de áreas Sensíveis - OGAS                                     | 253.654          | 190.241          | X                               |                           |
| Corredores Ecológicos Fluviais - Impactes, medidas de requalificação e conservação | 210.632          | 157.974          | X                               |                           |
| CIA - Controlo de infestantes aquáticos  | 117.453          | 88.090           | X                               |                           |
| Ordenamento de Acessos e Protecção das Dunas da Praia da Tocha - 1ª Fase           | 139.625          | 104.719          |                                 | X                         |
| Ecomuseu das Lagoas de Mira e Barrinha   | 80.271           | 60.203           |                                 | X                         |
| Limpeza e Remoção de Jacintos da Pateira de Fermentelos                            | 203.674          | 152.756          |                                 | X                         |
| Sistema de Informação Geográfica do Litoral Centro                                 | 106.973          | 80.230           |                                 | X                         |
| Ordenamento de Acessos e Protecção das Dunas da Praia da Murtinheira - 1ª Fase     | 96.534           | 72.400           |                                 | X                         |
| Ordenamento de Acessos e Protecção das Dunas da Praia de Quiaios - 1ª Fase         | 123.517          | 92.638           |                                 | X                         |
| Reabilitação de Valas Afluentes ao Canal de Mira                                   | 139.151          | 104.364          |                                 | X                         |
| Gestão e Implementação do POOC - 1ª Fase   | 201.490          | 151.117          |                                 | X                         |
| Limpeza de Valas Afluentes ao Paul de Arzila e Rio Dueça                           | 146.898          | 110.173          |                                 | X                         |
| Projecto Piloto de Reperfilamento Eólico de uma Duna sujeita à Erosão Marinha      | 202.621          | 151.966          |                                 | X                         |
| Ordenamento de Acessos e protecção das Dunas da Praia da Torreira - 3ª Fase        | 130.696          | 98.022           |                                 | X                         |
| Reforço da Duna da Vagueira Norte e Sul  | 131.391          | 98.543           |                                 | X                         |
| Ordenamento de Acessos e Protecção das Dunas da Praia da Barra                     | 162.280          | 121.710          |                                 | X                         |
| Reforço da Protecção da Duna de Mira Sul   | 141.837          | 106.378          |                                 | X                         |
| Execução da Duna da Costa Nova Sul   | 139.569          | 104.677          |                                 | X                         |
| Ordenamento de Acessos e Protecção da Duna da Costa Nova Sul - 1ª fase             | 157.200          | 117.900          |                                 | X                         |
| Recuperação e Qualif. Ambiental do Parque da Pateira de Espinhel- Espinhel         | 449.610          | 337.208          |                                 | X                         |
| Recuperação e Qualif. Ambiental do Parque de Lazer da Senhora do Amparo            | 375.980          | 281.985          |                                 | X                         |
| Recuperação e Qualif. Ambiental do Espaço Natural do Parque do Prego - Perrães     | 242.303          | 181.727          |                                 | X                         |
| Núcleo de Educação Ambiental da Costa Nova   | 127.875          | 95.906           |                                 | X                         |
| Ordenamento de Acessos e Protecção das Dunas da Praia de Quiaios Norte - 2ª Fase   | 141.174          | 105.880          |                                 | X                         |
| Sistema Dunar da Costa Nova Sul - 2ª Fase/Duna Secundária                          | 164.480          | 123.360          |                                 | X                         |
| Ordenamento de Acessos da Duna Secundária da Costa Nova sul - 2ª Fase              | 126.484          | 94.863           |                                 | X                         |
| EcoMira1   | 280.612          | 210.459          |                                 | X                         |
| BIORIA   | 169.725          | 127.294          |                                 | X                         |
| Recuperação e Qualif. Ambiental do Esp. Envol. à Pateira de Fermentelos            | 484.049          | 363.037          |                                 | X                         |
| Valorização e requalif.da Barrinha de Esmoriz/Paramos - 1ª Fase (comp. ICN)        | 178.236          | 133.677          |                                 | X                         |
| Valorização e requal. da Barrinha de Esmoriz/Paramos - 1ª Fase (comp.CCDRC)        | 23.376           | 17.532           |                                 | X                         |
| <b>Total</b>   | <b>5.879.588</b> | <b>4.409.691</b> |                                 |                           |

### Contributo para a Estratégia Europeia de Emprego

Os objectivos delineados na cimeira do Luxemburgo, reforço e valorização da articulação multidisciplinar de políticas sectoriais e incentivo à formulação de cenários de desenvolvimento e objectivos comuns assentes na contextualização da dimensão territorial da Política de Emprego, foram princípios orientadores, de forma explícita, da construção do Programa Operacional Regional do Centro (PO Centro).

Igualmente se tornaram preocupações de gestão do PO Centro a concretização das recomendações do Conselho de Bruxelas de Março de 2003, sobretudo no domínio dos recursos

humanos e da criação de infra-estruturas e equipamentos que facilitam a conciliação do trabalho com a vida familiar.

Assim o PO Centro tem contribuído, na sua modesta dimensão, para a consecução do Plano Nacional do Emprego (PNE), documento estratégico nacional de conciliação de políticas macro e micro-económicas, visando a coordenação aberta e a monitorização das orientações da Estratégia Europeia do Emprego (EEE), com incidência nos objectivos relacionados com os pilares da Adaptabilidade, do Espírito Empresarial e da Empregabilidade e da Promoção da Igualdade de Oportunidades (I/O).

#### ADAPTABILIDADE

Numa análise medida a medida do PO Centro para o ano de 2005, aquelas que mais forte contributo deram a este pilar foram a Medida 1.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos no âmbito da Administração Local e a Medida 3. 3 - Intervenção Desconcentrada do Emprego, através das acções-tipo 3.3.1.2 - Qualificação e Reconversão Profissional e 3.3.1.3 - Aperfeiçoamento Profissional dirigidas a desempregados. Igualmente a medida 2.08 - Desenvolvimento de Recursos Humanos e Promoção da Coesão Social cofinanciou projectos de formação contínua dirigidos a empregados e a desempregados.

| Medida   | Formandos | Volume<br>Formação | TIC<br>V. Formação |
|--|-----------|--------------------|--------------------|
| 1.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos                   | 10.524    | 369.484            | 58.261             |
| 2.8 - Desenvol. de Rec.s Humanos e Promoção da Coesão Social | 603       | 299.418            | 8.901              |
| 3.3 - Intervenção Desconcentrada do Emprego                  |           |                    |                    |
| Acção Tipo 3.3.1.2   | 2.166     | 1.623.516          | 97.052             |
| Acção Tipo 3.3.1.3   | 855       | 178.854            | 14.758             |

As acções formativas reforçaram as competências profissionais dos destinatários, sendo por isso importantes para Adaptabilidade dos trabalhadores às novas tecnologias e principalmente aos novos processos de gestão. A título de exemplo, o elevado volume de formação executado em TIC pelos formandos elegíveis durante 2005, o que confirma a política de selectividade que responde às preocupações da adaptabilidade dos trabalhadores empregados e desempregados e do combate à infoexclusão.

De evidenciar que a medida 1.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos no âmbito da Administração Local financiou 18 projectos de Formação-Acção, modalidade formativa com dupla finalidade, onde para além da valorização pessoal e profissional dos formandos se tem em linha de conta a melhoria organizacional das entidades beneficiárias. Esta tipologia de projectos tem maiores impactos em termos de competitividade das autarquias locais, beneficiando directa e indirectamente os municípios, a economia local, bem como a melhoria da atractividade de novas empresas.

#### CRIAÇÃO DE EMPREGO E ESPÍRITO EMPRESARIAL

A consecução da Directriz Criar Mais e Melhores Empregos também continuou a estar presente na execução do PO Centro durante 2005.

A medida 1.5 - Apoio às Actividades Económicas, Actividades de Desenvolvimento Territorial e Apoio à Eficácia das Políticas Públicas, cofinanciada pelo FEDER, e cuja missão é contribuir para uma envolvente empresarial mais favorável nos domínios da inovação, promoção do investimento e cultura empresarial, tem assumido um papel significativo nesta matéria ao cofinanciar algumas iniciativas que privilegiam, enquanto metodologia de trabalho, a

cooperação entre instituições de Ensino Superior e o tecido empresarial, em estrita articulação com as autarquias da região (projectos designados por “Triangulares ICE – Inovação, Competitividade e Empreendedorismo”), para além de outras claramente vocacionadas para o apoio às diversas entidades de natureza empresarial, tais como associações empresariais e o Conselho Empresarial do Centro (projecto designado por “Programa Empresa 2”) e que, no seu todo, visam promover a capacidade empreendedora da região, reforçando o Networking como meio privilegiado para a transferência de tecnologia e retenção de talentos na região, tendo em vista a criação de novos negócios e, consequentemente, de emprego qualificado.

Igualmente não poderá ser ignorado o esforço desenvolvido pelas medidas 3.3-Intervenção Desconcentrada do Emprego e 3.4-Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local, pois os contratos programa com o IEFP, permitiram apoiar a criação de novos postos de trabalho, respectivamente pelo FSE e pelo FEDER, sendo este totalmente encaminhado para novas Iniciativas Locais de Emprego.

Os postos de trabalho criados e apoiados ascendem a 597, dos quais 108 foram propostos por desempregados subsidiados que criaram o seu próprio emprego.

### *EMPREGABILIDADE*

O reforço da empregabilidade da população activa passa em primeira linha pela melhoria das qualificações escolares e profissionais de base dos trabalhadores. Os indicadores das qualificações académicas dos activos entre 25 e 64 anos apontam para percentagens de forte vulnerabilidade às mudanças tecnológicas e organizacionais, pois mais de dois terços têm somente a escolaridade obrigatória ou menos, agravado pelo facto de a taxa daqueles que possuem o ensino secundário se situar abaixo dos 18%.

Esta situação tem sido consequência de um atraso estrutural, digamos secular, do nosso sistema de ensino que se repercutiu na insuficiente cultura de Aprendizagem ao Longo da Vida e que só na última geração tem tido uma recuperação assinalável, fruto da massificação escolar a partir da década de 80.

Ora, o POCentro tem vindo a acompanhar o esforço de melhorar as competências escolares e profissionais dos activos, nomeadamente dos desempregados, dos funcionários da administração local e equiparados, bem como dos jovens que estão na fase de transição do sistema escolar para o mundo do trabalho, respectivamente através das medidas 3.3; 1.6 e 3.2.

Para a promoção de estratégias da Aprendizagem ao Longo da Vida, nomeadamente através da melhoria da qualidade e eficiência dos sistemas de dupla certificação, Educação e Formação, foi determinante o FSE no cofinanciamento da medida 3.2 -Ensino Profissional e da acção tipo 3.3.1.1 – Qualificação Profissional com Progressão Escolar (cursos EFA).

Os cursos profissionais de dupla certificação permitem o ataque ao abandono escolar precoce, aumentando o número de jovens com o ensino secundário e por outro lado o acréscimo da flexibilidade do trabalhador à introdução de mudanças nos sistemas produtivos, diminuindo assim o risco de desemprego nos ciclos de vida de trabalho.

Ainda no domínio da melhoria da empregabilidade, visando a criação de mais e melhores empregos, as acções tipo 3.3.1.4 – Especialização Profissional de Quadros Superiores e 3.3.1.6 – Estágios Profissionais também desempenharam um papel importante na facilitação da transição dos jovens para o mundo de trabalho, principalmente dos jovens diplomados, segmento da população activa com taxas de desemprego acrescidas, situando-se próximo dos 12% do total dos desempregados.



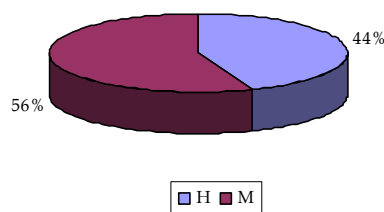
| Medida                                      | Formandos |
|---|-----------|
| 3.2 – Ensino Profissional                   | 4.569     |
| 3.3 - Intervenção Desconcentrada do Emprego |           |
| Acção Tipo 3.3.1.4                          | 1.115     |
| Acção Tipo 3.3.1.6                          | 2.426     |

### IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Relativamente ao IV Pilar - Promoção da Igualdade de Oportunidades (I/O) será conveniente informar que o POCentro não possui instrumentos de política directos, embora os efeitos induzidos com a concretização de determinados investimentos permitiram impactos positivos na I/O, nomeadamente no acréscimo de respostas de apoio social em termos de serviços de proximidade (infantários, rede pré-escolar, lares e centros de dia), na melhoria dos cuidados de saúde em termos de aproximação dos mesmos aos utentes e na rapidez e qualidade dos serviços. As infra-estruturas de apoio à infância, desportivos e de lazer, que possibilitam uma maior libertação da mulher de tarefas domésticas relacionadas com os cuidados a prestar a familiares dependentes, contribuindo para terem maior disponibilidade para desenvolver outras actividades, particularmente o desempenho de profissão remunerada.

Relativamente à recomendação da Melhoria do Acesso da Mulher ao Mercado de Trabalho, somos a informar que as diferentes medidas FSE do POCentro utilizam critérios de discriminação positivos (valorização dos projectos) em termos de selectividade, designadamente a integração nas fichas de análise multicritério de avaliação, itens relacionados com a redução da segregação sectorial e profissional, a valorização do trabalho feminino e a melhoria das condições de empregabilidade pelo reforço da educação/formação. De realçar que nas acções de formação e de criação de emprego para desempregados (medida 3.3) as mulheres registaram o maior peso (65.0% do total).

No total das acções de formação e de promoção de emprego do PO, a distribuição das pessoas abrangidas em acções de formação e emprego, por sexo, revela forte motivação das mulheres (56%) para a sua inserção profissional (a isso não será estranho taxas mais elevadas de desemprego) e sua valorização profissional.



### Respeito pela política agrícola comum.

A compatibilidade do Programa Regional e, em particular, das medidas cofinanciadas pelo FEOGA-O com a PAC está enquadrada pelo Reg (CE) 1257/99, nomeadamente pelo seu artigo 37º. Esta situação ficou assegurada nas diversas negociações entre as autoridades nacionais e a Comissão Europeia, quer na própria fase de concepção quer nas alterações subsequentes do

Complemento de Programação aprovadas pela Comissão de Acompanhamento, existindo, assim, a garantia que as diversas Acções que compõem as medidas FEOGA-O:

- Esta assegurada, além do cumprimento de quotas e restrições específicas, a coerência entre as propostas no Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural “AGRO” e a Medida “Agris” – esta confirmação é assegurada através da verificação de responsabilidades do beneficiário no SIADRU ou no Plano de Contingência
- Não colidem com as ajudas concedidas no âmbito das diversas Organizações Comuns de Mercado (OCM), nomeadamente à excepção para os investimentos realizados no sector da “Frutas e Hortícolas” em que são apresentadas declarações das Organizações de Produtores de que sejam associados, atestando que o investimento não colide com o seu Programa Operacional, os das Direcções Regionais de Agricultura quando os beneficiários não são associados ou não existe Organização de Produtores para o sector.

**Relação entre a intervenção dos outros Fundos e outros instrumentos financeiros.** Foi aprovado pelo BEI, em Junho de 2000, um financiamento para o projecto de “Armazenagem de Gás”. Este financiamento é complementar da comparticipação do FEDER neste projecto.

**VII**

**Anexos**



**Anexo 1**  
Programação, Aprovações e Execução em 31.12.2005  
por Eixo e por Medida



**Anexo 2**  
**Fluxos financeiros com a Comissão Europeia**





**Anexo 3**  
**Execução por domínios de intervenção**



#### **Anexo 4**

#### **Indicadores de realização física e de resultado**



## **Anexo 5**

Eixo I – Projectos aprovados em 31.12.2005,  
por medida, localização e nível de execução



## **Anexo 6**

Eixo II – Projectos aprovados em 31.12.2005,  
por medida, localização e nível de execução





## **Anexo 7**

**Eixo III – Projectos aprovados em 31.12.2005,  
por medida, localização e nível de execução**



## **Anexo 8**

Medidas 2.7 e 3.14 – Aprovações e execução por linha  
de acção e domínio